



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Carlos Roberto Santos Maciel**

**A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria José Rapassi Mascarenhas.

Salvador - BA, 2014

**Carlos Roberto Santos Maciel**

**A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Rapassi  
Mascarenhas

Salvador – BA, 2014

---

M319 Maciel, Carlos Roberto Santos  
A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888) /  
Carlos Roberto Santos Maciel. – 2014.  
200f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria José Rapassi Mascarenhas  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1. Brasil – História – Período colonial, 1850-1888. 2. Sergipe –  
História - Aspectos econômicos. 3. Economia – Império – Brasil. 4.  
Sociedade. 5. Riqueza. I. Mascarenhas, Maria José Rapassi. II.  
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

---

CDD: 981

---



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Carlos Roberto Santos Maciel		211115550	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Maria José Rapassi Mascarenhas (Orientador);		004900755-68	
Lina Brandão de Aras (UFBA)		254.145.425-20	
Josué Modesto Passos Subrinho (UFS)		07292503500	

ATA

Aos trinta e um dias do mês de março de 2014 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Carlos Roberto Santos Maciel, do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria José Rapassi Mascarenhas, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

O trabalho de Carlos Roberto S. Maciel atende plenamente aos requisitos de uma dissertação de mestrado, demonstrando conhecimento e domínio da bibliografia e das fontes pertinentes ao tema e traz uma importante contribuição à História do Sertão e do Brasil.

SSA, 31/03/2014: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2014: Assinatura do professor orientador:

*A minha esposa Suzana, por seu amor, compreensão, estímulo e auxílio.*

## AGRADECIMENTOS

A longa e difícil caminhada para o início e conclusão do mestrado só foi vencida graças à colaboração de uma série de pessoas. Tento demonstrar a gratidão a todos que colaboraram e fizeram parte da realização desse objetivo. Primeiramente, não posso deixar de agradecer a Deus, por ter me dado saúde e força para lutar e realizar mais uma conquista em minha vida. É dele toda a vitória alcançada em minha vida e essa conquista não seria diferente.

Aos meus pais Antônio e Eunice, por ter me criado da melhor forma para me tornar uma pessoa de bons princípios e por ter sempre acreditado e investido em minha formação, apesar de todas as dificuldades financeiras vivenciadas pela família, nunca deixaram de dar educação para todos os filhos, visando que esses tivessem uma vida menos sofrida.

A minha esposa, Suzana, que esteve presente e me auxiliou desde a elaboração do projeto de pesquisa à correção do texto da dissertação. Agradeço por todo amor, dedicação, companheirismo, paciência e, também, por sua compreensão ao longo dessa trajetória. Mesmo recém-casados tivemos que conviver alguns períodos distantes, devido a minha em Salvador.

A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Rapassi Mascarenhas, por todos os momentos de aprendizagem, pelos ensinamentos e orientações para a montagem e escrita desse trabalho. Sua colaboração foi de suma importância para a realização desse trabalho, por isso, sou muito grato.

A Dr<sup>o</sup> Josué Modesto dos Passos Subrinho por sua participação na banca e, principalmente, pelas sugestões de leituras, empréstimos de livros e fontes, bem como pelas suas colocações e dicas que contribuíram para fazer alterações e melhoramento do trabalho de pesquisa.

Aos meus irmãos José Marcos, Márcia, Maria José, Maria Cristina e Antônio Júnio, por todo carinho incentivo e amor. Uma família unida é um importante sustentáculo nas realizações pessoais.

À equipe de professores e funcionários do Programa de Mestrado, em especial a professora Lina Maria Brandão de Aras, que contribuiu para o melhoramento do meu projeto de pesquisa, além de fazer comentários e sugestões pertinentes durante sua participação na banca de qualificação e defesa.

Sou muito grato as minhas queridas e inesquecíveis professoras da graduação Sheyla Silva e Joceneide Cunha. A primeira por todo o incentivo, correção do projeto de pesquisa e empréstimos de livros. A segunda por ter me introduzido e me fazer gostar da pesquisa histórica, bem como pelo empréstimo de livros e principalmente de fontes essenciais para a escrita da pesquisa, além de todo o incentivo e apoio ao longo desse período.

Aos meus colegas do ensino básico e amigos de verdade Carlos, Marcelo, Paulo e Ancelmo, por todos os momentos felizes que passamos juntos. Inúmeras vezes nossos encontros foram marcados por palavras de estímulo e incentivo para vencer na vida a partir dos estudos e na luta pelos seus sonhos e objetivos.

A todos os colegas de turma do mestrado, em especial a todos com quem convivi mais de perto: Ede Ricardo, Maurício, Lucas Café, Caio, Augusto, especialmente a Cleiton, que tornou um grande amigo nos últimos momentos dessa trajetória. Esses tornaram a minha estadia em Salvador menos sofrida. Além de proporcionarem momentos de muito aprendizado e alegria.

Aos colegas de graduação Ronaldo, Amarildo e Carol que sempre me incentivaram a buscar e ir mais longe, na carreira acadêmica.

A Ricardo de Araujo Alves pela amizade e auxílio na confecção dos mapas.

Aos funcionários do Arquivo Público de Sergipe pela boa receptividade, também aos servidores do Arquivo do Judiciário onde passei grande período de pesquisa. No Judiciário agradeço a Conceição, por todo carinho e acolhimento e, também, a Eugênia por ter contribuído de forma importante ao mostrar novas fontes que não sabia da existência.

## **Resumo**

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a riqueza de moradores de Lagarto e Boquim/SE, no período compreendido entre 1850-1888, além da análise da formação das fortunas, observando de que maneira as permanências e transformações da economia regional contribuíram para a construção dessa riqueza e a partir dos valores das fortunas elaboramos uma classificação socioeconômica dos inventariados, assim como analisar as atividades que geraram maiores níveis de riqueza. Tivemos ainda a intenção de compreender a dinâmica da economia dessa região, provocada pela expansão da cana no decorrer de meados do século XIX e como tal processo contribuiu para o aumento das fortunas locais. O crescimento do setor canavieiro levou ao aumento dos cultivos de subsistência e da criação de gado para alimentar a crescente população livre e escrava do período. Destarte, essa expansão provocou um maior dinamismo econômico e social, favorecendo um aumento das fortunas. Havia uma desigualdade social mostrada a partir da concentração de riqueza, sobretudo nas mãos dos grandes senhores de engenho locais, seguidos de comerciantes, criadores e lavradores. Esses afortunados buscaram não apenas riquezas, mas também prestígio e poder dentro da sociedade regional e provincial.

Palavras-chaves: Lagarto – Boquim– Economia –Sociedade – Riqueza.



## **Abstract**

The present study has as research's object the residents' wealth of Lagarto and Boquim/SE in the period between 1850-1888, and it aims at the analysis of the formation of fortunes, observing how the continuities and transformations of regional economy contributed to the construction of this wealth and from the fortunes' values elaborate a socioeconomic classification of inventoried, as well as analyze the socio-economic activities that generated higher levels of wealth. And also our intention was to better understand the economy's dynamic of this region, caused by the expansion of sugar cane during the mid-nineteenth century and as such contributed to the increase in local fortunes. The growth of the sugar cane sector has led to increased subsistence cultivations and breeding cattle to feed the growing population free and slave of the period. Thus, this expansion led to greater economic and social dynamism, favoring an increase in the wealths. There was a social inequality shown from the wealth's concentration overcoat in the hands of the great masters of local mills, followed by traders, breeders and farmers. These fortunate searched not only wealths but also prestige and power within society.

**Keywords:** Lagarto – Boquim– Economy – Society – Wealth.

## Lista de Tabelas e Gráficos.

Tabela 1.1 – Preços de alguns alimentos em Sergipe (1850 e 1857). .....	38
Tabela 1.2 - Evolução do número de engenhos no decorrer do XIX – Boquim e Lagarto/SE. ....	46
Tabela 1.3 – Empréstimos contraídos pelos senhores de engenho – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	55
Tabela 1.4 – Motivos das dívidas dos senhores de engenho – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	56
Tabela 1.5 – Relação de escravos por engenho – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)..	58
Tabela 1.6 – População escrava por década nos engenhos - Boquim Lagarto/SE (1850-1888). ....	60
Tabela 1.7 - Despesas com trabalhadores livres no Engenho São Benedicto em 1884, Vila de Boquim/SE. ....	64
Tabela 1.8 - Quantidade de gado e de criadores – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). 75	
Tabela 2.1 - Valores dos bens por décadas – Boquim e Lagarto/ SE (1850-1888). ....	84
Tabela 2.2 - Estabelecimentos rurais em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	89
Tabela 2.3 - Maiores engenhos em contos de réis – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	91
Tabela 2.4 – Variações dos preços dos engenhos ao longo do período – Boquim e de Lagarto/SE (1850-1888). ....	92
Tabela 2.5 – Proprietários e não proprietários de escravos por décadas – Boquim e Lagarto/ SE. (1850-188). ....	100
Tabela 2.6 - Distribuição da propriedade escrava por tamanho de plantel – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	101
Tabela 2.7 – Distribuição da propriedade escrava por décadas e plantel - Boquim e Lagarto/ SE. (1850-1888). ....	106
Tabela 2.8 - Variação da média dos preços dos escravos por biênio - Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	108
Tabela 2.9 - Distribuição do gado por rebanho - Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). 113	
Tabela 2.10 - Maiores credores em valores emprestados – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	117
Tabela 2.11 - Maiores credores em abrangência – Boquim e Lagarto/ SE (1850-1888). ....	122
Tabela 2.12 - Empréstimos contraídos por diversas categorias econômicas –Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	126
Tabela 3.1 - Classificação das fortunas dos moradores de Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	140
Tabela 3.2 - Composição das fortunas por faixa – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	141
Tabela 3.3 - Distribuição dos bens por faixa de riqueza – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	143

Tabela 3.4 - Composição das fortunas da Faixa 1 por década – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). .....	144
Tabela 3.5 - Distribuição das patentes militares entre as categorias socioeconômicas – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). .....	186
Gráfico 2.1 - Frequência dos bens entre os inventariados. ....	82
Gráfico 2.2 - Frequência dos bens por períodos. ....	82
Gráfico 2.3 - Valores dos bens que compunham a riqueza (1850-1888). ....	83
Gráfico 2.4 - Formas de posse de terras – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	94
Gráfico 2.5 - Distribuição dos proprietários e não proprietários de escravos - Boquim e Lagarto / SE (1850-1888). ....	100
Gráfico 2.7 - Distribuição dos semoventes entre os moradores – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	111
Gráfico 2.8 - Distribuição dos valores dos semoventes – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	112
Gráfico 3.1 - Composição das fortunas da oitava faixa de riqueza – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888). ....	170

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Lagarto: uma economia em transformação .....</b>	<b>21</b>
1.1-Mudanças e permanências da economia imperial frente à colonial. ....	21
1.2 - Economia brasileira no Império. ....	27
1.3 - Aspectos econômicos de Sergipe. ....	32
1.4 - Um passeio pela economia de Lagarto e Boquim. ....	43
1.4.1 – Agricultura.....	44
1.4.2 – Pecuária .....	74
1.4.3 – Comércio .....	77
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Diversificação dos bens das fortunas de Boquim e Lagarto. ....</b>	<b>81</b>
2.1- Quadro geral.....	81
2.2 - A composição da riqueza dos moradores das Vilas de Lagarto e Boquim. ....	83
2.3 - Bens de Raiz.....	85
2.4 –Escravos.....	99
2.5 - Bem Semovente .....	110
2.6 –Dívidas.....	115
2.7 - Bens Móveis.....	131
2.8 –Dinheiro.....	136
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Riqueza e níveis socioeconômicos.....</b>	<b>140</b>
3.1 – Aspectos gerais. ....	140
3.2 - Muito pequena.....	143
3.3 – Pequenas .....	149
3.4 - Pequenas Altas .....	151
3.5 - Médias baixas .....	153
3.6 – Médias .....	155
3.7 – Médias altas. ....	159
3.8 – Grandes baixas.....	165
3.9 – Grandes.....	169
3.10 – Grandes altas. ....	175
3.11 - A busca por poder e status pela elite socioeconômica de Boquim e Lagarto. ...	181
<b>Considerações finais. ....</b>	<b>192</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>195</b>
<b>Referência.....</b>	<b>197</b>

## Introdução

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a riqueza de moradores de Lagarto e Boquim/SE, no período compreendido entre 1850-1888 e a análise da formação das fortunas, observando de que maneira as permanências e transformações da economia regional contribuíram para a construção dessa riqueza. Além disso, procuramos identificar os bens mais valiosos e o capital acumulado ao longo da vida dos inventariados, assim como analisar as atividades socioeconômicas que geraram maiores níveis de riqueza. Nossa intenção foi compreender a dinâmica da economia dessa região, provocada pela expansão da cana no decorrer de meados do século XIX e como tal processo contribuiu para o aumento das fortunas locais. O crescimento do setor canavieiro elevou os cultivos de subsistência e a criação de gado para alimentar a crescente população livre e escrava do período. Destarte, essa expansão provocou um maior dinamismo econômico e social, favorecendo um aumento das fortunas.

A existência de uma grande quantidade de inventários, chegando a mais de 650 documentos, viabilizou a realização desta pesquisa, mas por outro lado, moveu-nos a restringir o espaço a ser estudado. Inicialmente pretendíamos estudar toda a Comarca de Lagarto que, na época, englobava as vilas de (Tobias Barreto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Boquim, além de freguesias agregadas como Salgado e Poço Verde). Diante da grande quantidade de inventários limitamos o espaço, incluindo somente Lagarto e Boquim.

A escolha dessas localidades deu-se por suas especificidades econômicas; Lagarto, por sua grande criação de gado, pelo cultivo de alimentos, pelos engenhos e por seus comerciantes, que tiveram importante papel na montagem e no financiamento das safras dos engenhos locais; e Boquim, por ser a vila que possuía o maior número de engenhos da Comarca<sup>1</sup>, e pelo cultivo de gêneros alimentícios, que além de alimentar seus moradores, gerava excedentes exportados para mercados de Estância e da Bahia<sup>2</sup>.

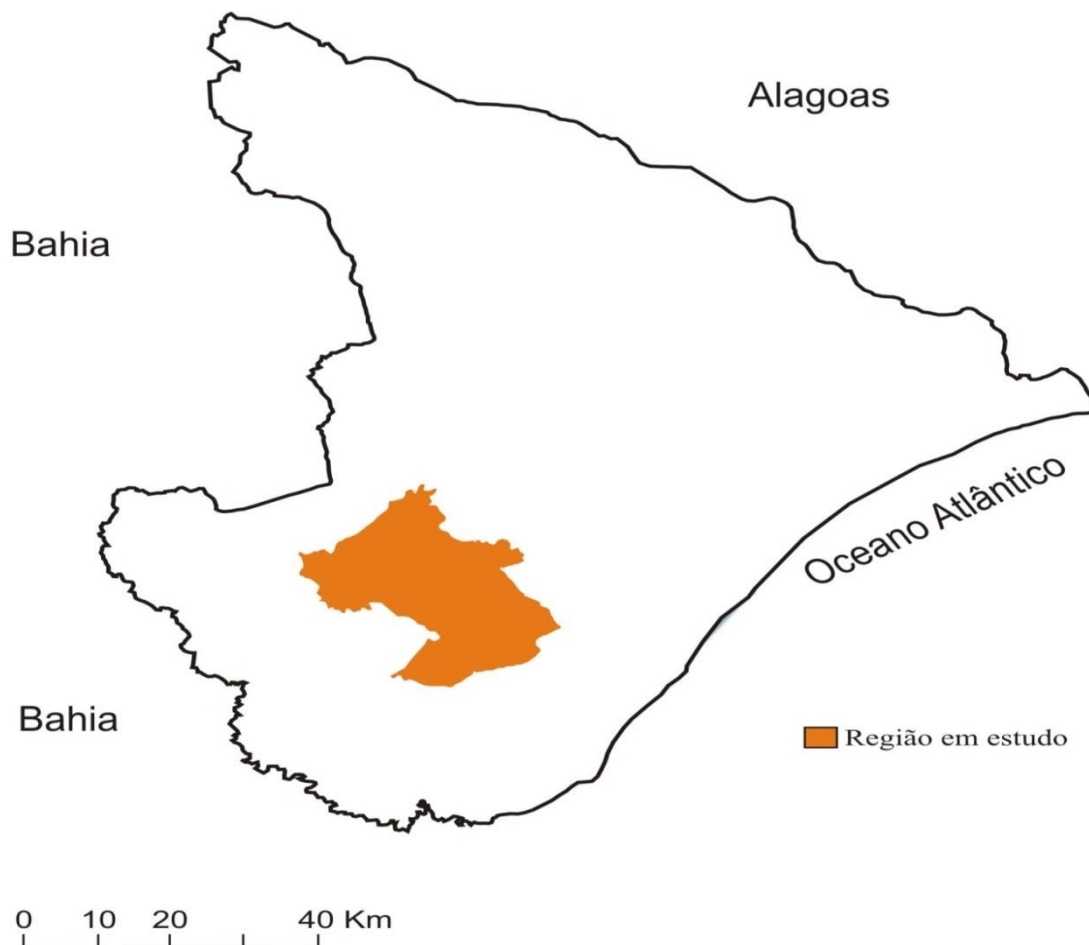
Utilizamos um total de 320 inventários, sendo que desses, 225 eram de habitantes da Vila de Lagarto e 95 de moradores de Boquim.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, M. G. S. **Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993, p. 143

<sup>2</sup> Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe, 3 março de 1871.

**MAPA 1**  
**ESTADO<sup>3</sup> DE SERGIPE**  
**UNIVERSO EM ANÁLISE<sup>4</sup>**



Organização: Carlos Roberto Santos Maciel  
Digitalização: Ricardo de Araujo Alves

Há um número pequeno de trabalhos que abordam a dinâmica da economia de Lagarto e Boquim, as suas permanências e transformações no decorrer da metade do século XIX, e como essa dinâmica favoreceu a formação das fortunas dos moradores<sup>5</sup>

<sup>3</sup> A utilização desse mapa que mostra a atual divisão territorial de Sergipe se deu pelo reduzido número de mapas imperiais, e pela difícil tarefa de limitar, nesses mapas, os territórios de Lagarto e Boquim no período.

<sup>4</sup> A região em estudo engloba os atuais municípios de Lagarto, Boquim e Salgado. No período estudado formava o território das vilas de Lagarto e Boquim. Salgado pertencia a Boquim, sendo desmembrado somente em 1927.

<sup>5</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ed. São Cristóvão: UFS/Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006; ALMEIDA, M. G. S.. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984. Essas obras abordam a temática de forma muito reduzida e simplificada, pois não tinham como objetivos principais focar as vilas escolhidas, mas sim Sergipe como um todo. SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Salvador, 2004.

lagartenses e boquinhenses. Inexistem trabalhos que tratam de aspectos relacionados a tais riquezas. Os poucos trabalhos que debruçam sobre o estudo de fortunas na Província de Sergipe no século XIX, analisam as regiões açucareiras e as que se destacavam no comércio<sup>6</sup>. Dessa forma, nossa pretensão é contribuir para preencher essas lacunas, estudando as fortunas das vilas de Lagarto e Boquim e a vida material de seus habitantes relacionando-as com suas especificidades econômicas.

Estabelecemos como limite temporal o período que vai de 1850 a 1888. Nesse tempo ocorreu a aprovação da Lei de Terras (1850), que valorizava esse bem. Com a Lei, as terras só poderiam ser adquiridas através de compra, e não mais por meio de doação, como era feito anteriormente. Isso contribuiu para uma maior representatividade desse bem no montante das riquezas locais. Outro fato importante que ocorreu no período foi a abolição do tráfico internacional de escravos (também em 1850). O fim do tráfico acarretou um aumento grandioso no preço dos cativos, impossibilitando a compra desse bem por muitos, e deu a ele uma maior representatividade nas fortunas daqueles que já o possuíam.

Mais tarde, estabeleceu-se a abolição do trabalho escravo (1888), o que acarretou um deslocamento de investimentos de capitais, antes empregados na compra de cativos, para a aquisição de outros bens. Nesse marco temporal, as vilas de Lagarto e Boquim se integraram ao comércio internacional, exportando açúcar e passando por uma profunda expansão canavieira, fato comprovado pelo aumento do número de engenhos que passa de doze em 1838<sup>7</sup>, para 41 em 1881<sup>8</sup>.

A publicação de “Formação do Brasil Contemporâneo”<sup>9</sup> em 1942, por Caio Prado Junior, inaugurou a Escola Paulista, que rompe definitivamente com a história de ciclos econômicos no Brasil. Essa historiografia pontuou teorias importantes para a explicação da economia colonial. O autor buscou o “sentido da colonização” dentro da

---

Dissertação (mestrado em História). Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia. SANTOS, Joceneide Cunha dos. **De Senhores de engenho à lavradores de mandioca**: um estudo sobre a propriedade escrava (Agreste-Sertão de Lagarto 1850-1888) -. São Cristóvão, 2001.

<sup>6</sup> SILVA, Sheyla Farias **Nas teias da fortuna**: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888). Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia. SANTOS, Patrícia Lima Moraes. **Permanência e transformações da riqueza em uma sociedade escravista**: Maruim (1850-1888). São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe

<sup>7</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p. 143

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 10.reimp.23.ed.São Paulo: Brasiliense,2007.p.119.

expansão marítima e comercial europeia, afirmando que a economia brasileira se organizou e funcionou para produzir e exportar gêneros tropicais ao comércio europeu<sup>10</sup>.

As produções desses gêneros, trabalhados por um grande número de cativos, foram o alicerce da riqueza no Brasil Colonial. Segundo essas teorias o Brasil se tornou uma colônia agrícola fornecedora de produtos tropicais, muito apreciados em Portugal e em toda Europa. Para Caio Prado, existiam três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil Colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo<sup>11</sup>. Para o autor, é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial<sup>12</sup>. Desse modo, essa tríade provocou algumas sequelas na economia como a submissão da produção ao capital mercantil externo, dificultando o desenvolvimento de um mercado interno, e o surgimento de outras formas de acumulação interna, resultando numa forte dependência da colônia junto a sua metrópole.

A economia de subsistência tinha um papel secundário na economia brasileira, pois, segundo Novais<sup>13</sup>, funcionava vinculada à economia exportadora. Sua produção consistia na produção de gêneros voltados para o mercado interno, porque tinha uma baixa produtividade e rentabilidade, um pequeno uso de mão de obra escrava e teve um papel secundário. Portanto, a economia agroexportadora era a base das fortunas coloniais, e seus principais detentores de riqueza eram os comerciantes portugueses, os senhores de engenho e de escravos.

Em fins da década de 1980, surgiram novos trabalhos na historiografia, que buscavam as especificidades e evitavam teorias generalizantes, e eram fortemente ancorados em fontes históricas. Dentre os historiadores envolvidos neste campo de pesquisa podemos citar João Fragoso<sup>14</sup>, que apoiado em uma ampla documentação, conseguiu mostrar a importância e a dinâmica do mercado interno, no final da colônia e início do período imperial. Ele afirma que o mercado interno gerou capital, e que esse financiou a montagem de áreas agroexportadoras e que as grandes fortunas coloniais

---

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>14</sup> FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.



eram mercantis e não agrária como antes se pensava<sup>15</sup>. Esses novos estudos historiográficos comprovaram a importância da economia de subsistência, do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação endógena que, por vezes, financiou a grande lavoura agroexportadora<sup>16</sup>.

Assim como fez Alcântara Machado<sup>17</sup>, Zélia Cardoso de Mello<sup>18</sup> também demonstrou a importância dos inventários para analisar as condições socioeconômicas e a riqueza dos indivíduos. A utilização dos inventários possibilitou a Zélia Cardoso de Mello investigar o processo de transformação social que culminou com o surgimento da economia exportadora capitalista que irá provocar mudanças nas formas de riqueza. Segundo a autora, essas mudanças ocasionaram o fortalecimento de um grupo social, com características específicas. *À medida que o capital se libertou do escravo, defrontou-se com uma ampla variedade de alternativas que produziu um capitalista e que já surge como classe que personifica interesses diversos, comerciais, financeiros e agrários*<sup>19</sup>.

Alice Canabrava<sup>20</sup> se apoiou em recenseamentos para mostrar os níveis de riquezas na capitania de São Paulo em meados do século XVIII, período no qual a economia da capitania se encontrava em fase de profunda decadência. Esse estudo serviria para uma comparação entre as riquezas dessa época e as de épocas posteriores, geradas primeiramente pelo açúcar e, em seguida, pelo café. Ela mostra que na cidade de São Paulo concentrava-se a maior percentagem de riqueza, seguida de Itu, Santos, Sorocaba e Garatinguetá. A maior parte dessa fortuna estava associada à mineração<sup>21</sup>.

Lélio Oliveira<sup>22</sup>, em sua obra investigou, a partir de inventários, a capacidade da geração da riqueza da economia de subsistência em Franca, durante o século XIX. Ele constatou a importância da criação de gado na composição da riqueza dos moradores locais. Esse tipo de bem só era menos importante que os bens de raiz e os

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> ALCÂNTARA MACHADO, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972.

<sup>18</sup> MELLO, Zélia M. Cardoso de. **Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895**. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo. Hucitec, 1990.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**, 26(4): 95-123, Rio de Janeiro, FGV, out/dez, 1972.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Lélio Luiz de. **Economia e História em Franca século XIX**: Franca: UNESP; FMDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997

escravos. Os animais eram importantes peças para a economia da região fazendo movimentar, ao seu redor, outras atividades geradoras de riqueza<sup>23</sup>.

Sheila de Castro Faria<sup>24</sup> chamou atenção para a importância do mercado interno que, em alguns casos, serviu para financiar a grande lavoura agroexportadora<sup>25</sup>, entre fins da colônia e início do império. Segundo a autora, a grande maioria das fortunas agrárias originou-se dos negócios mercantis. No Rio de Janeiro a rápida montagem da agroindústria açucareira foi um resultado de investimento de capital oriundo do mercado interno<sup>26</sup>. Para Sheila de Castro, essa acumulação endógena, a partir do mercado interno, possibilitou uma autonomia local frente às vontades da metrópole.

Barickmam<sup>27</sup> aponta a importância da economia de subsistência no Recôncavo baiano e que esse tipo de economia contava com a utilização de um número bastante considerado de escravos. O autor explica que a expansão da cana-de-açúcar não diminuiu as áreas de plantio de mandioca, que possuía grande importância para o abastecimento do mercado interno. Segundo o autor, embora a agricultura de exportação tivesse se espalhado por todo Recôncavo, os lavradores da região parecem ter conseguido aumentar sua produção de farinha para suprir a demanda crescente no mercado baiano<sup>28</sup>.

Maria José Rapassi Mascarenhas<sup>29</sup> evidenciou os padrões de riqueza e quem era rico na sociedade baiana no período de reflorescimento agrícola e de prosperidade da economia açucareira da Bahia, compreendendo o período de 1760 à 1808. A autora explica que as principais riquezas baianas eram oriundas do comércio externo<sup>30</sup>. A riqueza provinha também das culturas de exportação trabalhada por escravos, da criação de gado, do comércio estabelecido de lojas abertas e armazéns, de credores e altos funcionários do Estado<sup>31</sup>.

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.p.24

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808**. São Paulo, 1998. (tese de Doutorado em História Econômica apresentada na USP).

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

O presente estudo insere-se nessa nova historiografia, que aponta novas fontes de aquisição e construção de riquezas não vinculadas apenas à economia de plantation, já que pretendemos analisar a riqueza dos moradores de Lagarto e Boquim no decorrer do século XIX, que desenvolviam uma economia de mercado interno e diversificam sua economia a partir da metade do século XIX, com a expansão da cana e do algodão.

Em Sergipe existem poucos estudos sobre a riqueza do Estado no período colonial, pois a maior parte das pesquisas sobre esse tema trata da economia exportadora, revelando também a importância dos comerciantes locais como formadores de grandes fortunas. Patrícia Santos<sup>32</sup> abordou as formas de aquisição das riquezas dos proprietários de Maruim no período de 1850-1888, observando a partir dos inventários, as permanências e as transformações ocorridas na composição das fortunas no período estudado. Ela percebeu que as maiores fortunas de Maruim estavam concentradas nas mãos dos negociantes, proprietários agrícolas e lavradores.

Outra autora que estuda a riqueza em Sergipe é Sheyla Faria Silva. Em seu primeiro estudo<sup>33</sup>, referente à riqueza, a partir de inventários, procura analisar as formas de geração e distribuição das riquezas em Estância, no período de 1850-1888, e demonstrar como era caracterizada a riqueza local. A autora constata que as fortunas dos moradores da região tinham como base a agricultura e o comércio<sup>34</sup> e percebeu ainda, que a riqueza estava concentrada nas mãos dos senhores de engenho e dos comerciantes locais que, por meio do crédito, ergueram suas fortunas<sup>35</sup>.

Em outra obra, Sheyla Silva<sup>36</sup> estuda as fortunas dos comerciantes de Estância no período de 1820-1888. A autora comprovou que a composição da riqueza desse grupo foi construída pelo capital usurário, na propriedade imobiliária, na posse de escravos e nas mercadorias<sup>37</sup>. O crédito tinha muita importância na composição das riquezas, e financiava a construção de engenhos e a compra de escravos.

---

<sup>32</sup> SANTOS, Patrícia Lima Moraes. **Permanência e transformações da riqueza em uma sociedade escravista: Maruim (1850-1888)**. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

<sup>33</sup> SILVA, Sheyla Farias. **Riqueza em Movimento: A Construção de Fortunas na Estância Escravocrata (1850-1888)**. São Cristóvão, 2002 (Monografia de Licenciatura) DHI-UFS.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia.

<sup>37</sup> Idem.

As fontes consultadas para a realização desta pesquisa estão localizadas principalmente no Arquivo do Judiciário de Sergipe (inventários, livros de notas, ação de embargo, libelo cível), no Arquivo Público do Estado (lista de qualificação dos votantes, câmaras municipais, requerimentos junto ao presidente de província) e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Relatórios dos presidente da Província).

A principal fonte para realização da presente pesquisa, como já foi expresso, foram os inventários *post-mortem*. A partir da quantificação dos dados dessa fonte tornou-se possível a construção de uma história serial. O seu uso nos possibilitou investigar a estrutura socioeconômica da região; visualizar os itens que compunham as fortunas locais (escravos, terras, móveis, dívidas, animais dentre outros); e identificar quais setores econômicos eram capazes de proporcionar e gerar maiores riquezas.

Os inventários permitiram ainda, percebermos, através das descrições dos bens, quais eram os mais valorizados; quais os mais disseminados entre as fortunas dos moradores; e como se constituíam a maior parte da riqueza. A partir das dívidas ativas e passivas, verificamos a venda e compra de diversos produtos realizadas pelos moradores locais e as fortunas dos comerciantes.. Com a análise das dívidas, notamos, ainda, de onde provinham os capitais utilizados pelos senhores para a montagem de seus engenhos, o financiamento das suas safras, além de identificarmos que o crédito foi de fundamental importância para o desenvolvimento de todas as atividades econômicas, e que esteve presente em todas as categorias socioeconômicas das vilas estudadas. Através desses itens se descortinou a vida material da região, bem como seus aspectos econômicos e sociais.

Outra fonte utilizada foi a Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto. Não utilizamos as listas de votantes de Boquim, pois essas não mencionam as rendas anuais de seus eleitores. Os dados quantitativos e seriais desta, permitiram a identificar as profissões das pessoas que possuíam as grandes, médias e pequenas fortunas. Cruzamos as informações dos inventários e das listas de votantes, e encontramos as atividades socioeconômicas que mais geravam riquezas. O elevado número de lista de eleitores, visto que chega a existir quase uma por ano, nos levou a utilizar o método qualitativo para escolher os anos a serem contemplados, os de 1868 e 1878. Esses anos foram escolhidos porque suas listas são as únicas que estão completas indicando (nome, profissão e renda) as demais não indicam as possíveis rendas por isso

foram descartadas. Lembramos que só eram eleitores pessoas do sexo masculino, sendo assim essa fonte permitiu saber mais informações sobre quem eram os homens que possuíam fortuna na região na segunda metade do século XIX.

Com a informação quantitativa das fontes (Ações de Embargo, Libelo Cível e do Livro de Notas) identificamos os gêneros que eram comprados, vendidos e embargados, a origem das dívidas de agricultores, comerciantes e criadores, compreendendo, dessa forma, um pouco da dinâmica da economia local e do seu mercado interno. Utilizamos ainda, crônicas de Ediberto Campos, que descrevem a passagem do século XIX para o XX em Lagarto e mencionam importantes aspectos políticos e econômicos da região lagartense nesse período, relatam também a disputa política entre Pebas e Cabaús pelo poder local, da existência de alguns engenhos da vila, indicando o número de escravos utilizados nos mesmos, do financiamento da safra no período em análise e de uma possível autossuficiência. Como qualquer fonte, temos que utilizar seus dados com certa cautela, pois ele pode ter relatado apenas fatos que enaltecem alguns políticos e senhores de engenhos locais que eram seus parentes e amigos.

A utilização de documentos oficiais (relatórios de presidente de província, correspondências, câmaras municipais) auxiliou na montagem estatística do número de engenhos locais, atividades agrícolas desenvolvidas, bem como o número de moradores livres e escravos. Através de seus discursos foi possível obter informações sobre aspectos da economia de Sergipe, Lagarto e Boquim, no período escolhido tais como: falta de alimentos, expansão do algodão, crise na agricultura exportadora, trabalho livre, conflito entre agricultores e lavradores, tráfico interprovincial.

O Fundo de Emancipação de Escravos de Lagarto<sup>38</sup>, ofereceu dados sobre a quantidade de escravos - embora tal documento não mencione todos os escravos de cada proprietário - que pertenciam a importantes moradores da região lagartense, no período em estudo, que morreram após a publicação da Lei Áurea, impossibilitando saber a quantidade de escravos que possuíam a partir do uso de inventários.

Dividimos esta dissertação em três capítulos visando atingir os objetivos específicos propostos e alcançar o intuito principal da pesquisa que é a análise da construção das fortunas de Lagarto.

---

<sup>38</sup> Nessa continha escravos de Lagarto e Boquim.

No primeiro capítulo procuramos apresentar um panorama econômico e social do Brasil e Sergipe visando melhor compreender a economia e sociedade das vilas de Lagarto e Boquim, bases importantes para entender a formação das fortunas de seus moradores. Para elaboração do capítulo recorreremos aos seguintes documentos que apresenta informações a respeito da economia de Sergipe e da região: relatórios de presidente de província, requerimento, documentos das câmaras municipais das vilas em análise, ações de embargo e principalmente os inventários.

No segundo capítulo caracterizamos as fortunas dos moradores de Lagarto e Boquim, observando os valores de cada item que compunha a riqueza inventariada. Identificando os bens que mais estavam disseminados entre os moradores e mostrar a importância do crédito para o desenvolvimento de todas as atividades econômicas. Para realização desta etapa utilizamos como fonte principal os inventários, pois neles constam os bens deixados pelos moradores que aparecem divididos nos seguintes itens: escravo, bens de raiz (terras, fazendas, casas, engenho, casa de farinha, roças), semoventes (gados bovino, equino, caprino e ovino), dinheiro, bens móveis (ferramentas, mobílias, objetos de metais, joias), e dívidas ativas e passivas. A partir dos bens que compunham as fortunas analisamos o bem com maior representação nos montantes das fortunas. Cruzamos os dados dos inventários com as ações de embargo e libelo cíveis, que revelam os bens que são embargados na justiça por motivo de dívidas ou reclamações de herança, e conflitos por ocupações territoriais indevidas.

No terceiro capítulo, classificamos as fortunas acumuladas pelos moradores de Lagarto e Boquim em vários níveis. Com essa classificação buscamos identificar o perfil socioeconômico dos moradores através dos ativos que possuíam, considerando que o comportamento das fortunas pessoais apresenta indícios de mudanças no cenário econômico da época. Nessa etapa utilizamos os inventários e as listas de qualificação de votantes para classificar os níveis de riqueza, como também para reconstituir as atividades socioeconômicas envolvidas pelos afortunados. Uso de documentos oficiais serviu para descortinar a busca por poder e prestígio entre a elite socioeconômica.

## Capítulo I

### Lagarto: uma economia em transformação

Neste capítulo analisaremos aspectos relacionados às economias do Brasil, de Sergipe e de Lagarto, enfatizando mais a segunda metade do século XIX. Para isso, o dividiremos em quatro tópicos. No primeiro abordaremos as mudanças e, principalmente, as permanências da economia imperial brasileira, herdadas do período colonial. No segundo trataremos da economia do Brasil Monárquico. No terceiro apresentaremos uma contextualização econômica de Sergipe. E, por fim, no último tópico, analisaremos as características da economia de Lagarto mostrando suas atividades econômicas e sua diversificação.

#### 1.1-Mudanças e permanências da economia imperial frente à colonial.

O período em que o Brasil passou sob o domínio português foi marcado pelo sistema colonial mercantilista, caracterizado pela expansão do capitalismo comercial, resultando na transformação do Brasil em uma colônia agrícola fornecedora de produtos tropicais, muito apreciados em Portugal e em toda Europa<sup>39</sup>.

“Aquele sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância (...). A nossa economia se subordina inteiramente a esse fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo o mais que nela existe, e que é aliais de pouca monta, e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial”<sup>40</sup>.

De acordo com Pinto, integrante do império lusitano, a colônia brasileira conheceu momentos de prosperidade, na medida em que seus produtos iam sendo lançados com sucesso no mercado europeu<sup>41</sup>. Essa entrada da colônia brasileira no comércio do Atlântico seguiu as diretrizes da metrópole e iniciou-se com a atividade

---

<sup>39</sup> PINTO, Vírgilio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. IN: MOTTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1968, p. 126.

<sup>40</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 10. reimp.23.ed.São Paulo: Brasiliense,2007, p.119.

<sup>41</sup> PINTO, op. cit., p. 126.

comercial do pau-brasil, seguido do açúcar e do ouro, estendendo-se até o período imperial com o café como principal produto de exportação. Por sua vez, a colônia seria o mercado consumidor de produtos manufaturados necessários para a vida na Colônia, provenientes da metrópole europeia.

De acordo com Novais<sup>42</sup> o que se produzia no Brasil Colônia orientava-se para produtos que poderiam preencher a função do sistema de colonização baseada no capitalismo mercantil: mercadorias comercializáveis na economia central com boa aceitação na sociedade europeia.

Outra característica do sistema de colonização foi a adoção da mão de obra escrava. A presença do trabalho escravo é também explicada em função dos objetivos da colonização portuguesa, da escassez populacional em Portugal e da pouca disposição do português (e do europeu em geral) em vir aos trópicos como trabalhador. O clima tropical e as condições hostis do meio natural afugentavam o trabalhador europeu. Daí a necessidade de buscar o escravo, fosse ele o indígena, nas fases iniciais, ou o africano, quando o sucesso da produção garantia recursos para pagar seus elevados preços<sup>43</sup>. O autor ainda argumenta que a preferência pelo africano:

“revela-se mais uma vez a engrenagem do sistema mercantilista, este se processa, no sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole, ora, *o tráfico negreiro*, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”, a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole que realizavam os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “*mercadoria*”. Esse talvez seja o segredo da melhor “*adaptação*” do negro à lavoura... escravista<sup>44</sup>.

A economia brasileira do século XIX herdou as estruturas econômicas desenvolvidas no período colonial, a independência política não foi capaz, de início, de fazer uma ruptura. A economia continuou pautada, sobretudo, na produção de gêneros agrícolas que obtinham bons preços e lucros no mercado internacional. Isso fica

<sup>42</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do antigo sistema colonial (1777.1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979, p.92

<sup>43</sup> NOVAIS, op. cit. p.104

<sup>44</sup> NOVAIS, op. cit. p. 105



comprovado com a substituição de seu principal produto de exportação, o açúcar cultivado na fase colonial, principalmente, no Norte, pelo café cultivado no Centro-Sul durante o período imperial. Além disso, os gêneros produzidos na grande lavoura continuou dependente da utilização do trabalho escravo até fins do século.

“Em 1822, o Brasil emancipava-se politicamente, mas a estrutura econômica tradicional se mantinha nas suas grandes linhas. A indústria pereceu no nascedouro incapaz de fazer frente a invasão de produtos manufaturados europeus, principalmente os ingleses, favorecidos por tratados comerciais. Reafirmava-se a vocação colonial; o Brasil parecia fadado a fornecer à Europa matérias primas e a dela receber manufaturas.”<sup>45</sup>

Segundo Emília Viotti da Costa, preservou-se a ordem econômica tradicional e a escravidão, mudando apenas a tutela do domínio português pelo britânico, mantendo a dependência de uma estrutura colonial de produção.<sup>46</sup> A continuidade da economia com características coloniais se explica, em parte, pelos anseios dos grupos sociais que assumiram o poder no Primeiro Império, e fizeram a independência em nome da liberdade política. Porém, em nome do direito de propriedade, o país continuou a escravizar mais de um milhão de homens.<sup>47</sup> O Império herdou, então, do período colonial uma economia pautada no latifúndio exportador e escravista, e uma tradição cultural assentada na mentalidade senhorial. Possuir terras e escravos continuava sendo os principais ideais da sociedade. Ter escravos era sinal de abundância e conferia prestígio social.<sup>48</sup>

Caio Prado também faz observação semelhante a respeito da continuidade das estruturas coloniais, mesmo com o advento do Império; vejamos:

“Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação, que abolido ele com a Independência, vemo-la perpetuar-se. O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeitos, e em que o “sete-de-setembro” não tocou. (...). E isto se compreende: chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos

<sup>45</sup> COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. T. 2: O Brasil Monárquico, V. 3: Reações e Transações. p. 136

<sup>46</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 6.ed. São Paulo: UNESP, 1999. p. 60

<sup>47</sup> COSTA, 2004, op. cit. p. 137

<sup>48</sup> COSTA, 1976, op. cit. p. 141.

ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto: máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não podíamos ser outra coisa mais que o que fôramos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio.”<sup>49</sup>

Tal assertiva a respeito da continuação da estrutura colonial discutida até aqui, a partir de bases teóricas de autores pertencentes à Escola Paulista, também pode ser encontrada nos adeptos da noção de modo de produção escravista colonial<sup>50</sup>, pois segundo esses autores, as relações sociais de produção eram baseadas no trabalho escravo<sup>51</sup>, que perdurou muito além da independência política do país, desaparecendo somente em 1888 com a abolição da escravatura. Essa ideia pode ser percebida em Ciro F. Cardoso:

“(…) o termo “colonial” emprega-se no sentido de definir uma relação estrutural de dependência e não um sentido político; desta forma, por exemplo, a Independência do Brasil em 1822 não significou a derrubada do modo de produção escravista colonial no País, o qual continuou sendo dominante até mais ou menos 1850, para desaparecer somente em 1888. Por “modos de produção coloniais” designo, pois aqueles modos de produção que surgiram na América em função da colonização europeia, mas que em certos casos puderam sobreviver à independência política das colônias americanas e continuar existindo durante o século XIX até a implantação – que se deu em épocas diferentes, segundo os diversos países – do modo de produção capitalista.”<sup>52</sup>

A partir do último quartel do século XX, surgiram trabalhos que romperam com a teoria generalizante do mercado exportador, mostrando que existia vida além das

<sup>49</sup> PRADO JR., 2007, op. cit. p. 127

<sup>50</sup> CARDOSO, Ciro F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. **Modos de producción en América Latina**. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente (40), 1973. GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

<sup>51</sup> GORENDER, op. cit. p.89

<sup>52</sup> CARDOSO, apud. FRAGOSO, 1998, p. 91

plantation agrícolas, e passaram a dar atenção e a evidenciar a importância do mercado interno brasileiro. Esses novos trabalhos<sup>53</sup> contavam com um amplo respaldo empírico.

O mercado interno contou com um crescimento a partir da segunda metade do século XVIII, ampliando-se ainda mais no decorrer do século XIX, com uma diversificação da sua produção. As mudanças ocorridas com as reformas pombalinas, somadas aos efeitos da Revolução Francesa, dinamizaram a economia nacional, externa e interna. Esses fatores, “*na verdade nada mais fez do que legitimar, estimular e assegurar os interesses sobre as atividades mercantis já existentes secularmente*”<sup>54</sup>. O mesmo autor afirma que, “*se a colônia representa “mercado” consumidor seguro para as mercadorias fabricadas em Portugal, ela o é também para os produtos locais, alimentação, manufaturas e até “serviços”.*”<sup>55</sup>

A recuperação e expansão da economia açucareira em fins do XVIII, de acordo com Amaral Lapa: “*promoveu um crescente volume de aquisições no mercado interno: farinha de mandioca, feijão, carne seca, etc., o que constitui decisivo estímulo para os que se dedicam à subsistência comercializável*”<sup>56</sup>.

João Fragoso, em seu estudo sobre os grandes negociantes da praça mercantil do Rio de Janeiro, em fins do período colonial e início do imperial, verificou a existência de áreas que tinham uma produção destinada ao abastecimento interno<sup>57</sup>. O mercado interno surge a partir das plantations, e aponta uma nova alternativa de acumulação de capital.

---

<sup>53</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **O antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982; GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010; FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982; FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980; FRAGOSO, João R., FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – C. 1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. LINHARES, Maria Yêda L. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, 2002.

<sup>54</sup> LAPA, op. cit. p. 50.

<sup>55</sup> Idem, p. 41.

<sup>56</sup> Idem, p. 63.

<sup>57</sup> FRAGOSO, op. cit. p. 119.

“a plantation gerou um mercado interno, que, por sua vez, redefiniu a própria natureza da economia e sociedade coloniais. [...] Por outro lado, existência de um mercado doméstico e de outras formas de produção, para além da agroexportação, traz consigo novas possibilidades em termos de acumulação”<sup>58</sup>.

Analisando a economia externa e interna do Recôncavo baiano, a partir da cana, fumo e mandioca, entre 1780 e 1860, Barickmam mostra a importância da produção de mandioca, e a existência de um grande mercado interno consumidor da farinha: o recôncavo agroexportador e a cidade de Salvador. A existência desse importante mercado consumidor fez produtores de mandioca adaptarem-se ao crescimento da economia exportadora, que implicava no aumento na demanda de farinha. Isso aconteceu sem provocar qualquer queda em sua produção e no abastecimento, e sem que houvesse a elevação de seus preços<sup>59</sup>.

Barickmam ressalta ainda certa independência da mandioca em relação ao mercado externo quanto aos seus preços, pois a elevação dos valores da farinha não estava relacionado a apenas às flutuações da economia exportadora. Para o autor “inúmeros fatores, muitos deles sem qualquer relação com as variações do preço do açúcar, combinavam-se para determinar o preço que se paga no mercado interno baiano por um alqueire de farinha em qualquer tempo ano específico”<sup>60</sup>. Segundo ele, um fator que influenciava diretamente no aumento dos preços da farinha eram as condições meteorológicas<sup>61</sup>, ou seja, seca ou excesso de chuvas.

A estrutura econômica do período imperial continuou praticamente a mesma da colônia. O Brasil permaneceu com uma economia pautada na exportação e com utilização de mão de obra escrava. O que surge de novo é um mercado interno mais forte e representativo, gerador de maiores dividendos em relação ao período colonial. Somente a partir do café, na segunda metade do XIX, é que se vislumbram grandes alterações nesse quadro. Nesse período aconteceu uma massificação do trabalho livre através da imigração e um impulso na modernização por meio da construção de estradas de ferro e implantação de indústrias.

---

<sup>58</sup> Idem, p. 179.

<sup>59</sup> BARICKMAM, op. cit. p. 151.

<sup>60</sup> Idem, p.145.

<sup>61</sup> Idem.

## 1.2 - Economia brasileira no Império.

O período imperial iniciou-se com seus principais produtos de exportação enfrentando tendências no declínio de seus preços<sup>62</sup>. O açúcar sofria com a concorrência do açúcar de beterraba europeu e, ainda, com o do novo grande produtor, Cuba, uma vez que ambos estavam em fase de expansão, resultando na diminuição da exportação e do preço do açúcar brasileiro.<sup>63</sup>

Já o algodão, segundo produto nas exportações brasileiras, não conseguiu concorrer em pé de igualdade com a produção norte-americana, beneficiada pelos interesses do grande mercado inglês, do crescimento da procura interna, da grande oferta de terras e da abundância de mão de obra escrava.<sup>64</sup>

Com a ausência de grandes capitais, e a carência de mão de obra, a única solução para tirar o país desse quadro declinante seria encontrar um produto de exportação, cuja base de produção se assentasse num único fator produtivo abundante, a terra.<sup>65</sup> Esse produto foi o café, embora cultivado no Brasil desde o fim do século XVIII, foi no segundo quarto do século XIX que começou a se expandir e ocupar, a partir da década de 30, a primeira posição entre os principais produtos de exportação nacional.

“O segundo e principalmente o terceiro quartel do século XIX são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira. A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão de obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, portanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também esteja imobilizado, suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local.”<sup>66</sup>

Todo o aumento obtido no valor das exportações na primeira metade do século XIX ocorreu estritamente devido a contribuição da produção de café.<sup>67</sup> Ele foi o

---

<sup>62</sup> PINTO, op. cit. p.132.

<sup>63</sup> Idem, p.132.

<sup>64</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 166.

<sup>65</sup> FURTADO, op. cit., p. 168.

<sup>66</sup> Idem, p. 169.

<sup>67</sup> Idem, p. 169.

principal responsável pelo equilíbrio da balança do comércio após 1860. Nele repousou a maior parte da riqueza do país, através do quase monopólio do produto no mercado internacional<sup>68</sup>. Um fator de estímulo a produção do café brasileiro foi o desenvolvimento do mercado norte-americano, pois, durante o século XIX, tornou-se um grande consumidor do produto, absorvendo mais de 50% da produção, e essa percentagem cresceu com o tempo.<sup>69</sup>

“A principal característica da economia brasileira na segunda metade do século XIX é a proeminência do café. O panorama do Segundo Reinado se altera a partir do momento em que o café, lastreando as exportações, colocando o Brasil como o principal produtor, concorreu para o aumento do volume e do valor da balança de comércio, que de 1860-61 a 1884-85, apresenta-se favorável.”<sup>70</sup>

O café tornou-se o principal produto de exportação, e com os grandes lucros gerados pela sua venda foi possível equilibrar o superávit e haver uma ascensão no padrão de vida da população. Seu capital foi também investido na modernização, com a construção de estradas de ferro e outros meios de transportes e comunicação, e com instalações de algumas manufaturas entre outros investimentos.<sup>71</sup>

Junto com a inovação técnica e a melhoria no padrão de vida e prosperidade econômica trazida a partir do capital cafeeiro, esse produto agrícola reforçou a estrutura econômica oriunda do período colonial, que se perpetuou no Brasil independente, baseada na grande propriedade monocultora e trabalhada por mão de obra escrava.<sup>72</sup>

O desenvolvimento da cultura cafeeira assentada na mão de obra escrava fez crescer sua demanda e reforçou a dependência de certos setores sociais em relação a esse tipo de trabalho.<sup>73</sup> Após a independência, manteve-se o regime escravista por conta da ascensão ao poder e direção política do grupo social que mais tinha interesse em sua preservação, os proprietários rurais<sup>74</sup>.

“Na medida em que a economia brasileira concentrava-se na monocultura cafeeira e no braço escravo, fácil é compreender a resistência à ideia abolicionista, quer do

<sup>68</sup> PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. , São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 167.

<sup>69</sup> Idem, p.167.

<sup>70</sup> PINTO, op. cit., p. 138-139.

<sup>71</sup> PRADO JR., 1998, p. 168.

<sup>72</sup> Idem, p.168.

<sup>73</sup> COSTA, 2004, op. cit., p. 137.

<sup>74</sup> COSTA,1999, op. cit. p. 59.

tráfico quer da própria escravidão, e a repulsa às cláusulas do tratado de 1810 com a Inglaterra, renovadas em 1826 e acrescidas do compromisso de abolir o tráfico em 1830. Aproximando-se aquela data, surgiu naturalmente o problema da substituição da mão de obra.”<sup>75</sup>

Apesar da elaboração e promulgação de leis pelo governo brasileiro que propunham o fim do tráfico de escravos, elas não saíram do papel, pois iam de encontro aos interesses dos dirigentes nacionais, representantes da aristocracia rural e escravista. Com a cumplicidade e tolerância das autoridades, o tráfico continuou mais intenso.<sup>76</sup>

As fortes pressões da Inglaterra levaram a assinatura, em 1850, da Lei Eusébio de Queiroz, pondo fim ao tráfico negreiro. Com a interrupção do tráfico de africanos para o Brasil, a escravidão passou a contar os dias para a sua extinção, visto o baixo crescimento vegetativo da população cativa, motivado pelos pequenos índices de natalidade entre os escravos e a alta mortalidade dos mesmos.<sup>77</sup> Com o fim do tráfico de escravos, o capital antes utilizado para esse fim foi libertado e desencadeou uma ativa renovação na vida econômica. Nesse período, surgiram empresas industriais, bancos, caixas econômicas e companhias de navegação a vapor, de seguros, de colonização e de estrada de ferro.<sup>78</sup>

“Com a cessação brusca do tráfico, que absorvia boa parte da burguesia urbana, o capital investido encontrou-se subitamente em disponibilidade. E o que se segue é uma diversificação na sua aplicação ativando vários setores da vida nacional. [...] Não só o comércio se diversifica como também a indústria é impulsionada. Bastante significativo é o número de patentes industriais expedidas a partir de 1850.”<sup>79</sup>

O fim do tráfico provocou ainda um grande problema no setor produtivo: a ausência de mão de obra para trabalhar na agricultura exportadora. O café continuou sua expansão e, por isso, necessitava, cada vez mais, de força de trabalho para amparar sua produção. A solução veio com a importação de escravos através do tráfico interprovincial feito com outras províncias com economias em decadência, como a do algodão e a do açúcar, em menor número de áreas. A falta de mão de obra não foi exclusividade apenas da economia cafeeira, a agricultura açucareira também sentiu a

<sup>75</sup> PINTO, op. cit., p. 135.

<sup>76</sup> PINTO, op. cit., p. 135-136.

<sup>77</sup> COSTA, 2004, op., cit., p. 145.

<sup>78</sup> PRADO JR. 1998, op. cit. p.192.

<sup>79</sup> PINTO, op. cit., p. 137-138.

carência de braço para sua lavoura, observada em constantes citações nas falas de seus presidentes de províncias, que buscaram encontrar soluções para esses problemas.

Existiu, ainda, a tentativa de utilizar o grande contingente populacional de trabalhadores livres que viviam nos campos e cidades. Cogitou-se nas Assembleias Provinciais<sup>80</sup> meios para obrigar essa população, aparentemente ociosa, a trabalhar na grande lavoura. Por não querer se ocupar nessas atividades, afirmava-se que o trabalhador livre brasileiro era preguiçoso e inativo.<sup>81</sup>

“Como pretender que homens que plantavam o suficiente para sobreviver, que viviam ao Deus dará, se submetessem, em troca de poucos salários, ao penoso trabalho exigido nas fazendas. Trabalhar como assalariado na grande lavoura significava, para eles, equiparar-se à condição de escravos. Preferiam viver ao léu, sem eira nem beira. Nas regiões, entretanto, em que a mão de obra escrava recuava a incorporação do trabalhador livre a grande lavoura, fazia-se progressivamente.”<sup>82</sup>

A constante necessidade de braços para a lavoura se deu graças ao reduzido uso dos trabalhadores livres nacionais e ao elevado preço do escravo, que entre 1855 – 1875 triplicou, tornando a sua compra cada vez mais onerosa, menos rendosa e sem emprego.<sup>83</sup> Devido a isso e ao fracasso da imigração e da formação de colônias feita por particulares, o governo passou a subvencionar a vinda de imigrantes como alternativa para suprir a demanda da força de trabalho.

A maioria desses imigrantes se concentrou no Sul, em virtude da grande necessidade de braços requeridos pela economia cafeeira. Nas demais regiões do país, sua presença não veio a ser significativa, limitando-se àquelas áreas um punhado de trabalhadores europeus, que não chegaram a representar contingente importante no processo de urbanização.<sup>84</sup>

“As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX– abolição da escravatura, desenvolvimento das redes de transportes, imigração e industrialização – não foram suficientes para alterar fundamentalmente a orientação da economia, mas contribuíram para a formação de um incipiente mercado interno, estimulando

<sup>80</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Manuel da Cunha Galvão. 15 de agosto de 1860, p. 07.

<sup>81</sup> COSTA, 2004, op. cit., p. 164.

<sup>82</sup> Idem, p.165.

<sup>83</sup> Idem, p.155.

<sup>84</sup> COSTA, 1999, op. cit., p. 253.



a urbanização. A tendência à concentração de capitais em certas áreas, cuja economia estava em expansão (regiões cafeeiras), irá motivar uma modernização mais rápida dessas regiões.”<sup>85</sup>

Outro acontecimento importante no Brasil em meados do século XIX foi a promulgação da Lei de Terras, em 1850, segundo a qual, a aquisição de terras só devia ser feita mediante compra. A criação dessa lei pelo governo imperial realizou-se de um lado, para transformar a terra no principal bem econômico em substituição ao escravo, tornando-a mais apta para substituí-lo nas hipotecas e operações de crédito; e, de outro, para que com a venda das terras devolutas do governo, o dinheiro adquirido contribuísse para o financiamento da imigração estrangeira, proporcionando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.<sup>86</sup>

“No centro de toda a solução Saquarema para o problema da mão de obra e do povoamento estava a questão da demarcação das terras devolutas. Uma vez demarcadas, elas seriam vendidas a nacionais ou estrangeiros que, quisessem compra-las. O dinheiro arrecadado seria utilizado no financiamento da imigração regular.”<sup>87</sup>

Os objetivos iniciais da Lei de Terras não foram alcançados por conta da emancipação gradual da escravidão, que manteve a economia girando em torno do escravo e não da terra, como se pretendia, e do fracasso do governo em regularizar a situação da propriedade territorial<sup>88</sup>. Dessa forma, o governo se viu obrigado a procurar outros meios para obtenção de verbas necessárias ao financiamento da imigração.<sup>89</sup>

Apesar do fim do tráfico de escravo ter lançado uma sentença definitiva sobre a escravidão, a mesma permaneceu por quase quarenta anos, devido à opção da classe dirigente pela libertação lenta e gradual da escravatura, o que consistiu em uma forma de ajustar a manutenção da escravidão aos anseios emancipacionistas de boa parcela da sociedade.

---

<sup>85</sup> Idem, p. 266.

<sup>86</sup> SILVA, Lígia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 136-137.

<sup>87</sup> Idem, p. 141.

<sup>88</sup> Idem, p. 167.

<sup>89</sup> Idem, p.234.

### 1.3 - Aspectos econômicos de Sergipe.

De acordo com a historiografia sergipana, o processo de ocupação e colonização das terras sergipanas pelos portugueses, nos fins do século XVI, deu-se pela necessidade de estabelecer comunicação por terras entre as capitânicas da Bahia e Pernambuco, os dois mais importantes núcleos urbanos da Colônia<sup>90</sup>, visto que as viagens marítimas entre elas eram mais difíceis e perigosas que entre uma delas e Portugal<sup>91</sup>. Para tornar possível a ligação entre as duas capitânicas por terra, era necessário dominar os índios. Além disso, era preciso garantir o livre acesso às barras dos principais rios da região, constantemente visitados por barcos franceses<sup>92</sup>, esses, expulsos de outros portos da Colônia, aqui se refugiaram e viviam fazendo escambos com os nativos locais<sup>93</sup>. Outros fatores motivaram a conquista do território sergipano:

“[...] obter mão de obra barata que, com a justificativa de guerra justa, poderia ser obtida, atendendo, assim, à exigência de braços solicitada pelo crescimento dos engenhos do Recôncavo baiano, numa época em que o escravo africano estava altamente valorizado ante a concorrência das minas da América Espanhola; e finalmente, a possibilidade de ocupar excelentes pastagens para atender à expansão dos rebanhos”<sup>94</sup>

A derrota dos índios locais pelas tropas de Cristóvão de Barros, em 1590, marcou a tomada das terras sergipanas. Esse desfecho significou o triunfo dos grandes latifundiários baianos, especialmente os ligados à atividade pastoril, que ocuparam suas pastagens com rebanhos, tornando possível, assim, a expansão da pecuária, a qual tanto requeriam<sup>95</sup>.

Dessa forma, a pecuária se tornou a principal atividade econômica de Sergipe, fato observado através do grande número de solicitações de sesmarias para essa finalidade<sup>96</sup>. O gado sergipano foi importante para a formação da riqueza local, como também servia para o abastecimento da população baiana e para o exército que lutava

---

<sup>90</sup> NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, p. 27.

<sup>91</sup> FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 69.

<sup>92</sup> NUNES, op. cit., p. 27.

<sup>93</sup> FREIRE, op. cit., p. 69.

<sup>94</sup> NUNES, op. cit., p. 31.

<sup>95</sup> NUNES, op. cit., p. 38.

<sup>96</sup> NUNES, op. cit., p. 35.

no norte<sup>97</sup>. Em 1612, assim relata um viajante sobre as terras sergipanas e a sua pecuária: “*Essa Capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e Bahia para os quais envia muito gado, assim para comer como para o serviço; criam-se nestes pastos muitos bois, éguas e bons cavalos, que do Brasil são os melhores*”<sup>98</sup>.

A cultura canavieira em Sergipe começou nos anos seiscentos, quando se fundaram seus primeiros engenhos<sup>99</sup>. O número dos mesmos só tornou-se notório em fins do século XVIII, graças a uma rápida expansão canavieira que atingiu partes das terras sergipanas. Portanto, a Capitania de Sergipe Del Rei não acompanhou a fase áurea da economia açucareira, geradora de riqueza e progresso no Norte nos séculos XVI e XVII, período em que Sergipe se dedicava à criação de animais e à lavoura de subsistência, destinadas à produção de alimentos para as zonas açucareiras das capitanias vizinhas<sup>100</sup>.

A tardia expansão da cultura canavieira em terras sergipanas deu-se por dois fatores: primeiro pela ocupação holandesa em Sergipe na primeira metade do século XVII, que destruiu, juntamente com os portugueses, as atividades econômicas locais para não servirem de base de apoio ao inimigo; e segundo, porque, quando a Capitania passou a se dedicar a essa atividade econômica, ocorreu a decadência do açúcar, em virtude da concorrência do açúcar antilhano no mercado internacional, e da corrida do ouro no interior do Brasil<sup>101</sup>.

“O fato é que, se a proximidade de uma importante praça comercial e financeira como Salvador, propiciou, num primeiro momento, a expansão da cultura canavieira, num segundo, subordinando os destinos da mesma aos interesses comerciais das casas exportadoras sediadas em Salvador, inibindo o desenvolvimento do comércio de exportação, em Sergipe”<sup>102</sup>.

A adequação do solo sergipano ao cultivo da cana foi responsável pelo seu florescimento nos cursos fluviais, possibilitando uma significativa produção de

<sup>97</sup> FREIRE, op. cit., p.176.

<sup>98</sup> NUNES, 2006, p. 112, apud. MORENO.

<sup>99</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p.105.

<sup>100</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)**. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976, p. 483.

<sup>101</sup> Idem, p. 483-484.

<sup>102</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. **História Econômica de Sergipe**. (1850-1930). Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 46.

açúcar<sup>103</sup>. A expansão canavieira sergipana começou a partir do final da segunda metade do século XVIII. Enquanto dos meados do século XVII aos dos XVIII ergueram-se trinta e oito engenhos, entre 1760 e 1860 o número de engenhos elevou-se para um total de 753 unidades, ocorrendo, dessa forma, com o surgimento de 707 novas fábricas<sup>104</sup>. A expansão da cana em fins do século XVIII em Sergipe, possivelmente, ocorreu a partir da ampliação do seu cultivo na Bahia além dos limites do Recôncavo<sup>105</sup>. Isso possibilitou a Sergipe deixar de ser apenas uma área subsidiária, fornecedora de alimentos para o Recôncavo, tornando-se uma área de expansão da agroindústria açucareira baiana<sup>106</sup>.

A instalação de um engenho era muito dispendiosa. Para Nunes, os capitais investidos na montagem de engenhos sergipanos tinham sido deslocados de casas comerciais da Bahia, pois, percebeu-se que o território de Sergipe oferecia condições favoráveis para a implantação da indústria açucareira<sup>107</sup>.

“É pouco provável que os criadores e lavradores sergipanos do século XVIII dispusessem de tal volume de recursos monetários. Entretanto, a proximidade de um importante centro comercial – a praça de Salvador com suas inúmeras casas comerciais e a íntima vinculação econômica baiana, leva-nos a concluir que a expansão açucareira em Sergipe foi possível, graças aos financiamentos concedidos pelas casas comerciais baianas aos proprietários sergipanos”<sup>108</sup>.

Em outra obra, o mesmo autor lança uma nova hipótese sobre a origem do capital inicial para montagem dos engenhos de açúcar sergipanos, em fins do século XVIII e início do XIX. Para ele:

“Se supusermos que as terras férteis localizadas na Zona da Mata sergipana atingiram preços elevados, dado a sua possível utilização na produção do açúcar, estaria resolvido o enigma da origem dos recursos iniciais para a construção de engenhos pelos senhores de terras sergipanos. Vendendo parte de suas valiosas terras, poderiam transformá-la em capital inicial que, com o crédito fornecido por comerciantes baianos, permitiria a compra de escravos, animais, a construção dos edifícios e a aquisição dos utensílios indispensáveis ao

<sup>103</sup> ALMEIDA, 1976, op. cit., p. 485.

<sup>104</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 106.

<sup>105</sup> PASSOS SUBRINHO, op. cit., p. 19

<sup>106</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho: Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 54.

<sup>107</sup> NUNES, op. cit., p. 158.

<sup>108</sup> PASSOS SUBRINHO, 1987, op. cit., p.23

funcionamento de um engenho de açúcar, transformando, então, antigos criadores e agricultores de cultivos menos rentáveis em novos membros da principal camada agrícola da Colônia – os senhores de engenho.”<sup>109</sup>

Apesar da lavoura açucareira, produzida nos vales do Cotinguiba, Vaza Barris e Piauí, terem sido a base da riqueza pública no início do século XIX<sup>110</sup>, Sergipe continuava exportando o algodão e os cereais, produzidos por Itabaiana; o gado por Lagarto, o couro e a sola por Campos<sup>111</sup>.

O comércio local da Capitania era abastecido pela Bahia, de onde se importava fazendas de algodão, linhos, tecidos de seda, de lona, ferragens, pólvora e escravos, trocados por açúcar. Em contrapartida, a capitania, por sua vez, exportava açúcar, algodão, fumo, cereais, couro, gado, cavalo<sup>112</sup>.

A prosperidade econômica da Capitania de Sergipe Del Rei nos fins do século XVIII e início do XIX, impulsionada pela expansão canavieira, pelo crescimento da exportação de algodão e de outros produtos de exportação local, contribuiu para que, em 08 de julho de 1820, a capitania recebesse sua emancipação política assinada por D. João VI<sup>113</sup>. Todavia, essa independência durou pouco. O primeiro governador da Capitania, Carlos César Bulamarque, foi deposto um mês após tomar posse por tropas baianas, que contaram com o apoio de alguns membros da aristocracia local. A emancipação sergipana, de fato, ocorreu em 1824, a partir da sua participação na luta da independência do Brasil contra os lusos residentes na Bahia<sup>114</sup>.

Para Maria da Glória de Almeida, rompidos os vínculos políticos com a sua independência em 1824, a Capitania de Sergipe manteve sua ligação econômica com a Bahia, visto que, esta permaneceu exercendo poder sobre aquela por duas maneiras: a primeira, pelo controle da navegação e do comércio do açúcar, pois todo comércio sergipano, até os anos 30, devido a inexistência de um porto local adequado e a falta de comunicação direta com portos internacionais, se dava com a Bahia, único mercado

<sup>109</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p.70.

<sup>110</sup> FREIRE, op. cit., p. 219.

<sup>111</sup> Idem, p.220.

<sup>112</sup> Idem, p. 219.

<sup>113</sup> NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 37.

<sup>114</sup> FREIRE, op. cit., p. 256.

comprador de seus produtos de exportação<sup>115</sup>. Somente em 1839, quando navios de bandeiras estrangeiras passaram a chegar na “Barra da Cotinguiba”, rompeu-se o exclusivismo da intermediação baiana nas exportações sergipanas<sup>116</sup>; a segunda maneira de a Bahia exercer controle sobre Sergipe efetivou-se a partir de empréstimos concedidos por casas comerciais baianas a senhores de engenhos sergipanos para a montagem de suas indústrias açucareiras, e da antecipação de créditos para a compensação da safra<sup>117</sup>. Ambos calculados em caixa de açúcar<sup>118</sup>.

Depois do período da expansão canavieira, entre o fim do século XVIII e início do XIX, aconteceu um período de diminuição da exportação e do preço do açúcar brasileiro devido à concorrência do açúcar de beterraba europeu e pelo açúcar cubano<sup>119</sup>. A crise do açúcar só retrocedeu na década de 1840 graças a redução dos impostos pelo parlamento inglês sobre o açúcar mascavo, que protegeu suas refinarias e gerou aumento na produção e venda do produto, e da exportação das colônias francesas, que desde a sua independência até 1850, sofreu uma diminuição de 50% na produção de açúcar<sup>120</sup>. Esses fatores provocaram a recuperação nas exportações brasileiras<sup>121</sup>.

A partir da década de 40, especificamente entre 1840-1860, ocorreu um novo crescimento no número de engenhos na Província de Sergipe, passando de 344, em 1840, para 623, em 1849, e 769, em 1859<sup>122</sup>. Esse grande salto não foi um caso único, outras províncias como Pernambuco e Bahia também tiveram um notável aumento em seu número de engenhos<sup>123</sup>. A cana se expandiu em terras antes marginais da Província, incorporando, assim, novas áreas e, também, dentro das primitivas propriedades<sup>124</sup>.

Para Almeida existem algumas explicações para o grande aumento do número de engenhos sergipanos a partir da década de 40. Primeiro, alguns desses novos engenhos já deveriam existir antes de 1840, pois muitos senhores, obrigados pela lei

---

<sup>115</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993, p. 272.

<sup>116</sup> Idem, p. 273

<sup>117</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 170.

<sup>118</sup> Idem, p. 168.

<sup>119</sup> PINTO, op. cit., p. 145.

<sup>120</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 103.

<sup>121</sup> BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 78. Ver também em: PASSOS SUBRINHO, 1987, op. cit., p.23 e ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 103.

<sup>122</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 108-109.

<sup>123</sup> Idem, p. 108.

<sup>124</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p.130.

121, de 18 de março de 1844, fizeram a matrícula de seus engenhos<sup>125</sup> nessa mesma época. Segundo, nesse período, Sergipe iniciou seu comércio direto com a Europa – que passou de 19%, em 1850, a 69,5% %, no período de 1881-87<sup>126</sup> – isto gerou perspectivas de maiores lucros com o açúcar<sup>127</sup>. Terceiro, o desdobramento de unidades existentes em dois ou mais engenhos após a morte do proprietário, e também, pela baixa produtividade, em virtude da tecnologia que se tinha disponível. Nesse último caso, quando se queria aumentar a produção, multiplicavam-se as unidades produtivas<sup>128</sup>. Quarto, a formação de uma nova fábrica podia garantir a preservação dos filhos na almejada classe de senhor de engenho, que gozava de prestígio político e social<sup>129</sup>. Ainda para a autora, a liberação de capitais oriundos do tráfico de escravos para Sergipe não teria influenciado tanto no aumento de novos engenhos, pois o maior número deles já existia antes da lei<sup>130</sup>.

“O aumento do número de propriedades dedicadas ao plantio da cana-de-açúcar se fez também em detrimento das áreas ocupadas com o cultivo de mantimentos, principalmente da mandioca, maior produtor agrícola de concorrência à cana. Esse sacrifício provocou períodos de fome que, muitas vezes, sobreveio sobre a região...<sup>131</sup>.”

Essas ocorrências levaram a Província a vivenciar, nos últimos anos da década de 50, um grande aumento dos preços de alimentos, gerando escassez e fome. Esse fato não foi peculiar apenas na Província, visto que, ocorreu em todo o Império<sup>132</sup>. A alimentação básica da população sergipana no período era em primeiro lugar a farinha de mandioca, e imediatamente o feijão, a carne de charque e a verde, e nas margens do Rio São Francisco, o arroz<sup>133</sup>.

O avanço do cultivo da cana e a expansão do número de engenhos começaram a delinear certo desequilíbrio no setor produtivo de alimento em Sergipe, manifestado por sua incapacidade de produzir a quantidade necessária de alimentos para o consumo de sua população, pois onde a cana avançava, recuava a produção de cereais. Desse

<sup>125</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 110.

<sup>126</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p.48.

<sup>127</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 110.

<sup>128</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p.130.

<sup>129</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 111.

<sup>130</sup> ALMEIDA, 1984 op. cit. p. 110.

<sup>131</sup> ALMEIDA, 1976, op. cit., p. 509.

<sup>132</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858, p. 16.

<sup>133</sup> Idem, p. 16.

modo, os municípios que mais produziam cana já não colhiam o alimento que sua população carecia<sup>134</sup>.

Vejamos o comportamento dos preços de alguns alimentos consumidos na Província nos anos de 1850 e 1857:

**Tabela 1.1 – Preços de alguns alimentos em Sergipe (1850 e 1857)**

Gênero	Unidade	Preço em 1850	Preço em 1857	Diferença
Carne seca	Arroba	4\$480	7\$500	3\$020
Carne verde	Arroba	3\$840	6\$400	2\$560
Farinha de mandioca	Terça	1\$140	5\$000	3\$860
Milho	Terça	1\$280	8\$000	6\$720
Feijão	Terça	2\$000	12\$000	10\$000
Açúcar branco	Arroba	1\$400	3\$800	2\$400
Açúcar mascavo	Arroba	\$900	2\$850	1\$950

Fonte: Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858, p. 16.

Como podemos notar, existiu uma elevação considerável nos preços tanto dos produtos de subsistência quanto dos de exportação. O feijão, o milho e a farinha de mandioca produzidos em Sergipe tiveram um acréscimo nos preços de 600, 625 e 438%, respectivamente. Esse aumento estava relacionado a condições internas. A alta no preço do açúcar, produto de exportação, respondia a flutuações do mercado internacional. Para Almeida<sup>135</sup>, o crescimento dos preços e a crise da produção e do abastecimento de alimentos em Sergipe, na metade do século XIX, deram-se por conjunturas externas e internas.

Em relação às externas, o principal produto de exportação sergipana, o açúcar, alcançou bom preço graças a sua pequena produção em Cuba e nas colônias inglesas, como também no Brasil. O caso brasileiro justifica-se pela morte de muitos escravos nas províncias açucareiras do Nordeste, atingidos pela *cólera-mórbus*<sup>136</sup>. Com a alta no preço do açúcar cresceu a orientação das forças dos engenhos para a obtenção do

<sup>134</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 101.

<sup>135</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de “Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 27, 1965/1978, p. 15-39, 1978.

<sup>136</sup> Idem, p.29.



produto, em detrimento do cultivo de mantimento dentro de suas propriedades<sup>137</sup>. Os bons preços do açúcar possibilitaram que os senhores de engenho pagassem altos valores pelos produtos de primeira necessidade; deixassem de produzir para o consumo dos escravos e agregados, e atraíssem, com bons salários, os trabalhadores livres, chegando a quadriplicar o valor pago a estes. Portanto, os elevados preços do açúcar influíram internamente na diminuição do plantio de cereais e de outros alimentos<sup>138</sup>.

“Nos mesmos engenhos, onde outrora se cultivava para o consumo dos escravos alguns cereais, hoje pela escassez daqueles braços todo o trabalho converge para o fabrico do principal gênero de exportação e os próprios senhores de engenho são obrigados a comprar os necessários viveres para a alimentação de sua escravatura e agregados<sup>139</sup>.”

Quanto às conjunturas internas, a referida autora elenca as seguintes razões: primeiro, a falta de mão de obra oriunda do fim do tráfico de escravos, da *cólera-mórbus*, que não só dizimaram cativos como também boa parcela de trabalhadores livres, e do deslocamento de mão de obra livre para obras públicas, como a fundação da nova capital em 1855<sup>140</sup>. Segundo, a predominância da grande lavoura, que com a sua expansão ocupou os terrenos de melhor qualidade, substituindo em muitos casos a cultura de abastecimento<sup>141</sup>. Terceiro, depois da grande epidemia, seguiram-se dois anos de grandes secas, diminuindo a produção de alimentos. E, o quarto, o precário sistema de comunicação ou até mesmo o atraso das técnicas aplicadas na agricultura<sup>142</sup>.

O Presidente da Província, em 1858, também elencou alguns desses fatores como responsáveis pela crise na produção de alimentos e a conseqüente falta de gêneros alimentícios.

“A extinção do tráfico de africanos e o alto preço dos açúcares, produziram o seguinte resultado; os braços escravos e os capitães empregados em lavouras convergiram nos últimos anos para os grandes estabelecimentos rurais, onde se cultivava a cana e fabricava-se açúcar. [...] A terrível epidemia da *cólera-mórbus* em 1855 operou de um modo fatal. Exterminou grande número de cultivadores livres, e dizimando a escravatura apressou a marcha, que ela já levava para concentrar-se

<sup>137</sup> ALMEIDA, 1976, op. cit. p. 509.

<sup>138</sup> ALMEIDA, 1965-1978, op.cit. p.29.

<sup>139</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858, p. 18.

<sup>140</sup> ALMEIDA, 1965-1978, op.cit. p.31-33.

<sup>141</sup> Idem, p. 33-35.

<sup>142</sup> Idem, p.36.

nas lavouras mais ricas e produtivas. [...] Para maior calamidade, depois da epidemia de 1855, seguiram-se dois anos, nos quais as estações ocorreram muitos irregulares; a seca prolongou-se demasiadamente, e transtornou toda a produção de cereais<sup>143</sup>”.

Para Manuel da Cunha Galvão, Presidente de Província em 1859, a falta de alimento “[...] *provem de tão censurável e ruinosa inércia, que segundo me consta predomina em todos os pontos da Província, peço-vos senhores, que hajais de empregar todos os vossos esforços para desenvolver o amor ao trabalho a essa porção inútil da população*<sup>144</sup>”.

A partir da década de 60, o algodão começou a se destacar na exportação de Sergipe. A reanimação dessa cultura foi estimulada pelo alto preço do produto decorrente do desequilíbrio, do crescimento na procura, provocado pela guerra de secessão dos EUA, principal fornecedor dessa matéria-prima. Como o seu cultivo não exigia grandes custos, qualquer pequeno agricultor poderia tornar-se um novo cultivador de algodão<sup>145</sup>, que, em muitos casos, substituiu o cultivo da cana. De 1750 a 1940, o algodão foi um dos principais produtos do Norte, e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito nas disputas por terras e braços<sup>146</sup>.

Os altos lucros obtidos pelo algodão fizeram-no se espalhar, principalmente, em terras do agreste – sertão sergipano, cujo solo era mais apropriado para o seu cultivo. Entre 1865-1871 ocorreu um grande crescimento<sup>147</sup> na produção, exportação e consequentemente nos lucros gerados pelo algodão, chegando a superar, nos anos de 1867-68 e 1870-71, o valor das exportações do açúcar<sup>148</sup>. O “boom” algodoeiro diminuiu o número de engenhos em Sergipe na década de 60<sup>149</sup>, passando de 830, em 1862, para 646, em 1871<sup>150</sup>. Muitos lavradores abandonaram o plantio da cana, atraídos, talvez, pela facilidade na produção do algodão e seu alto preço<sup>151</sup>.

<sup>143</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d’Avellar Brotero, 1858, p. 17-18.

<sup>144</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Manuel da Cunha Galvão. 27 de março de 1859, p. 27.

<sup>145</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 127.

<sup>146</sup> ALMEIDA, 1984, p. 127, apud. ANDRADE.

<sup>147</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 417.

<sup>148</sup> Idem, p. 37-38.

<sup>149</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p. 164.

<sup>150</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 109.

<sup>151</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Antônio Araújo d’Aragão Bulcão. 02 de março de 1868, P. 25.

Passado o período de bons lucros para o algodão, entre 1864-71, o pequeno capital acumulado foi investido na formação de pequenos engenhos nas zonas altas da Província<sup>152</sup>. Nessa década, os senhores de engenho que haviam abandonado o plantio da cana em proveito do algodão<sup>153</sup> voltaram a cultivá-la, aumentando o número de engenhos, que passou de 646, em 1871, para 735, em 1883<sup>154</sup>.

Após o auge na segunda metade da década de 1860 e na primeira metade da seguinte, a produção sergipana de algodão continuou, apesar da redução, significativa, no entanto, boa parte da produção, provavelmente, não teve como destino final a exportação para mercados estrangeiros, mas sim a mercados nacionais, especialmente o da Bahia, que, precocemente, desenvolveu sua indústria têxtil algodoeira<sup>155</sup>.

Em Sergipe, como aconteceu em quase todo país, a extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850, reduziu sua principal força de trabalho, fato agravado pela epidemia da *cólera-mórbus*, dizimando milhares de escravos que trabalhavam no eito. Além desses, outros fatores interferiram na diminuição do número de escravos: o tráfico interprovincial, as alforrias e as fugas nos últimos anos do escravismo<sup>156</sup>.

Em Sergipe, no período de 1873-86, a mortalidade foi a principal causa da redução da população escrava local, respondendo por 52,75%, enquanto as alforrias e o saldo migratório representavam 38,52% e 8,76%, respectivamente<sup>157</sup>. A redução de braços pelo tráfico interprovincial ameaçava aos senhores de engenho em condições prósperas, pois necessitavam de novos escravos para substituir os que morriam e os que ganhavam alforrias. Com o intuito de coibir a saída desenfreada de escravos dos canaviais e favorecer os interesses dos grandes senhores de engenho, as autoridades do Norte elevaram os preços dos impostos sobre a saída do cativo, colocando assim algumas barreiras para suas exportações.

Em Sergipe o imposto sobre a exportação de escravos passou de 100\$000 para 300\$000. Tais impostos, por serem excessivos, parecem não terem atingido seu

---

<sup>152</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p. 131-132.

<sup>153</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Antônio Araújo d'Aragão Bulcão. 02 de março de 1868, p. 25.

<sup>154</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 109.

<sup>155</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 38-39.

<sup>156</sup> Idem, p. 104.

<sup>157</sup> Idem, p. 110.

principal objetivo, a imposição de barreiras significativas à exportação de escravos estimulou, antes, o contrabando<sup>158</sup>. “*Este imposto não ofereceu rendimento algum no exercício findo, como vereis do respectivo balanço, entretanto escravos saíam clandestinamente da Província sem pagar impostos e a lavoura ressentia-se da falta de braços*<sup>159</sup>.”

Por fim, em 1858, o imposto de exportação sobre o cativo reduziu-se a 100\$000 réis. Em Sergipe, o tráfico interprovincial de escravos teve efeito praticamente nulo sobre a redução de sua população escrava<sup>160</sup>, visto que, os maiores fatores foram, como já foi anteriormente dito, as mortes e as alforrias. As regiões que perderam mão de obra escrava foram o agreste e o sertão<sup>161</sup>, já os senhores de engenhos dos principais centros produtores, não só não venderam seus escravos como compraram novos em outras regiões da Província e do país<sup>162</sup>.

Evidentemente, a redução do número de escravos na Província resultou da falta de braços para lavoura de toda produção<sup>163</sup> e, por outro lado, faltavam recursos para financiar a imigração.<sup>164</sup>

Então, as autoridades voltaram sua atenção para os trabalhadores livres que existiam em Sergipe, no entanto muitos preferiam trabalhar em suas pequenas terras ou em outras atividades não relacionadas à grande lavoura, pois se supunha que trabalhar para outrem, ainda a salário era degradar-se a condição servil<sup>165</sup>.

As primeiras tentativas que evidenciam a ação das autoridades provinciais para o engajamento do trabalhador livre no mercado de trabalho aconteceram em 1859, período que vigorava a carestia e a falta de alimentos na Província. A única saída encontrada pelos senhores de engenho e pelas elites político-administrativas da Província foi a coerção ao trabalho livre na grande lavoura. Essa tentativa seria colocada em prática pelas autoridades da Província como o juiz de paz e o chefe de polícia como também por meio da coerção religiosa através dos párcos.

---

<sup>158</sup> Idem, p. 126.

<sup>159</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides. 01 de fevereiro de 1857, p. 27.

<sup>160</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 135

<sup>161</sup> Idem, p. 147.

<sup>162</sup> Idem, p. 148.

<sup>163</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

<sup>164</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 198.

<sup>165</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

“[...] Assim o fiz: reconhecendo que aos Juizes de Paz pela Lei de sua organização competia velar para que não houvessem vadios e mendigos, recomendei-lhes encarecidamente o cumprimento d’aquele importante preceito da lei; pedi-lhes que fizessem o que estivesse ao seu alcance para acabarem com a ociosidade. Dirigi-me também ao Dr. Chefe de Polícia para que por seu intermédio e das autoridades policiais procurassem tanto quanto estivesse dentro da orbita de suas atribuições, obrigar o povo ao trabalho a abandonar a ociosidade fonte de tantos vícios. [...] Reconhecendo porém que todos estes meios não são suficientes, e que sem o auxílio da nossa Religião eu não poderia realizar os meus desejos; dirigir-me a todos os vigários da Província que nas suas predicas exortassem o povo ao trabalho, por meio do qual obteria a abundância e a satisfação com o auxílio de Deus<sup>166</sup>.”

Essa coerção sobre o trabalhador livre obteve resultado favorável, pois com o aumento da produção do açúcar e o declínio da população escrava nos últimos anos do escravismo, a utilização de trabalhadores livres na agroindústria açucareira, entre 1884-1888, passou a ser predominante, representando 64% da força de trabalho<sup>167</sup>. O emprego de mão de obra escrava permaneceu importante para o setor açucareiro, até vésperas da abolição da escravatura<sup>168</sup>.

#### **1.4 - Um passeio pela economia de Lagarto e Boquim.<sup>169</sup>**

A primeira povoação que surgiu em Lagarto foi o Arraial de Santo Antônio, em fins do século XVI. No ano de 1604, concluiu-se a construção de sua igreja, dedicada a Nossa Senhora da Piedade. Nesse período, a localidade já havia crescido, funcionando ali um engenho de açúcar e o cultivo de algodão crioulo, processado em teares

<sup>166</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Manuel da Cunha Galvão. 15 de agosto de 1860, p. 07.

<sup>167</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 165.

<sup>168</sup> Idem, 197.

<sup>169</sup> Faz-se necessário relatar que o território de Boquim sempre fez parte dos limites territoriais de Lagarto no período colonial. Durante o Império foi fundada a Freguesia de Lagoa Vermelha em 1835, posteriormente alcançou sua emancipação política junto à Lagarto, tornando-se Vila em 1857. Porém mesmo livre politicamente, fazia parte da Comarca de Lagarto, e seus laços com essa vila se mantiveram forte por todo o período em estudo. Muitos moradores continuaram a fazer seus inventários em Lagarto até fins de 1870, mesmo Lagoa Vermelha já possuindo cartório desde a década de 60. Apesar de sua independência, continuou aparecendo em muitos documentos oficiais relativos à Lagarto, entre esses podemos citar: fundo de emancipação de escravos, matrícula de escravos, relatório de Pimenta Bueno quando relata o número e o nome dos engenhos de Lagarto. Por esses motivos, podemos dizer que a história de Lagarto e a de Boquim esteve ligada desde os primórdios da colonização até o fim do período imperial.

rústicos<sup>170</sup>. Na mesma época do término da edificação da igreja, a localidade sofreu com um surto de bexiga que dizimou mais de 90% de sua população. Os habitantes sobreviventes se retiraram para o local onde hoje se situa a Praça da Piedade, fazendo surgir uma nova povoação<sup>171</sup>.

Desde o início de sua povoação, as atividades econômicas predominantes eram a criação de gado e o cultivo da mandioca<sup>172</sup>. Apesar de alguns sesmeiros, como Gaspar de Almeida e Muniz Alvares<sup>173</sup>, introduzirem o cultivo da cana, a maioria dos pedidos de sesmarias para Lagarto destinava-se ao cultivo de mantimentos e à criação de animais<sup>174</sup>.

Em 11 de dezembro de 1669, os governadores do arcebispado da Bahia, na ausência do arcebispo, elevaram o Distrito de Lagarto à categoria de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, e delimitaram seu território, assegurando a formação religiosa e moral dos habitantes<sup>175</sup>. Em 17 de maio de 1727, Lagarto elevou-se à categoria de Vila, iniciando suas atividades políticas<sup>176</sup>.

“Lagarto responde à vocação pecuária do interior e, em 1775, torna-se a segunda vila mais populosa da Capitania, mantendo os índices de seu desenvolvimento sem oscilações, graças à regularidade da procura de gado e de uma certa diversificação que já se verificava em sua agricultura<sup>177</sup>.”

#### 1.4.1 – Agricultura

No limiar do século XIX, a principal atividade econômica de Lagarto era a criação de gado<sup>178</sup>, exportado para os engenhos da Cotinguiba e Bahia<sup>179</sup>. Na agricultura sobressaia-se o plantio da mandioca, do feijão e do milho para o consumo local e da

<sup>170</sup> FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002, p. 54.

<sup>171</sup> Idem, p. 62.

<sup>172</sup> NUNES, 2006, op. cit.

<sup>173</sup> FONSECA, op. cit., p. 37 e 47.

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> Idem, p. 59.

<sup>176</sup> Idem, p. 65.

<sup>177</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p.217.

<sup>178</sup> ALMEIDA, 1976, op. cit., p. 485.

<sup>179</sup> SOUZA, Marcos Antonio de. **Memórias sobre a capitania de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2005, p. 54.

Província, e também o cultivo do algodão que chegava a mil e quinhentas arrobas por ano<sup>180</sup>.

“o seu distrito povoado pelos criadores de gado vacum e cavalari, e gado miúdo: a sua agricultura consiste em algum tabaco, mandioca, milho, feijão. Há nele quatro engenhos de fazer açúcar e principia a plantação de algodão<sup>181</sup>.”

Apesar de, em 1808, Marcos de Souza mencionar a importância da criação de gado e associá-la a Lagarto, em 1823, constava a região na relação dos engenhos matriculados na Província, com um total de 12 unidades açucareiras, isso porque havia em seu território solos em condições para o plantio da cana-de-açúcar, localizados, principalmente, onde hoje estão os atuais municípios de Riachão e Boquim<sup>182</sup>.

#### **1.4.1.1 – A cana-de-açúcar**

**Expansão da cana e do número de engenhos** - A expansão canavieira em Sergipe, na década de 40, penetrou terras afastadas da Zona da Mata, antes marginais ao florescimento da grande lavoura<sup>183</sup>, chegando ao agreste-sertão de Lagarto, que apesar de distante dos portos e apresentar um clima em que ocorrem secas e estios, obteve, segundo a tabela abaixo, um crescimento significativo do número de engenhos a partir de 1838.

---

<sup>180</sup> Idem, p. 54.

<sup>181</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 217, apud. BN.

<sup>182</sup> ALMEIDA, 1976, op. cit., p. 487.

<sup>183</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p. 130.

**Tabela 1.2 - Evolução do número de engenhos no decorrer do XIX – Boquim e Lagarto/SE.**

Anos	Números de engenhos
Início do XIX	4
1823	12
1837	10
1838	12
1852	25
1856	34
1858	35
1875	27 <sup>184</sup>
1881	41 <sup>185</sup>

Fontes<sup>186</sup>

A Tabela 1.2 mostra um considerável crescimento no número de engenhos nas vilas analisadas, que quase triplicou, passando de 12 para 35 engenhos no período de 1838-1858, um aumento de aproximadamente 292%. Esse aumento pode ser explicado por fatores externos e internos, que alavancaram os preços do açúcar entre 1840-1857<sup>187</sup>, enchendo de esperanças vantajosas quem se dedicasse ao cultivo da cana e montasse engenho. Fato, provavelmente, ocorrido com o major Manoel de Seabra Lemos Júnior<sup>188</sup>, que em 1855, no inventário de sua esposa, mencionou possuir um engenho novo de fabricar açúcar.

Como já visto anteriormente, o aumento do número de engenho na região deu-se pela subdivisão da propriedade em novas fábricas, provocada tanto pelo seu desmembramento após a morte do senhor, quanto, em outros casos, pela tecnologia disponível não permitir o aumento da produção e o crescimento da unidade açucareira.

<sup>184</sup> Resultado da soma dos 5 engenhos de Lagarto, com os 22 da Vila de Boquim.

<sup>185</sup> Desses 37 estavam ativos e 4 eram fogo morto. PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881, p. 82.

<sup>186</sup> Fonte: início do XIX – ALMEIDA, 1984, p. 217; 1823 e 1837 – ALMEIDA 1976, p. 487; 1838 – ALMEIDA 1993, p. 144; 1852 - IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. José Antônio de Oliveira Silva, 05 de fevereiro de 1852; 1856 - IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides, 1856; 1858 - IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858; 1875 - ALMEIDA 1993, p. 144; 1881- PIMENTA BUENO, p. 82.

<sup>187</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 417.

<sup>188</sup> AGJES-Inventariada: D. Anna Josefa Lina de Seabra. Inventariante: Manoel de Seabra Lemos Júnior. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 29/09/1855. Caixa 19.



Por isso, quando se queria produzir mais, os senhores de engenho multiplicavam suas unidades para si e para seus descendentes<sup>189</sup>.

A construção do engenho Pedras em terras do engenho Palmas<sup>190</sup> confirma a subdivisão de propriedades canavieiras para construção de um novo engenho no mesmo território. Além desse exemplo, outro nos ajuda a confirmar essa hipótese, o Major Manoel Evaristo de Carvalho já possuía o engenho São Joaquim quando construiu em suas terras um novo com o nome de Miguel dos Anjos<sup>191</sup>. Essa prática de subdivisão das unidades açucareiras em Lagarto vinha sendo praticada desde os primórdios do século XIX, pois em 1811, José Joaquim da Silveira (bisavô de Sílvio Romero) montou mais um engenho, dividindo sua propriedade em duas, conhecidas por Moreira Velha e Moreira Nova<sup>192</sup>.

Algumas dessas novas unidades eram de pequeno porte, sendo avaliadas entre 1 e 3 contos de réis. Por isso não necessitavam da compra de um grande número de escravos, como também da aquisição de grandes extensões de terras. Todos esses fatores reduziram o valor da sua construção e, de certa forma, foram elementos facilitadores para sua montagem, contribuindo, assim, para a multiplicação dos engenhos locais, por não requererem investimentos elevados. Citamos como exemplo: Lourenço Alves de Andrade<sup>193</sup>, proprietário do engenho Cocão, avaliado em 1:100\$000 de réis e José de Souza Furtado<sup>194</sup>, possuidor do engenho Senhor do Bomfim, com o valor de 2:500\$000 réis.

Além das suposições mencionadas para a multiplicação dos engenhos locais, outras possíveis hipóteses seriam os altos preços do açúcar no mercado internacional e o desejo de entrar numa categoria que representava respeito. Tudo isso levou muitos criadores e lavradores locais a se empenharem na montagem de pequenas unidades açucareiras e transformarem-se em senhores de engenho.

---

<sup>189</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p. 130.

<sup>190</sup> AGJES- Inventariado: Antônio Correa de Seabra. Inventariante: Jesuína Freire de Seabra. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 06/07/1876. Caixa 36.

<sup>191</sup> AGJES-Inventariada: Joana Batista do Deserto. Inventariante: Major Manoel Evaristo de Carvalho. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 13/12/1860. Caixa 24.

<sup>192</sup> FONSECA, op. cit., p. 381.

<sup>193</sup> AGJES-Inventariado: Lourenço Alves de Andrade. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 09/10/1858. Caixa 23.

<sup>194</sup> AGJES-Inventariado: Maria Lusía das Virgens. Inventariante: José de Souza Furtado. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 30/07/1863. Caixa 26.

Cruzando algumas outras fontes<sup>195</sup> com os inventários, e observando-os na primeira metade do século, pudemos rastrear nesses documentos alguns criadores e agricultores que se tornaram senhores de engenho. O Major Manoel de Seabra Lemos Junior, proprietário do sítio Campo de Baixo, em 1843<sup>196</sup>, criava 66 cabeças de gado bovinos, 14 equino, 22 ovinos e 8 caprinos, cultivava mandioca e possuía casa de farinha, trabalho exercido por 11 escravos. O sítio com casa, pasto e casa de farinha foram avaliados em 1:500\$000 réis. Doze anos depois, havia se tornado senhor do engenho São Joaquim do Migrete<sup>197</sup>, unidade açucareira nova e que foi construída em terrenos do antigo sítio.

Para a montagem do engenho, como já possuía escravos e terra, o Major Manoel de Seabra Lemos tomou empréstimos destinados à compra de maquinários. O engenho com seus acessórios e terras foi avaliado em dez contos de réis. Os créditos obtidos não ultrapassaram dois contos, as demais dívidas eram mais recentes e contraídas para financiar a safra. Isso nos leva a crer que, boa parte do capital para a montagem de seu engenho teve origem dos rendimentos oriundos da criação de animais e do cultivo de mandioca. Seu rebanho reduziu-se de 80 cabeças para 23. Certamente, terrenos, outrora, destinados a pastagens deram lugar aos canaviais. Assim supomos que parte do capital para a montagem do engenho foi adquirido a partir da venda do gado criado.

Em seu sítio, como foi mencionado, o Major cultivava a mandioca. Seu principal subproduto, a farinha, alcançou preços elevados em Sergipe na década de 1850, devido a sua escassez entre os anos de 1856-59. Mesmo antes da crise de abastecimento alimentar<sup>198</sup>, em 1850<sup>199</sup> o preço de uma terça<sup>200</sup> de farinha era 1\$140 réis. Enquanto isso uma arroba de açúcar mascavo e branco custavam respectivamente a \$900 e 1\$400 réis. Dessa forma, podemos dizer que talvez os preços da farinha

---

<sup>195</sup> Lista de Votantes, libelo cível, livro de notas.

<sup>196</sup> AGJES- Inventariada: D. Anna Josefa do Sacramento Montes Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 19/08/1843, caixa 10.

<sup>197</sup> AGJES- Inventariada: D. Anna Josefa Lina de Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 29/09/1855, caixa 19.

<sup>198</sup> ALMEIDA, Maria da Glória Santana de “Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, nº 27, 1965/1978, p. 15-39, 1978.

<sup>199</sup> Ver tabela 1.1 p.38.

<sup>200</sup> Terça era a unidade para medir a farinha e que equivalia a 10 quilos. Ainda hoje nas casas de farinhas de Boquim e de Lagarto continuam a utilizar esse tipo de medida.

competissem com os do açúcar. É possível que os valores elevados da farinha tenham contribuído para o acúmulo de riquezas pelos agricultores. Alguns transferiram seus rendimentos, ou, parte deles, para a montagem de engenhos. A busca por status social fez muitos largarem o cultivo de mandioca, que dava bons rendimentos, para se transformarem em senhores de engenho, pois essa condição conferia, prestígio e admiração social.

José Jorge da Trindade, em 1843<sup>201</sup>, proprietário e morador do Sítio Lagoa Dantas, criava 21 cabeças de gado bovino, cultivava mandioca, e era dono de 10 escravos. Entre 1868<sup>202</sup> e 1869<sup>203</sup> continuava morando no mesmo sítio, exercendo o ofício de lavrador, com bons rendimentos nessa atividade, pois declarou uma renda anual de um conto de réis. De acordo com a lista de votantes de Lagarto de 1878<sup>204</sup>, ele havia se tornado proprietário de engenho, chamado Gavião, mas auferia a mesma renda anual de quando era lavrador. No mesmo período, por razões não descobertas, todos os senhores de engenho de Lagarto declaram rendas inferiores em relação ao ano de 1868. O Engenho Gavião foi um dos três novos engenhos montados na Vila de Lagarto durante a década de 1870. Como José Jorge da Trindade sempre foi agricultor e criador de gado, provavelmente, acumulou ao longo do tempo, a partir do lucro dessas atividades, capital e, posteriormente, o investiu na montagem de sua indústria açucareira. Em 1883 não constava nenhuma dívida passiva a ser liquidada. Seu engenho foi avaliado em seis contos de réis e tinha uma fortuna de 23:884\$000 réis<sup>205</sup>.

Em 1821, com a morte de Thomé de Fraga Pimentel<sup>206</sup>, grande criador de gado, com um rebanho composto por 1325 cabeças de bovino, 208 de equinos, 320 ovinos e 50 caprinos, seus filhos Thomé da Fraga Pimentel e Antônio Manoel de Fraga herdaram um quinhão de 1:887\$225, constituído principalmente por gado. Ambos tornam-se, a partir de 1840, grandes senhores de engenho em Boquim. Thomé da Fraga Pimentel era

---

<sup>201</sup> AGJES- Inventariada: D. Anna Joaquina. Inventariante: José Jorge da Trindade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/09/1843, caixa 11.

<sup>202</sup> APES - Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 33.

<sup>203</sup> AGJES - Libelo Cível de Lagarto. Réu: Januário Ferreira Barbosa. Autor: José Jorge da Trindade. Caixa 3, 21/09/1869.

<sup>204</sup> APES - Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1878. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 53.

<sup>205</sup> AGJES- Inventariada: Marianna Felismina da Trindade Rocha. Inventariante: José Jorge da Trindade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/02/1883, caixa 42.

<sup>206</sup> AGJES- Inventariado: Thomé de Fraga Pimentel. Inventariante: D. Paula Josefa de S. Pedro. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/05/1821, caixa 2.

dono dos engenhos Bom Sucesso e Lagoa Vermelha, e Antônio Manoel de Fraga proprietário do Engenho Junco.

O fato de lavradores de mandioca e criadores de gado tornarem-se senhores de engenho demonstrava que essas atividades econômicas, destinadas ao abastecimento do mercado interno, geravam razoáveis fortunas, que possibilitavam, às vezes, a montagem de engenhos de açúcar. Para instalação desses, além de seus rendimentos individuais, esses proprietários recorriam ao crédito. Desse modo, contribuíram para aumentar o número de unidades produtoras de açúcar em Boquim e Lagarto.

A Tabela 1.2 também evidencia uma redução do número de engenhos em Lagarto no período compreendido entre 1858-1875, caindo de 35 para 27 unidades<sup>207</sup>. Provavelmente, essa redução originou-se da expansão do algodão. Tanto em Lagarto, quanto em Boquim<sup>208</sup>, além do açúcar, o algodão passou a ser outro importante ramo da produção<sup>209</sup>. É bem possível, como aconteceu em outras regiões de Sergipe, que muitos senhores de engenho abandonaram o cultivo da cana e passaram a se dedicar ao plantio do algodão.

Uma explicação, quanto à redução do número de engenhos, seja o desmembramento do território de Lagarto, surgindo as vilas de Riachão e Boquim. Esta última, por opção de pesquisa, permaneceu nos limites geográficos de nosso estudo, e Riachão foi excluída. Esta possuía, em 1875, 11 engenhos de açúcar<sup>210</sup>. Se subtrairmos os 11 engenhos de Riachão de 1875 dos 35 existentes em 1858, Lagarto, provavelmente, teria 24 engenhos, e se, em 1875, possuía 27, tendo assim, um aumento de três unidades, podendo-se afirmar, então, que diferentemente da tendência de Sergipe – que reduziu o número de engenhos motivado pela expansão do algodão – manteve seus engenhos ou, até mesmo, obteve um pequeno aumento de suas unidades de produção açúcar.

Pela análise da Tabela 1.2, percebe-se o aumento no número de engenhos em Lagarto e, também, em Boquim no período de 1875-1881, atingindo um pouco mais de 50%. Nesse intervalo de tempo a Vila de Boquim elevou o número de engenhos de 22

---

<sup>207</sup> Esta é a soma dos 22 engenhos de Boquim com os 5 engenhos de Lagarto.

<sup>208</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe, 04 de março de 1870, p. 93.

<sup>209</sup> *Idem*.

<sup>210</sup> ALMEIDA, 1993, *op. cit.*, p. 144.

para 29<sup>211</sup>, havendo 4 com fogo morto. Já a Vila de Lagarto que contava com 5 engenho em 1875, ganhou mais três unidades, passando a ter 8, um aumento de 60%. Dos engenhos montados em Lagarto, no período, apenas o Gavião era de médio porte, avaliado em 6:000\$000 de réis, pois os Engenhos Piabas e Retiros não passavam de engenhocas de fazer rapaduras<sup>212</sup>, sendo avaliados respectivamente em 600\$000 e 1:000\$000 de réis.

O crescimento talvez foi impulsionado pelo retorno de antigos senhores de engenho ao cultivo da cana, antes abandonado por conta dos lucros promovidos pelo algodão, principalmente, na década de 60. Como esse produto, após 1875, enfrentou retração de seus preços, muitos engenhos voltaram a ser montados. Com o fim da febre algodoeira, pode ter ocorrido nas vilas, como disse Almeida, a aplicação de uma pequena acumulação, obtida com o cultivo do algodão, na formação de pequenos engenhos<sup>213</sup>. Existe também a hipótese de que a perspectiva de abertura da estrada de ferro, cortando o território lagartense, teria estimulado a instalação de outros novos engenhos<sup>214</sup>.

Portanto, apesar das Vilas de Lagarto e Boquim possuírem entraves para montagem de engenhos, provocados pelos altos custos com o transporte dos produtos até os portos litorâneos, como também, pela possibilidade de perdas das safras em anos de secas ou estias prolongadas, parece que, na maior parte do tempo, houve uma rentabilidade econômica maior que a obtida na cultura de alimentos, do algodão ou da pecuária, visto que os engenhos persistiram e aumentaram por todo o período em análise<sup>215</sup>.

É importante frisar, que apesar das vilas de Lagarto e, principalmente, de Boquim terem presenciado uma expansão no cultivo da cana em seus territórios, a partir da segunda metade do século XIX, não se deve compará-las com as vilas canavieiras da Zona da Mata e da Mata-Sul de Sergipe. Primeiro, enquanto sua distância do porto para escoar a produção dificultava o aumento da safra, as vilas do Vale do Cotinguiba e da

---

<sup>211</sup> PIMENTA BUENO, op. cit. p. 82. Nesse documento ele englobava os engenhos de Boquim e Lagarto, mas fazia referência como se fossem apenas dessa última vila. Pelos nomes dos engenhos, cruzando com outros documentos, foi possível dividir os engenhos que eram de Lagarto dos que pertenciam ao território de Boquim. Pela lista os oito primeiros engenhos estavam localizados em Lagarto e os demais no território boquinense.

<sup>212</sup> Termo que foi utilizado nos inventários que continham esses engenhos.

<sup>213</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p. 131-132.

<sup>214</sup> Idem, p.165.

<sup>215</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 59.

Mata-Sul beneficiavam-se de sua localização mais próximas aos portos. Segundo, o solo da zona da mata era de melhor qualidade, favorecendo uma maior produtividade. Terceiro, as vilas localizavam-se no agreste, área de transição da zona da mata para o sertão, onde o clima era mais quente e havia a possibilidade de se perder a produção por causa das grandes estiagens.

As diferenças regionais apontadas tornam-se mais perceptíveis, se comparamos alguns dados. Primeiro, o tamanho dos engenhos: os da região em estudo, em geral, eram menores que os da zona da mata sergipana, fato comprovado pelo valor dos engenhos, como o Pedras, em Maruim, Zona da Mata, que valia 90:000\$000 de réis<sup>216</sup>. Segundo, a maioria dos engenhos possuía maior número de escravos nos engenho. Alguns contavam com mais de 120 escravos<sup>217</sup>, enquanto o maior número da região de Lagarto chegou a 60 cativos. Terceiro, a quantidade de engenhos: as vilas de Laranjeiras e Capela, situadas na Zona da Mata, possuíam, respectivamente, em 1881, 97 e 82 engenhos<sup>218</sup>, frente às 41 unidades de Lagarto e Boquim. Quarto, a força motriz: enquanto, em 1881<sup>219</sup>, muitas vilas da Zona da Mata e da Mata-Sul de Sergipe já contavam com engenho a vapor, a exemplo de Laranjeiras, que continha 47 unidades com essa força motriz, equivalendo a 48,45% de seus engenhos, as de Boquim e Lagarto continuavam com todos seus engenhos movidos à tração animal.

Apesar de toda diferença entre essas regiões, é necessário salientar a importância das peculiaridades da história local. Cada localidade tinha sua própria dinâmica. Ser senhor de engenho era um título importante e de difícil acesso, tanto na zona da mata sergipana, quanto nas vilas de Boquim e Lagarto. Ao contrário da zona da mata sergipana, que com seu elevado número de engenho tornou-se praticamente uma região monocultora, as vilas contempladas, com a expansão canavieira, diversificou ainda mais sua base econômica, pois em momento algum deixaram de lado a criação de animal e o cultivo de gêneros alimentícios, sobretudo da mandioca. Essas atividades econômicas continuaram como importantes geradoras de riqueza.

**Dívidas e créditos dos senhores de engenho** - Como vimos, ocorreu uma expansão da cana nas terras de Lagarto, propiciando um significativo crescimento no

---

<sup>216</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. 265.

<sup>217</sup> Idem, p. 309.

<sup>218</sup> PIMENTA BUENO, op. cit. p. 78-80 para Laranjeiras, e p.85-86 para Capela.

<sup>219</sup> Idem.

número de engenhos, mas resta saber a origem do capital empregado na construção desses engenhos. Sabemos que alguns lavradores e criadores tornaram-se senhores de engenho a partir da utilização dos rendimentos provenientes de suas atividades econômicas. No entanto, esses casos foram minorias. Dessa forma, de onde se originou o capital que financiou a montagem dos engenhos em Lagarto e Boquim?

Em Sergipe, Almeida explica que esse capital proveio de empréstimos feitos por comerciantes baianos, pois, mesmo independente politicamente da Bahia, a Província continuou vinculada a sua praça financeira<sup>220</sup>. Lagarto, também contou com capitais baianos para a construção de suas unidades de produção de açúcar. Os inventários de novos senhores de engenho comprovam o uso desses recursos. O do Major Manoel de Seabra Lemos Júnior<sup>221</sup>, mostra que ele devia ao comerciante baiano, Manoel Lopes da Silva Sobrinho, o valor de 740\$275 réis, correspondente a empréstimos e juros, feitos a 1% ao mês. Esses juros, cobrados por comerciantes baianos, eram considerados altos, e como fator de atraso e decadência pelas elites econômicas e políticas da Província.

“O mais exagerado usurário se admiraria de ver as condições a que se sujeita o lavrador que tem de levantar quaisquer capitais na praça que é sempre a da Bahia. Juros de 1,5% a 2% ao mês, acumulações semestrais e, o que ainda é pior, a condição de serem os credores os vendedores dos gêneros, donde resultam abusos, e, sobretudo, o prejuízo que sofrem os agricultores de não poderem esperar melhor mercado para seus produtos<sup>222</sup>”.

O Major Manoel de Seabra Lemos Júnior devia também a comerciantes de Estância e da própria Lagarto, pagando taxas de juros maior que 2% ao mês. Esse foi um dos casos encontrados, em que as taxas de juros baianas, por vezes, eram menores que as cobradas por credores locais.

A análise do livro de notas, e principalmente, dos inventários, mostra que, ao lado do capital oriundo da Bahia, existiu um capital mercantil sergipano, como o proveniente de Estância, o qual predominou em Lagarto e custeou a construção de muitos engenhos. O forte sistema de crédito dos comerciantes estancianos financiou

<sup>220</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p.272.

<sup>221</sup> AGJES-Inventariado: D. Anna Josefa Lina de Seabra. Inventariante: Manoel de Seabra Lemos Júnior. Inventários Post-mortem. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 29/09/1855. Caixa 19.

<sup>222</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior. 5 de setembro de 1872.

tanto atividades agroexportadoras quanto as ligadas ao abastecimento interno de Lagarto e de várias partes da Província<sup>223</sup>. Uma confirmação do financiamento proveniente do capital mercantil de Estância, é o empréstimo de 435\$813 réis<sup>224</sup>, tomado pelo Major Manoel de Seabra Lemos Júnior ao comerciante estanciano Cândido Vieira Dantas.

A partir da análise dos inventários é possível afirmar que parte do capital utilizado para a montagem de engenhos em Lagarto provinha de comerciantes da vila, entre os quais se destacavam o Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora, que, de acordo com o seu inventário, era o indivíduo de maior riqueza em Lagarto, e André Ramos Romero (pai de Sílvio Romero). Em seu inventário, Antônio Correa de Seabra<sup>225</sup> devia 36:600\$000 (juros e empréstimos) a Francisco Basílio, e 2:760\$000 a André Romero. Dívidas essas, provavelmente, adquiridas para a montagem do seu segundo engenho, em 1869, o Engenho Pedras, avaliado em 40:000\$000 de réis.

O já mencionado Engenho São Benedito do Migrete, pertencente ao Major de Seabra Lemos Júnior, apesar de contar com o financiamento de comerciantes baianos e estancianos, teve como principal credor o lagartense Francisco Basílio dos Santos Hora, de quem recebeu um empréstimo a juros no valor de 1:419\$500. O mesmo comerciante também havia emprestado 8:000\$000 de réis ao Capitão José Freire de Carvalho<sup>226</sup> para a instalação do Engenho Piabas e a aquisição de 12 escravos.

Francisco Augusto de Azevedo, proprietário do Engenho Palmeira, também recorreu a comerciante de Estância. O estanciano Antônio Silva Moitinho foi credor de suas safras. Veja o que diz o proprietário:

“[...] a origem do débito que não me é vergonhoso em sentido nenhum,... não foi feito para sustentar luxo nem orgias, para tanto, a origem d'ele eu declaro a que, foi fabrica, supprimento este que tomei para o Engenho Palmeira; não é vergonhosa a origem do débito”<sup>227</sup>.

<sup>223</sup> SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna**: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888). Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia, p.47.

<sup>224</sup> AGJES- Inventariado: D. Maria de Sousa Freire de Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 18/07/1879. Caixa 34.

<sup>225</sup> AGJES-Inventariado: Antônio Correa de Seabra. Inventariante: Jesuína Freire de Seabra. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 06/07/1876. Caixa 36.

<sup>226</sup> AGJES-Inventariada: D. Anna Francisca d'Araújo. Inventariante: Capitão José Freire de Carvalho. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 10/03/1880. Caixa 40.

<sup>227</sup> AGJES - Ação de Embargo. Embargante: Antônio Silva Moitinho. Embargado: Frederico Augusto de Azevedo. Cartório de 2º ofício de Lagarto. Cx.1, 10/06/1861.



Portanto, podemos afirmar que o capital inicial, utilizado na montagem dos engenhos de Lagarto e Boquim, foi oriundo tanto de comerciantes da Bahia e de Estância como de comerciantes abastados que viviam em Lagarto. Além do capital inicial, os proprietários de engenho, muitas vezes, antecipavam créditos junto a comerciantes para financiar a sua safra e para seu suprimento. O valor do capital emprestado, por vezes, era recebido em açúcar.

A dependência dos senhores de engenho frente aos comerciantes perdurou por todo período de 1850- 1888 e posterior à abolição. Isso é o que nos conta Ediberto Campos em suas crônicas de relatos de memória sobre o Engenho Piauí. “*O dono do engenho, já com 47 anos de idade, não desanimou, foi-se adaptando ao novo regime continuando a mandar açúcar para Sousa Sobrinho e Cia; da Estância, que lhe supria de créditos a resgatar pelas safras*<sup>228</sup>”.

Abaixo, a Tabela 1.3, mostra as principais dívidas contraídas pelos senhores de engenho com o objetivo de financiar as safras, e a origem desses capitais.

**Tabela 1.3 – Empréstimos contraídos pelos senhores de engenho – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Capital emprestado			Credores	
Local de origem do capital	Total emprestado	%	Total de credores	%
Bahia	19:573\$677	29,92	04	17,40
Estância	19:741\$998	30,17	08	34,79
Lagarto	23:814\$386	36,40	10	43,47
Outros	2:300\$000	3,51	01	4,34
Total	65:430\$061	100	23	100

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888. Libelo cível e ações de embargo de Lagarto.

Diante da Tabela 1.3 podemos afirmar que existia certo equilíbrio na origem do capital utilizado para o financiamento da produção nos engenhos locais, mas com uma ligeira vantagem dos empréstimos oriundos de grandes comerciantes de Lagarto, seguidos de comerciantes estancianos e baianos. Os créditos dos comerciantes locais

<sup>228</sup> CAMPOS, Ediberto *Crônicas da passagem do século*. V.2. Aracaju: 1970, p.185-86.

compreendiam a 36,40% do capital emprestado, sendo Francisco Basílio dos Santos Hora o principal credor. A presença desse grande capitalista lagartense foi de suma importância para a montagem e financiamento da produção de alguns engenhos arrolados. Essa predominância do fornecimento de crédito pelos negociantes locais comprova que o comércio em Lagarto era ativo e rendia bons lucros e grandes fortunas. O maior número de credores também pertencia a vila de Lagarto, chegando a 43,47% do total.

Sabemos que os senhores de engenho precisavam de capital para a compra de gado, escravos e para a montagem e manutenção dos engenhos, sendo que boa parte desse capital provinha, principalmente, de comerciantes. O difícil é descobrir os reais motivos para a aquisição de créditos e o destino desse capital. Os inventários e outros documentos utilizados nessa pesquisa relatam o valor do empréstimo, a porcentagem dos juros e o nome do prestador. Mas, teve, também, casos em que mencionam o motivo da dívida, o que possibilitou a montagem da Tabela 1.4.

**Tabela 1.4 – Motivos das dívidas dos senhores de engenho – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

<b>Ano</b>	<b>Devedor</b>	<b>Valor</b>	<b>Motivo</b>
1855	Manoel de Seabra L. Junior	1:419\$500	Montagem do engenho
1860	José de Souza Freire	1:964\$946	Suplementos para o engenho
1862	Venâncio da Fonseca Dorea	2:900\$000	Suplementos para o engenho
1870	Major Antônio Correa Dantas	90\$846	Compras para a família
1870	Major Antônio Correa Dantas	250\$200	Compra de seis bois
1871	José Alves de Freitas	400\$000	Compras.
1871	Antonio Correa de Seabra	21:000\$000	Montagem do engenho
1872	Antonio Correa de Seabra	7:692\$000	Suplementos para o engenho
1875	José Rodrigues dos santos	245\$000	Compra de oito burros.
1880	José Freire de Carvalho	8:000\$000	Montagem do engenho e compra de 12 escravos.
1880	José Alves de Freitas	2:315\$000	Suplementos para o engenho

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888, Libelo Cível de Lagarto.

Os maiores empréstimos contraídos foram aplicados na instalação de engenhos, para o qual se fazia necessária a construção do prédio, a compra de maquinários, e, por

vezes, de escravos, gado e terras. Os maiores empréstimos tomados foram para montar engenhos de açúcar. Antonio Correa de Seabra<sup>229</sup> tomou emprestado a quantia de 21 contos de réis no ano de 1871, que com os juros cobrados elevou-se para 40 contos, em 1876. O empréstimo foi feito para a montagem do engenho Pedras, unidade açucareira de maior valor entre os inventariados, avaliado em 40 contos de réis. José Freire de Carvalho<sup>230</sup> contraiu, em 20/12/1876, um empréstimo de 8:000\$000 conto de réis de Francisco Basílio dos Santos Hora, para a montagem do engenho Piabas, e a compra de 12 escravos. O que mais lhe custou foi a aquisição dos escravos, pois o engenho era de pequeno porte e produzia apenas rapadura. O empréstimo seria pago em 16 anos, sendo que, a cada fim de ano, ele pagaria 500\$000 mil réis. Como garantia do pagamento do empréstimo foram hipotecados os 12 escravos comprados. Ficou previsto para ele quitar o crédito em fins de 1892, mas o falecimento de sua esposa, em 1880, o obrigou a quitá-lo antes da data prevista.

Por se tratar de grande volume de capital, a montagem dos engenhos foi financiada para se pagar em um período prolongado e parcelado, facilitando, de certa forma, a liquidação dos empréstimos. Em contrapartida, quanto maior era o tempo para quitar o crédito, maior o valor final a ser pago, pois a cobrança de juros elevava o montante, beneficiando assim os credores.

O endividamento de alguns senhores de engenho junto a comerciantes ocasionou, por vezes, grandes dívidas e dificuldades financeiras, motivadas pelos altos juros cobrados. Mas, é importante lembrar que as pessoas que concediam capitais a juros cobravam essas altas taxas como forma de compensar o risco dessa operação creditícia, o não pagamento de seus empréstimos. E, no caso dos senhores de engenho, os valores creditados elevados podiam leva-los a ruína.

Como vimos na Tabela 1.4 muitos senhores de engenho contraíam crédito com o objetivo de comprar de suplementos, ferramentas e utensílios. Havia também os custos com alimentação dos escravos e os gastos com a manutenção familiar. Os créditos contraídos também eram utilizados para adquirir animais destinados aos trabalhos nos engenhos, seja como tração, e para o transporte de cargas e pessoas. No

---

<sup>229</sup> AGJES- Inventariado: Antonio Correa de Seabra. Inventariante: Jesuína Freire de Seabra. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/07/1876, caixa 36.

<sup>230</sup> AGJES-Inventariada: D. Anna Francisca d'Araújo. Inventariante: Capitão José Freire de Carvalho. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 10/03/1880. Caixa 40.

entanto, para muitos senhores de engenho, que por outro lado eram fazendeiros de gado, a compra desses animais foi desnecessária.

**Escravos dos engenhos** - A principal força de trabalho utilizada nos engenhos, no período colonial e até fins do Império, era a escrava. Para Sergipe, o emprego dessa mão de obra permaneceu importante para o setor açucareiro, até as vésperas da abolição da escravidão<sup>231</sup>. O número de escravos utilizados nos engenhos variava de acordo com sua dimensão e a sua capacidade de produção. A média sergipana era de 20 escravos por engenhos, chegando a ser bastante inferior a dos engenhos baianos e pernambucanos<sup>232</sup>. Isso se justifica pelo tamanho dos engenhos sergipanos, que, se comparados com os da Bahia e Pernambuco não passavam de banguês.<sup>233</sup> Em Lagarto e Boquim, o número de escravos por engenho distribuía-se conforme a Tabela 1.5.

**Tabela 1.5 – Relação de escravos por engenho – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Ano	Nº de engenhos	Nº de escravos	Escravos/engenhos
1857	15	550	19
1858	35	285	16
1881-82	37	-	18,9

Fontes:<sup>234</sup>

A média de escravos por engenhos em Lagarto era um pouco menor que a média sergipana, mas uma importante constatação a ser feita é que a média de Lagarto se manteve praticamente inalterada entre 1857 e 1881/82, variando aproximadamente 0,1%. Sabendo-se que a região em análise, assim como toda Província, sofreu uma redução do número de escravos no mesmo período, motivada, principalmente, por mortes, alforria e tráfico inter e intraprovincial de escravos<sup>235</sup>, o que poderia explicar essa invariância na média escravo/engenho em Lagarto e Boquim? Uma hipótese, é que os senhores de engenho de Lagarto provavelmente, teriam buscado suprir essa redução

<sup>231</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 191.

<sup>232</sup> MOTT, Luís R. B. **Sergipe Del Rey**: População, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986, p.145.

<sup>233</sup> Idem, p.145.

<sup>234</sup> Para 1857, ALMEIDA, 1993, op. cit., p. 215; PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 98. Para 1858-IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858. E para 1881-82, PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit., p. 98, nessa fonte não consta o número de engenhos, então pegamos esses dados na própria obra do autor na p. 58.

<sup>235</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 110.

com a compra de escravos a cultivadores de alimentos ou de algodão, e a criadores de animais ou, até mesmo, com a aquisição daqueles que trabalhavam na área urbana.

O fato do número de não proprietários de escravos tornarem-se maior que o de proprietários na década de 80<sup>236</sup>, é uma possível comprovação disso. É o caso de Martinho José de Oliveira<sup>237</sup>, plantador de mandioca e criador de gado, que tinha entre seus bens uma senzala, porém não contava mais com escravos, vendidos, talvez, para os senhores de engenho.

Apesar do número escravo/engenho não ser tão elevado em Lagarto, quanto o das vilas da Zona da Mata, a região tinha o segundo lugar no índice de rendimento por escravos da Província em 1857, como também, na produção açúcar/escravo. Isso pode ter ocorrido em razão de seus engenhos estarem montados em áreas de ocupação recente<sup>238</sup>, possibilitando, assim, uma maior produtividade. Fato este comprovado em 1858<sup>239</sup>, quando os 35 engenhos de Lagarto ocuparam o quarto lugar em produção de açúcar, atrás de Laranjeiras, Divina Pastora e Itabaiana, superando Vilas da Mata Sul e Zona da Mata Sergipana.

A análise dos dados levantados nos autos dos inventários dos moradores de Lagarto e Boquim, entre 1850 e 1888, mostra um resultado inferior ao já apresentado, pois a média era de 14,33 por engenho, e variava para mais ou menos de acordo com a década em estudo. Observemos a Tabela 1.6.

---

<sup>236</sup> SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinhadas, procissões e famílias:** a vida de homens e mulheres escravas em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Universidade Federal da Bahia: Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado em História, Salvador, 2004, p. 28.

<sup>237</sup> AGJES-Inventariado: Martinho José de Oliveira. Inventariante: Luiza Maria das Virgens. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 25/08/1887. Caixa 45, doc. 9.

<sup>238</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit., p.216.

<sup>239</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

**Tabela 1.6 – População escrava por década nos engenhos - Boquim Lagarto/SE (1850-1888)<sup>240</sup>.**

Ano	Nº de engenhos	Nº de escravos	Relação escravo/engenho
1850-59	03	46	15,33
1860-69	06	167	27,83
1870-79	11	116	18,18
1880-88	13	145	12,08
Total	33	474	14,36

Fontes: Fonte: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Na década de 1850-59, como é perceptível na Tabela 1.6, a relação escravo/engenho era 15,33. Ocorreu, portanto, uma redução dos escravos nesse período motivada pela *cólera-mórbus*, que se alastrou por Lagarto, fazendo nessa vila a segunda maior quantidade de mortos da Província, dizimando 1374 habitantes<sup>241</sup>, dos quais muitos eram escravos, diminuindo, portanto, a força de trabalho do campo e dos engenhos. Como aconteceu com André Romero, que perdeu além de alguns escravos, uma filha<sup>242</sup>.

A proporção do plantel de escravo por engenho nas décadas de 60 foi a maior do período. Há um aumento em relação à década de 50 e à média exposta na Tabela 1.6. Esse crescimento se deu porque, provavelmente, nesse período foram inventariados os maiores engenhos da região em estudo: o Piauí, o São Joaquim do Pastor, o Caborge, o Poção, o Santo Antônio, o Bomfim da Jabuticaba<sup>243</sup>. Tais engenhos possuíam um número de cativos que variavam entre 28 e 62, o que dava uma média bem superior a vinte escravos por engenho, fato que influenciou a elevação da média.

A partir de 1870 percebe-se uma redução nessa média ocasionada pelo agravamento da escassez da oferta de mão de obra, justificada pelo tráfico inter e intraprovincial de escravos. Por fim, os engenhos inventariados, no período de 1880-88, tiveram o menor índice da relação escravo/engenho, em comparação com o das décadas

<sup>240</sup> Para chegarmos a média de escravos pro engenho contabilizamos todos os escravos contidos nos inventários de senhores de engenho e dividimos pelo total de unidades inventariadas.

<sup>241</sup> SANTOS NETOS, Amâncio C. **Sob o signo da peste: Sergipe no tempo de Cholera (1855-1856)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2001. pp.41-51.

<sup>242</sup> SANTOS, 2004, op. cit. p.28-29

<sup>243</sup> Afirimo isto devido quantidade de escravos neles contidos e valores que foram avaliados os respectivos engenhos.

estudadas a partir dos dados dos inventários e aos dados analisados por Passos Sobrinho nos anos de 1881-82. Isso ocorreu porque, com a proximidade da abolição, diminuiu o número de escravos. Lagarto contava com 1368 escravos, em 1882, declinando para 844, em 1886, uma redução de 38,31%<sup>244</sup> em sua população cativa.

Entretanto, quase todos os engenhos arrolados no período continham mais de 10 escravos, com exceção dos engenhos Grillo e o Riacho Seco, ambos pertencentes à Hermenegildo Hypolito de Santa Anna<sup>245</sup>, que não contavam com escravos no arrolamento dos bens.

Ainda existiam senhores de engenho com um número significativo de cativos. Entre eles encontrava-se o Major Venâncio da Fonseca Dorea<sup>246</sup>, dono de 31 escravos e 8 ingênuos. Porém, esses escravos estavam divididos em seus dois engenhos. Tudo indica que a média reduzida de escravos na década de 1880 foi compensada pela utilização de trabalhadores livres, pois sem estes, os engenhos não poderiam funcionar contando com o trabalho de apenas 7 ou 10 escravos<sup>247</sup>.

Poucos eram os engenhos que contavam com mais de 20 escravos, a maioria, de pequeno porte, funcionava com número reduzido de cativos para atender às necessidades dos serviços das plantações, das moendas, do transporte da cana e do açúcar, e das atividades de manutenção do engenho, dos carros de boi e dos caixas<sup>248</sup>. Não encontramos unidades com mais de 80 escravos, como menciona Ediberto Campos em seus relatos memorialísticos:

“Lagarto é também a terra do Juiz de Paz José de Souza Freire, fundada do Engenho do Piauí preparado por ele para o casal. Deitou ali mais de 80 escravos<sup>249</sup>. (...)”.

“(...) Engenho São José do Piauí, centro de um autentico latifúndio que ainda hoje existe envolvendo boa parte dos rios Machado e Piauí, no município de Lagarto (...) conserva o velho engenho vagas recordações, lá pelo ano 1888-89, quando já se falava na próxima libertação dos escravos, que ali eram mais de 80 e trabalhavam nus da

<sup>244</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p.428.

<sup>245</sup> AGJES-Inventariado: Hermenegildo Hypolito de Santa Anna. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 17/09/1886. Caixa 44, doc. 17.

<sup>246</sup> AGJES - Inventariado: Major Venancio da Fonseca Dorea. Inventariante: D. Josepha da Fonseca Pimentel. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 05/05/1882, caixa 02.

<sup>247</sup> MOTT, op. cit., p.146.

<sup>248</sup> ALMEIDA, 1993, p. 190.

<sup>249</sup> CAMPOS, Ediberto. *Crônicas da passagem do século*. V.2. Aracaju: 1967, p.83.

cintura para cima, quase sempre contando as pretas também<sup>250</sup>”.

Acreditamos que o memorialista, pela sua pouca idade, deve ter esquecido o fato real ou aumentado o número de escravos para enaltecer a história de sua família, já que, na época, ser possuidor de um grande número de escravos era algo que elevava o prestígio social. O engenho Piauí era um dos que continha mais escravos, mas estava aquém dos mais de 80 relatados, pois contava com 47 cativos na abertura do inventário de José de Souza Freire<sup>251</sup>, proprietário da unidade açucareira em 1860. O herdeiro desse engenho, Sebastião Garcez d’Avila, de acordo com o fundo de emancipação de escravos<sup>252</sup> – embora, tratando-se de um documento em que não se encontravam todos os cativos de seus respectivos proprietários – contava com apenas 12 escravos. Se realmente tal herdeiro possuísse tantos cativos, como menciona Ediberto Campos, seria ele, então, o proprietário com maior número de escravizados no fundo. Porém, os estudos realizados não comprovam esse fato. Não podemos descartar a hipótese de que alguns desses escravos mencionados por Ediberto Campos não pertenciam ao proprietário do engenho, e sim a possíveis agricultores que cultivavam cana em terras do engenho.

A grande produção de açúcar com um número diminuto de escravos pode ser explicada por dois motivos. Primeiramente, esses engenhos deveriam contar com força de trabalhadores livres e agregados. Esse era o caso de Joana Angelica de San Felix<sup>253</sup>, que morava no engenho Palma e possuía duas tarefas de cana plantada. Segundo, existia em Boquim e Lagarto um grande número de lavradores de cana, e vários deles cultivavam-nas em suas terras, chegando a contar com mais de 10 escravos, e tendo renda anual superior a um conto de réis.

Os pequenos lavradores de cana a cultivavam utilizando somente a força familiar, esse era o caso de Manoel Honorato<sup>254</sup>, morador e proprietário do sítio Jaboticaba, onde plantava a cana, que após a colheita era moída no Engenho S. do Bonfim da Jaboticaba, propriedade do Cap. Venâncio da Fonseca Dórea, fato

<sup>250</sup> CAMPOS, 1970, op. cit. p. 84-85.

<sup>251</sup> AGJES-Inventariado: Tenente Coronel José de Souza Freire. Inventariante: Anna Joaquina de Souza Freire. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 17/02/1860. Caixa 24, doc. 4.

<sup>252</sup> AGJES- Fundo de emancipação de escravos (1872-1886) Cx. 1.

<sup>253</sup> AGJES- Inventariada: Joana Angelica de San Felix. Inventariante: José Correia Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 18/03/1857, caixa 22.

<sup>254</sup> AGJES- Inventariado: Manoel Honorato. Inventariante: Joana Baptista. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 16/03/1857, caixa 22.



comprovado com as 35 arrobas de açúcar que ele possuía no dito engenho. Dessa forma, fica evidente que a cana produzida por esses era para aumentar a produção dos engenhos. Isso explica, em parte, como se produzia tanto açúcar com a média local de escravo/engenho reduzida.

No Relatório de Presidente de Província de 1858<sup>255</sup> consta um mapa que mostra cada vila sergipana, com o número de engenho e a quantidade de escravos e agregados que possuíam. Nele aparecem 35 engenhos, com apenas 40 agregados, o que dá pouco mais de um agregado por engenho nas unidades locais. Entre todas as vilas, Lagarto era a que possuía a menor média de trabalhadores livres nas unidades açucareiras, a maior era a do Espírito Santo (atual Indiaroba), com 482 agregados em suas 27 agroindústrias de açúcar<sup>256</sup>.

**Mão de obra livre nos engenhos-** Apesar de o documento revelar a existência de um pequeno número de trabalhadores livres em 1858, período em que não se sentia tanta falta da mão de obra escrava. Acreditamos que a presença de tais trabalhadores na lavoura era de forma mais representativa. Pelo censo de 1872<sup>257</sup>, a população livre de Lagarto e Boquim era de 13.752 pessoas, a segunda maior da Província, perdendo, apenas, para a Vila de Propriá. Nesse contingente de habitantes livres incluem-se um reduzido número de senhores de engenho, de lavradores de cana, comerciantes, servidores públicos, grandes e pequenos criadores de animais, como também de pequenos agricultores, restando, provavelmente, uma parcela bastante significativa de trabalhadores livres.

Os engenhos Grillo e Riacho Seco<sup>258</sup>, pertencentes à Hermenegildo Hypolito de Santa Anna, em 1886, não possuíam escravos. Certamente, os trabalhos neles realizados eram feitos por trabalhadores livres. Vejamos a Tabela 1.7, que menciona gastos feitos com trabalhadores livres por um senhor de engenho local.

---

<sup>255</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p.426.

<sup>258</sup> AGJES-Inventariado: Hermenegildo Hypolito de Santa Anna. Inventários *post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 17/09/1886. Caixa 44, doc. 17.

**Tabela 1.7 - Despesas com trabalhadores livres no Engenho São Benedicto em 1884, Vila de Boquim/SE.**

<b>Data</b>	<b>Nome do trabalhador</b>	<b>Nº de diárias</b>	<b>Valor pago</b>
17 e 24 de Agosto	Despesas com trabalhadores		30\$260
24 de Agosto	João Novato	5	2\$500
24 de Agosto	Ignacio	3	1\$500
24 de Agosto	Antônio Novato	5	2\$500
24 de Agosto	Martinho	3	1\$500
24 de Agosto	Mareano	6	3\$000
24 de Agosto	João Nunes	3	1\$500
2 de Setembro	João Lino	4	2\$000
7 de Setembro	Martinho	2	1\$000
13 de Setembro	Manoel S. Antônio	2	1\$000
13 de Setembro	Trabalhadores	8	4\$000

Fonte<sup>259</sup>

As dívidas com o pagamento de diárias a trabalhadores livres mencionadas na Tabela 1.7 pertenciam ao Major Manoel de Seabra Lemos, proprietário do Engenho São Benedicto do Campo de Baixo, localizado no território da Vila de Boquim. A elaboração dessa tabela foi possível porque os gastos estavam arrolados entre os créditos concedidos pelo comerciante Capitão Antônio Pinto de Oliveira, genro do senhor de engenho, e cobrados como dívidas passivas. Como Manoel de Seabra não possuía capital em mãos para saldar as diárias dos trabalhadores, essas foram pagas pela casa comercial de seu genro, onde o dinheiro tinha uma maior circulação e posteriormente, o Major liquidava essas dívidas.

Na Tabela 1.7 notamos que os pagamentos a trabalhadores livres eram realizados semanalmente, e que a diária tinha um valor de \$500 réis. Observamos também, que teve semanas em que o engenho contou com os serviços remunerados de 10 homens, um número considerável de trabalhadores, se comparado à média de escravos por engenho, que chegava a aproximadamente 14 cativos.

Além do uso de mão de obra livre, o Engenho São Benedicto contava com os serviços de 13 escravos. Apesar, de a tabela mencionar apenas o pagamento de diárias

<sup>259</sup> AGJES- Inventariado: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventariante: Cap. Clínio de Seabra Lemos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 29/08/1884, caixa 02, p.49.

referentes a três semanas, provavelmente, também contou com o uso de trabalhadores livres em outros períodos, e isso nos leva a acreditar que a utilização rotineira desse tipo de mão de obra era uma prática, não só dessa, mas de outras unidades açucareiras locais. Portanto, o trabalho livre foi de alta relevância nos engenhos e para o aumento da produção de açúcar. Complementou ou foi ocupando o lugar do trabalho escravo.

Apesar do crescente uso de mão de obra livre, os escravos permaneceram importantes para o setor açucareiro até vésperas da abolição<sup>260</sup>. Com o fim da escravidão, existiu a falta de mão de obra, e muitos engenhos foram desativados, passando a fogo morto<sup>261</sup>.

**Animais dos engenhos** - Os animais, como já sabemos, também eram um fator indispensável para o funcionamento dos engenhos. Constituía a principal força motriz e o meio de transporte dos engenhos, das vilas analisadas e de toda a Província sergipana, por todo o século XIX. Em 1871<sup>262</sup>, dos 582 engenhos que funcionavam em Sergipe, os movidos por tração animal somavam 492, representando 84,53% das unidades açucareiras de Sergipe. Essa força movimentava todos os engenhos de Lagarto e Boquim, em 1881<sup>263</sup>, pois, ainda que alguns ficassem as margens do Rio Piauí, o volume de água não era suficiente para moer cana<sup>264</sup>.

Em 1870<sup>265</sup>, havia, em Lagarto, apenas um engenho movido a vapor. Mas, em 1881, já não existiam engenhos locais utilizando essa força motriz. Provavelmente, o seu proprietário, acostumado com os antigos sistemas de moagem, não se adaptou a essa inovação e voltou a utilizar animais. Não podemos descartar a hipótese de que os altos custos para a montagem de um engenho a vapor dificultou seu acesso por parte dos proprietários locais.

**Tamanho territorial das propriedades** - Sobre o tamanho das unidades açucareiras da região em estudo, é muito difícil ou quase impossível sabê-lo. Os

---

<sup>260</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p.191.

<sup>261</sup> FONSECA, op. cit. p.377.

<sup>262</sup> APES - Resumo do apontamento do número de engenho de fabricar açúcar. G1-Tesouraria Provincial doc. 847, 22/02/1871.

<sup>263</sup> PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881, p.82.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe, 04 de março de 1870, p. 93.

inventários não apresentam a extensão das propriedades, relatam apenas seu valor. Passos Subrinho, a partir da utilização de documentos da Câmara Municipal de Lagarto, afirma que, em 1875, os seus cinco engenhos ocupavam uma área de quatro léguas, correspondendo a uma média de 11.500 tarefas<sup>266</sup> por engenho<sup>267</sup>. Isso é comprovado pelo Engenho Piauí, cujo senhor, “*vivia como nos tempos feudais, num latifúndio de uma légua quadrada*”<sup>268</sup>.

Acreditamos que essa grande extensão de terras de engenhos não era um padrão, mas uma exceção. Primeiro, porque entre esses cinco engenhos deveriam constar o Piauí, Maxixe, Poção, Moreira, e outro, que foram montados em terras de antigas sesmarias coloniais, próximas ao Rio Piauí (caso do Piauí, Maxixe, pertencentes às famílias Ávilas e Freire)<sup>269</sup>, e anterior a 1822, como o Moreira. Essas terras não deveriam ter altos preços, pois eram utilizadas para a criação de animais e o cultivo de alimentos, o que deve ter facilitado a compra de grandes extensões. Como o território de Lagarto sempre foi extenso tornou-se possível a formação de grandes latifúndios aos primeiros engenhos. Segundo, a maior parte dos engenhos da região em estudo, estava centrada em Boquim, que não tinha (como não tem hoje) um vasto território, e estava fragmentado em 22 engenhos, em 1875, impossibilitando, portanto, a existência de extensos latifúndios. Além disso, entre 1875 e 1881, apareceram novos engenhos no território de Lagarto e não contavam com grandes extensões, pois, nesse período, pós 1850, a terra tinha preços mais elevados.

**Alambiques e engenhocas** - Além dos engenhos, existiam na região unidades açucareiras menores: alambiques e engenhocas de fazer rapadura, movidos por um menor número de escravos, ou às vezes, sem eles. A instalação dessas unidades não exigia grandes custos, o que favoreceu no envolvimento de um número maior de pessoas na produção que mais dava status: a cana. Fabricava-se para o consumo do mercado interno, crescente consumidor de açúcar, mel, rapadura e, principalmente, cachaça<sup>270</sup>. Assim como os engenhos de açúcar, o número de alambiques teve um

---

<sup>266</sup> A tarefa é a medida agrária da província; corresponde a uma superfície de 3035 m<sup>2</sup>. PIMENTA BUENO, op. cit. p.10

<sup>267</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p.67.

<sup>268</sup> CAMPOS, 1967, op. cit. p. 83.

<sup>269</sup> FONSECA, op. cit. p.309.

<sup>270</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p. 143.

grande aumento, passando de 5, em 1847<sup>271</sup>, para 15, em 1855<sup>272</sup>, comprovando o crescente consumo de cachaça pelos habitantes locais.

**Conflito entre lavradores x criadores** – A expansão canavieira, a partir, principalmente, da década de 40, aumentou a procura pela terra, o que gerou conflito entre proprietários de engenhos, de alambiques, plantadores de cana e criadores de gado pela apropriação de terra para o cultivo, sobretudo, da cana. Um caso típico ocorreu em 1847, quando o capitão Thomé da Fraga Pimentel, juntamente com senhores de engenho e lavradores, fez um requerimento com abaixo assinado, contendo a assinatura de 4 senhores de engenhos e mais 59 lavradores, destinado ao Presidente da Província, com o intuito de que ele tomasse providências contra os criadores de gado, uma vez que, na Câmara de Lagarto, suas reclamações não surtiram efeito. O se exigia era o cumprimento de uma postura municipal de 1830 que dizia o seguinte:

“A Câmara deste Município tendo em vista para promover o bem da agricultura que já estão há em decadência, e sofria, designar quais lugares próprios de plantações (...), da bôca da mata do Piauí até a divisa deste com o termo limítrofe a Estância, ficarão reservadas as matas unicamente para a plantação, cuminando multa contra os criadores<sup>273</sup>”.

Segundo Thomé da Fraga Pimentel, possuidor de dois engenhos na área em conflito, por algum tempo se respeitou a postura, mas “*ou por fraqueza da câmara, indolência das autoridades locais ou por força, poderio e influência de alguns criadores de gado (...) as áreas reservadas e destinadas para a plantação (...) se acham situadas tantas fazendas de gado, que menos bastariam para completo aniquilamento das plantações*<sup>274</sup>”.

O autor do requerimento relatou que os agricultores que assinaram o abaixo assinado sofriam perdas, ocasionadas pela criação de gado solto nos lugares destinados a agricultura e que tais prejuízos reduziram onze famílias à miséria, obrigadas a deixarem seus lugares. Arguiu, também, que, mesmo causando prejuízo para a agricultura, “*manancial da riqueza publica e digna de proteção das autoridades*<sup>275</sup>”, os criadores não atendiam as reclamações. O não cumprimento da postura dava-se “*porque*

<sup>271</sup> APES- Câmara de Lagarto. Fundo CM<sup>1</sup> doc. 34. 18/01/1847.

<sup>272</sup> SANTOS, 2004, op. cit. p.33.

<sup>273</sup> APES- Requerimento dos proprietários e lavradores. Fundo G<sup>1</sup> pac. 599,15 de julho de 1847.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem.

*as autoridades ora constituídas são uns dos próprios poderosos que se opõem do benefício público da lavoura*<sup>276</sup>”.

A expansão da cana requereu, cada vez mais, terras para o seu cultivo, e a criação de gado, que, até então, foi a principal atividade econômica de Lagarto<sup>277</sup>, começou a se retirar para locais de solos não apropriados à plantação canavieira, deixando assim “*de reduzir as matas de agricultura em campinas de criação*<sup>278</sup>”. A retirada do gado não foi fácil em Lagarto, pois se tratava de um dos locais de maior criação de animais da Província e, conseqüentemente, de criadores ricos e poderosos, que se negavam a cumprir a Postura de 1830. O prestígio e poderes desses criadores na sociedade local eram tantos que “*não há encontrar-se um oficial de justiça que se atreva a ir cumprir um mandato contra os que escandalosamente infringem a lei*<sup>279</sup>”.

Apesar de todo o poder que dispunham os criadores de gado, foram os ascendentes senhores de engenho e os lavradores que saíram vitoriosos dessa disputa pelo uso da terra. O Governo Provincial decidiu a seu favor, mandando realizar-se, em 29 de julho de 1847<sup>280</sup>, inteiramente o que continha a Postura de 1830. Somente em pasto seguro, seria possível criar gado dentro dos limites demarcados pela Câmara para as plantações. Porém, se os animais saíssem e cometessem algum incidente contra os lavradores, seus respectivos donos seriam punidos.

“(…) nenhuma pessoa poderá criar gado nem quaisquer animais que ofendam as lavouras, e todas as pessoas que tiverem animais nas matas lhe é concedido prazo de trinta dias para os retirarem. (...) quem fracturar presente determinação, será condenada em trinta mil réis, para as despesas. (...) e pela reincidência sessenta mil réis, e todo animal, que for achado nas lavouras, seu dono será obrigado a pagar acima de dois mil réis por cada uma cabeça.”<sup>281</sup>

<sup>276</sup> APES - Câmara de Lagarto. Fundo: CM<sup>1</sup>, doc. 34. 1847.

<sup>277</sup> MACIEL, Carlos Roberto Santos e SANTOS; Carlos José Andrade. **Uma breve análise sobre o bem escravo na composição das fortunas dos moradores de Lagarto/SE (1800-1840)**. Umbaúba, 2010. Artigo (Especialização em Metodologia do Ensino de História). Faculdade SERIGY.

<sup>278</sup> APES- Requerimento dos proprietários e lavradores. Fundo G<sup>1</sup> pac. 599,15 de julho de 1847.

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> SANTANA, Ana Priscilla Meneses de. CRUZ, Cláudia Cristine de Araújo Ramos e SANTOS, Débora Santana. **Códigos de Postura de Sergipe Imperial**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes. Aracaju: UNIT, 2009, p.227.

<sup>281</sup> APES- **Requerimento dos proprietários e lavradores**. Fundo G<sup>1</sup> pac. 599,15 de julho de 1847.

Tentando evitar a repetição desse tipo de conflito, à recém-criada Câmara de Lagoa Vermelha (Boquim), em 1858, decretou a proibição da criação de animais soltos, e delimitou as áreas reservadas para o gado e as para a agricultura<sup>282</sup>.

Esse conflito por terras, provavelmente, também revelou uma luta por poder entre a tradicional classe criadora em Lagarto e o grupo em ascensão dos proprietários de engenho. Estes foram beneficiados com a expansão da cana, que tornou o açúcar, o principal gênero de exportação de Lagarto e Boquim<sup>283</sup>, aumentando seus poderes econômicos e prestígios na sociedade lagartense. A derrota dos criadores revelou a diminuição de seus poderes e representou o início da supremacia do poder dos agricultores (principalmente dos senhores de engenho), fato comprovado nas eleições para vereadores<sup>284</sup>.

**Discurso da crise do açúcar** - Com o predomínio do café nas exportações brasileiras, a partir de 1840, mudou-se o eixo econômico do Norte<sup>285</sup> para o Centro-Sul, seu principal produtor. A elite açucareira do Norte, receosa, por sua vez, em perder poder e atenção para o Centro-Sul, em pleno desenvolvimento, integralizou o discurso de uma suposta situação de crise na região açucareira com intenção de buscar privilégios e vantagens tributárias<sup>286</sup>.

“Sobre a agricultura é sabido que estão com a maior dificuldade; a baixa dos preços dos gêneros de exportação, os impostos onerosos, a falta de estradas e pontes são as principais causas de sua decadência. E sendo a agricultura a principal indústria do país, é para desejar que os poderes públicos trabalhe com impenho no sentido de reanima-la”<sup>287</sup>.

A elite política e econômica da região de Lagarto incorporou o discurso da “crise” adotado pelas autoridades provinciais do Norte e de Sergipe, juntamente com a elite açucareira das respectivas Províncias. O mais rico e contundente conjunto de manifestações da elite açucareira e desaguadouro das recriminações do Norte foi o “Congresso de Recife”, realizado em 1878<sup>288</sup>. Em alguns relatórios do Presidente da

<sup>282</sup> SANTANA, op. cit. p.47.

<sup>283</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe, 04 de março de 1870, p. 93.

<sup>284</sup> APES - Câmaras de Lagarto e Boquim. (1850-1888).

<sup>285</sup> Nomenclatura que designava a atual região Nordeste, durante o período Imperial.

<sup>286</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p.106.

<sup>287</sup> APES- **Câmara de Boquim**. Fundo: CM<sup>1</sup> g<sup>3</sup>, 1875.

<sup>288</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p.114.

Província de Sergipe, os pedidos eram quase os mesmos da Câmara de Boquim, buscavam-se melhorias e investimentos do governo. Vejamos as condições apontadas para “progresso” da Província:

“A primeira condição, portanto, do progresso da lavoura – está na mobilização da propriedade territorial, está na criação do crédito agrícola. A segunda condição para o desenvolvimento da lavoura é proporcionar-lhe boas vias de comunicação. A terceira condição – considero a introdução de máquinas, instrumentos agrários e aparelhos apropriados a melhorar o fabrico, aumentando o produto. A quarta condição; finalmente, e muito importante – é a do ensino agrícola, em favor do qual, força é dizer, nada temos feito<sup>289</sup>”.

Os elementos responsáveis pela crise da agricultura, citados pela Câmara de Boquim, em 1875, tornaram-se requisitos da bandeira dos “progressistas” brasileiros<sup>290</sup>. O que eles realmente queriam eram maior proteção e investimentos que os favorecessem, propiciando o aumento de seus rendimentos<sup>291</sup>. Ao comparar-se o ritmo de crescimento da economia cafeeira com o da açucareira, não restam dúvidas quanto à estagnação da economia do Norte<sup>292</sup>. Porém, na geração de riqueza, assim como em relação a seu espaço na esfera do poder central<sup>293</sup>, a região nordestina só foi definitivamente superada pelo Centro-Sul nos anos 80<sup>294</sup>.

Como falar em crise da cultura canavieira em Sergipe se a exportação do açúcar sergipano passou de uma média anual de 18.616 toneladas, na década de 1850, para 41.590 toneladas, no período de 1881-87<sup>295</sup>? Isso equivalia a um aumento na exportação do produto de 123,43%. Outro fator pôs em xeque esse discurso de crise: o aumento do número de engenho em Sergipe, que, apesar dos baixos preços do açúcar em alguns períodos, passou de 679, em 1852, para 820, em 1886<sup>296</sup>. Dessa forma, é necessária certa cautela ao referir-se à crise do açúcar, pois os documentos que retratam

---

<sup>289</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. Antônio de Araújo d’ Aragão Bulcão, de 02 de março de 1868, p.26-27.

<sup>290</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit. p.249.

<sup>291</sup> ALMEIDA, 1965-1978, op. cit. p.38.

<sup>292</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p.196-97.

<sup>293</sup> Idem, p.103.

<sup>294</sup> ALMEIDA, 1993, op. cit. p.102.

<sup>295</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, p.196-97.

<sup>296</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit. p. 109.



isso foram elaborados por uma elite econômica que buscava meios de formular uma política de privilégios econômicos que a beneficiasse<sup>297</sup>.

Assim como em Sergipe, em Lagarto existiu um aumento no número de engenhos entre 1852-1881, e com isso sua produção cresceu. Em 1858 a Vila arrecadou com sua safra 180 contos de réis<sup>298</sup>, passando para mais de 1000 contos de réis em 1888<sup>299</sup>. Nesse último ano a exportação do açúcar foi feita para Alemanha, e atingiu um crescimento de 555, 55% em relação a 1858.

#### 1.4.1.2 – O Algodão

Outro artigo agroexportador que se expandiu por terras sergipanas, inclusive Lagarto e Boquim, foi o algodão. Sua carência no mercado americano, ocasionada pela Guerra de Secessão norte-americana, gerou uma elevação em seus preços e um novo surto de seu cultivo. São raros os dados documentais sobre a produção algodoeira nessas vilas, mas sabemos que o algodão se tornou, ao lado do açúcar, um dos principais ramos da produção local<sup>300</sup>. Expandiu-se rapidamente pela região, por se adequar ao clima semiárido e por não exigir grandes gastos, permitindo que pequenos proprietários tornassem-se novos produtores de algodão<sup>301</sup>.

Dos inventários pesquisados, somente seis oferecem alguns indícios sobre a plantação de algodão como: roças, produto, depósito de algodão, motor e máquina de descaroçar algodão. Nesses documentos, percebemos que o seu cultivo era praticado por diferentes níveis sociais: grandes lavradores que possuíam máquina e motor de descaroçar algodão, contando com até 10 ou mais escravos, como era o caso de Francisco José da Fonseca<sup>302</sup>, médios lavradores, como D. Josefa Francisca Telles,<sup>303</sup> que possuía uma roça de algodão, e se servia do trabalho de dois escravos, e pequenos

---

<sup>297</sup> Idem, p. 252.

<sup>298</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

<sup>299</sup> FONSECA, op. cit. p.376-77. O autor obtêm esses dados a partir de documentos da Assembleia Provincial, datado de 04/03/1888.

<sup>300</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe, 04 de março de 1870, p. 93.

<sup>301</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit. p.127.

<sup>302</sup> AGJES-Inventariado: Francisco José da Fonseca. Inventariante: D. Anna Francisca D'Araújo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/07/1871, caixa 32, doc. 13.

<sup>303</sup> AGJES-Inventariado: D. Josefa Francisca Telles. Inventariante: Candido Vieira de d' Araújo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/10/1870, caixa 31, doc. 12.

<sup>303</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit. p.133.

cultivadores, como José Francisco da Costa<sup>304</sup>, que não tinha escravo e possuía uma fortuna de apenas 482\$812 réis.

Mesmo após a retomada do comércio internacional pelos EUA com o fim da guerra de secessão, muitos agricultores permaneceram cultivando algodão em Sergipe, pois, apesar da queda de seus preços na década de 70, encontraram no produto, uma nova atividade econômica que gerava lucros e não carecia de grandes investimentos. As plantações de algodão continuaram, então, ocupando as antigas áreas dos municípios de Lagarto, Boquim, etc.<sup>305</sup>. Fato confirmado pelo inventário da moradora de Lagarto, Ritta Maria do Nascimento<sup>306</sup>, que cultivava o produto, e possuía uma máquina de descaroçar algodão e cinco escravos.

#### 1.4.1.3 - Mandioca e farinha

Além da cana e do algodão, Lagarto e Boquim produziam gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno, como a mandioca<sup>307</sup>, principal alimento da grande massa da Província<sup>308</sup>. Isso não ocorria somente em Sergipe, mas em todo o Nordeste.

“A persistente importância da farinha na dieta comum ao longo de toda a primeira metade do século XIX tornava-se penosamente evidente sempre que a escassez provocava a elevação do seu preço no mercado da cidade. Nesses momentos, os pobres não se amotinavam nas ruas, como o faziam as multidões nas cidades europeias, pedindo pão; o que pediam era farinha, o alimento que continuava a ser à base de sua subsistência<sup>309</sup>”.

A farinha produzida em Lagarto alimentava sua população de escravos e de homens livres. Seu excedente era vendido para o abastecimento do mercado interno das regiões açucareiras da Província e, muitas vezes, para algumas regiões da Bahia<sup>310</sup> e

<sup>304</sup> AGJES-Inventariado: José Francisco da Costa. Inventariante: Francisco Manoel da Costa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 17/11/1874, caixa 35, doc. 14

<sup>305</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit. p.133.

<sup>306</sup> AGJES-Inventariado: Ritta Maria do Nascimento. Inventariante: Loureço Curvello de Mendonça. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 19/10/1881, caixa 40.

<sup>307</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe, 04 de março de 1870, p. 93.

<sup>308</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

<sup>309</sup> BARICKMAM, op. cit. p. 95.

<sup>310</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe. 3 março de 1871.

Pernambuco. A venda era facilitada pela passagem de viajantes que atravessavam Sergipe com destino a essas duas províncias<sup>311</sup>.

Ao analisar os inventários, notamos que parte significativa dos habitantes de Lagarto cultivava a mandioca. Juntando os indícios, (roças, roda de mandioca, e casa de farinha) percebemos que 155 inventariados, de um universo de 320, cultivavam mandioca. Desses, 40 indivíduos possuíam roda de ralar mandioca, 95 possuíam casas de farinha e 36 roças da raiz. O cultivo da mandioca se fazia presente em 63% dos sítios inventariados. Isso revela o quanto sua produção estava disseminada entre os agricultores da região lagartense.

A expansão da cana e, conseqüentemente, do número de engenho na região, a partir de fins da década de 40, não fizeram desaparecer ou diminuir o cultivo da mandioca. Acreditamos que essa produção tenha aumentado, haja vista, a soma da população de Boquim e Lagarto, passar de 8418 habitantes, em 1858<sup>312</sup>, para 15709, em 1872<sup>313</sup>, um aumento de 186,61%. Esse crescimento populacional deve ter demandado uma quantidade maior de farinha para alimentar toda população. Outro dado reforça essa hipótese, um documento encontrado que relata a exportação de farinha para Estância e Bahia é de 1871<sup>314</sup>, um ano antes do censo populacional, o que indica que além de suprir o crescimento interno da população, existiu um aumento na produção e oferta de farinha, pois havia até excedente para se exportar para outros mercados.

Dessa forma, inferimos que os produtores mostraram-se capazes de ajustar a produção de farinha ao aumento populacional e ao crescimento da economia de exportação da região. Boa parte dos senhores de engenhos locais, 68,18% deles, não possuía em seus respectivos inventários indícios de que cultivava mandioca, o que nos leva a supor um deslocamento de seus escravos para o cultivo da cana. Isso se justificaria pela existência de uma boa oferta de farinha no mercado local, comprada pelos senhores de engenhos para alimentação de seus escravos, agregados, e, até mesmo, de seus familiares.

---

<sup>311</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit. p. 216.

<sup>312</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858. Mapa estatístico da população livre e escrava de Sergipe, MAPA 1.

<sup>313</sup> Censo populacional de 1872, apud. PASSOS SUBRINHO, op. cit. p. 425-426.

<sup>314</sup> IGHS-Relatório do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, abertura da Assembleia Provincial de Sergipe. 3 março de 1871.

A produção da mandioca, certamente, proporcionava bons resultados, fato evidenciado pela compra e uso de trabalho escravo por muitos cultivadores. Esses produtores utilizavam desde um número reduzido, como era o caso de José Francisco de Gonçalves<sup>315</sup>, possuidor de dois cativos, a um número considerável de escravos, como Manuel da Silva<sup>316</sup>, que possuía dezesseis deles nos cuidados de suas oito tarefas de mandiocas, além de mais quatro de milho e feijão. Havia ainda quem utilizasse a mão de obra familiar.

Assim, a expansão da cana em Lagarto, a partir de 1840, não diminuiu o cultivo de mandioca, pelo contrário, favoreceu um possível aumento na produção de farinha, que, além de suprir a demanda local, era exportada para outros mercados.

#### 1.4.2 – Pecuária

Apesar de Boquim e Lagarto terem vivenciado no século XIX uma expansão do cultivo agroexportador da cana e do algodão, a criação de gado continuou sendo praticada em maior número de propriedades do que a grande lavoura<sup>317</sup>. A pecuária foi fator de grande relevância para a fundação e o desenvolvimento das vilas estudadas, que eram as maiores criadoras de animais em Sergipe, possuindo o maior número de fazendas de gado da Província<sup>318</sup>. “*Ali se criavam tanto gado vacum e cavalari que em anos estéreis aparece à falta de pastos*”<sup>319</sup>. Além de servir de força motriz nos engenhos, os animais eram utilizados como meio de transporte da produção agrícola e de pessoas, e, sobretudo, faziam parte da alimentação da população e sem falar da importância do uso do couro<sup>320</sup>.

Lagarto possuía o maior número de fazendas da Província, somando 143 unidades<sup>321</sup> e revela o número de fazendas, de pessoas agregadas a essas, de animais vendidos por ano, e o valor adquirido com a venda desses<sup>322</sup>. O Relatório de Presidente

<sup>315</sup> AGJES-Inventariado: Francisco Gonçalves. Inventariante: D. Joanna Baptista do Espírito Santo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 21/04/1863, caixa 26, doc. 7.

<sup>316</sup> AGJES-Inventariado: Manoel da Silva Vieira. Inventariante: Maria Saturnina de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/01/1878, caixa 38, doc. 7.

<sup>317</sup> ALMEIDA, 1965-1978, op. cit. p.17.

<sup>318</sup> ALMEIDA, 1965-1978, op. cit. p.17.

<sup>319</sup> SOUZA, op. cit. p. 54.

<sup>320</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, p.123.

<sup>321</sup> APES- Câmaras Municipais . Ofícios diversos das câmaras municipais ao presidente da Província, 1854, pac. 45.

<sup>322</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d’Avellar Brotero, 1858.

de Província de 1858<sup>323</sup> difere dos dados relativos aos da Câmara de Lagarto, quanto ao número de fazendas, e quanto a sua posição em relação à quantidade das mesmas, pois aponta a Vila como a que possuía o segundo maior número de fazendas da Província. Lagarto contava com 220 propriedades agropecuárias, as quais não utilizavam trabalho escravo, mas tinham um total de 220 agregados (vaqueiros), o equivalente a um por fazenda. Sua produção anual de gado era de 2.500 cabeças, sendo a terceira maior média da Província.

Com base na análise dos inventários podemos afirmar que mais de 70% dos inventariados criavam animais e podiam ser classificados como pequenos, médios e grandes criadores. Por exemplo, havia um inventariado que criava apenas um cavalo, certamente como meio de transporte ou de carga, esse era o principal bem que possuía chegando a equivaler a 60% do valor de toda sua fortuna<sup>324</sup>. Outro exemplo, Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>325</sup>, um grande criador com 2619 cabeças de gado *vacum* e 499 de gado *cavalari*, distribuídos por suas 25 fazendas localizadas em Lagarto, Boquim, Simão Dias, Capela e cidades do interior da Bahia, considerado o homem de maior riqueza em Lagarto entre os inventariados, sendo a criação de gado apenas mais um de seus muitos investimentos. Vejamos a Tabela 1.8 que expõe os diversos tipos de gados criados em suas fazendas.

**Tabela 1.8 - Quantidade de gado e de criadores – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

<b>Tipo de gado</b>	<b>Número de gado</b>	<b>% em relação ao nº de gado</b>	<b>Nº de criadores</b>	<b>% dos criadores</b>
Bovino	7340	53,44	140	27,24
Equino	2367	17,23	219	42,61
Ovino	2866	20,87	83	16,15
Caprino	1162	8,46	72	14,00
<b>Total</b>	<b>13735</b>	<b>100</b>	<b>514<sup>326</sup></b>	<b>100</b>

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

<sup>323</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858.

<sup>324</sup> AGJES-Inventariado: Januário José da Costa. Inventariante: Maria Joaquina do Amor. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 24/07/1858, caixa 23, doc. 3.

<sup>325</sup> AGJES-Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

<sup>326</sup> O número de criadores é maior que o de inventariado, porque alguns criavam mais de um tipo de gado, e foi contabilizado em cada grupo de animal que criava.

O bovino era o principal rebanho, em números, e constituíam mais da metade dos animais computados. O número de inventariados que praticavam a criação de bovinos não foi tão elevado, representavam 27,24% dos moradores estudados. Mais da metade dos criadores, 73 inventariados, possuíam até 15 cabeças de gado, e apenas 6,63% dos bovinos criados. Isso indica que a maior quantidade de cabeças de gado concentrava-se nas mãos de alguns grandes criadores. Através dos inventários constatamos que um único criador possuía 2619 cabeças de gado bovino, o equivalente a 35,68% de todo o rebanho local inventariado.

O gado cavalari era o que contava com o maior número de criadores, que na sua maioria criavam entre 1 e 3 animais, sendo que essa parcela representava 52,53% dos criadores. Portanto, fica evidente que mais da metade dos que eram possuidores de pequenos rebanhos destinados, ao transporte humano e de mercadorias em dias de feira e no dia a dia. Ao contrário do gado bovino que requer razoáveis extensões de terras para seus criatórios, os equinos poderiam ser criados presos, em pequenos currais, próximos às residências rurais ou, até mesmo, urbanas.

Mesmo abrangendo mais de 65% dos inventariados, o gado equino, assim como o bovino, se encontrava concentrado nas mãos de poucos criadores. Dezesesseis criadores, ou seja, 7,43% detinham 56,8% do rebanho inventariado. Francisco Basílio dos Santos Hora reunia 21,83% dos equinos. Os pequenos criadores de até três cabeças destinavam seus animais para o transporte familiar. Já os donos de grandes rebanhos, criavam animais para o uso próprio e, sobretudo, para abastecer o mercado interno local e da província, eram vendidos a agricultores e moradores de outras vilas que requeriam o uso de animais cavallares em seu dia a dia.

De acordo com a Tabela 1.8, os animais de pequeno porte, ovinos e caprinos, equivaliam a 29,33% do número total de cabeças de gado, sendo que os primeiros constituíam mais do dobro dos segundos. Os criadores de ovinos representavam 16,15% dos criadores inventariados, enquanto os de caprino chegavam a 14%. Portanto, esse gado de pequeno porte ocupava uma posição significativa na pecuária de Boquim e Lagarto.

A criação de gado ovino e caprino destinava-se a alimentação. Dos ovinos retirava-se a lã, utilizadas na confecção de roupas, bem como o leite e a carne. Dos caprinos obtinha-se a carne, vendida para a alimentação dos moradores locais, e também

o leite. Portanto a pecuária gerou sustento e fortunas a muitas famílias de Lagarto e Boquim. Como vimos anteriormente, a fortuna obtida com a criação de animais, em alguns casos, foi utilizada por criadores para a instalação de engenhos.

### **1.4.3 – Comércio**

Apesar das vilas de Lagarto e, principalmente, de Boquim, não terem uma atividade mercantil quanto a Vila de Estância, seu comércio era bastante ativo e movimentado. Nos estabelecimentos comerciais se encontravam produtos para todos os gostos e bolsos, desde objetos singelos a produtos de luxo e importados. Vários comerciantes conseguiram acumular grandes fortunas não só com a venda de mercadorias, mas, sobretudo com a concessão de empréstimos a juros.

O fato é que o comércio local contava com alguns grandes comerciantes, que a partir desses foi possível o financiamento de safras e montagem de engenhos. Foram importantes credores para os criadores de gado, cultivadores de algodão e mandioca, que, com seus créditos, adquiriam mantimentos para suas famílias e escravos, bem como ferramentas, além da aquisição de animais, escravos. Os grandes negociantes também concediam créditos para comerciantes de menor porte para adquirirem mercadorias. E, ainda, vários aplicaram parte de suas rendas na aquisição ou montagem de engenhos de açúcar.

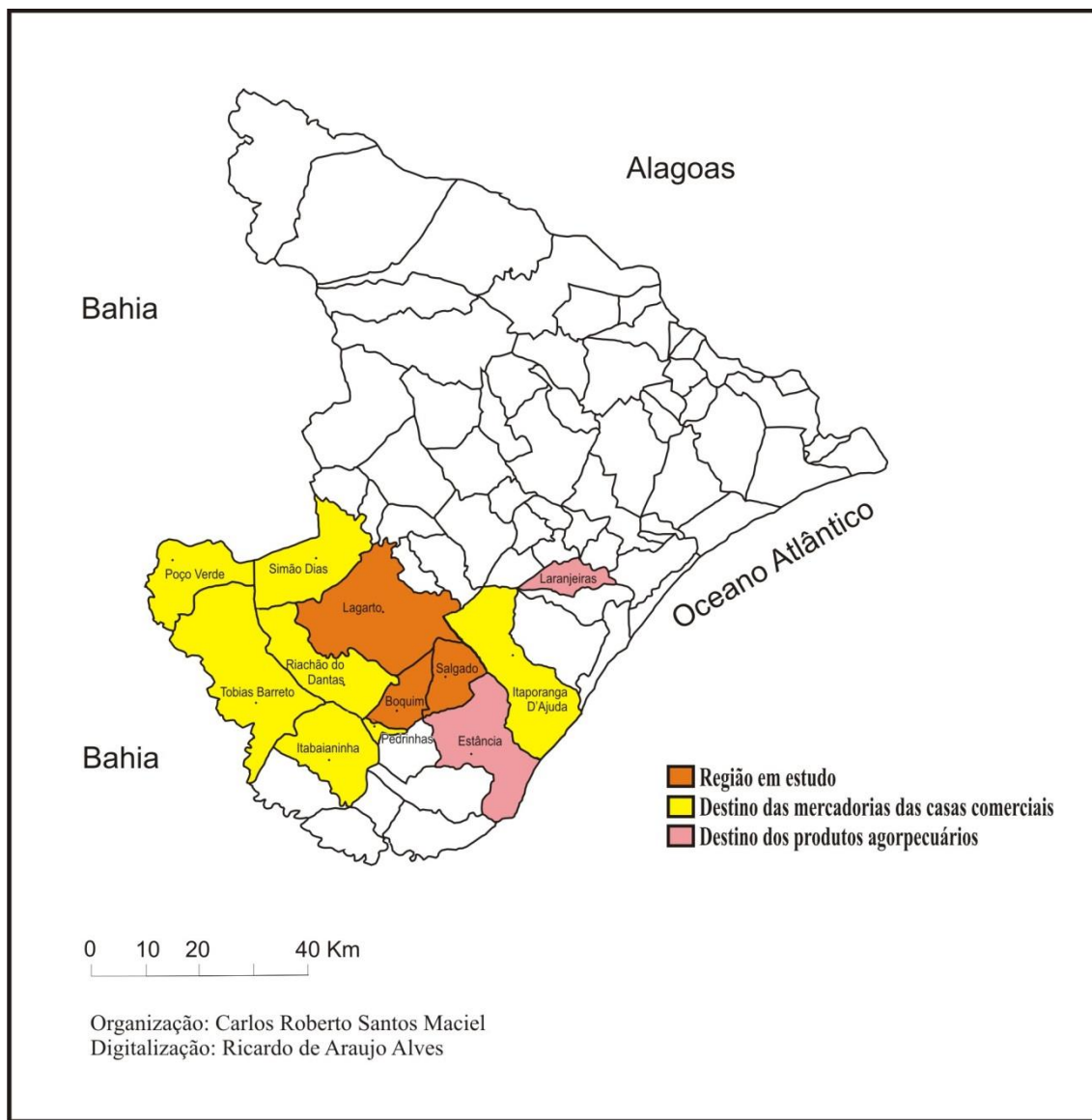
Além dos comerciantes de lojas fixas, que eram os grandes comerciantes, existiam os negociantes ambulantes que se deslocavam de porta em porta vendendo seus produtos tanto nas vilas quanto em povoações vizinhas. Os comerciantes e os estabelecimentos comerciais não se restringiam apenas as sedes das vilas, onde ficavam as maiores lojas. Em quase todas as povoações de Lagarto e Boquim, segundo a lista de votantes, existiam comerciantes. Nas zonas rurais, a exceção dos senhores de engenhos, grandes lavradores e criadores, eram os negociantes que possuíam das maiores fortunas.

Havia um bom número de micro comerciante, entre eles estavam os escravos de ganhos. Muitos destes encontravam-se na relação de devedores casas comerciais e vários possuíam dívidas consideráveis. Isso nos leva a crer que adquiriam mercadorias nas lojas e saíam vendendo pela vila ou povoações. Encontramos escravos que possuíam certa quantia de dinheiro e muitos conseguiram acumular pecúlio, com suas vendas, o que lhes possibilitou comprar suas cartas de alforrias.

No mapa abaixo, podemos observar as vilas para onde os comerciantes de Boquim e, sobretudo, de Lagarto vendiam suas mercadorias, sendo elas as vilas de Campos<sup>327</sup>, Riachão do Dantas, Simão Dias, e algumas vilas baianas e, em menor intensidade, Itabaianinha, Itaporanga, Pedrinhas e Arauá.

## MAPA 2.

**Destino de mercadorias e produtos agropecuários - Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**



As mercadorias vendidas nos estabelecimentos comerciais de Lagarto e Boquim provinham principalmente de casas comerciais de Salvador. Grandes

<sup>327</sup> Atual Tobias Barreto.



comerciantes deslocavam-se diretamente a Salvador com o objetivo de realizar compras para o sortimento de suas lojas. Outros adquiriram seus produtos por intermédio dos atacadistas locais. Além da praça comercial de Salvador, os comerciantes locais abasteciam-se entre negociantes de Estância, esses, por sua vez, serviam de intermediários das mercadorias originadas em Salvador.

Os artigos derivados da pecuária e da agricultura lagartense e boquinense, abasteciam o mercado das vilas e eram vendidos para as regiões açucareiras da Cotinguiba e da Mata Sul, representadas no Mapa 2 respectivamente, pelas vilas de Laranjeiras e Estância. Era a partir dos portos dessas duas vilas que se fazia a exportavam o açúcar e algodão, produzido pelas vilas de Boquim e de Lagarto. Inicialmente se dirigiam para Bahia e de lá alcançava os mercados europeus. Posteriormente, quando Sergipe conseguiu, finalmente, ligação direta com a Europa, diminuiu a conexão com a praça baiana.

A influência exercida pela vila de Estância e por Salvador na economia local se dava por serem os escoadores da produção açucareira, bem como os locais de onde se originavam as importações para o abastecimento do comércio de Boquim e Lagarto. Essa ligação comercial era de tamanha importância para as duas que as Câmaras Municipais de ambas cobravam melhorias nas estradas que davam acesso a ambos os destinos. Vejamos:

“Esta camara municipal tem a honra de informa a V. Ex<sup>a</sup> que neste termo não há estradas, ou vias de comunicação, que tal denominação mereção, cessando por isso a direção entre gerais províncias, há apenas sendo scinuósas, e muito obstruídas, trilhadas pelo trague popular. Entre as estradas gerais a que mais reclama a atenção do governo é a que dirige para praça comercial da cidade da Bahia, devendo haver uma ponte ou barreira no rio Piauhy, estabelecendo-a definitivamente pela Villa dos Campos, que posto seja actualmente a mais seguida, não é a única: entre as provinciais as que prefencia se devem atender são a que dirige para Estância também com a necessidade de ponte segura sobre o Rio Piauhy, a que dirige para Laranjeiras com ponte segura sobre o Rio Vaza-Barris<sup>328</sup>”.

---

<sup>328</sup> APES - Fundo: Câmaras Municipais. CM<sup>1</sup> 54, Câmara de Lagarto 1865.

Os melhoramentos das estradas que ligavam as duas vilas a Estancia e Bahia se davam, como vimos, porque eram destas duas praças que se importavam mercadorias para o consumo local. Laranjeiras, Estancia e Bahia eram mercados consumidores de seus produtos agropecuários. Além de serem responsáveis pelo escoamento de seus produtos de exportação, a cana e o algodão.

No período estudado, ocorreram mudanças econômicas nas vilas de Boquim e Lagarto, principalmente, com a expansão canavieira e do algodão que dinamizaram as bases da economia dessas vilas e, de certa forma, impulsionaram o aumento da produção de alimentos e da criação de animais, e o crescimento do comércio e do sistema de créditos local. A diversificação econômica trouxe novas formas de acúmulo de riqueza e foi responsável pelo surgimento de grandes fortunas, pois as pessoas mais ricas estavam ligadas ao cultivo da cana.

## CAPÍTULO II

### Diversificação dos bens das fortunas de Boquim e Lagarto.

O objetivo deste capítulo é compreender a vida material e a composição das fortunas dos moradores de Lagarto e Boquim no período contemplado. Para tanto, procuramos identificar os bens mais valiosos, quais ofereciam maior prestígio, e ainda, quais os bens mais disseminados entre as suas riquezas.

#### 2.1- Quadro geral

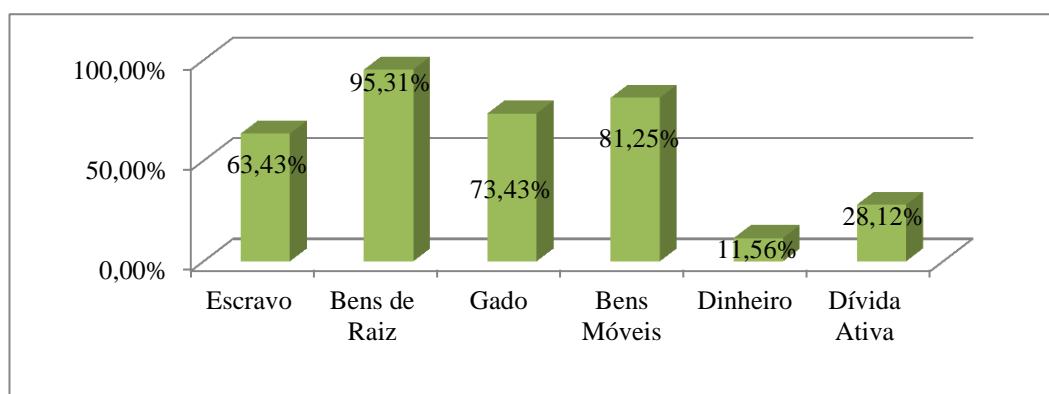
Para elaborar o presente capítulo utilizamos 320 inventários *post-mortem*<sup>329</sup> dos habitantes de Lagarto e Boquim no período de 1850- 1888. A partir da análise dos dados coletados, dividimos os bens encontrados da seguinte forma: escravos, bens de raiz (terras, fazendas, casas, engenho, casa de farinha, roças), semoventes (gados bovino, equino, caprino e ovino), bens móveis (ferramentas, objetos da casa, joias em geral, estoques - no caso específico para comerciantes -, e safras agrícolas), dívidas ativas e dinheiro.

Outro item que também aparecia nos inventários eram as dívidas passivas- valores a serem pagos referentes a empréstimos a dinheiro, compra de bens e mercadorias, gastos com a elaboração dos inventários e despesas com funeral. Dessa forma com a análise desses documentos tornou possível descortinar a vida material e cultural desses habitantes.

Para melhor verificar quais os bens mais comuns entre as fortunas dos lagartenses e boquinhenses, e perceber suas preferências, construímos o Gráfico 2.1.

---

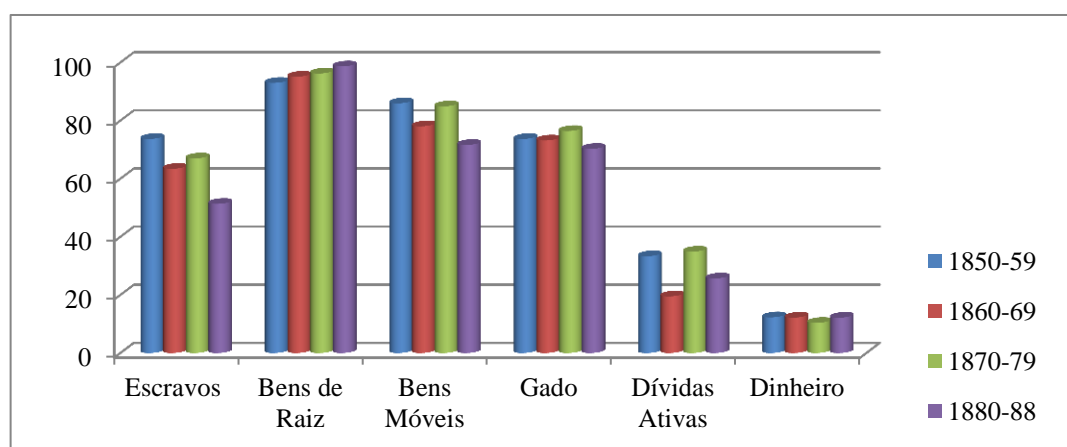
<sup>329</sup> Faz-se necessário ressaltar que a abertura de um processo para a confecção do inventário seria realizada quando o espólio incluía bens de raiz ou escravos<sup>329</sup>, desta forma compensariam os gastos com o feito do inventário. “Assim, como fonte, os inventários *post-mortem* lançam luz sobre o segmento da população rural que possuía terras e escravos”. Ver em BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.34.

**Gráfico 2.1 - Frequência dos bens entre os inventariados.**

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Analisando o Gráfico 2.1 observa-se a frequência, ou seja, quantas vezes um determinado bem aparece entre os 320 inventariados. O bem que apareceu com mais frequência eram os bens de raiz. Em segundo lugar vinham os bens móveis, categoria muito ampla, pois o bem que englobava a maior gama de artigos (ferramentas, objetos da casa, joias, estoques e safras agrícolas). O gado ocupava uma posição importante, pois nesses municípios 73,43% de seus inventariados dedicava-se a criação.

Relevante, também, era o bem escravo para a região, pois esse foi encontrado em 63,43% dos inventários, mostrando sua importância seja como força de trabalho ou como bem de prestígio. Por fim, com menos frequência entre os bens apareciam às dívidas e o dinheiro. Com o intuito de melhor perceber as mudanças e permanências nos desses bens ao longo do período em estudo, confeccionamos o Gráfico 2.2.

**Gráfico 2.2 - Frequência dos bens por períodos.**

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

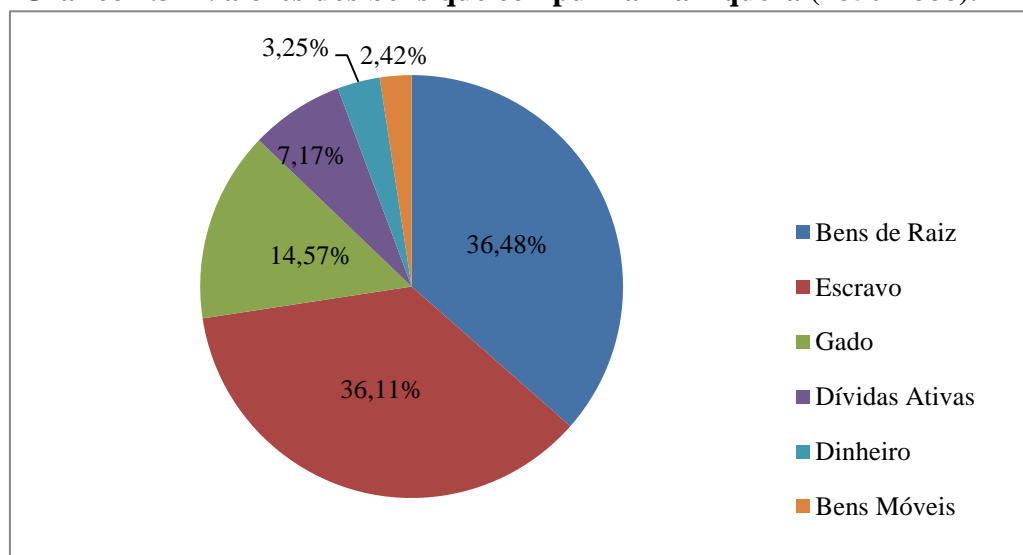
Esses cilindros nos revelam a evolução da frequência dos bens no decorrer do período. Os únicos que apresentaram estabilidade e tendência de crescimento, embora pequeno, foram os bens de raiz. O único bem que apresentou uma tendência de declínio foram os escravos, que passou de 73,68% na década de 1850 para 51,35% na década de 1880.

O gado manteve-se estável por todo período, havendo pequenas reduções e altas nas décadas analisadas. As dívidas ativas tiveram uma participação bastante instável com períodos de altas seguido por outro de baixa acentuada. Já o dinheiro manteve-se ao longo das décadas com baixa representatividade, fato que comprova a pequena quantidade de pessoas que possuíam dinheiro em mãos.

## 2.2 - A composição da riqueza dos moradores das Vilas de Lagarto e Boquim.

Os valores dos bens que compunham as fortunas dos inventariados de Lagarto e Boquim (1850-1888) e seus percentuais no cômputo geral da riqueza podem ser visualizados no Gráfico 2.1:

**Gráfico 2.3 - Valores dos bens que compunham a riqueza (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Ao observar o gráfico 2.3, percebemos que os bens de maior valor eram os de raiz e escravos. Cada um aparece praticamente com o mesmo percentual de valor, com mais de 36% do total das fortunas inventariadas. A soma dos valores desses bens constitui mais de 72% do valor total dos bens inventariados. Formavam, portanto, a base econômica da região.

Outro bem com altos valores foi o gado, que tinha uma participação de 14,57% de toda a riqueza inventariada, isso se justifica em boa parte porque criação de gado sempre teve grande importância histórica na vida social e econômica das vilas em estudo. As dívidas ativas obtiveram 7,17% do montante mor, o que demonstra que as vilas apesar de ter alguns grandes comerciantes, se dedicavam mais nas atividades agropecuárias. Os demais ativos dinheiro e bens móveis pouco tiveram representatividade obtendo participação de 3,25% e 2,42% respectivamente.

Observemos agora os valores de cada ativo ao longo das décadas em estudo, percebendo se houve mudanças ou permanências na aplicação dos capitais pelos moradores locais nos diversos ativos. Vejamos a tabela 2.1.

**Tabela 2.1 - Valores dos bens por décadas – Boquim e Lagarto/ SE (1850-1888).**

Décadas	Escravos	Raiz	Móveis	Gado	D. Ativa	Dinheiro	Montante-Mor	Inv.
1850-59	50,73	23,18	3,2	11,01	10,3	1,55	194:928\$820	57
1860-69	52,22	29,16	2,24	10,2	2,59	3,57	397:741\$430	82
1870-79	35,47	43,36	2,91	9,55	6,98	0,7	524:848\$575	106
1880-88	21,34	38,71	1,87	22,93	9,36	5,77	604:683\$710	75
Total							1722:202\$535	320

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Analisando a tabela 2.1 percebe-se que os bens que tiveram maior participação nas fortunas dos habitantes de Lagarto e Boquim foram os bens de raiz, os escravos e o gado. Em uma economia caracterizada por produtos de exportação e de mercado interno, e pela criação de gado, dever-se-ia esperar que os moradores, ligados a essas atividades econômicas, concentrassem seus investimentos e patrimônios em imóveis rurais, terras, roças, escravos e em gado. *“O investimento em bens de raiz e em escravos estava ligados diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Os investimentos em terras e escravos apareciam sempre como os mais importantes em participação nas fortunas agrárias”*<sup>330</sup>.

O bem escravo foi o que apresentou o maior declínio de valor no decorrer das décadas. Seus valores percentuais, na composição das fortunas reduziram década a

<sup>330</sup>SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação de mestrado. Niterói/RJ: UFF, 1994, p.59.

década, com exceção da década de 1860. Passando de 50,73% no primeiro período para 21,34% no último. Já a participação dos bens de raiz no montante-mor das fortunas passou de 23,18% na década de 1850, para 38,71% no período 1880-88, aumento na participação de 15,53% em relação ao período anterior, e um crescimento real de 62%. Podemos concluir que, parte do capital outrora investido em escravos transferiu-se para os em bens de raiz.

O valor percentual do gado em relação ao total de fortuna inventariada manteve-se, de certa forma estável, com um pequeno declínio durante os três primeiros períodos, e com um grande crescimento na última década chegando a alcançar mais de 22,93% das fortunas, sendo o segundo bem que mais recebeu aplicações de capitais superando o bem escravo e ficando atrás apenas dos bens de raiz.

As dívidas tiveram grandes flutuações em seus valores durante todo o período. Inicia com mais de 10%, e depois de um forte declínio na década de 60, voltou a crescer na próxima, e terminou com 9,36% dos valores no último período. Os bens móveis tiveram uma tendência de declínio em seu valor nas décadas analisadas, a única exceção ocorreu no terceiro período onde obteve uma leve alta, mas voltando a declinar na década seguinte. Por fim o dinheiro, esse bem alternou períodos de altas e baixas, fechando a última década com seu maior percentual.

### **2.3 - Bens de Raiz**

Como vimos anteriormente, essa categoria engloba a posse de terras, casas rurais e urbanas, fazendas, casas de farinha, engenhos e plantações. A posse desse bem era bastante frequente entre os inventariados, pois 95,31% desses possuíam esse tipo de bem entre suas riquezas. Como também percebemos que sua participação no total das fortunas foi algo crescente em todo período em estudo.

**A terra** - A terra era à base da produção econômica e a principal geradora de riqueza nos municípios estudados, sua utilização para produção agrícola ou para criação de animais foi o principal meio para a formação e o acúmulo de fortunas, tinha tanto como bem produtivo, quanto como bem de honra e status<sup>331</sup>. Ter propriedade ou posse de terras era aspiração de muitos moradores, não apenas dos cidadãos de Lagarto e Boquim, mas de toda sociedade brasileira no século XIX.

---

<sup>331</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, p.121.

Os 320 inventariados, em análise, 265, ou seja, 82,81% possuía terra entre suas fortunas. Os que não possuíam terra entre os bens arrolados, em sua maioria, eram habitantes de poucas posses como foi o caso de Brisida Theodora<sup>332</sup> possuidora de apenas uma casa na povoação do Piauí e uma caixa, o montante de sua fortuna contabilizou 42\$000 mil réis, menor montante encontrado, o que foi suficiente apenas para pagar as despesas com o funeral e com os custos do inventário. Outro exemplo, Manoel Francisco dos Santos,<sup>333</sup> morador de Boquim, tinha doze cavalos, uma casinha e um rocinha de mandioca ambas nos terrenos do Engenho Caborge (termo de Boquim), o que nos leva a crer que ele e sua família eram agregados do engenho. Entre os indivíduos de média fortuna, não proprietários de terra, citamos a comerciante Maria Francisca do Nascimento<sup>334</sup>, que possuía dívidas ativas e casas em Lagarto talvez utilizadas como ponto comercial e para aluguel.

Entre aqueles de grandes fortunas mencionamos Dr. Luís Felipe de Sampaio Vianna<sup>335</sup>, magistrado de Lagarto<sup>336</sup>. Seus bens eram: dois sobrados na vila de Lagarto – os sobrados mais valiosos encontrados nos inventários analisados – objetos de ostentação como muitos mobiliários de luxo, adereço de brilhante e livraria. Dessa forma, nem sempre o nível econômico como acabamos de ver, uma comerciante e um magistrado de fortunas médias e grandes respectivamente, eram determinantes para se buscar a propriedade da terra.

Em uma sociedade em que esse era o principal meio tanto para a sobrevivência pessoal e familiar quanto para a formação de riquezas, seguramente muitos se esforçaram para adquirir uma propriedade rural, mesmo que essa fosse pequena, mas que servisse para produzir cultivos para seus sustentos, como também diferenciar de pessoas que não possuíam terras.

---

<sup>332</sup> AGJES- Inventariada: Brisida Theodora. Inventariante: Miguel Telles dos Anjos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/03/1874, caixa 35.

<sup>333</sup> AGJES- Inventariado: Manoel Francisco dos Santos. Inventariante: Maria Francisca de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 24/11/188, caixa 3.

<sup>334</sup> AGJES- Inventariada: Maria Francisca do Nascimento. Inventariante: Anna Rita de São José. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 05/02/1880, caixa 40.

<sup>335</sup> AGJES- Inventariado: Dr. Luís Felipe de Sampaio Vianna. Inventariante: D. Marianna Umblelina Figuredo de Sampaio Vianna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/12/1871, caixa 32, doc. 22.

<sup>336</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 33.



Para os mais abastados a posse de grandes extensões terras, não ocorria apenas visando o lucro conferido por sua exploração, mas “*o que se procurava antes de tudo é a situação social que decorre da posse de um latifúndio, as regalias que dêle provêm, a força, o prestígio, a respeitabilidade*”<sup>337</sup>. Dessa forma, tornar-se um grande proprietário de terras representava também obter uma posição de mando em uma sociedade estratificada<sup>338</sup>.

Já para os menos afortunados ter acesso a terra lhes dava meios de assegurar uma subsistência, muitas vezes, precária, mas, ainda assim, independente<sup>339</sup>. A partir do cultivo e exploração da terra dava oportunidade de conseguir certa autonomia, viver sem sujeitarem a vender sua força de trabalho aos grandes senhores. Um exemplo disso é Luís Ferreira Lima, morador de Boquim, que no momento da abertura do inventário de sua esposa Maria de Jesus<sup>340</sup>, possuía um montante de 170\$000 mil réis, composta por um cavalo 30\$000 mil réis e um sítio no Vivaldo com casa de morar, terras e casa de farinha, no valor de 140\$000 mil réis, sítio esse adquirido por meio de compra. Esses dados nos faz crer que ele utilizava sua terra para cultivar mandioca, servindo para o sustento de sua família formada pelo casal e mais três filhos.

*Um índice importante para medir o padrão riqueza – terra, era o valor pecuniário da propriedade territorial*<sup>341</sup>. De grosso modo, os preços das terras estavam ligados às suas extensões, às condições do solo e disponibilidade de água<sup>342</sup>. Maria José Mascarenhas em seu trabalho elenca uma série de fatores que determinavam o valor da terra, para ela:

“O tipo de solo, de cultivo, e a localização eram fatos indicadores de seu valor, isto é, este variava para mais ou para menos de acordo com a qualidade do solo, as possibilidades de plantio dos gêneros mais valiosos do ponto de vista mercantil, bem como, o local, onde se situava a propriedade, próximo ou distante de recursos naturais como os rios e mares”<sup>343</sup>

<sup>337</sup> ALCÂNTARA MACHADO, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972, p.33.

<sup>338</sup> CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2. ed. Rev. e Ampl. . Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p.35.

<sup>339</sup> BARICKMAM, op. cit. p.221.

<sup>340</sup> AGJES- Inventariada: Maria de Jesus. Inventariante: Luís Ferreira Lima. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 21/02/1887, caixa 3.

<sup>341</sup> MASCARENHAS, op.cit. p.112.

<sup>342</sup> PIRES, op. cit. p.113.

<sup>343</sup> MASCARENHAS, op.cit. p.113.

De acordo com a mesma autora, as terras próprias para o cultivo da cana tinham valores superiores que os solos destinados outros cultivos como a mandioca, e os utilizados para pastagem de gado<sup>344</sup>. Analisando os inventários constatamos que esse fator de valorização da propriedade territorial, vinculada à qualidade do solo, também ocorreu nas vilas em estudo. Notamos que as terras usadas para o cultivo da cana eram mais valorizadas que aquelas onde se plantava gêneros alimentícios e criava gado.

O caso do Tenente-coronel Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>345</sup>, o homem mais afortunado e possuidor do maior número de fazendas e de cabeças de gado entre os inventariados, confirma esse fato. Possuía 20 fazendas de gado, espalhadas por algumas vilas sergipanas e baianas, somando todas um montante de 10:140\$000 de réis. Entre elas, a Fazenda Campestre tinha o maior valor, sendo avaliada em 4:000\$000 de réis, ou seja 39,44% do valor de todas fazendas juntas. Esse morador tinha fazendas com número de cabeças de gado superior aos criados na Fazenda Campestre, sendo, provavelmente de maiores extensões territoriais que aos desta fazenda. O que determinou o valor das terras da dita fazenda ser mais alto que as demais foi a boa qualidade de seu solo. Esta situava-se em uma região de Boquim, onde se encontravam alguns engenhos de açúcar como: o Engenho Campestre, o Caborge, o Pedras e outros engenhos das vilas de Riachão e Itabaianinha. Dessa forma, o seu alto valor em relação às demais unidades criadoras do Tenente-coronel Francisco Basílio dos Santos Hora, bem como das demais inventariadas, seja explicada pela boa qualidade de seu solo, que apesar de ser sendo utilizada para criação de gado era adequado para o cultivo de um produto de exportação, nesse caso a cana-de-açúcar. Os inventários revelam outros casos semelhantes a esse.

Os valores das terras variavam não apenas pela qualidade do seu solo e sua localização<sup>346</sup>, levava-se também em consideração as benfeitorias realizadas nesses terrenos como: casas, cercas, currais, tanques e da existência de meios de transformações dos gêneros agrícolas<sup>347</sup> a exemplos de: engenhos, engenhocas,

---

<sup>344</sup> Idem.

<sup>345</sup> AGJES- Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

<sup>346</sup> MASCARENHAS, op.cit. p.113.

<sup>347</sup> MASCARENHAS, op.cit. p.113.

alambiques e casas de farinhas. Desse modo, para uma maior valorização das terras era preciso não apenas possuir, e sim ocupar, plantar, criar e construir<sup>348</sup>.

As maiores áreas de terras foram utilizadas para a plantação da cana e fazendas de gado, ambas atividades requeriam médias e grandes extensões de terras para o seu desenvolvimento. Assim, possuir fazendas de gado ou engenho de açúcar além de conferir riqueza, dava prestígio, pois para desenvolver essas atividades econômicas era necessário grandes posses de terras.

A concentração de terras nas mãos de poucos, coexistia com o parcelamento de terras vinculado principalmente a partilhas de bens e com inúmeras pequenas propriedades sendo estas utilizadas nos cultivos de alimentos e pequena criação de animais. Encontramos os seguintes estabelecimentos rurais nos 320 inventariados consultados:

**Tabela 2.2 - Estabelecimentos rurais em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Engenhos de açúcar	33
Alambiques/ enghocas	7
Fazendas de Gado	30
Sítios	246

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

É notável a grande quantidade de sítios constantes na Tabela 2.2. Esse fato mostra, mais uma vez, a importância de se possuir terras e, principalmente, nos indica a grande quantidade de estabelecimentos que se dedicavam aos cultivos de gêneros agrícolas voltados ao abastecimento do mercado interno, visto que, os sítios eram estabelecimentos rurais dedicados, principalmente ao plantio<sup>349</sup> do milho, do feijão e, sobretudo, da mandioca, além de em menor número, cultivar cana e algodão.

Dos inventariados, 155 dedicavam-se ao cultivo de mandioca, ou seja, pois dos 48,43% desses indivíduos tinham sítios e equipamentos que oferecem indícios do cultivo da mandioca, como casa de farinha, roda de ralar mandioca e roças do produto. Se levarmos em conta apenas o número de sítios encontrados, eram ao todo 246, a

<sup>348</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazante, caatinga e serras**: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. (Tese de Doutorado). Salvador: UFBA, 2008, p.43.

<sup>349</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 22.

porcentagem sobe para 63%. Dos indícios relacionados com o cultivo da mandioca em sítios, que teve maior frequência entre os documentos foi à casa de farinha que contabilizou 83 inventariados, a exemplo de José Felipe de Meneses<sup>350</sup>, morador de Lagarto, tinha um sítio na localidade Pé-da-Serra com casa de morar, casa de farinha e seus utensílios.

Muitas vezes os sitiantes não possuíam casas de farinha, apenas rodas de ralar mandioca. Encontramos nessa situação 62 proprietários e entre eles citamos como José Luís de Sousa<sup>351</sup>, morador do Retiro (termo de Lagarto), ele possuía um sítio com roça de milho e mandioca e contava entre seus móveis uma roda de ralar mandioca. Provavelmente utilizava a casa de farinha de um sitiante mais próximo. Havia ainda um menor número de sitiante que nem tinha roda de ralar.

A maioria dos sitiantes cultivava ao mesmo tempo, a mandioca, como produto principal e milho, feijão ou algodão ou cana ou fumo como complemento. Dessas roças mistas apuramos nos inventariados 21 unidades combinando o plantio da mandioca com outro(s) tipos de cultivos. Manoel da Silva Vieira<sup>352</sup> possuía oito tarefas de mandiocas e oito tarefas de milho e feijão. Já Felipe da Costa Moreira<sup>353</sup> tinha plantação de mandioca, milho, algodão e de cana. Supomos que a diversificação de plantio tenha proporcionado maiores rendas aos cultivadores, em comparação aos que se dedicaram a apenas um único cultivo.

A análise dos inventários nos sugere que a diversificação de cultivos aconteceu em terrenos de moradores que possuíam certa quantidade de terra. Das 21 roças com mais de um cultivo apenas cinco, ou 23,80 % pertenciam às três menores faixas<sup>354</sup> de riquezas, onde se inseria os indivíduos com pequenas extensões de terras próprias ou foreiras. Isso vem mostrar que a diversificação de cultivos não se dava por vontade do agricultor, mas pela extensão de terras que esse podia contar para o plantio agrícola. Haviam roças que ainda combinavam a criação de gado com algum cultivo agrícola,

---

<sup>350</sup> AGJES- Inventariado: José Felipe de Meneses. Inventariante: D. Maria Magdalena do Espírito Santo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 02/09/1887, caixa 45.

<sup>351</sup> AGJES- Inventariado: José Luís de Sousa. Inventariante: Manoel Luís de Sousa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 28/09/1870, caixa 31.

<sup>352</sup> AGJES- Inventariado: Manoel da Silva Vieira. Inventariante: Maria Saturnino de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/01/1878, caixa 38.

<sup>353</sup> AGJES- Inventariado: Felipe da costa Moreira. Inventariante: Francisco da Costa Moreira. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 27/09/1871, caixa 31.

<sup>354</sup> Trataremos melhor das faixas de riqueza no próximo capítulo.

principalmente com a mandioca, pois essas atividades geravam capitais para a subsistência familiar e, o acúmulo de riqueza.

Montar engenhos, como se sabe, custava grande soma de capital e era necessário obter créditos, ter terras férteis em quantidades consideráveis e escravos. Os fatores que influenciavam diretamente nos valores dos engenhos era a sua capacidade de moagem, o tamanho e qualidade de suas terras, a proximidade de rios, matas disponíveis, e sua força motriz. A Tabela 2.3 apresenta uma relação dos maiores engenhos encontrados e seus valores:

**Tabela 2.3 - Maiores engenhos em contos de réis – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Ano	Engenho	Vila	Proprietário	Valor
1876	Engenho Pedras	Boquim	Antônio Correa de Seabra	40:000\$000
1887	Engenho Boa Esperança	Boquim	Felix Antônio da Rosa	35:000\$000
1879	Engenho do Boi	Boquim	Maria Prima de Mattos	30:000\$000
1860	Engenho São Joaquim	Boquim	Manoel Evaristo de Carvalho	16:000\$000
1860	Engenho São José do Piauí	Lagarto	José de Souza Freire	16:000\$000
1871	Engenho São Joaquim do Pastor	Boquim	José Alves de Freitas	15:000\$000
1886	Engenho S. Benedicto do Migrete	Boquim	Clínio de Seabra Lemos	15:000\$000
1862	Engenho S. Bonfim da Jaboticaba	Boquim	Venâncio da Fonseca Doria	12:000\$000
1870	Engenho Poção	Lagarto	José de Moura	12:000\$000
1860	Engenho Miguel dos Anjos	Boquim	Manoel Evaristo de Carvalho	10:000\$000
1869	Engenho Conceição do Caborge	Boquim	Domingos Correa Pimentel	10:000\$000
1870	Engenho São José do Campestre	Boquim	Antônio Correa Dantas	10:000\$000

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Veem-se por essa Tabela que os maiores engenhos localizavam-se na Vila de Boquim, dos doze maiores engenhos, dez situavam-se em solo boquinhense, e que somente três engenhos ultrapassavam o valor de vinte contos de réis. A imensa maioria dos engenhos locais era de médios e pequenos portes. Constatamos que dos 23 engenhos inventariados 20 ou 86,95% não tinham valores superiores a dezesseis contos de réis e 14 ou 60,86 % tinham valores abaixo de dez contos de réis. Sem mencionar a existência de sete engenhos que representavam 30,34% do total, custando esses até cinco contos de réis.

Os valores dos engenhos tenderam a variar com o passar do tempo, em grande medida a partir da partilha dos bens após o falecimento seu proprietário ou por compra de parte das terras como também por ocasiões de dívidas. Vejamos a Tabela 2.4.

**Tabela 2.4 – Variações dos preços dos engenhos ao longo do período – Boquim e de Lagarto/SE (1850-1888).**

<b>Engenhos</b>	<b>Ano</b>	<b>Valores</b>	<b>Proprietário</b>
Engenho São Benedito do Migrete	1855	10:000\$000	Manoel de Seabra Lemos Junior
	1879	3:000\$000	Manoel de Seabra Lemos Junior
	1884	3:000\$000	Manoel de Seabra Lemos Junior
	1886	15:000\$000	Clínio de Seabra Lemos
Engenho S. do Bonfim da Jaboticaba	1862	12:000\$000	Venâncio da Fonseca Doria
	1882	10:000\$000	Venâncio da Fonseca Doria
Engenho Gavião	1883	6:000\$000	José Jorge da Trindade
	1884	4:270\$000	José Jorge da Trindade
Engenho São Joaquim do Pastor	1871	15:000\$000	José Alves de Freitas
	1880	7:500\$000	José Alves de Freitas

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

As partilhas levavam ao fracionamento dos engenhos interferindo em sua produção e diminuía o valor do engenho, pois se dividia em alguns quinhões entre os herdeiros. A única exceção foi o Engenho São Benedito do Migrete, que perdera seu valor ao longo de três processos de partilhas, mas Clínio de Seabra Lemos, comprou as partes dos demais herdeiros, além de comprar e anexar de terras do Engenho Mangues, resultando na valorização do engenho, com valor antes não alcançado.

Havia inventariados que possuíam engenhos de açúcar fora das Vilas de Boquim e Lagarto. Estes localizavam-se principalmente nas vilas de Estância, Itabaianinha, Itaporanga, Riachão, e na região da Cotinguiba. O Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>355</sup> tinha entre seus bens o Engenho Nobre situado na vila de Riachão e o Engenho Proveito localizado em Capela. De acordo com Orlando Dantas<sup>356</sup>, em 1859 esse engenho pertencia a João Teixeira de Guimarães. Caso

<sup>355</sup> AGJES- Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

<sup>356</sup> DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 129.

semelhante foi o de D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa<sup>357</sup> proprietária do Engenho Botequim também edificado na Vila de Capela.

Mesmo com todos os custos muitos se esforçaram ao máximo para erguer um engenho de açúcar nem que fosse de pequeno porte, embora não lhes proporcionasse grandes rendimentos de capitais, era mais rendoso que a produção de alimentos e a criação de gado, lhes davam condições de manter independência junto a senhores de engenho e, ainda, lhes conferiam prestígio. Citamos também que “*ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, o ser servido, obedecido e respeitado por muitos*”<sup>358</sup>.

A aquisição de terras por parte dos senhores de engenho, principalmente próximas às suas propriedades, ocorreu evidentemente, para aumentar a produção de açúcar e, assim, e conseqüentemente sua riqueza. Seja por qual foi o motivo encontramos senhores de engenho que compraram terras próximas a sua indústria açucareira. O Capitão Felix Antônio da Rosa<sup>359</sup> comprou terras ao Cap. José Plácido da Silveira, e mais terrenos ao Cap. Clínio de Seabra Lemos, ambas próximas ao Engenho Boa Esperança, essas terras foram anexadas as do engenho. Outro exemplo: o Cap. Venancio da Fonseca Doria<sup>360</sup>, comprou e anexou ao seu Engenho Senhor do Bonfim da Jaboticaba as seguintes terras: um sítio com casa e pasto no valor de 2:000\$000 de réis; uma porção de terra por 2:000\$000 de réis; e outra porção de terra também por 2:000\$000 de réis, compradas respectivamente de Antônio Manoel Esteves, José Francisco Borges e Francisco Pereira Maranhão.

As partilhas eram responsáveis pela fragmentação das propriedades, e os engenhos não estavam imunes a essa prática. O Capitão Clínio de Seabra Lemos<sup>361</sup> herdou de seu pai Major Manoel de Seabra Lemos, uma parte do Engenho São Benedito do Migrete, e por meio de compra adquiriu as partes dos herdeiros Vanderley de Seabra

<sup>357</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa. Inventariante: Joaquim Pedro de Sousa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/02/1884, caixa 43.

<sup>358</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ Edusp, 1982, p.24.

<sup>359</sup> AGJES- Inventariado: Capitão Felix Antônio da Rosa. Inventariante: D. Leonildes de Souza Carvalho. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 06/09/1887, caixa 03.

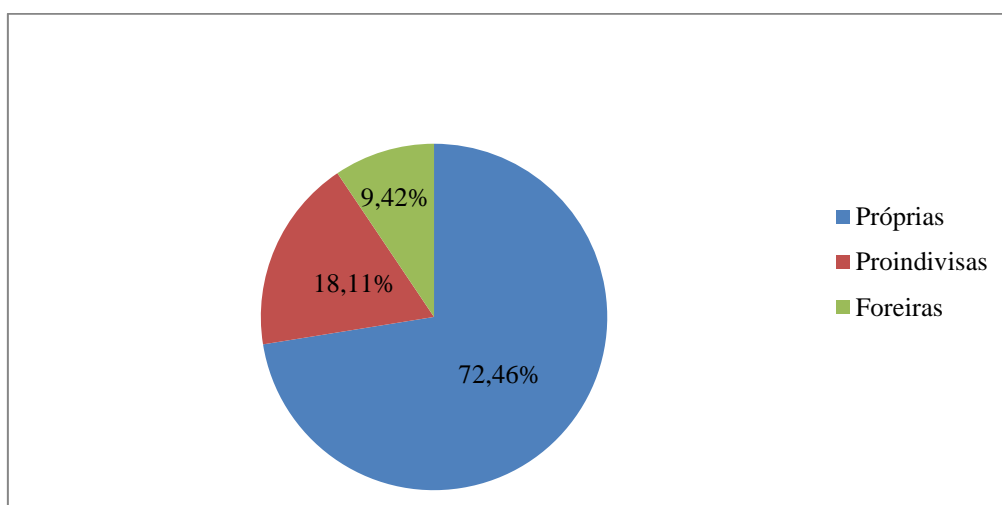
<sup>360</sup> AGJES- Inventariada: D. Eugenia Maria de San José. Inventariante: Cap. Venancio da Fonseca Doria. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 04/06/1862, caixa 25.

<sup>361</sup> AGJES- Inventariado: Cap. Clínio de Seabra Lemos. Inventariante: Maria de Seabra Lemos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º 2º Ofício de Boquim, 28/08/1886, caixa 03.

Lemos, Telles de Vasconcellos e de D. Joanna. Além dessas ele havia adquirido de Joan Cyrillo de Cerqueira terras do Engenho Mangues. Dessa forma, ele conseguiu reagrupar as terras do engenho, que vinha sendo fragmentado por ocasião das três partilhas, como também aumentou suas terras adquirindo terrenos de engenho vizinho.

**Formas de posses de terras** - Em Lagarto e Boquim, conforme os inventários compulsados, os principais tipos de posses de terra<sup>362</sup> eram as terras próprias, as proindivisas e as foreiras. Vejamos no Gráfico 2.4 como essas estavam distribuídas.

**Gráfico 2.4 - Formas de posse de terras – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

O Gráfico evidencia que a grande maioria do tipo de posse era a terra própria, adquirida por compra ou por herança. Em muitos inventários não aparecem a forma como foi adquirida a posse de terra, apenas menciona que era terra própria. Maria Prima dos Anjos<sup>363</sup> consta em seu inventário a posse de um Sítio na Cajaseiras em terras próprias, não informando o meio pelo qual obteve a terra. Outros indicavam a aquisição por meio de compras. Maria de Jesus<sup>364</sup> moradora do Vivaldo (vila de Boquim) tinha um sítio com casa de morar, casa de farinha e terras, obtidas mediante compra. Esse também foi o meio utilizado, pelo proprietário do Engenho Boa Sorte, Capitão Antonio

<sup>362</sup> Um documento que ajudaria muito, a respeito dos tipos de posses das terras, seriam os Registros de Terras, feito pelas paróquias de quase todo o Império na década de 50 do século XIX, mas infelizmente esse documento não foi encontrado ou não foi feito para as vilas em estudo. Sem essa preciosa fonte, utilizaremos os dados dos inventários para discutir esse tema.

<sup>363</sup> AGJES- Inventariada: Maria Prima dos Anjos. Inventariante: Manoel Prudente d' Oliveira. Inventário *post-mortem*. Cartório de e 2º Ofício de Lagarto, 03/05/1865, caixa 28.

<sup>364</sup> AGJES - Inventariada: Maria de Jesus. Inventariante: Luís Ferreira Lima. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 21/02/1887, caixa 3.



Martins de Araújo<sup>365</sup>, comprou três porções de terras: um sítio com 152 braças de terra de largura e 100 de comprimento, terras compradas de João Damasceno; um terreno na Pimanteira comprado de João Soares de Brito; um sítio com casa de morar, terra próxima ao Engenho Boa Sorte, nos subúrbios da vila de Boquim, comprado de Felix Esperança.

As terras providisais ou apenas indivisa foi a segunda forma de obtenção de posse de pelos inventariados. Segundo Francisco Carlos Teixeira e Silva<sup>366</sup> eram terras possuídas em comum com outro herdeiro, sem divisão alguma, não eram cercadas e nem possuíam limites de propriedades, por isso receberam o nome na época de indiviso. Ressaltamos que eles eram os proprietários das terras, apenas usufruíam dessas com outros herdeiros. Esse tipo de posse de terra não foi exclusividade das vilas de Boquim e Lagarto, pois Maria Nele dos Santos, pesquisando a vila sergipana de Itabaiana/Se no mesmo período contemplado por essa pesquisa, encontrou esse tipo de posse entre os moradores dessa vila. De acordo com a pesquisadora, as terras pertenciam a vários indivíduos ao mesmo tempo, e essas não eram de pequenas dimensões, pois existiam algumas benfeitorias<sup>367</sup>.

Em Lagarto e Boquim o tamanho das terras indivisas variavam conforme as posses econômicas do seu proprietário. O Major Manoel José da Hora<sup>368</sup> possuía e residia no Sítio Fazenda Grande que contava com casa de morar, casa de farinha, benfeitorias, malhadas, pasto com 86 cabeças de gado vacum e 1 cavalariço, , plantação de mandioca, tudo avaliado em 1:0000\$000 (um conto de réis), e se encontravam em terras proindivisas. Com todas essas benfeitorias, pelo gado, por sua avaliação, esse sítio indiviso deveria contar com consideráveis extensões de terras. Já Manoel Bonifácio de Souza<sup>369</sup>, possuía terreno indiviso, com casa velha e malhada, avaliado em 60\$000 mil

---

<sup>365</sup> AGJES - Inventariado: Capitão Antonio Martins de Araújo. Inventariante: D. Rofina da Sacra Família. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 11/06/1887, caixa 3.

<sup>366</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. ed. rev. São Paulo:Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 129.

<sup>367</sup> SANTOS, Maria Nele dos. **A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP: UNICAMP, 1984, p.53.

<sup>368</sup>AGJES- Inventariado: Major Manoel José da Hora. Inventariante: D. Josefa Luisa de San José. Inventário *post-mortem*. Cartório de e 2º Ofício de Lagarto, 22/09/1865, caixa 28.

<sup>369</sup>AGJES- Inventariado: Manoel Bonifácio de Souza. Inventariante: Joana Maria. Inventário *post-mortem*. Cartório de e 2º Ofício de Lagarto, 01/08/1869, caixa 30.

réis, acreditamos que as terras desse sítio não eram extensas, pois nele o morador criava apenas 11 cabras e dois cavalos.

O possuidor foreiro, por sua vez, tinha que pagar um foro por seu usufruto. A forma de aforamento nas vilas analisadas foi uma prática quase exclusiva de pessoas de menores posses, como não tinham meios para comprar, aforavam terras usufruindo o que nela produzia. De acordo com Antônio Carlos de Sampaio<sup>370</sup>, o aforamento de terras não foi um fator puramente econômico, pois era utilizado pela elite agrária como um instrumento de poder. O arrendamento gera a possibilidade de controle sobre os mais pobres, que por não ter meios para comprar terras, viam-se quase obrigado a se sujeitarem a essa relação.

Havia também as terras alheias. Para Sônia de Souza<sup>371</sup> possuir benfeitorias em terrenos “alheios” nem sempre era uma situação favorável, pois corria sério o risco de ser despejado a qualquer momento. Já para Sheila de Castro Faria<sup>372</sup> a instabilidade na ocupação da terra era relativa, pois em caso do proprietário desistir do aluguel das terras, ele deveria pagar todas as benfeitorias feitas, o que não seria, certamente de seu interesse. Nesse aspecto concordo com Sheila Farias, pois existiam nas vilas, benfeitorias valorizadas. Havia na Vila de Lagarto uma casa em terreno alheio na rua da praça, avaliado em 1:500\$000 de Joaquim Alves de Jesus<sup>373</sup>. O valor elevado dessa casa dificultava o despejo de seu morador, pois o dono do terreno teria que desembolsar essa alta quantia.

Seja qual fosse o meio para adquirir terras próprias, indivisas ou foreiras, o que importava era possuir terras para o cultivo agrícola e criar animais,. Enfim, para gerar sustento e riqueza.

**Casas** - Outro item que compunham os investimentos em bens de raiz era o item casa. Esta variava de tamanho, valor, acabamento de acordo com as posses econômicas de seus proprietários. A maioria dos de Boquim e Lagarto residiam na zona rural. O que demonstra a característica agrária dos municípios. Em sua maioria as

---

<sup>370</sup> SAMPAIO, op. cit. p.47.

<sup>371</sup> SOUZA, Sônia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...** : estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870 -1920). Bauru/ SP: EDUSC, 2007, p.73.

<sup>372</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.249-250.

<sup>373</sup> AGJES- Inventariado: Joaquim Alves de Jesus. Inventariante: D. Maria Magdalena do Sacramento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 04/05/1885, caixa 43.

habitações eram simples, pequenas e de baixo valor. A exceção eram as residências dos senhores de engenho, dos grandes fazendeiros e agricultores. Mesmo esses mais afortunados não possuíam casas com muito luxo e requinte na zona rural. Preferiam investir em suas atividades agrícolas.

As habitações das vilas em geral também eram pequena e com certa simplicidade. O que mostra que a maioria dos moradores das vilas não possuíam elevadas fortunas. Mas alguns moradores afortunados eram proprietários de grandes residências e sobrados nas Vilas de Boquim e Lagarto. Muitos domicílios urbanos eram erguidos para demonstrar a suntuosidade da riqueza<sup>374</sup>. Esses imóveis “*além de representar um capital imobilizado, consistia um elemento importante, principalmente seu exterior, para a aparência pública da riqueza e status de seu dono*”<sup>375</sup>.

Parte significativa da população, mesmo habitando no campo eram proprietários de casas nas vilas. Residir no campo e possuir casa na vila foi uma prática comum entre os habitantes. Senhores de engenho, grandes fazendeiros e lavradores, habitavam no campo, mas possuíam residências na vila. Ter casa na vila não foi um costume praticado somente pelos mais abastados, vários moradores do campo de faixas sociais mais baixas também possuíam imóveis nas vilas de Boquim ou Lagarto, por exemplo, de Maria dos Ramos<sup>376</sup> residente no sítio Jaboticaba, tinha uma casa na Vila de Boquim.

As residências nas vilas eram utilizadas tanto por ricos quanto por pobres, em épocas de festejos religiosos (missas aos domingos, festa da padroeira da vila, procissões), festas populares, em dias de feira, quando os moradores do campo deslocavam-se para as vilas com suas famílias, para momentos de lazer e religiosidade. “*O Lagarto, daquele período era uma terra onde os festejos populares, reisados, cheganças, bailes pastoris, taieiras, bumbas-meu-boi,... imperavam ao lado das magníficas festividades da Igreja*”<sup>377</sup>.

---

<sup>374</sup> SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna:** homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888). Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia, p. 75.

<sup>375</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.158.

<sup>376</sup> AGJES - Inventariada: Maria dos Ramos. Inventariante: Pedro Nolasco. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 09/03/1883, caixa 02.

<sup>377</sup> SANTOS, 2004, op. cit. p.52, apud. ROMERO, 1910, p.22.

Ter residência na vila, provavelmente, representava prestígio. Talvez isso ajude a explicar a quantidade considerada de homens ricos e de menos afortunados com casas residenciais na vila. Outra explicação seria a diversificação de investimento de sua riqueza, era que investir em imóveis urbanos fosse mais vantajoso e seguro.

A partir dos inventários, percebemos que a grande maioria dos moradores utilizou para a construção de suas residências matérias como taipa e telha. A construção de casas utilizando esses materiais, não foi exclusividade da classe menos afortunada, essa prática também permeava os moradores mais abastados. Na abertura do inventário de D. Josepha de Sousa Freire Dantas<sup>378</sup>, esposa do Cap. Joaquim da Silveira Dantas, proprietário do Engenho Mangues, constava entre seus bens *uma casa de taipa e telha na rua da praça na vila de Lagarto*, avaliada em um conto de réis.

O senhor do Engenho Campestre, Major Antônio Correa Dantas<sup>379</sup> possuía *uma morada de casas de telha e taipa na Vila de Boquim na Rua da Feira*, avaliada em 400\$000 mil réis. Os valores de ambas as moradias, revelam que não eram simples habitações, o que demonstra que era um costume local erguer residências utilizando telha e taipa. Essas casas se diferenciavam de pequenas moradias feitas de taipas e cobertas de palhas, por seu tamanho, estilo, acabamento e valor.

O Dr. Luis Fellipe de Sampaio Vianna<sup>380</sup> possuía as duas residências de maior valor entre os inventariados. Eram dois sobrados na Rua do Príncipe, Vila de Lagarto, um no fundo do outro, e avaliado em 10:000\$000 ( dez contos de réis) cada. Vejamos a descrição de um deles: *“Hum Sobrado na Rua do Príncipe, murado de pedra e cal, com água, porta, janelas de peitoril, sala de engomar, um quarto, dispença e cozinha tudo assoalhado e forrado, menos a cozinha, sala de jantar, duas alcovas, sala gabinete”*<sup>381</sup>.

O sobrado era construção de nível mais elevado feita não de taipa mas, de pedra e cal, bem como vários compartimentos, muitos deles com forro e assoalho de madeira, todos esses detalhes revelam certa suntuosidade, e que expressavam sua riqueza.

---

<sup>378</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha de Sousa Freire Dantas. Inventariante: Cap. Joaquim da Silveira Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/08/1873, caixa 34.

<sup>379</sup> AGJES- Inventariado: Major Antônio Correa Dantas. Inventariante: D. Constança Isabel da Franca Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 04/05/1870, caixa 01.

<sup>380</sup> AGJES- Inventariado: Dr. Luis Fellipe de Sampaio Vianna. Inventariante: D. Marianna Umbelina Figueredo de Sampaio Vianna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/12/1871, caixa 32.

<sup>381</sup> Idem.

Diferentemente das casas dos ricos, que eram grandes e com vários compartimentos, as habitações dos pobres tanto das vilas quanto do campo eram simples e feitas de telha e taipa. A simplicidade se revela ainda sem seu interior onde algumas contavam apenas com um corredor e um quarto. Félix José de Souza<sup>382</sup> possuía no Sítio Retiro *uma casa de telha e taipa com uma sala de frente, uma porta e uma janela, uma porta no fundo, um quarto pequeno, um corredor.*

## 2.4 – Escravos

Os escravos juntamente com a terra eram os pilares da economia e a base da riqueza local. De acordo com Mascarenhas<sup>383</sup> esses dois elementos além de justificarem a riqueza, a qualificava. Um número elevado de inventariados possuía terras e ao menos um escravo para ajudar na labuta diária. “*Numa sociedade em que o trabalho braçal era visto como uma maldição bíblica, portanto, depreciado, a mão de obra escrava apresentava-se como sustentáculo da economia e disseminara-se em todos os setores*”<sup>384</sup>. Além de gerar riqueza, a posse de escravos conferia poder, prestígio, servia também ostentação da fortuna.

A posse de escravos estava bem difundida entre a sociedade local, aparecendo em 63,43% dos inventários. O bem escravo representavam 36,11% de toda a riqueza inventariada<sup>385</sup>. Além de sua relevância como força produtiva, os escravos constituíam em um importante investimento, sua participação no total das fortunas foi superada apenas pelos bens de raiz.

Durante as décadas de 50 e 60, o bem escravo era o principal investimento feito entre os bens inventariados, chegando a representar 52,22% de toda riqueza na década de 1860. Sua hegemonia acabara a partir da década de 70, período em que existiu um decréscimo no número de escravos, provocado pelo tráfico intra e interprovincial, pela *cólera-mórbus*, em fins da década de 50, pela Lei do ventre livre, em 1871, e pela redução de seus preços, que nas de 50 e 60 estavam em alta, elevando, dessa forma, sua participação no total dos bens. Essas séries de motivos levou o bem

---

<sup>382</sup> AGJES- Inventariado: Félix José de Souza. Inventariante: Josepha Maria do Nascimento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 04/04/1873, caixa 33.

<sup>383</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.120.

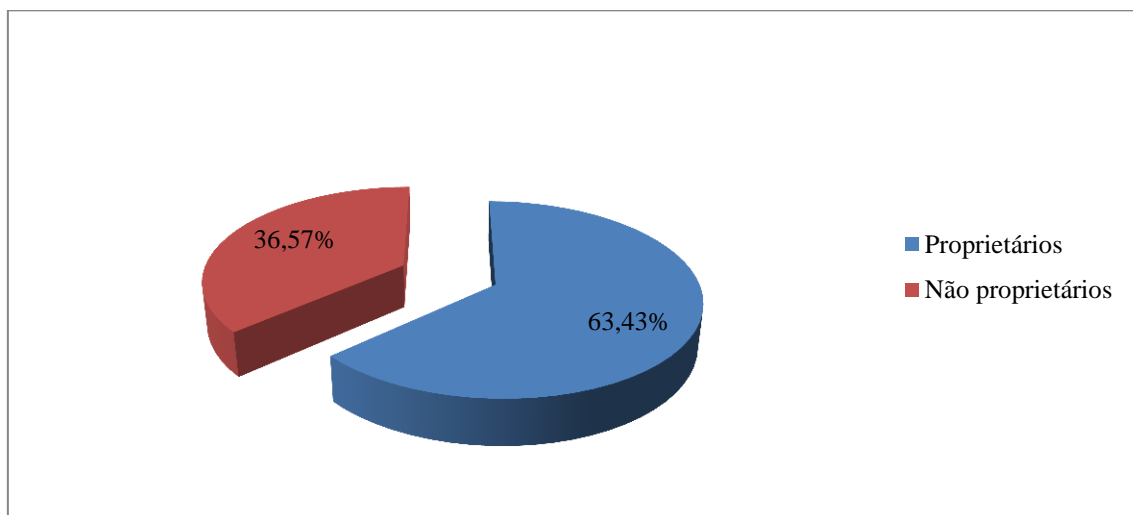
<sup>384</sup> SILVA, 2005, op. cit. p.64.

<sup>385</sup> Números esses relativos às médias de todo o período em análise.

escravo a ser suplantado pelos investimentos feitos em bens de raiz a partir da década de 1870.

Com base nos inventários montamos o Gráfico 2.5, para mostrar de forma mais objetiva, o número de proprietários e não proprietários de escravos. Vejamos:

**Gráfico 2.5 - Distribuição dos proprietários e não proprietários de escravos - Boquim e Lagarto / SE (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Como é perceptível, o número de proprietários de escravos é, praticamente, o dobro do que os não proprietários, em outras palavras, quase dois terços 63,57%, do número de inventariados possuíam escravos. Esses percentuais oscilaram ao longo do período estudado. Para melhor esclarecer essa variação elaboramos a Tabela 2.5, mostrando a distribuição do número de proprietários e não proprietários de cativos por década.

**Tabela 2.5 – Proprietários e não proprietários de escravos por décadas – Boquim e Lagarto/ SE. (1850-188).**

Período	Inventariados Nº	Proprietários		Não proprietário	
		Nº	%	Nº	%
1850-59	57	42	73,68	8	26,32
1860-69	82	52	63,41	30	36,59
1870-79	106	71	66,98	35	33,02
1880-88	75	38	51,35	37	48,65
Total	320	203	100%	117	100%

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

De acordo com a tabela 2.5 há um declínio dos proprietários de escravos da década de 1850-1860, caindo de 73,68% pra 63,41%, com uma ligeira recuperação na década de 1870, passando para 66,41% e finalmente na década de 1880 baixou para 51,35% até desaparecer no ano de 1888. A redução do número de escravos e, conseqüentemente, de seus proprietários encurtou a participação do bem escravo na composição das fortunas locais ao longo do período analisado. Essa baixa deve-se a razões já mencionadas. Nas décadas de 60 e 70 de acordo com Joceneide Santos, o retorno da epidemia da *Cólera-morbus* na região, foi o principal fator da redução do número de proprietários de escravos<sup>386</sup>. Na década de 80 o número de cativos e de proprietários caiu mais, chegando a 51,35% até a extinção total em 1888.

Para uma análise mais apurada da propriedade escrava agrupamos os proprietários de cativos da seguinte forma: pequenas posses de 1 a 3 escravos, de 4 a 9 médias, e acima de 10 escravos consideramos como grandes propriedades<sup>387</sup>. A Tabela 2.6 nos mostra como estava distribuída a posse de escravos nesses três agrupamentos, vejamos:

**Tabela 2.6 - Distribuição da propriedade escrava por tamanho de plantel – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Tamanho das posses	Nº Proprietários	% dos proprietários	Nº de escravos	% dos escravos
Pequeno	94	46,30	174	14,04
Médio	75	36,95	368	29,70
Grande	34	16,75	697	56,26
Total	203	100%	1239	100%

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Os pequenos proprietários formavam o grupo mais numeroso representando 46,30%, somado com os de médias posses equivaliam a 83,25% dos proprietários. Os inventariados que tinham a posse de apenas um cativo representavam 19,21% de todos os proprietários. Enquanto os pequenos e médios proprietários constituíam a maioria daqueles que tinham cativos era nas mãos dos grandes proprietários que se concentrava

<sup>386</sup> SANTOS, 2004, op. cit. p. 29.

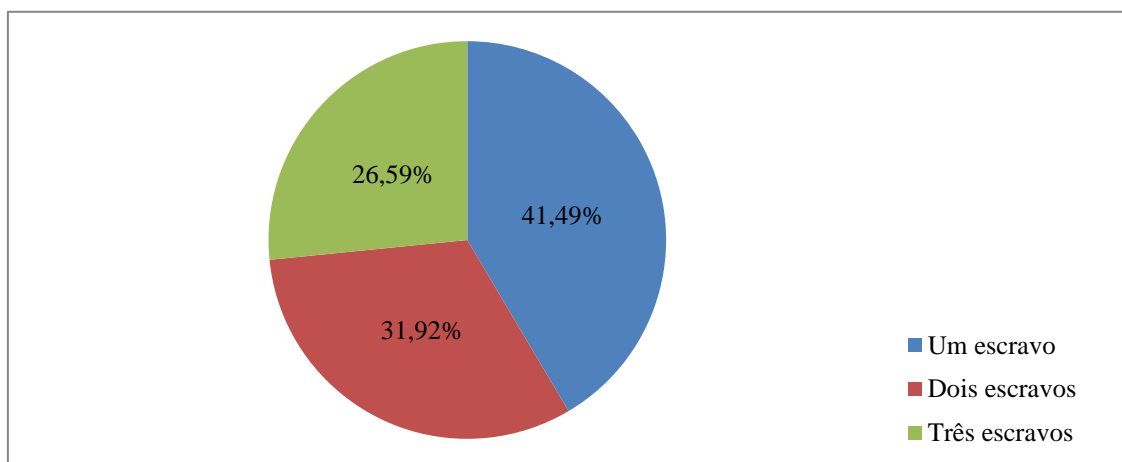
<sup>387</sup> Essa forma de agrupamento foi utilizada por Joceneide Cunha dos Santos que trabalha com escravidão em Lagarto no mesmo período contemplado por essa pesquisa. SANTOS, 2004, op. cit. p. 31.

o maior número de escravos, ou seja, enquanto os pequenos proprietários que eram a grande maioria tinham apenas 14,04% dos cativos, os grandes proprietários que representavam apenas 16,75%, detinham 56,26%, a maior parte dos escravos inventariados. Essa conclusão assemelha-se com a encontrada por Zélia Cardoso de Mello, sobre a expansão da posse de escravo e sua concentração em mãos de poucos proprietários:

“De um lado, nota-se relativa concentração da riqueza medida pela posse de escravos, dado o grande número de escravos em mãos de poucos proprietários. Do outro lado, a propriedade escrava encontrava-se disseminada por toda a sociedade, como indicado pelo grande número de proprietários com poucos escravos”<sup>388</sup>.

A pequena posse de escravos caracterizava-se, principalmente pela posse de um único cativo. Esses representavam 41,49% da pequena posse englobavam 22,41% da mão de obra escrava desse grupo. O Gráfico 2.6 nos mostra com mais detalhes a distribuição da pequena posse entre os proprietários.

**Gráfico 2.6 - Distribuição da pequena posse de escravos – Boquim e Lagarto/ SE. (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Dos proprietários, 39 tinham apenas um escravo e sua maioria era do sexo feminino. Possivelmente, os menos afortunados ao adquirirem seu primeiro cativo,

<sup>388</sup> MELLO, op. cit. p.107.



optavam pela compra de uma mulher. As escravas eram mais versáteis, pois podiam desenvolver diversos serviços, além disso, a atividade econômica mais praticada pelos proprietários de um cativo era o cultivo de alimentos, seguido da criação de gado e do comércio, além de alguns serem escravos de moradores de vilas que desempenhavam funções domésticas. Todos esses serviços não requeriam grande força física, como era exigido nas grandes lavouras, daí a utilização de mão de obra escrava feminina. Essa versatilidade das escravas em desenvolver um grande número de atividades seja agrícola ou doméstica, e por essas atividades não requererem tanto vigor e força física, levou a maioria dos possuidores de um cativo a optarem por sua compra. Além disso, a preferência pela aquisição de escravas por esses pequenos proprietários, provavelmente, ocorreu devido aos preços inferiores das cativas em relação aos escravos do sexo masculino, o que tornava mais fácil a compra por parte das pessoas com menores poderes aquisitivos.

Outra hipótese que justificava a compra de uma escrava era que elas poderiam aumentar o número de cativos pela reprodução natural, favorecendo, dessa forma, o crescimento também da fortuna de seu proprietário, já que, os filhos dos escravos ficavam com seus donos<sup>389</sup>. Sobre a preferência das escravas e da estratégia para ampliação dos plantéis a partir da reprodução natural, Carlos Bacellar<sup>390</sup>, em seu trabalho sobre a escravidão miúda em São Paulo, chegou às seguintes conclusões:

“Podemos supor que comprar uma escrava seria talvez, parte de uma estratégia de ampliação ou multiplicação mais acessível da mão de obra forçada, sem recorrer às parcas e difíceis poupanças familiares. Apesar dos riscos de uma elevada mortalidade materna e infantil, e em que se pese a necessidade de aguardar o crescimento do rebento, a reprodução natural talvez fosse, para um pequeno lavrador, um roceiro ou um artesão, uma opção viável, que não envolvia maiores dispêndios de capital”<sup>391</sup>.

---

<sup>389</sup> MACIEL, Carlos Roberto Santos; SANTOS, Carlos José Andrade e SANTOS, Ronaldo Pinheiro dos. **Arraia-Miúda**: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-SE (1880-1850). Estância, 2007 Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes. p. 52.

<sup>390</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo Colonial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 238-254.

<sup>391</sup> Idem, p.243.

Para Barickmam<sup>392</sup> a posse de apenas um escravo não modificou a vida cotidiana dos agricultores, como também isso não foi motivo de grande diferenciação desses com agricultores que não proprietários de escravos. Segundo ele a posse de dois ou três escravos também não libertaria o lavrador e sua família do trabalho de casa e da roça, apenas reduziria as quantidades de horas dedicadas aos trabalhos e permitiria assim, que a família evitasse os serviços mais pesados<sup>393</sup>. “O mais provável, e mais importante, é que desse à família maior grau de segurança econômica ao possibilitar aumentos da produção tanto para o consumo doméstico como para venda”<sup>394</sup>.

Ressaltamos que possuir uma pequena posse escrava seria um grande auxílio para aumentar a produção, além de servir como um complemento da força de trabalho familiar<sup>395</sup>. Como também representava distinção social diante dos menos afortunados que não tinham condições econômicas de possuir sequer um cativo. Isso era um dos motivos que levou muitos indivíduos a se esforçarem para adquirir um ou mais cativos, na tentativa de se fazer notar na sociedade da época.

Segundo Souza<sup>396</sup> a posse de escravos contribuía ainda para retardar o ingresso desses pequenos proprietários no mercado de trabalho, mantendo sua autonomia, uma vez que possuía o escravo para desempenhar essa função. Investir em escravos poderia representar também uma garantia a ser dada em caso de endividamento por parte de seu proprietário<sup>397</sup>. Dessa forma aos menos afortunados valeria todo e qualquer esforço, pra comprar ou repor um escravo morto, inválido ou fugido<sup>398</sup>. Em uma sociedade na qual a posse de escravos estava associada tanto a aspectos econômicos quanto sociais.

Os médios proprietários de escravos representavam 36,95% dos donos de cativos e possuíam 29,70% de toda população escrava inventariada. Esse grupo era formado por: cultivadores de mandioca e algodão, comerciantes (utilizavam escravos para o transporte de suas mercadorias, e como vendedores ambulantes ou no balcão da loja), e por senhores de engenho que não contavam com tantas posses de cativos.

---

<sup>392</sup> BARICKMAM, op. cit. p. 251.

<sup>393</sup> Idem, p. 251-252.

<sup>394</sup> Idem, p. 252.

<sup>395</sup> SOUZA, 2007, op. cit. p.100.

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> Idem, p. 96.

<sup>398</sup> MASCARENHAS, op. cit. p. 122.

Os grandes proprietários de escravos eram compostos principalmente por senhores de engenho, grandes lavradores de mandioca, cana e algodão, assim como alguns criadores de gados. Entre os maiores proprietários destacavam-se era Domingos Correa Pimentel<sup>399</sup>, dono do Engenho Caborge, em Boquim, maior proprietário de escravos inventariado, ele tinha um plantel composto de 62 escravos, sendo que 38 desses estavam em sua posse e 24 foram dados como dotes para seus filhos.

O segundo maior proprietário era o Tenente Coronel José de Souza Freire<sup>400</sup>, proprietário do Engenho Piauhy, sua propriedade escrava era composta por 46 cativos. Além desses dois, mais dois tinham posse igual ou superior a 40 cativos, o Capitão José Alves de Freitas<sup>401</sup>, senhor do Engenho São Joaquim do Pastor, com 40 escravos e o Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora, grande credor e criador de gado, possuía com 40 escravos<sup>402</sup>.

Apenas 6 ou 17,64% dos grandes proprietários de cativos possuíam 30 ou mais escravos. Esses seis inventariados detinham em suas mãos 35% de todos os escravos catalogados nos documentos pesquisados, o que demonstra que até mesmo entre os grandes proprietários existia concentração de escravos, sobretudo em mãos daqueles algumas pessoas que tinham as maiores fortunas. De acordo com Mascarenhas “*possuir escravos era, ao mesmo tempo, elemento de homogeneização de um grupo e de diferenciação dentro dele, já que a qualidade e quantidade de cativos e a capacidade de manutenção e reposição dos mesmos indicava níveis diversos de riqueza*”<sup>403</sup>.

Registra-se bastante a variação do tamanho das posses em relação à quantidade de inventariados, no decorrer do período analisado. A Tabela 2.7 mostra essa variação.

---

<sup>399</sup> AGJES-Inventariado: Domingos Correa Pimentel. Inventariante: Maria Magdalena de São José. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 15/03/1869. Caixa 30, doc. 13.

<sup>400</sup> AGJES-Inventariado: Tenente Coronel José de Souza Freire. Inventariante: Anna Joaquina de Souza Freire. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 17/02/1860. Caixa 24, doc. 4

<sup>401</sup> AGJES-Inventariada: D. Paula Josefa de São Pedro. Inventariante: Capitão José Alves de Freitas. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 25/08/1871. Caixa 32.

<sup>402</sup> Ação de liberdade citada por SANTOS, 2004, op. cit. p.135. Outra fonte que demonstra sua grande propriedade escrava foi o fundo de emancipação de escravos de Lagarto de 1880, onde constava uma posse de 47 cativos.

<sup>403</sup> MASCARENHAS, op. cit. p. 123.

**Tabela 2.7 – Distribuição da propriedade escrava por décadas e plantel - Boquim e Lagarto/ SE. (1850-1888).**

Período	Tamanho das posses	Nº de Proprietários	%	Nº de Escravos	%
1850-1859	Pequena	19	45,23	41	17,08
	Média	17	40,47	101	42,08
	Grande	6	14,30	98	40,84
	Total	42	100%	240	100%
<b>1860-1869</b>	<b>Pequena</b>	<b>22</b>	<b>44,90</b>	<b>35</b>	<b>10,35</b>
	<b>Média</b>	<b>20</b>	<b>40,81</b>	<b>100</b>	<b>29,58</b>
	<b>Grande</b>	<b>7</b>	<b>14,29</b>	<b>203</b>	<b>60,07</b>
	<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>100%</b>	<b>338</b>	<b>100%</b>
1870-1879	Pequena	38	52,78	69	18,20
	Média	24	33,33	132	34,82
	Grande	10	13,89	175	46,18
	Total	72	100%	379	100%
<b>1880-1888</b>	<b>Pequena</b>	<b>13</b>	<b>33,33</b>	<b>26</b>	<b>9,43</b>
	<b>Média</b>	<b>14</b>	<b>35,89</b>	<b>81</b>	<b>29,34</b>
	<b>Grande</b>	<b>12</b>	<b>30,78</b>	<b>169</b>	<b>61,23</b>
	<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>	<b>276</b>	<b>100%</b>
1850-1888	Total geral	203	100%	1239	100%

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Analisando a Tabela 2.7, percebemos que em relação aos pequenos proprietários, com exceção da década de 1870, existiu uma redução do número de inventariados que detinham de 1 a 3 escravos, variando de 45,23% para 33,33%, essa retração fez esse grupo deixar de ter o maior número de proprietário de escravos inventariados. Vê-se também um declínio na participação no número total de escravos que decresceu de 17,08% na primeira década para 9,43% na última.

A média posse (de 4 a 8 escravos) cresceu quanto ao número absoluto número de inventariados nos três primeiros decênios, e sua participação entre os proprietários mantêm-se quase estável nas duas décadas iniciais, sofreu baixa na terceira, e na década de 80 voltou a subir passando a ser o grupo com maior número de proprietários. Tal aumento pode ser explicado pela redução do número de escravos das grandes posses, aumentando em contrapartida as médias. Em relação à participação ao número de escravos possuídos, percebe-se que houve uma redução ao longo do período, passando de 42,08% no primeiro período, sendo inclusive o maior percentual, para 29,34% no último.

Os grandes proprietários de escravos tiveram sua participação praticamente estável as três primeiras décadas variando entre 13,89% e 14,30%, havendo um grande

aumento na última década, quando chegou a representar 30,78% dos proprietários. No tocante à sua participação na posse de escravos, fica evidente que, com o passar das décadas, com exceção a década de 1870, existiu uma maior participação desse grupo o que demonstra que a concentração de escravos por esse grupo foi aumentando no decorrer do período, passando de 40,84% a 61,23%.

Com relação aos preços dos escravos, constantes oscilações no decorrer do período, alternando momentos de altas como a partir da segunda metade da década de 1850, que só estabiliza nos anos iniciais de 1870, e períodos de retração dos preços fins da década de 70 e metade da de 1880. Os preços dos escravos variavam principalmente por razões relacionadas ao escravo como: sexo, idade, profissão, aptidão e saúde; assim como pela conjuntura socioeconômica do período. O escravo com o preço mais elevado foi Manoel<sup>404</sup> escravo do Engenho São Joaquim, tinha 25 anos de idade, era carpinteiro, e foi avaliado em 1:500\$000 mil réis. Seu elevado preço, certamente, se justificava por estar na idade produtiva e pela sua qualificação profissional. Para Bacellar “*além do sexo e da idade, por si só suficiente para fazer variar amplamente a cotação de um cativo, eram também considerados os defeitos físicos, estado de saúde, a etnia (quando africano) e, principalmente, as eventuais profissões*”<sup>405</sup>. Sobre as variações dos preços dos cativos, ao longo do período contemplado na pesquisa, vejamos a tabela a seguir.

---

<sup>404</sup> AGJES-Inventariada: Maria do Patrocínio de Mello Menezes. Inventariante: Francisco Vieira de Mello. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 20/03/1872. Caixa 33.

<sup>405</sup> BACELLAR, op. cit. p. 249.

**Tabela 2.8 - Variação da média dos preços dos escravos por biênio - Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Períodos	Nº de escravos inventariados	Média dos preços
1850-51	40	295\$000
1852-53	52	340\$307
1854-55	52	355\$038
1856-57	42	368\$809
1858-59	54	677\$777
1860-61	82	581\$829
1862-63	58	536\$551
1864-65	101	544\$723
1866-67	35	520\$085
1868-69	88	571\$590
1870-71	141	507\$354
1872-73	41	704\$292
1874-75	33	510\$909
1876-77	48	409\$312
1878-79	102	462\$671
1880-81	65	468\$153
1882-83	84	558\$690
1884-85	47	362\$765
1886-87	62	656\$258
<b>Total</b>	<b>1227</b>	<b>506\$630</b>

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Ao analisar a Tabela 2.8 notamos que há constantes variações nas médias dos preços dos cativos ao longo do período. O preço dos escravos elevou-se a partir da segunda metade da década de 1850 e, no seu final do período, os preços tinham praticamente dobrado em relação ao início. A partir de 1857 encontrava-se escravos custando 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) e até valores acima. Nesse período ocorreu a alta do preço dos escravos em várias partes do Brasil, motivado pela extinção do tráfico negreiro. Outro fator que ajudou a alavancar os preços foi o surto da *Cólera-Morbus* a partir de 1856 em toda a Província de Sergipe, resultando na morte de muitos escravos. Esses dois fatos foram os principais responsáveis pelo aumento dos preços, pois ambos representaram redução da oferta de mão de obra escrava.

Entre os biênios de 1858-59 e 1872-73, os preços dos escravos permaneceram elevados. Além dos motivos já mencionados, nesses anos ocorreram o tráfico inter e intraprovincial de escravos, fazendo subir os preços dos cativos. O surto algodoeiro aqueceu o comércio de escravos aumentando seus valores. Os preços dos escravos tenderam a se reduzir a partir de 1873, provavelmente em decorrência da Lei do Ventre

Livre, pois ficou mais evidente que estavam contados os dias para o fim da escravidão no Brasil, gerando dessa forma uma desvalorização<sup>406</sup>.

Outro fator que pode ter favorecido o declínio dos preços após 1873, foi a proibição da exportação de escravos para o centro-sul cafeeiro, a perda desse importante mercado comprador de escravos resultou no decréscimo dos preços<sup>407</sup>. No inventário de Antônio dos Santos aparece a seguinte ponderação à respeito da proibição da exportação para o Sul: “... a *proybição da exportação de escravos para as Províncias do Sul do Império depreciou-os, de modo que hoje valem duas vezes menos do que d’antes*”<sup>408</sup>. Mesmo às vésperas da abolição os preços voltaram a se elevar e terminando o último biênio com uma média alta.

Os elevados preços dos escravos, bem como a sua importância como força de trabalho gerando riqueza, tornou-o, em muitos casos, o principal investimento de muitos inventariados indiferentemente de suas condições socioeconômicas. Era nas pequenas e médias fortunas que os escravos tinham maior porcentagem nas participações no valor total dos bens inventariados. Em muitos casos o valor investido no bem escravo era superior a 90% do montante mor. Esse foi o caso de Ana Josefa da Conceição<sup>409</sup> que tinha cinco escravos e esses equivaliam a 98,71%, maior percentual investido em escravo dentre os inventariados, além dos escravos tinha alguns objetos de ouro.

Nos montantes mores mais altos o bem escravo não tinha tanta representatividade no percentual total das fortunas, pois nessas havia uma maior diversificação de investimento, não se restringindo a um único ativo. É evidente que era nas maiores fortunas onde estavam os maiores investimentos feitos em escravos, já que era nelas que se encontravam o maior número de cativos. No inventário do maior proprietário de escravos encontramos o maior investimento feito nesse tipo de bem. Domingos Correa Pimentel<sup>410</sup> tinha 36:950\$000 (trinta e seis contos e novecentos e cinquenta mil réis), investidos em seus 62 escravos, valor correspondente a 56,92% de sua fortuna.

---

<sup>406</sup> SANTOS, 2004, op. cit. p. 48.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> AGJES-Inventariado: Antonio dos Santos. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 04/03/1881. Caixa 41, doc. 05, p.

<sup>409</sup> AGJES-Inventariada: Ana Josefa da Conceição e Clara Maria da Conceição. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 07/03/1864. Caixa 27.

<sup>410</sup> AGJES-Inventariado: Domingos Correa Pimentel. Inventariante: Maria Magdalena de São José. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 15/03/1869. Caixa 30, doc. 13.

Ter escravo garantia aumento da produção e, conseqüentemente, da riqueza, qualificava a pessoa como proprietário. “*Poder-se-ia não ser proprietário de terra, de casas, de embarcações de plantações, mas ao ser proprietário de uma unidade humana, de um escravo, ter alguém servindo, dava a condição de ser servido*”<sup>411</sup>. Para os menos afortunados a posse de escravo significava distinção social entre aqueles que não contavam com a força de trabalho desse bem tão importante e valioso.

Aos mais afortunados possuir grandes quantidades de escravos possibilitava o aumento de sua riqueza, como também servia para demonstrar à sociedade o quanto era rico, pois possuía elevada soma de capital investido em um bom número de escravos, um bem que todos aspiravam, mas que nem todos possuíam devidos ao seu alto valor.

Em linhas gerais a posse de escravos esteve bastante disseminada entre os inventariados, mas em contrapartida estava bastante concentrada nas mãos dos grandes senhores de engenhos locais. O bem escravo esteve presente nas fortunas dos inventariados até as vésperas de sua abolição, o que demonstra sua importância para economia local bem como continuou sendo um investimento atrativo para quem tivesse posses para adquiri-lo.

## **2.5 - Bem Semovente**<sup>412</sup>

A pecuária foi uma atividade econômica que sempre esteve presente desde os primórdios da formação das vilas estudadas. Inclusive foi de suma importância para a ocupação de seu território no período colonial e manteve sua relevância econômica por todo o período imperial, caracterizando-se como uma das atividades que mais proporcionaram a formação das fortunas de seus moradores.

O gado foi um bem presente em 73,43% dos inventários consultados perdendo em abrangência apenas para os bens de raiz e os móveis, o que demonstra a importância da criação de animais para a economia regional, como também mostra que era um bem que gerava retorno econômico e riqueza aos envolvidos nessa atividade. No tocante a participação desse bem no total da riqueza inventariada, seu percentual representava 14,54%, ocupando a terceira colocação entre os bens com maiores investimentos

---

<sup>411</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.122.

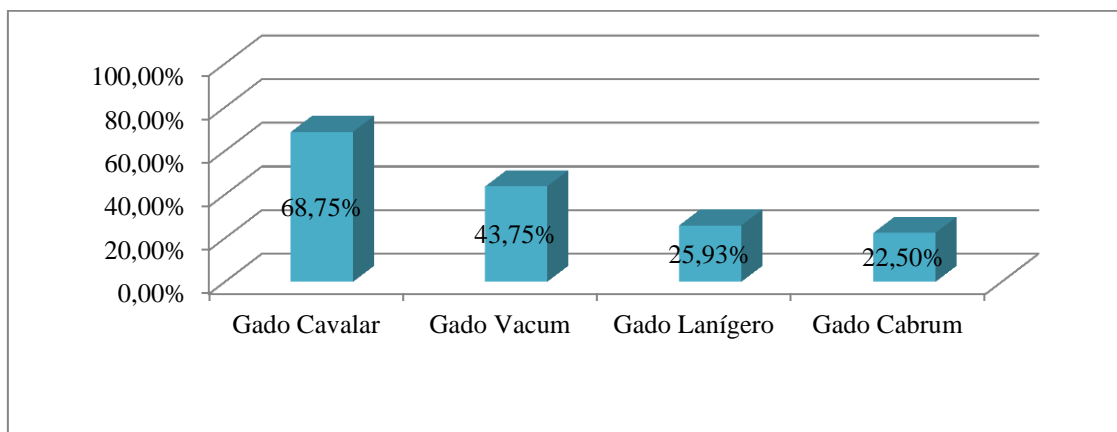
<sup>412</sup> Nessa categoria de bens trataremos apenas dos animais criados, os escravos foram tratados em uma categoria à parte, como vimos anteriormente.



realizados. Sua parcela nas fortunas foi dobrada entre a primeira e última década analisada, passando de 11,01% para 22,93% de toda fortuna. Assim, demonstra que era um investimento seguro para geração de riqueza.

O item semovente foi dividido em quatro categorias de acordo com o tipo de gado de criação: o gado vacum<sup>413</sup>, cavalari<sup>414</sup>, lanígero<sup>415</sup> e cabrum<sup>416</sup>. Sobre a presença de cada um desses gados nos inventários estudados vejamos o Gráfico 2.7

**Gráfico 2.7 - Distribuição dos semoventes entre os moradores – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Com base no Gráfico 2.7, o gado cavalari foi o semovente que mais se fez presente entre as fortunas analisadas, abarcando 68,75% dos inventariados. Ao levarmos em consideração apenas os inventários que constavam algum tipo de gado, essa participação era ainda maior, pois 93,19% dos criadores o possuíam. Cavalos, burros, mulas, bestas constituíam o principal meio de transporte da região para a locomoção de pessoas, para o transporte de cargas tanto para abastecer o comércio local, como para as colheitas e no escoamento da produção. Eram utilizados, também nos engenhos como força motriz. Encontramos engenhos impulsionados por sua força, fato esse exemplificado com os engenhos Boi<sup>417</sup> e Palma<sup>418</sup>, o primeiro tinha 28 cavalos de fábrica e, o segundo, contavam com 32 bestas de moendas.

<sup>413</sup> Nome utilizado para classificar o gado bovino.

<sup>414</sup> Fazem parte desse tipo de gado: cavalos, bestas, éguas, burros e mulas.

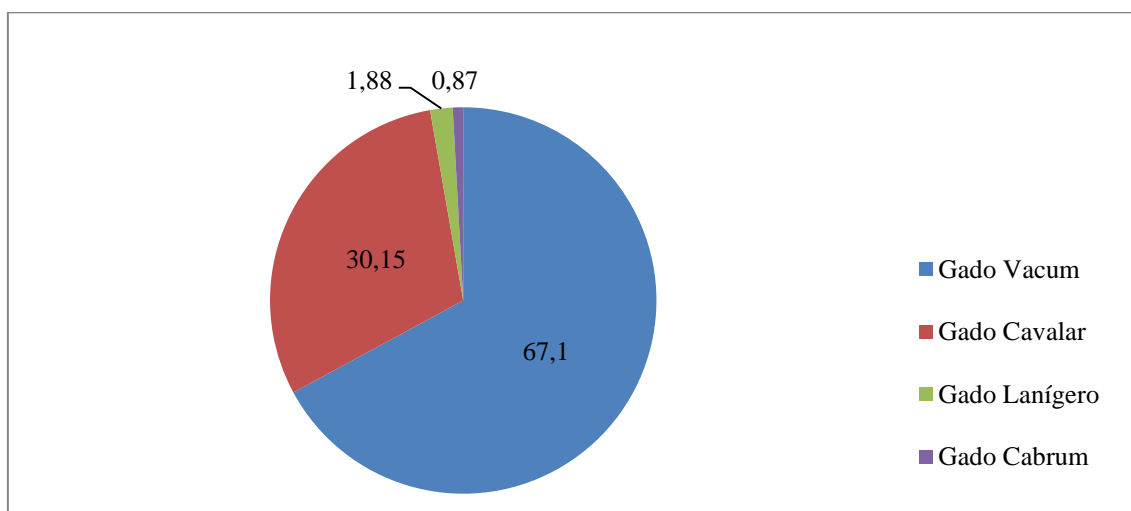
<sup>415</sup> Era como se denominava os gados ovinos.

<sup>416</sup> Refere-se aos caprinos.

<sup>417</sup> AGJES- Inventariado: D. Maria Prima de Mattos. Inventariante: Tenente Francisco Xavier de Sousa Cunha. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 10/03/1879, caixa 01.

O gado vacum ocupava o segundo lugar entre os tipos de gado presentes nos inventários com um percentual de 43,75%. Em seguida vinha os lanígeros e cabrums, constando em 23,95% e 22,50% respectivamente. Apesar de ser o gado cavalari o mais constantes no maior número de inventários, era o gado vacum que apresentava o maior valor de capital dos semoventes. Observemos o gráfico 2.8 que mostra como estavam distribuídos os valores de cada gado estudado.

**Gráfico 2.8 - Distribuição dos valores dos semoventes – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Como podemos observar foi no gado vacum que se concentrou a maior parte do valor total dos semoventes, representando mais de dois terços, ou seja, 67,10% de todo valor dos animais de criação. O gado bovino era de suma importância, pois sua carne era um dos mais importantes alimentos consumidos em todo país. Como dissemos anteriormente, o gado criado em Lagarto e Boquim servia para abastecer o mercado interno das vilas, e da Província de Sergipe, bem como, eram exportado para províncias vizinhas.

Dos bovinos se extraíam, além da carne, outros produtos alimentícios como o leite, a manteiga, o queijo e o couro, que sempre foi um produto de alto valor e importante na exportação no Brasil colonial e imperial. Era utilizado para confecção de diversos produtos manufaturados, servia ainda para enrolar as cordas de fumo e como fertilizante natural. O gado vacum era também utilizado nos engenhos como força

<sup>418</sup> AGJES-Inventariado: Rosa Maria do Sacramento. Inventariante: Antonio de Correa Seabra. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 13/02/1859. Caixa 24.

motriz, lembrando que em 1881<sup>419</sup> todos os 38 engenhos em funcionamento em Lagarto e Boquim utilizavam força motriz animal, e essa força apesar de contar com muitos cavalos, em sua maioria era composta por gado vacum. Não podemos esquecer que esse gado era responsável ainda para transportar as colheitas das roças (algodão, cana, mandioca, fumo, milho e feijão) e conduzi-las para os mercados compradores.

O gado cavalari correspondia a 30,15%, quase um terço, do valor total dos animais de criação, perdendo apenas para o gado vacum. Apesar de contar com grande número de criadores, poucos foram os que tinham grande número de cabeça desse gado. Dos criadores, 29,68% possuíam apenas uma cabeça, e 41,55% não tinham mais que duas cabeças. Dessa forma podemos afirmar que a maior parte dos criadores de gado cavalari praticava a criação para usá-los como meio de transporte de humanos, alguns comerciantes para transporte de mercadorias.

Os gados lanígeros e cabrins representavam respectivamente 1,88% e 0,87% do valor dos semoventes. Existia um número razoável de cabeças desses animais de pequeno porte, mas tiveram uma participação diminuta no valor total dos semoventes.

A criação de animais foi uma prática bastante expandida entre os inventariados, como já foi mencionado. Quanto ao número de cabeças de gado, o seu total, considerando os quatro tipos de gado chegou a 13735. Para maior ilustração vejamos a Tabela 2.9.

**Tabela 2.9 - Distribuição do gado por rebanho - Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

<b>Tipo de gado</b>	<b>Número de cabeças de gado</b>	<b>% do gado</b>	<b>Preço médio</b>	<b>Capital investido</b>
Vacum	7340	53,44	23\$007	168:872\$000
Cavalari	2367	17,23	32\$054	75:873\$000
Lanígero	2866	20,87	1\$650	4:729\$960
Cabrum	1162	8,46	1\$884	2:189\$460
<b>Total Geral</b>	<b>13735</b>	<b>100</b>		<b>251:664\$420</b>

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

O gado vacum era de longe o mais numeroso, alcançando 53,44% do total de gado criado pelos inventariados. Isso demonstra que apesar de sua criação não alcançar

<sup>419</sup> PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881, p.82.

50% dos inventariados, como vimos no Gráfico 2.8, parte de sua criação era feita por números médios e grandes de cabeças. O inventário do Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>420</sup> continha a maior quantidade e o maior valor de bovinos, ambos somavam, respectivamente 2591 cabeças e 55:354\$000 réis. Esse valor correspondia a 31,92% do total de sua fortuna.

Muitos inventariados tinham no gado bovino sua maior riqueza. Entre esses citamos Joaquim Alves de Jesus<sup>421</sup> morador do Sítio Tapera, termo de Lagarto, criador de 144 cabeças de gado bovino, tinha nessa criação o maior valor de sua fortuna, correspondendo a 29,53% de todo o seu montante. Eram nas fortunas dos menos afortunados que a porcentagem do gado bovino em relação ao montante mor era mais elevada, ultrapassando em alguns casos 75%.

O preço médio do bovino foi de aproximadamente 23 mil réis. Os valores da cabeça oscilavam segundo a variação climática e o peso do animal. Os mais valiosos eram os que serviam como boi de carros e como força motriz nos engenhos; seus preços chegaram a 50\$000 réis.

O gado cavalariço era o terceiro em número de cabeça contabilizando 2367, ou seja, 17,23% do total. Igualmente ao gado vacum, o maior criador era o Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora com 516 cabeças e conseqüentemente o maior valor somando 13:656\$000 réis equivalendo a 17,99% do valor total do gado cavalariço. Um número significativo de inventariados de baixas fortunas tinha no gado cavalariço o maior valor, chegando, em alguns casos, a quase 80% de todo seu montante. O escravo Felix<sup>422</sup> tinha nas seis cabeças de cavalariços sua maior riqueza, equivalente a 203\$000 réis, ou seja, 78,59% de sua fortuna.

A média dos preços do gado cavalariço no período esteve, aproximadamente, na ordem de 32\$000 mil réis. Seu preço médio foi mais elevado em relação ao gado vacum, e sua posse foi mais abrangente. Os preços desse gado variavam de acordo com suas raças. O cavalo mais valioso foi encontrado no inventário de Capitão José de

---

<sup>420</sup> AGJES- Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

<sup>421</sup> AGJES- Inventariado: Joaquim Alves de Jesus. Inventariante: D. Maria Magdalena do Sacramento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 04/05/1885, caixa 43.

<sup>422</sup> AGJES- Inventariado: Escravo Felix. Inventariante: João Pascacio de Araujo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 27/03/1878, caixa 38.

Seixas Carvalho Fraga<sup>423</sup>, era um cavalo *bom de sella* avaliado em 250\$000 mil réis. Seu pai o Major Manoel Evaristo de Carvalho<sup>424</sup> possuía um cavalo de estribaria que custava 200\$000 mil réis. Enquanto para a grande maioria o gado equino era um bem necessário, principalmente para a locomoção no dia a dia, em ambos os casos servia a objetivos, ele representava um símbolo de fidalguia.

O gado lanígero era o segundo em número de cabeças, seu rebanho totalizava 2866 unidades. O maior criador desse gado, o Capitão José Alves de Freitas<sup>425</sup>, proprietário do Engenho São Joaquim, possuía um rebanho com 409 cabeças. Por ser um gado com preços mais atraentes que o vacum e cavalari estimulava moradores e donos de pequenas fortunas a ter mais de 20 cabeças de ovinos. Sua criação trazia rendimentos e gerava riqueza a partir do abate e da venda de sua lã.

O gado caprino apresentava o menor número de cabeça entre os animais, somavam 1162 animais. Assim como o gado ovino seu maior criador foi o Capitão José Alves de Freitas com 263 cabeças de caprinos. Dos 83 inventariados criadores de caprinos apenas quatro tinham mais de 50 animais em seu rebanho e a maior parte tinham menos de 10 cabeças de gado cabrum, inversamente, a maioria dos lanígeros concentrava nas mãos de poucos, haja vista, que cinco grandes criadores detinham 48,27% de todo gado cabrum. O preço médio desses animais foi de 1\$884 mil réis, e seus preços relacionavam-se, sobretudo com seu peso. Sua criação destinava-se para a venda nas feriras, podendo deles retirar-se o leite e a carne.

## 2.6 – Dívidas

As dívidas se dividiam em dois tipos: ativas e passivas. A primeira referente a dívidas a receber por concessão de empréstimos ou por vendas a prazo, de produtos em lojas comerciais, ou de terras, escravos, casas e gado. Já as passivas eram dívidas a serem quitadas, essas contraídas por diversas formas seja para compra ou montagem de engenho, aquisição de mercadorias para a loja comercial etc.

---

<sup>423</sup> AGJES- Inventariado: Capitão José de Seixas Carvalho Fraga. Inventariante: D. Josefa da Fraga Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 17/02/1886, caixa 03.

<sup>424</sup> AGJES- Inventariada: Joanna Baptista. Inventariante: Major Manoel Evaristo de Carvalho. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 13/12/1860, caixa 24.

<sup>425</sup> AGJES- Inventariado: Capitão José Alves de Freitas. Inventariante: José Alves de Freitas Oliveira. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 01/05/1880, caixa 02.

## Dívidas ativas

As dívidas ativas abrangeram 28,12% dos inventariados e representava 7,17% de toda a fortuna inventariada. Apesar de não ter sido muito abrangente e representativa no total das riquezas, mostrando um caráter mais agropastoril da economia das vilas analisadas, a dívida e empréstimos tiveram grande relevância para a economia local, pois muitos lagartenses e boquinhenses utilizaram esse mecanismo na ausência do dinheiro, para suas aplicar em atividades agrícolas, comerciais, e para aquisição de bens de consumo duráveis ou alimentícios, bem como na compra de bens de luxo e prestígio.

A ausência de um sistema de crédito mais desenvolvido levou muitos a se dedicarem ao empréstimo de capital<sup>426</sup> e outros a buscarem financiamento com esses emprestadores. Provavelmente um bom número de transações comerciais e compras de uso cotidiano foram concretizadas a partir de contas<sup>427</sup> e do fiado. Essas modalidades de compra deviam ser uma prática comum<sup>428</sup> em uma economia sem muita liquidez.

Os maiores credores foram os comerciantes locais, que além de venderem produtos em contas ou fiado, faziam empréstimos em espécies para agricultores, criadores e outros negociantes. Além dos comerciantes, motivados pelos os lucros obtidos na concessão de crédito a juros, alguns senhores de engenhos e agricultores se enveredaram no ramo creditício. Eis os dez maiores credores, de acordo com seus valores emprestados.

---

<sup>426</sup> MELLO, op. cit. p. 92.

<sup>427</sup> Eram dívidas anotadas em um livro de contas pelos comerciantes. Geralmente só tinha conta aberta nas lojas as pessoas que contavam com a confiança dos negociantes, o que tivessem algum fiador.

<sup>428</sup> Idem, p.81.

**Tabela 2.10 - Maiores credores em valores emprestados – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Ano	Credores	Principal atividade econômica	Valor emprestado	% nas fortunas	Montante Mor
1888	Francisco Basílio dos S. Hora	credor /criador	41:806\$798	24,11	173:387\$758
1854	Manoel Felipe de Carvalho	comerciante	8:445\$909	59,24	14:256\$569
1878	Manoel da Silva Vieira	agricultor	6:590\$000	47,42	14:896\$172
1880	Maria Francisca do Nascimento	comerciante	4:850\$911	65,29	7:429\$111
1859	Maria Florinda dos Anjos	comerciante	5:049\$470	83,18	6:069\$833
1874	José Francisco Monteiro	comerciante	4:279\$431	34,34	12:459\$210
1868	Francisca Postuma Pitangueira	comerciante	3:697\$620	61,75	5:987\$960
1869	Luciano Martins Fontes	agricultor	3:522\$000	34,70	10:149\$420
1873	Antonio Rodrigues de Sousa	agricultor	3:487\$600	42,65	8:175\$480
1887	Felix Antonio da Rosa	senhor de engenho	2:880\$757	6	47:973\$600

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

A análise da Tabela 2.10 evidencia os comerciantes como os maiores credores locais, seguidos dos agricultores e senhores de engenho. As dívidas ativas tiveram maior participação nas riquezas dos comerciantes, em relação ao montante das fortunas. Mais uma vez, um bem do Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>429</sup> aparece no primeiro lugar, suas dívidas ativas somavam 41:806\$798 de réis, representando 24,11% de todo o seu patrimônio. Para se ter uma dimensão da quantidade de capital investido em dívidas ativas, basta dizer que equivalia a 33,80% ou pouco mais de um terço, de todas as dívidas ativas inventariadas.

Mais da metade ou 50%, do valor da riqueza de muitos comerciantes, constituía-se de dívidas ativas. O exemplo extremo desse alto percentual foi o de Maria Florinda dos Anjos<sup>430</sup>, correspondendo a 83,18% de sua fortuna. Segundo Sheyla Farias Silva a prática de ter sua fortuna assentada, principalmente em dívidas ativas representava certo risco, pois *“tal riqueza em movimento poderia desaparecer com a morte dos credores ou dos devedores, mesmo a garantia oferecida pela legislação a qual estipulava que as dívidas contraídas em vida seriam saldadas pelos herdeiros”*<sup>431</sup>.

As dívidas ativas dos comerciantes originavam-se da concessão de empréstimos a juros, bem como das contas do livro onde se registravam as vendas a

<sup>429</sup> AGJES- Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

<sup>430</sup>AGJES- Inventariada: Maria Florinda dos Anjos. Inventariante: José Matheus Ribeiro Junior. Inventários *post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 03/10/1859. Caixa 24.

<sup>431</sup> SILVA, 2005, p.118.

prazo. Do ativo que o comerciante José Francisco Monteiro<sup>432</sup> tinha a receber 1:556\$225 de réis eram provenientes de empréstimos e 2:723\$206 de réis de dívidas do livro de conta.

Em relação aos empréstimos feitos pelos comerciantes, eles cobravam taxas de juros que variavam de um e 2% ao mês. Os créditos eram concedidos a senhores de engenho locais como também a alguns senhores de engenho da região. Esse foi o caso da comerciante Maria Francisca do Nascimento<sup>433</sup>, tinha com único devedor o Capitão João Baptista Ribeiro de Oliveira proprietário do Engenho Brejo localizado na Vila de Estância, emprestou ao referido proprietário 4:850\$910 de réis, essa dívida representava 65,29% de toda sua fortuna inventariada.

Apesar de Lagarto não ter um comércio tão aquecido quanto as Vilas de Estância<sup>434</sup> e Maruim<sup>435</sup>, principais centros comerciais da Província de Sergipe no período, seus comerciantes também contavam com capitais, não tão elevados quanto de Estância e Maruim, mas que foram importantíssimos para o funcionamento da economia das vilas em análise, sendo utilizados em empréstimos para financiar a economia exportadora local e a de alimento para o mercado interno.

Os empréstimos a juros eram bons investimentos e geravam grandes rendimentos. O Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora recebeu em 1876, 36:600\$000 referente ao empréstimo de 15:000\$000 (quinze contos de réis) com juros de 2% ao mês, concedido a Antônio Correa de Seabra<sup>436</sup> em 1869, tendo um lucro de mais de vinte contos de réis. Dessa forma acreditamos que nenhum outro empreendimento, nem mesmo a produção açucareira, poderia proporcionar rendimentos tão elevados em curto prazo quanto o empréstimo de capital a juros.

Outra modalidade de crédito praticada pelos comerciantes eram as vendas a prazo. Sem moedas para efetuar as compras à vista, os consumidores recorriam ao fiado. A aquisição, por parte dos moradores, de gêneros alimentícios, objetos de uso

<sup>432</sup> AGJES- Inventariado: José Francisco Monteiro. Inventariante: D. Josepha Maria do Nascimento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 29/01/1874, caixa 35.

<sup>433</sup> AGJES- Inventariada: Maria Francisca do Nascimento. Inventariante: Anna Rita de São José. Inventários *post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 05/02/1880. Caixa 40.

<sup>434</sup> Ver SILVA, 2005, op. cit.

<sup>435</sup> Ver SANTOS, Patrícia Lima Moraes. **Permanência e transformações da riqueza em uma sociedade escravista**: Maruim (1850-1888). Monografia (Graduação em História). São Cristóvão, 2002. Universidade Federal de Sergipe.

<sup>436</sup> AGJES- Inventariado: Antonio Correa de Seabra. Inventariante: Jesuína Freire de Seabra. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/07/1876, caixa 36.



peçoais, ferramentas e utensílios agrícolas, favoreceu a proliferação do crédito e a ampliação das fortunas dos comerciantes<sup>437</sup>. Esse crescimento das riquezas dos negociantes ocorreu pela cobrança de juros, a pessoas que utilizavam a compra a prazo como forma para obtenção de gêneros, “alegando que a diferença entre os valores cobrados eram justificados pelos riscos assumidos pelos negociantes, na medida em que com o retardamento do pagamento, os preços das mercadorias poderiam se elevar ou mesmo havia a possibilidade de nunca recuperar o valor equivalente às compras”<sup>438</sup>. Em suas viagens pelo Brasil, Antonio Moniz de Sousa relata que os comerciantes cobravam preços bem mais elevados aos compradores adquiriam suas mercadorias a prazo, segundo ele:

“Quando eles vêm à praça tratar com negociante daquilo que lhes faz preciso, como levam fiado são forçados a dar duzentos pelo que vale cem, além do prêmio de dois e dois e meio por cento mensalmente e o prejuízo que sofrem nos seus gêneros: motivo de viverem sempre mergulhados na miséria, e sem terem jamais prosperidade<sup>439</sup>”.

A escassez monetária aumentou o poder e prestígio dos comerciantes, pois era um dos únicos que contavam com dinheiro para emprestar, para a aquisição de bens de consumo e utensílios agrícolas. De acordo com Sheila de Castro Faria “no comércio estavam à liquidez, o acesso a escravos, as ferramentas, os mecanismos de fabricação de açúcar, as fazendas para as vestimentas, os alimentos, enfim, tudo de que precisavam os produtores para funcionar seus engenhos, suas lavouras e suas vidas<sup>440</sup>”.

Como vimos na tabela 2.10, além dos comerciantes locais entre os maiores credores, havia agricultores que também concediam empréstimos a juros, como forma de expandir suas rendas e fortunas. O maior credor dessa categoria foi Manoel da Silva Vieira<sup>441</sup>, seus empréstimos esse tinha emprestado a juros alcançavam 6:590\$000 de réis equivalendo a 47,42% de toda sua fortuna. Além do crédito se dedicava a criação de

---

<sup>437</sup> SILVA, 2005, p.128.

<sup>438</sup> Idem.

<sup>439</sup> SOUZA, Antônio Moniz de. **Viagens e Observações de um brasileiro**. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, 110.

<sup>440</sup> FARIA, op. cit. p. 185-86.

<sup>441</sup> AGJES- Inventariado: Manoel da Silva Vieira. Inventariante: Maria Saturnino de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/01/1878, caixa 38.

gado cavalari e ovino possuindo respectivamente 38 e 20 cabeças, e cultivava oito tarefas de mandiocas e oito tarefas de milho e feijão.

Alguns desses agricultores tornaram-se credores de senhores de engenhos locais bem como da região. Antonio Rodrigues de Sousa<sup>442</sup>, tinha entre seus maiores devedores dois senhores de engenho. O primeiro era o Cap. Joaquim da Silveira Dantas proprietário do Engenho Mangues (termo de Lagarto), que lhe devia, por empréstimo, 920\$000 mil réis. O segundo foi o Coronel João Martins Dantas dos Reis, proprietário de um dos maiores engenhos da região, o Engenho Fortaleza (termo de Riachão), esse 1:711\$000 de réis. Dessa forma podemos afirmar que custeavam as despesas dos engenhos locais, agricultores dedicados à produção para o abastecimento do mercado interno, também concediam créditos para senhores de engenho, financiando dessa forma suas safras.

Senhores de engenhos também forneciam créditos, mas essa não foi uma prática difundida entre essa categoria, pois dos 22 senhores de engenho inventariados apenas sete possuíam dívidas ativas representando 31,81% do número de proprietários de engenho. Além do pequeno número de senhores de engenho, os seus investimentos foram baixos, em geral foram mais devedores que credores.

O maior credor entre os senhores de engenho foi do Capitão Felix Antônio da Rosa<sup>443</sup> que tinha investido em créditos e empréstimos 2:880\$757 de réis. Esse total de crédito estava distribuído da seguinte forma: João Severiano de Araújo 882\$757 e João Cardoso da Silva 600\$000, ambos por empréstimos; João Severiano de Araújo 900\$000 adiantamento de um escravo; Marcelino 42\$000 pela compra de um cavalo; e o liberto José Sebastião 456\$000 pela prestação de serviços<sup>444</sup>. Portanto, o crédito era concedido para as mais diferentes finalidades.

Além dos comerciantes, agricultores e senhores de engenho, também apareceram como credores as seguintes categorias sociais: criadores de gado, servidores público, artesãos e escravos. Assim praticava a atividade creditícia, dos mais afortunados aos mais pobres e escravos, e esta variava de grandes somas (concedida

---

<sup>442</sup> AGJES- Inventariado: Antonio Rodrigues de Sousa. Inventariante: Alferes João Baptista de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/08/1873, caixa 34.

<sup>443</sup> AGJES- Inventariado: Capitão Felix Antônio da Rosa. Inventariante: D. Leonildes de Souza Carvalho. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 06/09/1887, caixa 03.

<sup>444</sup> Muitos escravos após a Lei do Ventre Livre nasciam libertos, mas muitos para desfrutar da liberdade de fato tinham que pagar pelos seus serviços, discutimos sobre isso quando tratamos do bem escravo.

principalmente para aquisição de escravo, financiamento de safra e construção de engenho) a pequenos para compra de alguns produtos alimentícios, ou utensílios e objetos. De acordo com Kátia Mattoso<sup>445</sup> a capacidade de poder contar com capital para fazer empréstimos e conceder crédito, demonstra que o credor dispunha de liquidez necessária, isso era sinal de opulência<sup>446</sup>. Podemos afirmar que o fornecimento de crédito era realizado por todos os níveis socioeconômicos.

Concedia-se crédito se o devedor desse garantia que poderia saldar essas dívidas<sup>447</sup>, no caso dos menos afortunados e dos escravos, que tomavam pequenos créditos nas casas comerciais, teria que apresentar fiadores, que deveriam se comprometer em pagar as dívidas, caso o tomador, por algum motivo, deixasse de saldar seu crédito. Para os senhores de engenhos, agricultores ou mesmo comerciantes que pretendessem a aprovação de um empréstimo de grandes somas, deveriam apresentar algumas garantias como a posse de bem (a exemplo de terras, casas, escravos, animais e joias) que pudessem ser utilizadas na liquidação de dívidas não pagas em tempo hábil<sup>448</sup>.

As relações pessoais e principalmente de parentesco foi determinante como garantia para obtenção de empréstimos. Encontramos nos inventários vários casos em que os parentes eram os credores de outro membro da família. O Major Manoel Evaristo de Carvalho era o principal credor de seu filho Capitão José de Seixas Carvalho Fraga<sup>449</sup>, que lhe devia dois contos de réis. Mesmo sendo parente, com a morte do devedor, Capitão José de Seixas Carvalho Fraga, sua esposa dificultou o pagamento da dívida que só foi paga, quando o credor entrou com uma ação na justiça requerendo que o empréstimo fosse quitado.

Vários desses grandes credores eram, ao mesmo tempo, os maiores credores em valores emprestados, como também, os maiores credores em abrangência. A diferença é que nessa categoria só encontramos comerciantes, sobretudo os maiores varejistas inventariados. Esse grupo de credores com grande número de devedores, em

---

<sup>445</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiros. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a Corte e a modernidade nacional**. 7. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.143-179.

<sup>446</sup> Idem, p. 166.

<sup>447</sup> SILVA, 2005, p.80.

<sup>448</sup> Idem, p.112.

<sup>449</sup> AGJES- Inventariado: Capitão José de Seixas Carvalho Fraga. Inventariante: D. Josefa da Fraga Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 17/02/1886, caixa 03.

sua maioria, possuíam diversas ações de crédito arroladas, adquiridas por pessoas através de compras realizadas a prazo. Vejamos os principais credores em abrangência que foram inventariados.

**Tabela 2.11 - Maiores credores em abrangência – Boquim e Lagarto/ SE (1850-1888).**

Ano	Credores	Nº de devedores	Valor emprestado	Valor Médio Emprestado	Montante Mor
1859	Maria Florinda dos Anjos	480	5:049\$470	10\$519	6:069\$833
1879	José de Paula Meneses Lima	229	1:325\$610	5\$788	4:050\$110
1873	Francisco da Rocha Lima	219	2:910\$970	13\$292	3:862\$600
1874	José Francisco Monteiro	159	4:279\$431	26\$914	12:459\$210
1888	Francisco Basílio dos S. Hora	64	41:806\$798	653\$231	173:387\$758
1856	João Cruz da Silveira	43	2:669\$000	62\$069	5:835\$460

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Os credores que aparecem na Tabela 2.11, dedicavam-se a atividade comercial ou somente a concessão de empréstimos. Apesar de termos encontrado 91 inventariados que possuíam dívidas ativas, apenas 15 ou 16,48% concederam créditos a mais de 10 pessoas. A grande maioria tinha capital emprestado a uma ou duas pessoas, ou tinha vendido algum produto agrícola, casa, sítio, terra ou gado a prazo. Com isso, podemos afirmar que a concessão de crédito estava concentrada nas mãos dos maiores comerciantes varejistas inventariados, como ainda em mãos do maior credor da região estudada, Francisco Basílio dos Santos Hora.

A comerciante Maria Florinda dos Anjos<sup>450</sup>, moradora na Vila de Lagarto, era a maior credora em abrangência entre os inventariados, concedera crédito a 480 pessoas, dessas a maior parte residia na vila de Lagarto ou em suas povoações rurais. O seu maior devedor era José Gabriel de Sousa Freire, parente do proprietário do Engenho Piauhy, que recebeu um crédito em compras de 153\$450. A maior parte de seus créditos foi concedida em pequenas somas, tendo como menor devedor José Berdente morador da Barreta, povoação de Lagarto. Entre seus devedores haviam 45 escravos cujas dívidas, certamente foram contraídas a partir de compras para o seu sustento ou de suas

<sup>450</sup> AGJES- Inventariada: Maria Florinda dos Anjos. Inventariante: José Matheus Ribeiro Junior. Inventários *post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 03/10/1859. Caixa 24

famílias. As dívidas dos cativos variaram entre 12\$200 e \$500 mil réis. A maior dívida era do escravo Antonio, cativo de Semeão da Fonseca Dórea, no valor de 12\$200, e a menor era a do escravo Bernardo, devedor de \$500 mil réis, e tinha como seu proprietário José da Costa Sousa.

Os grandes credores tinham como seus clientes homens pobres das vilas de Boquim e Lagarto, lavradores, empregados públicos, artesãos, clérigos, senhores de engenho, outros negociantes e cativos, ou seja, creditavam capitais a todas as categorias socioeconômicas das vilas e análise. Seus créditos abrangiam ainda vilas da Província de Sergipe como: Estância, Riachão, Campos, Laranjeiras, chegando ainda a algumas vilas da Bahia.

Como podemos ver na Tabela 2.11, a média dos valores emprestados pelos comerciantes varejistas não era alta, indicando-nos que eles preferiam conceder crédito em pequenos valores a um número maior de pessoas, talvez essa prática em possuir mais credores fosse mais segura, pois o não pagamento da dívida por parte de algum pequeno credor não comprometeria tanto suas finanças, enquanto que o empréstimo de maiores valores, sob esse aspecto, representava maior perigo. A concessão de crédito a um grande número de pessoa talvez fosse utilizado como forma para garantir o domínio pessoal e econômico sobre o maior número de pessoas, principalmente entre os menos afortunados<sup>451</sup>.

Para João Fragoso “*o investimento na produção mercantil não era motivado apenas pela possibilidade de lucros, [...] mas pela possibilidade de adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada*”<sup>452</sup>. A partir da concessão de créditos e empréstimos de capital, esses negociantes conseguiram subordinar os menos afortunados, e aliar-se aos senhores de terra e de escravos.

Dessa forma podemos dizer que o crédito concedido pelos comerciantes e credores locais se firmou como financiador dos sonhos dos desprovidos de dinheiro<sup>453</sup>, na ausência do dinheiro, muitos moradores adiantaram a realização de aquisições pessoais, sejam essas imobiliárias, construção de engenho, ou da compra de objetos de uso cotidiano e de luxo, a partir de empréstimos.

---

<sup>451</sup> SILVA, 2005, p.130.

<sup>452</sup> FRAGOSO, João L.R. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p.35.

<sup>453</sup> Idem, p.110-111.

Além disso, o crédito também foi uma fonte de renda para os seus credores que através das cobranças de juros das dívidas e dos empréstimos ampliaram suas riquezas, e suas receitas familiares. O ato de emprestar capital ou vender bens a prazo não se restringiu apenas aos grandes comerciantes, e aos ricos senhores de engenho, criadores e agricultores, foi uma prática frequente por todas as categorias socioeconômicas da sociedade analisada. Desde comerciantes e grandes proprietários rurais a escravos todos concediam créditos para outros cidadãos.

### **Dívidas passivas**

As dívidas passivas estiveram bem mais presente nos inventários que as dívidas ativas, poucos foram os inventariados que não deixaram dívidas a serem pagas e descontadas do montante de suas fortunas. Encontramos 268 inventários com dívidas arroladas, isso corresponde a 83,75% dos inventariados. Em frequência as dívidas passivas perderam somente para os bens de raiz.

A prática de tomar empréstimos ou de comprar a prazo, ambos para a aquisição de bens, estava disseminada em todas as categorias socioeconômicas, desde senhores de engenho a pobres e escravos, tinham dívidas a serem pagas. Essas dívidas originavam-se de crédito e empréstimos para aquisições de casas, gados, terras, sítios, fazendas de gado, montagem e financiamento das safras dos engenhos, de ferramentas para produção, mercadorias para o sortimento de lojas comerciais, compras de alimentos e bens suntuários no comércio local. Foram comuns, ainda, dívidas feitas para o pagamento de despesas com o funeral, com médicos e outros serviços, para o pagamento de dotes, e gastos com os custos para a confecção dos inventários.

Sobre os gastos com os funerais esses normalmente eram feitos em compras de mortalhas, tecidos para sua confecção, dos caixões, de velas, ceras, pagamento da sepultura, e dos carregadores do caixão, com o enterramento do corpo. Além desses gastos encontramos ainda despesas nas sentinelas como bebidas, alguns matavam animais para alimentar os carregadores do defunto. Gastavam ainda com direitos paroquias, pagavam ao sacristão pelos serviços e, principalmente, ao padre para que esse estivesse presente no funeral, pois de acordo com João José Reis<sup>454</sup> sua presença se

---

<sup>454</sup> REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a Corte e a modernidade nacional**. 7. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.95-141.

fazia importante por serem esses mediadores da salvação<sup>455</sup>. Pagava-se aos padres ainda para celebrar missa de corpo presente, missas de sétimo dia, às vezes se pagavam mais missas, pois segundo Reis se investiam em missas, pois ela era moeda corrente do além<sup>456</sup>.

Os gastos realizados com as despesas do funeral tendiam a variar de acordo com as posses econômicas das famílias do finado. As pessoas com maiores fortunas gastavam grandes somas de capitais nos funerais. “*Naquele tempo os funerais eram organizados com os detalhes das festas de hoje, objetivando impressionar os mortais*”<sup>457</sup>. Seus enterros eram pomposos alguns contavam até com orquestras que tocavam na saída do cortejo da casa e durante a missa de corpo presente.

Outro motivo que originavam as dívidas passiva foram os gastos feitos na confecção dos inventários. Esses documentos eram custosos, pois tinham que pagar os avaliadores dos bens, os selos e registros cartorários. O seu valor variava a partir da quantidade de bens a inventariar, pois isso iria influenciar diretamente no tempo a ser gasto para análise e avaliação dos bens. Quando se tinha bens em outras vilas os custos aumentavam já que tinham que pagar a diária dos avaliadores e gastos com transporte. Os custos dos inventários analisados, que mencionam esses gastos, variaram entre 800\$000 e 25\$000 mil réis.

O principal motivo para os grandes valores das dívidas passivas não advinham dos gastos com os funerais ou dos custos dos inventários, mas motivado pela contração de créditos e empréstimos para a aquisição de meios de produção, mercadorias, com alimentação familiar e suprimentos dos escravos, como ainda em gastos suntuosos necessários para demonstrar status, prestígio social e riqueza.

O crédito teve significativa importância no financiamento da economia local. Os empréstimos ajudaram a manter e expandir as atividades agrícolas, bem como a criação de gado, além de ter financiado compra de mercadorias dos negociantes locais. Vejamos alguns moradores de diferentes atividades econômicas que recorreram ao crédito.

---

<sup>455</sup> Idem, p.120.

<sup>456</sup> Idem, p.103.

<sup>457</sup> REIS, 1997, op. cit. p. 120.

**Tabela 2.12 - Empréstimos contraídos por diversas categorias econômicas – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Ano	Devedores	Principal atividade econômica	Valor do crédito	Motivo da dívida
1873	Francisco da Rocha Lima	Comerciante	1:812\$456	Compras de gêneros para o comércio.
1854	Manoel Felipe de Carvalho	Comerciante	4:205\$000	Compras de gêneros para o comércio.
1879	José de Paula Meneses Lima	Comerciante	6:210\$309	Compras de gêneros para o comércio.
1880	José de Souza Freire	S. de engenho	1:964\$946	Financiamento da safra.
1876	Antonio Correa de Seabra	S. de engenho	36:600\$00	Montagem de um novo engenho.
1875	José Rodrigues dos Santos	S. de engenho	245\$000	Compra de oito burros, p/ o engenho.
1880	José Freire de Carvalho	S. de engenho	8:000\$000	Montagem de engenho e compra de 12 escravos.
1884	Manoel de Seabra Lemos	S. de engenho	116\$000	Compras e suplemento para casa e para escravos.
1871	Francisco José da Fonseca	Lavrador de algodão	1:757\$691	Empréstimo para compra de carro e de máquina de descaroçar algodão.
1879	Manoel Luiz de Souza	Lavrador de mandioca	137\$170	Compras de mantimentos.
1879	Vicente José da Rocha	Lavrador de mandioca	125\$000	Suprimentos para os escravos.
1852	Antonio Rodrigues do Nascimento	Lavrador de mandioca	74\$200	Compra de uma escravinha.
1887	João Severiano de Araújo	Lavrador de mandioca	900\$000	Compra de escravo.
1850	Maria Joaquina	Lavrador	390\$000	Compra de sítio e terras.
1852	Francisco Joaquim de Araujo	Criador	340\$000	Compra de uma fazenda.

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888. Libelo Cível de Lagarto, caixas 2 e 3 (1842-1882).

Não é fácil traçar os motivos que levaram os moradores de Lagarto e Boquim a contraírem empréstimos ou comprar a crédito diversos bens, pois em sua maioria os documentos só mencionam o valor da dívida sem relatar o motivo da mesma. Em menor número encontramos ainda à existência de documentos que só citavam o nome do devedor deixando de mostrar o valor e o motivo da dívida.

**Senhores de engenho** - Na Tabela 2.12, as maiores dívidas foram contraídas pelos senhores de engenho. A montagem e manutenção dos equipamentos para o fabrico do açúcar representavam custos bastante elevados para seus proprietários. Além dos equipamentos era necessária mão de obra escrava, a construção do engenho, da casa-grande, senzala e currais. Empregavam também grandes capitais na aquisição de



escravos, e bois<sup>458</sup>. Por sua vez esses não possuíam dinheiro em mãos para custear todos os gastos dessa empreitada. Dessa forma recorriam ao crédito para financiar a montagem e os custos das safras anuais. Boa parte dos créditos era pagos a partir de suas safras de açúcar, como também em dinheiro ou em bens na ocasião das partilhas dos bens dos inventariados.

Os senhores de engenho também recorriam ao crédito também para adquirir bens alimentícios, e utensílios para seus familiares bem como para seus escravos, créditos esses conseguidos em compras a prazo junto aos comerciantes locais que forneciam gêneros e objetos de uso cotidiano. Esse foi o caso do Major Manoel de Seabra Lemos<sup>459</sup>, proprietário do engenho São Benedicto, devia ao seu genro e negociante, Capitão Antônio Pinto, a quantia de 116\$000, originada da compra dos seguintes itens: alimentos (carne seca, carne de porco, manteiga, café de casca, café pilado, farinha do reino, biscoitos), bebidas (dois garrafões de vinho com 35 litros, 17 litros de vinho, 5 garrafas de vinho branco), tecidos (algodão, chita, chita preta para os negros), sapatos, chapéus de baeta, envelopes, cadernos, sabão, urinol, enxadas, fechadura, além de gastos com trabalhadores livres pagos pelo comerciante a mando do senhor de engenho. Nessa de lista observa-se que foi realizada a compra de produtos para o consumo, como ainda de bens que simbolizavam luxo, além de gastos com a mão de obra quer seja ela escrava, com a compra de tecidos para confecção de suas roupas e ferramentas de trabalho no caso de enxadas, quer seja livre com o pagamento de diárias de seus trabalhos.

As dívidas dos senhores de engenho representavam ainda certo prestígio e riqueza, pois contrair empréstimos e de altos valores era ato de quem tinham fortuna suficiente para garantir o financiamento. De acordo com Stuart Schwartz:

“Embora os senhores de engenhos se lastimassem por estarem endividados, o nível da dívida era também um indicador de êxito. Quanto mais rico o senhor de engenho e mais valiosos sua propriedade e outros bens, mais probabilidade havia de os comerciantes e outros emprestadores concordarem em conceder-lhe crédito<sup>460</sup>”.

<sup>458</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.74.

<sup>459</sup> AGJES- Inventariado: Major Manoel de Seabra Lemos. Inventariante: Capitão Clínio de Seabra Lemos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 29/08/1884, caixa 02.

<sup>460</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.184.

**Comerciantes** - Depois dos senhores de engenhos a categoria que mais recorreu ao crédito foram os comerciantes locais. De acordo com os inventários o principal motivo que conduziam os comerciantes a contraírem créditos eram as compras de mercadorias. Através das dívidas, percebemos que a maior parte dos credores para compra de mercadorias dos negociantes de Lagarto e Boquim residia na Bahia e em Estância. “*Desligado politicamente, a Bahia continuou a exercer seu poder sobre Sergipe de duas maneiras: pelo controle da navegação e pela posse do crédito*”<sup>461</sup>. Além disso, Sergipe tinha grande dependência da praça comercial baiana no setor de importação<sup>462</sup>, a partir da Bahia, Sergipe recebia mercadorias importadas. Assim comerciantes baianos abasteceram o comércio das vilas sergipanas ao longo de todo século XIX.

Com isso podemos concluir que o crédito além de ser importante para o financiamento da economia agroexportadora também teve significativa participação nas importações locais, como também foi um dos responsáveis pelo abastecimento de mercadorias para o comércio interno.

**Agricultores de algodão** - O crédito esteve presente no financiamento da produção de algodão. A tabela 2.12 mostrou um o cultivador de algodão, Francisco José da Fonseca<sup>463</sup>, com uma dívida de 1:757\$691, contraída ao comerciante local Manoel Coelho Sampaio, para comprar vários produtos para o consumo familiar como: pimenta, carne, vinagre, sabão, cobertor, chalés, tecido, meias, faca, algodão. Além desses itens ele comprou um carro ferrado<sup>464</sup> para a condução da lã e tomou um empréstimo em dinheiro para a aquisição de uma máquina e de um motor ambos para descarregar algodão, custando de 300\$000 mil réis. Isso demonstra que apesar de o cultivo do algodão não requerer grandes investimentos iniciais para o seu produtor, era necessário investir em meios de transporte, em maquinários para beneficiar a matéria-prima e em mão de obra escrava, exigiam maiores investimentos, levando esses cotonicultores a recorrerem ao crédito.

---

<sup>461</sup> ALMEIDA, Maria da Glória de Santana. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984, p.149.

<sup>462</sup> Idem, p.154.

<sup>463</sup> AGJES-Inventariado: Francisco José da Fonseca. Inventariante: D. Anna Francisca de Araújo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/07/1871, caixa 32.

<sup>464</sup> Carro de boi.

**Lavradores de gênero alimentício** - Os lavradores de mandioca também tiveram o auxílio do crédito para financiar sua produção agrícola. A Tabela 2.12 revela que esses agricultores buscaram crédito para comprar suprimentos para seus escravos. Esse foi o caso de Vicente José da Rocha<sup>465</sup> dono do Sítio Pimenteira, Vila de Boquim, que devia a seu irmão Estevão José da Rocha a quantia de 125\$000 mil réis por ter comprado suprimentos para seus dois escravos. Essa categoria recorria ao crédito também para compras de alimentos e de objetos domésticos e de prestígio como móveis, joias etc.

Os lavradores de gêneros alimentícios buscavam crédito para a aquisição de terras e sítios visando crescer o tamanho de sua unidade produtiva. E ainda para a obtenção de escravos que serviriam para auxiliar nos trabalhos agrícolas possibilitando um aumento da sua produção, favorecendo uma melhor alimentação para toda a família, e assim, ampliavam o excedente gerando maiores dividendos econômicos. Esse caso pode ser exemplificado pelo agricultor Antônio Rodrigues do Nascimento<sup>466</sup> que devia 74\$200 a Antônio Alvares Bastos, pela compra da escravinha Joana de apenas seis meses de idade. A compra de escravos de baixa idade era uma estratégia para aumentar as posses de cativos, pois seus valores mais baixos tornavam-se mais acessíveis.

**Criadores de gado** - Outro grupo que também buscou no crédito o facilitador para aquisição de bens e expandir seus negócios foram os criadores de animais. Alguns compraram fazendas a crédito, que foi o caso de Francisco Joaquim de Araújo<sup>467</sup>, que adquiriu a Fazenda Grande a Francisco Basílio dos Santos Hora por 340\$000 a juros de 2% ano, por algum motivo o crédito não foi quitado a tempo, e o credor entrou na justiça com uma ação de Libelo Cível visando receber a quantia estipulada na venda da dita fazenda mais os juros atrasados. Além de recorrerem ao crédito para a compra de fazendas, encontramos muitos criadores fazendo o uso da compra a prazo para aquisição de animais. Solicitavam crédito ainda para comprarem utensílios e ferramentas ligados à criação de animais e a montaria como: chocalhos, selim, cangalhas, estribos, esporas (essas variavam muito de preço, pois havia algumas com detalhes em ouro e prata), mantas, ferrões etc. Nas casas comerciais os criadores fizeram o uso do crédito para

<sup>465</sup> AGJES-Inventariado: Vicente José da Rocha . Inventariante: Estevão José da Rocha. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 17/07/1879, caixa 39.

<sup>466</sup> AGJES-Inventariado: Antônio Rodrigues do Nascimento. Inventariante: Antônio Alvares Bastos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/11/1852, caixa 17.

<sup>467</sup> AGJES- **Libelo Cível de Lagarto**. Réu: Francisco Joaquim de Araújo. Requerente: Francisco Basílio dos Santos Hora. Caixa 2, 30/03/1852.

adquirir bens alimentícios, tecidos, bebidas e objetos de uso pessoal e para mobiliar suas residências.

**Crédito** - A busca constante por créditos resultou em acúmulos de dívidas que em alguns casos chegaram a ser maior que toda a riqueza acumulada. Cinco inventariados tiveram dívidas maiores ou iguais que aos bens possuídos. Isso aconteceu especialmente com pessoas menos afortunadas, por exemplo, Felipe Baião Gorgulho<sup>468</sup>, sua riqueza totalizava 200\$000 mil réis, e provinha de uma casa na Praça do Rosário, na Vila de Lagarto, ele tinha uma dívida igual ao montante possuído. Dívidas procedentes de dois empréstimos que somavam 141\$160; da compra de um boi por 20\$000 e dos custos com a confecção do inventário 38\$840.

Buscava-se o crédito para quase tudo, desde a aplicação na produção à compra de mantimentos e artigos de uso pessoal<sup>469</sup>, da compra de escravos à aquisição de ferramentas agrícolas e suplementos para os cativos, da montagem de um engenho à obtenção de um sítio ou fazenda para criação de animais. O crédito, seja ele local ou de fora, esteve presente como financiador de boa parte dos investimentos realizados pelos inventariados em todas suas atividades econômicas.

O crédito também foi utilizado socialmente para a aquisição de bens que demonstravam prestígio e status. Alguns moradores por meio do crédito adquiriram joias (anéis, correntes, voltas, brincos, adereços, relógios etc.), roupas finas e elegantes tanto para mulheres quanto para os homens, alfazemas etc.. Esses bens comprados, principalmente pelos mais afortunados, seriam utilizados nas suas idas a festas religiosas, procissões ou festas populares. Muitas vezes seus proprietários não eram tão ricos, mas procuravam aparentar ou tentavam parecer ser rico diante aos olhos da sociedade, pois de acordo com a historiadora Kátia Mattoso “*as aparências de riqueza eram mais importantes ainda que a riqueza em si mesma*”<sup>470</sup>.

Os moradores mais afortunados tentavam aparentar riqueza na compra de mobílias luxuosas para a sua casa, bem como na aquisição de casas na vila, principalmente de sobrados. Além disso, muitos se enveredaram no crédito para se transformar em senhor de engenho não somente visando adquirir lucros e riqueza

---

<sup>468</sup> AGJES-Inventariado: Felipe Baião Gorgulho. Inventariante: Maria Estevão de Brito. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 16/09/1873, caixa 34.

<sup>469</sup>MASCARENHAS, op. cit. p. 186.

<sup>470</sup> Idem, p.152.

econômica, mas por ser uma categoria social que lhe conferia prestígio e possibilitava a ele aparentar ser rico.

De acordo com Maria Mascarenhas, “*ter crédito na praça, determinava prestígio social*<sup>471</sup>”. Segundo a mesma autora “*quem tinha dívida tinha crédito, e quem tinha crédito tinha dívida, ninguém seria verdadeiramente rico sem crédito e sem dívida*<sup>472</sup>”. Tomar emprestado ou comprar de bens a prazo não pode ser considerado um ato de fraqueza<sup>473</sup> e de pobreza, ao contrário, a capacidade de fazer empréstimo e de conseguir crédito representava antes de tudo um sinal de prestígio social e opulência<sup>474</sup>.

## 2.7 - Bens Móveis

Esse tipo de bem abrangia 81,25% dos inventariados, e constituía o de menor valor, perfazendo 2,42% do total das fortunas, comprovando que apesar de sua abrangência seu valor no total dos bens era pouco representativo. Apesar da baixa representatividade, os móveis diferenciavam categorias socioeconômicas distinguindo quem possuísse móveis em quantidade e qualidade. Esse bem era composto pelos seguintes itens: ferramentas, objetos da casa, joias em geral, estoques - no caso específico para comerciantes -, e safras agrícolas.

A análise das ferramentas e utensílios encontrados entre os bens dos inventariados nos revela os diferentes tipos de atividades econômicas, principalmente ligadas às atividades agrícolas e à pecuária, praticadas pelos moradores das vilas em estudo. Dentre as ferramentas e utensílios predominavam as rodas de ralar mandioca, enxadas, foices, machados, selim, cangalhas - instrumentos esses, utilizados na lavoura e criação de animais. Dentre os utensílios encontravam-se ainda, carros ferrados<sup>475</sup>, esses eram essenciais para lavradores que os usavam para o transporte das suas safras bem como para o transporte de pessoas, e de mercadorias em dias de feiras. Para os comerciantes seu uso se fazia presente no transporte das mercadorias adquiridas.

Além dessas ferramentas, aparecem nos inventários máquinas de descaroçar algodão e tear, itens que nos remetem ao cultivo do algodão. Como também a presença

<sup>471</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.197.

<sup>472</sup> Idem.

<sup>473</sup> Idem, p.166.

<sup>474</sup> Idem, p.166.

<sup>475</sup> Carro de boi.

de ferramentas de ferreiros e de carpinteiros, que eram utilizadas por pessoas livres como Martinho Bispo de Moura<sup>476</sup>, e por Luiz Francisco de Carvalho Boi<sup>477</sup>, esse último, de acordo com a Lista de Votantes de Lagarto de 1868, exercia a profissão de ferreiro, já o primeiro não encontramos na lista, mas provavelmente exercia o ofício de carpinteiro, ferreiro, ou ambos, pois em seu inventário afirma que possuía ferramentas de carpina e ferreiro.

A posse de objetos de carpina e de ferreiros não se restringia apenas a pequenos artesões dessas atividades. Essas ferramentas também foram encontradas em posse de alguns senhores de engenho, utilizadas pelos seus escravos, pois alguns contavam com escravos que tinham ofícios de carpinteiros e ferreiros. Esses senhores buscavam produzir ferramentas e fazer consertos de materiais dentro de seu próprio engenho, tentando produzir o máximo de bens necessários para a vida em seu engenho. De acordo com Ediberto Campos, no Engenho Piauí:

“Além do açúcar fabricava-se cachaça, farinha, sabão, cal, cerâmica, chocalhos, arreios e mais petrechos de engenho, instrumentos para a lavoura, como foices e facões e quase tudo o que era necessário, na ânsia de atingir a auto-suficiência econômica do agrupamento...”<sup>478</sup>

Os objetos e mobílias presentes no interior das casas das vilas analisadas nos revelam características das moradas da época estudada. Os móveis das casas permitem diferenciar social e economicamente os estratos da sociedade, pois os mesmos denotavam indícios de riqueza<sup>479</sup>.

O interior das casas de pessoas abastadas era ornamentado com grande quantidade e qualidade, o que comprovava seu poderio econômico. Encontrava em suas residências camas francesas, guarda-roupa, guarda-louça, guarda-comida, mesa de jantar, oratórios ou nichos, sofá, quadros, cálice, copos etc. Os inventariados com maior

<sup>476</sup> AGJES- Inventariado: Martinho Bispo de Moura. Inventariante: Maria Rosa da Conceição. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 17/10/1878, caixa 38.

<sup>477</sup> AGJES- Inventariado: Luiz Francisco de Carvalho Boi. Inventariante: Felicidade Maria das Virgens. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/08/1869, caixa 30.

<sup>478</sup> CAMPOS, Ediberto. **Crônicas da passagem do século**. V.2. Aracaju: 1967, p. 185.

<sup>479</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.166.

valor de mobiliário foram Dr. Luis Fellipe de Sampaio Vianna<sup>480</sup> e D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa<sup>481</sup>. Os móveis do primeiro inventariado foram avaliados em 1:423\$500 de réis ou 6,39%, do valor total de sua riqueza. Eis alguns de seus móveis:

“Uma mobília de sala com porta, um soffa, uma mesa redonda de mármore, quatro cadeiras de braços, um cadeira de encosto, outra de braço, 12 singelas (380\$000); um guarda-roupa de homem de madeira – Gonçalves Alves (35\$000); um guarda-vestidos de vinhático (50\$000); um guarda-louça de vinhático (20\$000); um tocador de mármore com espelho grande (50\$000); uma mesa de mármore para lavatório com pertences (35\$000); uma cama francesa de Gonçalves Alves (80\$000); uma mesa de louça de porcelana, e um aparelho de café (40\$000); 14 copos grandes (4\$000) etc.”<sup>482</sup>

As mobílias da casa de D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa também revelam luxo e alto valor, possuía:

“Dois nichos com e seus resplendores de prata (80\$000); um sofá de palha (20\$000); seis cadeiras de palha (18\$000); um guarda-vestidos (80\$000), um guarda-louça (20\$000); um guarda-comida (8\$000); um berço de criança (8\$000); relógio de parede (10\$000); quatro quadros grandes para sala (8\$000); mesa grande de cedro (20\$000); um piano nº5 (700\$000); um pianinho velho (50\$000); etc.”<sup>483</sup>

Como percebemos, a inventariada possuía dois pianos, esses foram os únicos instrumentos musicais encontrados nos inventários pesquisados, a sua posse e uso também seria um indicativo de sua riqueza pois, “*o hábito de ouvir música ou realizar saraus, parece-nos hábito não difundido entre a comunidade pobre*<sup>484</sup>”.

Os interiores das casas das pessoas mais pobres eram simples e possuíam poucos móveis, existiam algumas cadeiras, mesas e, principalmente, caixa. Por não

<sup>480</sup> AGJES- Inventariado: Dr. Luís Felipe de Sampaio Vianna. Inventariante: D. Marianna Umblelina Figuredo de Sampaio Vianna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/12/1871, caixa 32, doc. 22.

<sup>481</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa. Inventariante: Joaquim Pedro de Sousa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/02/1884, caixa 43.

<sup>482</sup> AGJES- Inventariado: Dr. Luís Felipe de Sampaio Vianna. Inventariante: D. Marianna Umblelina Figuredo de Sampaio Vianna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/12/1871, caixa 32, doc. 22.

<sup>483</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa. Inventariante: Joaquim Pedro de Sousa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/02/1884, caixa 43.

<sup>484</sup> FONSECA, Mônica Sepúlveda. **Viúvas na Corte do sertão**: família, gênero e riqueza em Juazeiro (1850 -1890). (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2011, p.99.

possuir guarda-roupas e guarda-comida, como os mais ricos, os mais pobres utilizavam as caixas para guardar roupas, alimentos e suas colheitas. Poucos foram os inventários dos menos afortunados que mencionou a posse de cama, o que nos leva a crer que boa parte desses, faziam o uso de redes ou suas camas eram de valores insignificantes para serem avaliadas.

Um bem bastante difundido entre os móveis locais foram os oratórios. Sua presença entre os bens inventariados nos revela a fé e devoção dos moradores. As imagens de santos mais requentes nos oratórios e nichos foram: Jesus na Cruz, São Pedro, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora da Conceição, e as padroeiras das Vilas de Lagarto e Boquim, Nossa Senhora da Piedade e Senhora Santana, respectivamente. Esses provavelmente eram os santos mais cultuados entre os moradores. De acordo com Mascarenhas, os oratórios aos poucos foram substituindo as capelas, e que sua posse era sinal de ascensão<sup>485</sup>.

Quanto às joias, estas eram quase sempre de ouro e prata, somente em dois inventários apareceram peças com brilhante, um adereço e um anel. As joias mais comuns foram: brincos, anéis, pulseiras, cordões, relógios. Muitos inventariados independentemente de sua condição financeira, respeitando suas devidas proporções, possuíam objetos e joias de metais preciosos. O uso pelas mulheres de anéis, pulseiras, brincos, colares objetos feitos de ouro ou prata, se tornaram requisitos de beleza, prestígio e riqueza. Sua importância era tamanha que Alcântara Machado, afirma que “*sem joias não há dama que se considere suficiente vestida*”<sup>486</sup>.

As mulheres andavam ornamentadas de joias, mas alguns homens de grande cabedal costumavam possuir relógios de ouro ou prata, esse era o caso do major Manoel Evaristo de Carvalho<sup>487</sup> tinha um relógio potente suíço de prata avaliado em 50\$000 mil réis. Além de relógios outro objeto de metais preciosos usados pelos senhores locais as esporas utensílio utilizado na montaria de animais.

Os objetos de prata mais disseminados entre os inventários foram os talheres, presentes entre todas as classes sociais. O uso de talheres ficava para ocasiões especiais

---

<sup>485</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.162.

<sup>486</sup> ALCÂNTARA MACHADO, op. cit. p. 84.

<sup>487</sup> AGJES- Inventariada: Joana Batista do Deserto. Inventariante: Major Manoel Evaristo de Carvalho. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 13/12/1860. Caixa 24.



como: festas, comemorações ou visitas<sup>488</sup>. *O lançamento esporádico de colheres e garfos nas partilhas não comprova o uso cotidiano desses instrumentos, sendo provável que figurassem muito mais como patrimônio distintivo do que como bem usual*<sup>489</sup>.

Dessa forma as joias constituíam-se um adorno indispensável para homens e mulheres, sendo também símbolo de fortuna<sup>490</sup>. Além disso, representavam bens de entesouramento, passado de geração a outra, principalmente para os que possuíam médias e pequenas fortunas<sup>491</sup>.

Com relação às safras agrícolas, encontramos safras de açúcar, fumo e, em menor número, de mandioca, algodão, milho e feijão. O maior percentual das safras em relação às fortunas, encontramos no inventário de Manoel Dorotero do Nascimento,<sup>492</sup> possuía nove cargas de fumo<sup>493</sup>, avaliada em 630\$000 mil réis, esse valor equivalia a 20,40% de toda sua fortuna.

Analisando os estoques de compras dos comerciantes verificamos quais eram os produtos vendidos. Havia uma grande variedade de mercadorias, ofertadas por vários preços e qualidades. Em suas lojas vendiam uma diversidade de mercadorias, dentre elas podemos citar: tecidos (linhos, algodão, brim, seda etc.), roupas (vestidos, chales, gravatas, manta, lenços, casaco, blusas, calças etc.) chapéus, carne verde e seca, mantimentos (café, açúcar, arroz, feijão, macarrão, bolachas, biscoitos, manteiga, azeite) cosméticos, materiais escolares, louças e peças de porcelanas importadas, bebidas (vinho, aguardente, cerveja, licor), remédios, ferramentas, resma de papel, chumbo, pólvora, gás etc.

Com a venda dessa gama de produtos os comerciantes tentavam atender as necessidades básicas de consumo de todas as categorias sociais, como ainda a venda de artigos que indicava luxo e ostentação contemplando a demanda de uma da elite local<sup>494</sup>, sedenta para mostrar ou aparentar riqueza e poder.

---

<sup>488</sup> FONSECA, op. cit. p. 97.

<sup>489</sup> FERREIRA, op. cit. p.160.

<sup>490</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.179.

<sup>491</sup> Idem.

<sup>492</sup> AGJES- Inventariado: Manoel Dorotero do Nascimento. Inventariante: Manoela Maria do espírito Santo. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 12/09/1868. Caixa 30.

<sup>493</sup> Cada carga equivale a 90 quilos desta forma ele tinha 810 Kg.

<sup>494</sup> NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória** (Bahia, 1840-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p.115.

Os livros, presentes em apenas dois inventários, ou seja, menos de um por cento dos inventariados. Isso não é de se espantar, pois na sociedade do século XIX estudar era para poucos devido aos seus custos e difícil acesso. Os únicos inventariados que tinham livros entre seus bens foram: Dr. Luis Fellipe de Sampaio Vianna<sup>495</sup> e o Vigário da até então Freguesia de Lagoa Vermelha (Boquim) José Dias Vieira Andrade<sup>496</sup>. O primeiro possuía uma livraria composta por 90 volumes avaliados em 500\$000 mil réis. Já o segundo, era proprietário de 20 livros, alguns em latim e de teologia, avaliados em 18\$080 mil réis. A posse de livro conferia distinção social, pois poucos eram o que sabiam ler, como o vigário e o magistrado mencionados.

Para os mais pobres, a quase carência de bens móveis, e os possuídos de baixo valor e qualidade, evidenciava a vida simples que levavam. Para os mais afortunados, a quantidade e qualidade dos móveis lhes conferia uma vida de luxo e demonstração de riqueza, prestígio e poder. Em suma, “*o mobiliário das casas, as joias da família, os instrumentos que se serviam, os objetos de arte, os livros e as vestimentas permitem precisar a diferença social e cultural existente no interior da sociedade*”<sup>497</sup>..

## 2.8 – Dinheiro

Esse item englobava dinheiro em espécie e ações e era de menor frequência, encontrado em apenas 11,56% dos inventariados. Suas participações nos valores totais das fortunas se limitavam a 3,25% sendo o segundo menor percentual, superando somente, em percentual, os bens móveis, e o percentual teve pouca variação no decorrer do período estudado.

A maior parte do dinheiro inventariado não tinha especificada sua origem. A partir dos inventários que revelam a origem do dinheiro, afirmamos que eram oriundos da venda de produtos agrícolas (cana, farinha, feijão, algodão), gado, escravos e de

---

<sup>495</sup> AGJES- Inventariado: Dr. Luís Felipe de Sampaio Vianna. Inventariante: D. Marianna Umblelina Figuredo de Sampaio Vianna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/12/1871, caixa 32, doc. 22.

<sup>496</sup> AGJES- Inventariado: Padre José Dias Vieira Andrade. Inventariante: Joaquim Vieira de Andrade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/05/1854, caixa 18.

<sup>497</sup> MELLO, Zélia M. Cardoso de. **Metamorfose da Riqueza**: São Paulo, 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 94.

heranças. Vejamos alguns exemplos para melhor esclarecer. Dona Maria Perpétua de Jesus<sup>498</sup> e Anna Josefa da Conceição<sup>499</sup> tinham respectivamente 600\$000 e 460\$000 mil réis, ambos procedentes da venda de escravo. Já o padre José Dias de Andrade<sup>500</sup> tinha em dinheiro a quantia de 477\$383 proveniente da venda de açúcar a Custódio José Leite, morador da Bahia.

Assim como a origem, a matéria usada para a confecção do dinheiro (papel ou moedas de ouro ou prata), em boa parte dos inventariados, não havia especificação. Mesmo com a introdução do papel moeda, a partir principalmente de meados do século XIX, a maior parte dos inventários que o especifica nos revela que constituía-se de moedas, sejam essas de prata ou de ouro. O Major Manoel José da Hora<sup>501</sup> possuía dois contos e setecentos e sessenta e sete mil réis em dinheiro, desse total 1:751\$000 (em moedas de ouro), 716\$000 (em moedas de prata) e 300\$000 (em papel moeda). Outro exemplo da predominância do dinheiro em moedas de ouro e prata foi a inventariada D. Maria Francisca do Nascimento<sup>502</sup> que tinha entre seus bens 2:234\$480, em moedas de ouro e prata, com uma quase totalidade dessa última que somava 2:160\$480.

O maior montante em dinheiro foi arrolado no inventário de Martinho José de Oliveira<sup>503</sup>, com um valor de cinco contos de réis, o que equivalia a 25% de toda sua fortuna, dinheiro originado talvez pela venda de escravos. Já a maior percentagem de dinheiro em relação à fortuna inventariada era de Thomé Duarte<sup>504</sup>, sua fortuna era de 106\$000 mil réis, desse total 92\$000 mil réis eram em dinheiro, o que equivalia a 86,79% de sua riqueza.

Além de pouco frequente entre as riquezas locais, outra característica marcante do bem dinheiro é que estava concentrado nas mãos de poucas pessoas de médias e altas

---

<sup>498</sup> AGJES- Inventariada: Dona Maria Perpétua de Jesus. Inventariante: Paulo Nicolao d' Almeida . Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 03/11/1884. Caixa 43.

<sup>499</sup> AGJES- Inventariada: Anna Josefa da Conceição. Inventariante: José Antônio de Farias. Inventários *post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 07/04/1853. Caixa 17.

<sup>500</sup> AGJES – Ação de Embargo de Lagarto. Embargado: Antônio Napoleão de Souza. Embargante: Joaquim Vieira de Andrade. Caixa 1( 1825-1874), 03/09/1862.

<sup>501</sup> AGJES- Inventariado: Major Manoel José da Hora. Inventariante: D. Josefa Luisa de San José. Inventário *post-mortem*. Cartório de e 2º Ofício de Lagarto, 22/09/1865, caixa 28

<sup>502</sup> AGJES- Inventariada: D. Maria Francisca do Nascimento. Inventariante: Cap. Francisco José do Espírito Santo e Souza. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 25/08/1877. Caixa 37.

<sup>503</sup> AGJES- Inventariado: Martinho José de Oliveira. Inventariante: Luiza Maria das Virgens. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/08/1887, caixa 45.

<sup>504</sup> AGJES- Inventariado: Thomé Duarte. Inventariante: Antônio das Virgens. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 22/09/1862, caixa 26.

fortunas, enquanto isto nos mais pobres sua presença era diminuta, e quando possuía era em pequenas somas.

Além do dinheiro de contado, outro ativo eram as ações. Esse tipo de investimento não estava disseminado entre as fortunas locais, apenas um inventariado as possuía, e nesse caso o mais afortunado. O Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>505</sup> tinha 27:030\$000 de réis investido em ações, o que representava 15,58% de sua fortuna. Suas ações estavam distribuídas e aplicadas da seguinte forma: 100 ações no Banco Mercantil somando 10:098\$000 réis; onze ações no Banco da Bahia totalizando 2:244\$000 réis, e por fim, 144 ações na Sociedade do Comércio da Bahia avaliada em 14:688\$000 réis, todas as três aplicações financeiras situavam-se na Província da Bahia na cidade de Salvador.

Possivelmente Francisco Hora não foi o único habitante a investir seus bens em ações, pois Adalberto Fonseca<sup>506</sup> em seu livro sobre a História de Lagarto menciona que o comerciante André Ramos Romero tinha capital investido em ações do Banco da Bahia. Ainda de acordo com o autor, a falência desse banco lhe trouxe um período de dificuldades financeiras, pois tinha ali depositado boa parte de suas economias<sup>507</sup>. O Banco da Bahia que o autor cita como falido em 1870 aparece, como vimos anteriormente, entre as instituições que Francisco Basílio dos Santos Hora tinha ações aplicadas. Não sabemos de onde o autor retirou essa informação, talvez o referido banco tenha voltado a funcionar na década de 1880. Sabemos que ele sofreu um grande prejuízo em seus investimentos e em suas riquezas, pois teve uma redução acentuada em seus rendimentos no período de 1869-78. De acordo com a lista de qualificação de votantes em 1868<sup>508</sup>, André Ramos Romero tinha rendimento anual de oito contos de réis, o segundo maior da vila. Já em 1878<sup>509</sup> ele havia perdido parte de seus rendimentos, esses somavam dois contos de réis anuais. A desconfiança nessa instituição, talvez tenha sido o motivo para Francisco Hora ter feito o menor investimento em ações. Provavelmente a perda de capital de André Ramos Romero,

---

<sup>505</sup> AGJES- Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

<sup>506</sup> FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002, p. 385.

<sup>507</sup> Idem.

<sup>508</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 33, p.1.

<sup>509</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1878. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 53.

tenha trazido desconfiança por parte da elite econômica local, preferindo aplicar seus bens em um tipo de investimento que considerassem mais seguros.

Os poucos que possuíam destacavam-se nessa sociedade em que a sua posse era pouco expansiva. O pequeno número de pessoas que dispunham de dinheiro, certamente, devia-se à falta de dinheiro em circulação, e essa carência foi cumprida, em parte, pelo crédito.

Por fim, percebemos que os principais bens que compunham as fortunas dos moradores das Vilas de Boquim e Lagarto eram os de raiz, o escravo e o gado, o que vem a confirmar o caráter da economia agrária escravista desenvolvida entre seus habitantes. Economia essa que era o principal pilar para a construção das riquezas locais. Destacamos, também, a importância do crédito de comerciantes e credores de outras vilas e províncias e de credores locais, sendo que estes evidenciaram a existência de capital acumulado nas vilas estudadas, seja ele mercantil ou oriundo das atividades agropecuárias que praticavam. Tais credores, por meio de ações de créditos, financiaram todas as atividades econômicas agrícolas ou comerciais, além de favorecerem a aquisição de gêneros alimentícios e de utilidades domésticas etc.

## CAPÍTULO III

### Riqueza e níveis socioeconômicos.

A análise do perfil e do tamanho da riqueza dos moradores de Boquim e Lagarto, levando em consideração o comportamento das fortunas pessoais como reflexo de suas mudanças e variações do cenário econômico da época, bem como a classificação dos níveis socioeconômicos são os objetivos deste capítulo<sup>510</sup>. A classificação das fortunas por faixas de riqueza e a participação de cada faixa no total das fortunas inventariadas nos possibilita apresentar o grau de acumulação e concentração da riqueza, e bem como visualizar a desigualdade socioeconômica presente nesses municípios.

#### 3.1 – Aspectos gerais.

O trabalho com inventários possibilitou a divisão das faixas de riqueza em nove grupos, separados de acordo com o valor do montante mor de cada um dos inventariados. Para melhor demonstrar a classificação da riqueza foi construída a Tabela 3.1 com o número e o percentual dos inventariados por faixa, e a participação de cada uma no total da riqueza analisada.

**Tabela 3.1 - Classificação das fortunas dos moradores de Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Faixas de Fortunas	Valores	Nº de Inventariados	%	Montante Mor	%
1 - Muito pequena	Até 500\$000	90	28,13	23:653\$715	1,37
2 - Pequenas	De 501\$000 a 1:000\$000	40	12,50	29:210\$542	1,70
3 - Pequenas altas	De 1:001\$000 a 3:000\$000	80	25,00	148:163\$220	8,60
4 - Médias baixas	De 3:001\$000 a 5:000\$000	40	12,50	151:506\$130	8,80
5 - Médias	De 5:001\$000 a 10:000\$000	29	9,06	185:924\$890	10,79
6 - Médias altas	De 10:001\$000 a 20:000\$000	21	6,56	277:082\$520	16,09
7 - Grandes baixas	De 20:001\$000 a 30:000\$000	7	2,19	174:798\$200	10,15
8 - Grandes	De 30:001\$000 a 65:000\$000	12	3,75	558:482\$560	32,43
9- Grandes altas	Acima de 65:001\$000	1	0,31	173:387\$758	10,07
TOTAL		320	100	1722:209\$40	100

Fonte: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

<sup>510</sup> Para o desenvolvimento desse capítulo utilizamos 320 inventários, sua análise possibilitou a classificação das fortunas, e juntamente com a lista de qualificação dos votantes favoreceu a reconstituição das atividades socioeconômicas envolvidas pelos afortunados.

As faixas 1, 2 e 3, compostas pelas pequenas fortunas, correspondem a 210 inventariados, número equivalente a 65,63% do total. Os grupos 4, 5 e 6 representavam as médias fortunas e eram compostos por 90 inventariados, ou seja, 28,13%. Mais da metade da riqueza inventariada estava nas mãos dos membros das faixas 7,8 e 9, estes formavam o grupo da grande riqueza, e era representado por poucos inventariados. Fica evidente que, à medida que o valor das fortunas inventariadas aumentava o número de componentes por faixa de riqueza reduzia.

As percentagens dos valores de cada bem que compunha as fortunas variavam de acordo com a faixa de riqueza. Apesar das mudanças percentuais dos bens nas faixas de riqueza, os itens raiz, escravos e semoventes equivaliam em todos os grupos a mais de 70% de suas fortunas, fato que caracteriza essa economia agrária-escravista como principal ou de grande importância. Vejamos a Tabela 3.2 que mostra a composição das fortunas nas nove faixas.

**Tabela 3.2 - Composição das fortunas por faixa – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Faixas de fortunas	Valores (%)							
	Escravos	Raiz	Semoventes	Móveis	D. ativas	Dinheiro	Total	Passivo <sup>511</sup>
1	10,99	56,61	22,14	5,33	4,39	0,54	100%	26,02
2	27,11	39,77	22,58	6,78	2,94	0,82	100%	14,77
3	58,23	22,16	11,02	3,66	3,75	1,18	100%	13,68
4	63,26	18,11	8,67	4,63	4,89	0,44	100%	12,97
5	43,60	27,23	10,99	3,74	12,28	2,16	100%	14,49
6	34,18	32,18	13,65	3,35	13,51	3,13	100%	9,48
7	29,77	51,02	14,90	2,38	1,69	0,24	100%	9,88
8	36,06	50,03	9,90	1,00	0,66	2,35	100%	11,77
9	_____	19,89	40,33	0,05	24,14	15,59	100%	0,00

Fonte: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim 1850-1888.

Como podemos observar havia certo equilíbrio entre os valores dos bens de raiz e os dos escravos<sup>512</sup> nas faixas de riquezas. Quatro faixas de riqueza tinha seu maior valor em bens de raiz, eram as faixas 1, 2, 7 e 8, já as 3, 4, 5 e 6 tiveram o bem escravo como maior parte da sua riqueza. A faixa nove era a única que se diferenciava dessa tendência, pois foi o gado que obteve o maior percentual de valor na fortuna. A soma dos bens de raiz, juntamente, com os escravos representavam em todas as faixas de fortunas, com exceção da faixa 9, que não possuía escravo, mais da metade de todos os

<sup>511</sup> Esse índice revela o grau de endividamento em relação ao valor do monte-mor bruto.

seus investimentos. Com isso, podemos afirmar que era a produção agrária e a mão de obra escrava que formavam os pilares da economia local e classificavam-se como os principais geradores de fortunas para os habitantes das vilas contempladas no estudo.

Em relação à criação de gado, era na faixa 9 que estava sua maior representatividade da riqueza capitalizada, equivalendo a mais de 40% de todo o montante da fortuna de uma só pessoa, Francisco Basílio dos Santos Hora. Além dessa faixa, outras duas tinham no rebanho os maiores valores percentuais em relação as suas riquezas, as faixas 1 e 2. Seus grupos caracterizavam-se como os de menores riquezas.

Os bens móveis não tinham grande participação entre as fortunas dos moradores, no entanto alcançaram na faixa 2 maior aplicação percentual em relação ao montante mor, equivalendo a 6,78% da fortuna.

Sobre as dívidas ativas, obtiveram maior participação na faixa 9, chegando a 24,14% da riqueza do inventariado. Apesar das dívidas passivas estarem permeadas em todas as faixas de fortuna, e dos senhores de engenho e grandes comerciantes consistirem, entre as categorias sociais, nos maiores devedores em valores, eram nas faixas de riquezas compostas pelos moradores menos afortunados que o grau de endividamento, em relação a toda riqueza, se fazia de forma mais acentuada. A faixa 1 caracterizava-se como a que tinha o maior grau de endividamento, somando pouco mais de 26% de toda a riqueza inventariada por esse grupo. Ainda que não fossem altas, 75% dos inventariados dessa categoria possuíam dívidas a serem pagas. Os mais pobres comprometiam porcentagens maiores de suas fortunas que os mais abastados.

A participação de cada faixa no total dos valores dos bens nos revela a grande desigualdade e concentração de riqueza nas mãos dos mais afortunados. A Tabela 3.3 mostra a participação de cada faixa nos valores de cada bem inventariado.



**Tabela 3.3 - Distribuição dos bens por faixa de riqueza – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Faixas de fortunas	Valores %						
	Escravos	Raiz	Semoventes	Móveis	D. ativas	Dinheiro	Montante mor
1	0,42	2,13	2,09	3,02	0,84	0,23	23: 653\$715
2	1,27	1,85	2,63	4,74	0,69	0,43	29: 210\$542
3	13,87	5,23	6,51	12,98	4,50	3,12	148:163\$220
4	15,41	4,37	5,23	16,78	6,00	1,19	151:506\$130
5	13,04	8,06	8,15	16,64	18,47	7,16	185:924\$890
6	15,23	14,16	15,08	22,25	30,28	15,46	277:082\$520
7	8,37	14,20	10,38	9,97	2,38	0,74	174:798\$200
8	32,39	44,50	22,06	13,39	3,00	23,48	558:482\$560
9	_____	5,50	27,87	0,23	33,84	48,20	173:387\$758
TOTAL							1722:209\$405

Fonte: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

As faixas 7 e 8 eram compostas, quase que exclusivamente, por senhores de engenho, e detinham 58,70% dos bens de raiz e mais de 40% dos escravos, principais bens produtivos. Já nas faixas 1 e 2 concentravam-se 4% dos valores em bens de raiz e 1,7% em escravos. As faixas 8 e 9 eram as que possuíam os maiores percentuais dos gado inventariados.

As dívidas ativas estavam mais reunidas nas faixas 9 e 6, onde se faziam presentes os maiores credores locais inventariados. As duas faixas abarcavam quase dois terços dos valores das dívidas ativas dos inventários consultados. Praticamente 50% do valor do gado encontrava-se nas faixas 8 e 9, cujos membros eram, além de grandes senhores de engenho e credor, os maiores criadores.

Analisaremos agora, com mais detalhe, cada uma das nove faixas de riqueza, mostrando a composição social, as peculiaridades, e as categorias socioeconômicas de cada grupo.

### 3.2 - Muito pequena.

A faixa das fortunas muito pequenas contempla as riquezas inventariadas até 500\$000 mil réis, compostas por 90 indivíduos, o equivalente a 28,13% do total de inventariados. Entre esses, encontramos Brisida Theodora<sup>513</sup>, moradora do Povoado Piauhy, termo da Vila de Lagarto, inventariada em 1874, dona da menor fortuna, avaliada em apenas 42\$000 mil réis, possuía apenas uma casa no Piauhy no valor de

<sup>513</sup> AGJES- Inventariada: Brisida Theodora. Inventariante: Miguel Telles dos Anjos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/03/1874, caixa 35.

40\$000 mil réis, e uma caixa que valia 2\$000 mil réis. O inventário demonstra a pobreza em que vivia. Não era dona de terras próprias, possivelmente sua casa foi erguida em terras alheias, foreiras ou indivisas. No interior de sua residência existia apenas uma caixa que servia para guardar os mantimentos ou as suas roupas. Provavelmente, era uma mulher que não contraiu matrimônio, pois os herdeiros e inventariantes não eram esposo nem filhos, mas treze sobrinhos. A falta de família contribuíra para uma vida com tão poucos recursos.

O casamento, tendo em vista o dote, proporcionava, para os ricos, aumento de poder e riqueza. Para os mais pobres, a formação de família representava a *base da produção*<sup>514</sup> e o aumento de bens a partir do trabalho, visto que se adquiria mais uma força para ajudar nas atividades agropecuárias. A chegada dos filhos, de início, gerava acréscimo nas despesas familiar, mas ao atingirem a idade produtiva, aumentava-se o número de trabalhadores e, concomitantemente, da renda familiar, propiciando a algumas famílias até mesmo o acesso à mão de obra escrava<sup>515</sup>.

Os bens de Brisida Theodora só deram para pagar os gastos com o funeral (sepultura, mortalha, velas, etc.) e a dívida que tinha com Francisco Romão da Costa, despesas que somavam 18\$420, e os custos do processo para confecção do inventário, no valor de 23\$580.

A riqueza desses pequenos afortunados compunha-se por bens de raiz, escravos e gados, que formavam os pilares de suas fortunas e contavam, ainda, com uma quantidade ínfima de móveis e dívidas ativas. Vejamos com maiores detalhes a composição das fortunas desse grupo ao longo do período, através da Tabela 3.4.

**Tabela 3.4 - Composição das fortunas da Faixa 1 por década – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Períodos	Escravos	Raiz	Gado	D. ativa	Móveis	Dinheiro	Montante
1850-59	37,58	37,65	14,20	4,72	5,85	_____	3:881\$153
1860-69	7,83	47,75	31,59	3,83	7,00	2,00	6:392\$192
1870-79	9,88	57,05	24,64	1,04	7,39	_____	6:483\$450
1880-88	_____	75,09	15,52	7,86	1,53	_____	6:896\$800

Fonte: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim 1850-1888.

<sup>514</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 155.

<sup>515</sup> Idem, p.154 e 158.

A redução da mão de obra escrava juntamente com a elevação do preço do cativo, a partir de 1855, dificultou o acesso a essa força de trabalho pelos menos afortunados, que chegaram à década de 80 sem a mesma. Dos 90 inventariados desta faixa, apenas 12 ou 13,33% contavam com o bem escravo para auxiliar nos trabalhos.

Em boa parte dos inventários, os escravos constituíam o bem mais valioso, era nele que os seus proprietários depositavam suas maiores quantias, chegando, em certos casos, a equivaler 97,87%<sup>516</sup> do montante mor, ou a ser o único bem possuído<sup>517</sup>. Dos inventariados com escravos, 33,33% não detinham a posse completa do escravo, compartilhavam-no com outros parentes, possuindo apenas alguns quinhões do cativo. Grande parte dos proprietários de escravos tinha apenas um cativo, e correspondiam a 75% do grupo.

Ainda em relação à propriedade escrava, 25% das posses eram compostas por escravos com idades igual ou superior a 50 anos e/ou com alguma doença, como o caso de Agnaldo Maurício da Conceição<sup>518</sup>, proprietário do sítio Olhos d'Água, termo de Lagarto, possuidor de um único escravo de nome Felipe, com 50 anos. Além da alta idade, o cativo era doente de uma perna e, ainda assim, apresentava-se como a maior parte da sua fortuna, correspondendo a mais de 70% da mesma.

O pequeno número de proprietários de escravos e a sua pequena posse deixa evidente a importância da mão de obra familiar para a realização do trabalho nessas propriedades. Bernarda Maria do Nascimento<sup>519</sup>, proprietária do sítio Coqueiro, Povoado de Lagarto, contava com a força de trabalho de seu esposo além dos onze filhos, dos quais 7 eram maiores de 15 anos, que possivelmente, auxiliavam no trato da produção agrícola para o sustento familiar, e 4 menores de 12 anos, que, supostamente, ajudavam em atividades mais leves. Com essa mão de obra, o casal cuidava do sítio, tinha malhadas e plantava roças de mandiocas. Essa força produtiva era importante para a criação de animais, para o trabalho nas lavouras, sem falar nos serviços domésticos, em suma, era uma força que também construía riquezas.

<sup>516</sup> AGJES- Inventariado: Firmino José Bispo. Inventariante: Anna Maria de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 19/12/1878, caixa 38.

<sup>517</sup> AGJES- Inventariado: João Francisco de Jesus. Inventariante: Josefa de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 18/10/1853, caixa 17.

<sup>518</sup> AGJES- Inventariado: Agnaldo Maurício da Conceição. Inventariante: Maria Francisca do Espírito Santo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/06/1875, caixa 35.

<sup>519</sup> AGJES- Inventariada: Bernarda Maria do Nascimento. Inventariante: Manoel Guedes Soares. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 31/05/1880, caixa 40.

Enquanto declinavam os valores do escravo na composição das fortunas, aumentavam, gradativamente, os valores dos bens de raiz, com uma participação quase dobrada entre o primeiro e o último período analisado. Tudo indica que a baixa oferta de escravo no mercado levou os indivíduos a deslocarem seus investimentos para um bem que representasse maior segurança e rendimento. Como vimos na Tabela 3.4, o valor total dos bens de raiz chegou a equivaler pouco mais de 75% do montante mor, o que demonstra a importância das atividades agrícolas e pecuárias praticadas por esse grupo. Mesmo sem contar com muitos recursos, alguns inventariados da zona rural também adquiriram casas nas vilas.

A criação de gado também foi um item importante na formação da riqueza, desse grupo muitos tinham no gado o maior do montante mor. As dívidas ativas eram quase ausentes tendo sua participação maior na década de 1880 com pequenos credores de capitais e comerciantes que vendiam a prazo.

A falta de recursos dos habitantes que compunham essa faixa de riqueza evidenciava-se com suas pequenas e humildes moradias, feitas de taipa e telha e, na maioria, sem repartimentos no interior e de piso térreo. Suas casas eram edificadas, às vezes, em terrenos alheios ou foreiros devido à falta de capital suficiente para aquisição de terras próprias.

O interior das habitações também revelava a carência de recurso. Poucos eram os móveis nas residências, o que mais havia era: mesa, algumas cadeiras, bancos, e, principalmente, caixas ou caixões para armazenar os produtos da colheita, como o feijão, o milho, a cana e a farinha, e que, na ausência de guarda-roupa, móvel de alto valor, encontrado apenas nas médias e grandes fortunas, tinham esse fim. A grande maioria não possuía camas, dormiam em esteiras e principalmente em redes, que também eram utilizadas como cadeiras<sup>520</sup>.

Poucos foram os moradores dessa faixa de riqueza que descreveram a posse de garfos e faca, objetos feitos de prata, com custos elevados, dificultando sua aquisição, pouco utilizados pelos mais pobres que usavam a mão para levar o alimento à boca. Essa descrição da vida simples assemelha-se com o relato do viajante Henry Koster, que percorreu o interior nordestino no século XIX, e relata dessa maneira o interior das residências:

---

<sup>520</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1942, p. 187.

“as redes usualmente tomam o lugar dos leitos, sendo mais confortáveis e mais frequentemente utilizadas como cadeiras. Algumas residências têm mesa, mas o uso comum é a família acocorar-se derredor de uma esteira, com as tigelas, cabaças e travessas no centro, e aí comem sua refeição, sobre o solo. Facas e garfos não são muito conhecidos e nas classes pobres, nenhum uso possuem<sup>521</sup>”.

Outra mobília muito presente no interior das moradias eram os oratórios e imagens de alguns santos, denotando a religiosidade daquele grupo social. Encontrava-se ainda entre os poucos móveis possuídos, suas ferramentas de trabalho como enxada, foice, machado e ferramentas de artesãos, carpinteiros, ferreiros. A roda de ralar mandioca foi um dos móveis mais comuns nessas fortunas, já abordamos a importância do equipamento.

A vida simples dos componentes dessa faixa de riqueza refletia-se nas quantidades e qualidades de suas mobílias e joias. Havia poucas mobílias no interior de suas residências, e quase carência de objetos em ouro e prata. Ludivina Maria de Jesus<sup>522</sup> é um exemplo dessa carência. Possuía uma fortuna de 159\$032 de réis, e 22% da riqueza era formada por objetos de prata (uma colher) e de ouro (colar, cordão, roseta). O dinheiro realmente era um bem bastante escasso, só se fez presente na década de 1860, nos demais períodos não constava entre os bens inventariados.

Esses pequenos afortunados eram representados pelas seguintes categorias socioeconômicas: agricultores, criadores, vaqueiros, ferreiro, carpinteiro e comerciante. A grande maioria, cerca de 75%, era composta por pequenos agricultores, que pouco contavam com mão de obra escrava no auxílio da produção, tendo o trabalho familiar como base de sua força produtiva. Produziam, fundamentalmente, mandioca, haja vista o grande número de casas de farinha, roda de ralar mandioca e também de roças. Além dela, cultivavam feijão, milho, algodão, cana e criavam poucas cabeças de gado. Muitos cultivavam ao mesmo tempo diversos gêneros. Os que produziam cana sempre tinham seus sítios próximos a engenhos.

Os criadores formavam a segunda categoria econômica dessa faixa de riqueza, tinham uma quantidade pequena de gado chegando até 20 cabeças de gado. Criavam em

---

<sup>521</sup> Idem.

<sup>522</sup> AGJES - Inventariada: Ludivina Maria de Jesus. Inventariante: Delfina Maria de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/10/1869, caixa 30.

sítios e poucos possuíam pequenas fazendas. Encontramos pessoas que tinham a profissão de vaqueiro, a partir da quarteada<sup>523</sup> eles conseguiam formar seu pequeno rebanho e fortuna.

Havia também nessa faixa, comerciantes e artesãos. Dionísio José dos Santos<sup>524</sup> era um pequeno comerciante, com uma loja na Vila de Lagoa Vermelha, atual Boquim, além de se dedicar ao comércio, possuía propriedades rurais, onde cultivava. Comercializava parte da produção em seu estabelecimento comercial. Essa diversificação econômica fez dele um dos inventariados com um dos maiores valores de montante mor desse grupo, somando tudo 488\$000 réis. Entre os artesãos encontramos dois ferreiros e um carpinteiro, sendo o valor total de suas fortunas superior a 300\$000 réis.

Na mesma faixa de riqueza além de moradores livres e pobres, havia ainda um escravo. Este se chamava Felix<sup>525</sup>, cativo de D. Anna Josepha da Conceição, conseguiu acumular uma diminuta fortuna de 258\$300 réis, a qual deixou de herança para suas três irmãs que também eram escravas, mas pertenciam a outros senhores. Vejamos os bens deixados por ele:

“Uma arroba de fumo por oito mil reis. Duas cangalhas a oito centos reis, mil seis centos reis. Uma caixa pequena por dous mil reis. Uma rede de varandas por cinco mil reis. Um cobertor de chita por cinco mil reis. Uma cama com armação por oito mil reis. Um feixe de espingarda por mil reis. Cinco sipoes de milho a seis centos e quarenta reis, Três mil e duzentos reis. Três curraes de mandioca a cinco mil reis, quinze mil reis. Dous curraes de mandioca pequena a dois mil reis, quatro mil reis. Uma podra alazan de primeira muda por trinta mil reis. Uma podra castanha por desoito mil reis. Uma podra alazan por productora nova quarenta mil reis. Uma dita castanha sem muda por vinte cinco mil reis. Um cavalo alazão novo por cincoenta e cinco mil reis. Um dito castanho velho por trinta e cinco mil reis. Dous porcos pequenos a três mil reis, seis mil reis. Um dito maior por dous mil e quinhentos reis. Um quinhão de terra no Urubu, no sitio do finado Prudente, contendo tres curraes no valor de doze mil reis<sup>526</sup>”.

<sup>523</sup> Sistema pelo qual o vaqueiro recebia a quarta parte do gado nascido em troca de seu trabalho.

<sup>524</sup> AGJES- Inventariado: Dionísio José dos Santos. Inventariante: Maria. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 13/03/1857, caixa 22.

<sup>525</sup> AGJES- Inventariado: Escravo Felix. Inventariante: João Pascacio de Araujo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 27/03/1878, caixa 38.

<sup>526</sup> Idem, p. 2 e 3.

Percebe-se a partir da análise desse trecho do inventário que os bens acumulados pelo escravo Felix, tinham como base econômica a plantação de mandioca, fumo, milho, e a criação de animais cavalares e suínos. É provável que esse pecúlio acumulado, seria posteriormente utilizado para compra de sua carta de alforria. Apesar de todo seu esforço e da conquista desses bens, morreu sem ter alcançado sua liberdade. O montante por ele adquirido não era suficiente para compra da alforria, no período de sua morte um escravo custava em média 700\$000 mil réis, soma bastante superior ao seu pecúlio. Mesmo não conseguindo juntar o suficiente para sua liberdade, o escravo com suas atividades agropastoris possibilitou uma melhora em sua condição de vida em relação aos demais cativos, pois com suas roças, certamente, contou com uma melhor alimentação, adquiriu uma cama para dormir, uma esteira que poderia ser usada para dormir ou como assento<sup>527</sup> e um cobertor, bens que lhe conferiam certo “conforto”.

Havia uma desigualdade entre os moradores do campo e os da vila. Os das vilas eram, em geral, mais pobres, comprometiam a maior parte da fortuna com dívidas passivas. Tinham uma vida de maior carência. Os bens básicos para o sustento eram obtidos pela compra. Já os moradores rurais contavam com terras para trabalhar, sejam elas próprias ou não. E que a partir do cultivo da terra colhiam a sustento da família e o excedente era comercializado, gerando capital para se adquirir outros itens necessários. Também poderiam criar animais que auxiliavam na construção de suas fortunas. Já os moradores das vilas, além de não contarem com terras para utilizar na pecuária, eram impedidos pelas leis das Vilas, tanto de Boquim quanto de Lagarto, de criarem animais soltos nas ruas.

### **3.3 – Pequenas**

As fortunas de 40 inventariados, avaliadas entre 501\$000 e 1:000\$000 réis, foram classificadas como pequenas. A fortuna acumulada por esse grupo correspondia a 1,70% de toda riqueza inventariada. Entre os bens predominavam os de raiz, escravo e gado. Os bens de raiz, apesar de predominantes, não alcançavam os valores percentuais da faixa anterior, portanto, essa categoria também sobrevivia e construía suas riquezas através do cultivo agrícola e da criação de gado, com auxílio da mão de obra escrava.

---

<sup>527</sup> KOSTER, op. cit., p. 187.

Menos da metade, ou seja, 19 dos 40 componentes deste grupo eram donos de escravos, correspondendo a 47,5% das fortunas inventariadas. A posse escrava era pequena e composta de 1 a 3 cativos por propriedade, sendo que, 13 proprietários tinham apenas um único escravo, fato que representava 68,42% desses.

A inventariada Justina Maria de Jesus<sup>528</sup> era a maior proprietária desta categoria e a única dona de três escravos entre seus bens, que equivaliam a 74,74% de toda fortuna. Alguns fatores ajudam a explicar o motivo de ser a maior proprietária de cativos desse grupo social. Ela foi inventariada em 1851, ano em que o preço dos escravos era menos elevado, o que favoreceu a aquisição de cativos por pessoas sem grandes fortunas. Além disso, existia, no período, uma maior oferta de escravos, que só despencou com a *Cólera-Mórbus*, ainda na década de 1850, e com a saída de cativos da região através do tráfico.

A riqueza desse grupo, assim como a do grupo anterior, provinha, sobretudo, da produção agrícola e da criação de animais. Os bens de raiz detinham o maior percentual do valor dos bens desses inventariados. Era através da exploração da terra que retiravam o sustento familiar, construía e ampliavam a riqueza. Dedicavam-se mais à plantação de cereais, além de cultivarem algodão e fumo. Cultivavam esses produtos em sua grande maioria nos pequenos sítios, e também em terras foreiras e indivisas.

A criação de gado era de suma importância para esse grupo. Os rebanhos eram maiores que os daqueles com fortunas muito pequenas, existindo criadores com até 20 cabeças de gado vacum e 16 cavalares. Devido a esses números de cabeças de animais, alguns criadores possuíam fazendas de gado, ao contrário da faixa anterior, que criavam os animais juntamente com as atividades agrícolas. Ana Maria do Sacramento<sup>529</sup> possuía uma fazenda de nome Jacaré, onde tinha 15 cabeças de gado vacum, 2 cavalar, 5 cabrum e 5 de lanígero. Além dessa propriedade dedicada à pecuária, possuía um sítio no Santo Antônio, termo de Lagarto, destinado a cultivos agrícolas, com uma residência e uma casa de farinha.

---

<sup>528</sup> AGJES - Inventariada: Justina Maria de Jesus. Inventariante: Antônio da Silva Vieira Júnior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 27/02/1851, caixa 16. Doc. 04.

<sup>529</sup> AGJES - Inventariada: Ana Maria do Sacramento. Inventariante: Antônio Manoel Duarte. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 09/12/1858, caixa 23. Doc. 15.



Havia aqueles que se dedicavam mais à criação de gado cavalariço, como era o caso de Luís Antônio de São José<sup>530</sup>, que possuía 16 cabeças de cavalos, avaliados em 386\$000, valor correspondente a 70,63% de sua fortuna. Outros criadores, como Alexandrina Maria de Jesus<sup>531</sup>, tinham no gado lanígero a sua única criação. Em suas propriedades ela criava 40 cabeças de ovelhas, mas a maior parcela de seus bens eram imóveis agrícolas.

A quantidade e a qualidade dos móveis que ornamentavam o interior de suas moradias diferenciavam-se da faixa anterior que, era mais pobre. Alguns moradores possuíam: ferro de gomar, mesa de cedro, cadeiras de couro, oratório com algumas imagens, camas, objetos de ouro e prata, e etc.

Além dos que praticavam atividades agropecuárias, nesse grupo existiam alguns artesãos (carpinteiro e ferreiro) e um servidor público, que exercia a função de professor. Supomos que a partir da função de professor, José Professor de Sousa<sup>532</sup>, iniciou a construção de sua fortuna, e posteriormente com o capital oriundo de seu emprego foi investido na criação de animais e em propriedades agrícolas.

Poucos moradores dessa faixa tinham aplicado sua fortuna em dívidas ativas, em contrapartida, 75% dos inventariados tinham dívidas a serem pagas. No geral, esse grupo socioeconômico tinha um grau de endividamento que comprometia cerca de 14,77% de toda a riqueza inventariada. As dívidas procediam de empréstimos, e compras de bens de consumo nas lojas comerciais, como também de terras ou gado. Deviam também os custos dos inventários e de seus funerais. Vale ressaltar que na carência de dinheiro, ou para adiantamento de aquisições, pobres e ricos enveredavam na teia do crédito.

### **3.4 - Pequenas Altas**

Essa terceira faixa de riqueza era composta por 80 inventariados cujas fortunas variavam de 1:001\$000 à 3:000\$000 réis, e representavam 25% dos inventariados analisados. Nessa faixa havia a presença de agricultores, criadores de gado, pequenos

---

<sup>530</sup> AGJES- Inventariado: Luís Antônio de São José. Inventariante: João Batista da Silva. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/04/1862, caixa 25.

<sup>531</sup> AGJES- Inventariada: Alexandrina Maria de Jesus. Inventariante: Faustino José Rodrigues. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/02/1884, caixa 43. Doc. 03.

<sup>532</sup> AGJES - Inventariada: Rosalina Maria da Conceição. Inventariante: José Professor de Sousa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 08/02/1860, caixa 24. Doc. 13. Incompleto.

comerciantes e servidores público. A presença do bem escravo nas fortunas era de esses desenvolviam principalmente atividades agrícolas cultivando mandioca, algodão e cana, mas alguns trabalhavam na criação de animais.

A propriedade escrava esteve mais presente nessa faixa que nas anteriores, 75,55% dos inventariados eram senhores de escravos. Ela era o maior valor entre os bens, alcançando um total de 58,23% da fortuna desse grupo socioeconômico. A maioria dos proprietários tinha posse de 1 a 3 cativos, que correspondiam 67,64% dos inventariados, mas havia proprietários com até 9 escravos.

O inventariado com maior número de cativos foi Benta José de Jesus<sup>533</sup>, dona de nove cativos, que certamente, trabalhavam em seu sítio no Pracatu, termo de Lagarto, no cultivo da mandioca, e na produção de farinha. Além dos nove escravos e do sítio, era proprietária de uma habitação na Vila de Lagarto e de um cavalo. A maior parte de sua fortuna era formada pelos cativos, cujo valor equivalia a 89,55% de toda sua riqueza.

A riqueza dos inventariados dessa faixa de fortuna, em grande parte, era gerada pela produção na terra, destacando-se a mandioca, mais cultivada, seguida do feijão, do algodão e da cana, todas exploradas pelo trabalho escravo. A terra constituía 22,16% do valor da riqueza desse grupo.

Além desses agricultores dedicados ao abastecimento do mercado interno existiam, em menor número, plantadores de algodão e pequenos lavradores de cana. No inventário de Porphiria da Cruz Dias<sup>534</sup> percebe-se que a maior parte do que possuía era bens de raiz. Tinha um Sítio na Boa Vista, termo de Boquim, no valor de 1:000\$000 de réis, e duas roças de canas avaliadas em 230\$000 réis. Possuía também dois escravos, sete cabeças de gado vacum e um carro utilizado para transportar a produção agrícola e pessoas.

A pecuária era importante para a geração de riqueza em todas as faixas de fortunas, e não foi diferente nessa terceira faixa. A criação de gado vacum abrangia um

---

<sup>533</sup> AGJES - Inventariada: Benta José de Jesus. Inventariante: Thomas Sousa de Araújo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/09/1851, caixa 16. Doc. 08.

<sup>534</sup> AGJES – Inventariada: Porphiria da Cruz Dias. Inventariante: José Antonio Dias. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 01/10/1883, caixa 02.

terço dos inventariados, mas como ela requeria certa quantidade de terras, isso limitava o número de criadores.

Nem todos viviam da atividade agropecuária. Um funcionário público, José dos Santos Bonfim<sup>535</sup>, exercia a profissão de professor e credor, sendo esta sua principal fonte de renda. A dívida ativa representava 63,43% de toda sua fortuna. Emprestou dinheiro a pessoas de destaque na Vila de Lagarto, sendo: dois doutores, um capitão, um senhor de engenho e a viúva do capitão-mor Joaquim Martins Fontes. Também possuía duas cabeças de gado cavalariço, um quinhão de uma casa em Lagarto, ornamentada em seu interior, com móveis como: marquês, mesa de cedro, três cadeiras, banca redonda, par de baús, relógio, selote e estribeira, esses dois últimos eram utensílios de montaria.

Os comerciantes que faziam parte dessa faixa de riqueza não conseguiram acumular grandes fortunas, pois tiveram grande parte de seu montante reduzido por suas elevadas dívidas ativas oriundas, principalmente, de compras adquiridas para vender em seus estabelecimentos comerciais. O comerciante Francisco David Brantes<sup>536</sup>, natural da Irlanda, residente em Lagarto, comprometeu 86% de sua fortuna com dívidas passivas, 75% de sua dívida provinha de compras para sua loja, feitas em três estabelecimentos comerciais de Salvador, os 14% restantes foram gastos com seu funeral e com os custos do inventário.

### 3.5 - Médias baixas

As fortunas dos 40 componentes da quarta faixa de riqueza variavam entre 3:001\$000 e 5:000\$000 réis. Esses correspondiam a 12,50% dos inventariados, e possuíam 8,80% de toda riqueza arrolada. A partir dessa faixa já se percebe que o número de inventariados vai diminuindo, em contrapartida aumenta o valor das riquezas e a sua concentração nas mãos de poucos. Essa faixa se caracteriza pela alta presença da propriedade escrava, abrangendo 95% dos inventariados desse grupo, do qual apenas dois não tinham escravos, e ambos eram comerciantes de Lagarto. Predominavam as médias posses (de 4 a 9 cativos), os proprietários dessa faixa representavam 73,68% dos habitantes que tinham escravos entre os bens. As pessoas dessa faixa de riqueza pouco

---

<sup>535</sup> AGJES- Inventariado: José dos Santos Bonfim. Inventariante: D. Maria Januária da Silveira Bonfim. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/03/1872, caixa 32.

<sup>536</sup> AGJES- Inventariado: Francisco David Brantes. Inventariante: Maria Clara de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/08/1860, caixa 24.

precisavam trabalhar, pois contavam com grande número de cativos. A pequena e a grande posse equivaliam a 23,68% e 2,63%, respectivamente.

Os valores dos escravos dessa faixa eram significativos, chegando a 63,26% do montante, sendo a maior percentagem aplicada em escravos entre todas as faixas<sup>537</sup>. Em sentido oposto à elevada percentagem dos valores do bem escravo, os bens de raiz e gado alcançaram os menores percentuais, equivalendo a 18,11% e 8,67%<sup>538</sup>, respectivamente, dos bens possuídos. Um fator que contribuiu para a baixa participação dos bens de raiz e dos semoventes foi a quantidade de comerciantes nessa faixa, esses constituíam 8 inventariados e equivaliam a 12,5% do total, a maior parte de suas fortunas era formada por dívidas ativas e em seguida, por produtos que abasteciam seus estabelecimentos comerciais, que, em geral, apresentavam valor baixo, com exceção da casa comercial de Manoel d' Araujo Sandes<sup>539</sup>, situada na Vila de Lagarto, avaliada em 1:200\$000 réis.

Os comerciantes dessa faixa tinham mais dívidas ativas, oriundas da venda de mercadorias a prazo e também da concessão de créditos aos moradores, do que dívidas a pagar, geradas pela aquisição de produtos para abastecer suas lojas. Alguns tinham cedido crédito a mais de 200 moradores das vilas estudadas, como também de outras vilas vizinhas e do interior baiano. O comércio de secos e molhados gerava bons lucros a esses comerciantes, pois alguns contavam com estabelecimentos sortidos, outros com um bom número de escravos, além de terem consideráveis fortunas.

Além dos comerciantes de fazendas e molhados, há indicativos de negociantes de escravos em Lagarto. José Antônio de Farias, esposo de Anna Josefa da Conceição<sup>540</sup>, maior proprietário de cativos, ao que tudo indica, era comerciante de escravos, pois contava com posse de 13 escravos e quase não tinha terra para cultivar e criava apenas um único animal cavalariço. Além disso, entre os bens arrolados existia uma quantia em dinheiro de 460\$000 réis, obtida pela venda do escravo Benedito, com 12 anos de idade.

---

<sup>537</sup> Ver a Tabela 3.2.

<sup>538</sup> Idem.

<sup>539</sup> AGJES- Inventariado: Manoel d' Araujo Sandes. Inventariante: D. Maria Francisca Nascimento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 10/10/1867, caixa 29.

<sup>540</sup> AGJES - Inventariada: Anna Josefa da Conceição. Inventariante: José Antônio de Farias. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 07/04/1853, caixa 17.

Mesmo sem ter grande percentual na composição das fortunas dessa faixa de riqueza, os semoventes pela ordem de importância vinham em terceiro lugar e abrangiam 80% dos inventariados. Praticava-se criação de animais em todos os segmentos socioeconômico desta faixa, desde criadores que tinham nos animais sua principal fonte de receita, a comerciantes que necessitavam deles para o transporte de suas mercadorias.

A maioria dos inventariados dedicava-se as atividades agrícolas, sendo a mandioca, o maior cultivo, e em menor escala, o fumo, a cana e o algodão. Entre eles apareciam dois dos maiores cultivadores de algodão inventariados, Ritta Maria do Nascimento<sup>541</sup> e Francisco José da Fonseca<sup>542</sup>, ambos, além de terem plantações, eram os únicos que tinham maquinários para o beneficiamento do produto, a primeira possuía uma máquina de descarregar algodão, já o segundo era proprietário de uma máquina e um motor de descarregar o produto. Possuíam 5 e 10 escravos, respectivamente, o que demonstra terem um grande cultivo do algodão, já que contavam com a força de trabalho de um número razoável de cativos.

### 3.6 – Médias

As médias fortunas pertenciam a 29 inventariados com valores variados entre 5:001\$000 e 10:000\$000 de réis. Esse grupo compunha-se de: 2 vigários, 1 vaqueiro, 5 comerciantes, 6 senhores de engenho, 3 agricultores e 12 agricultores e criadores. Os ativos desses inventariados consistiam em escravos, 43,60%, em bens de raiz, 27,23%, e em dívidas ativas, 12,28%. Os maiores percentuais em escravos e em bens de raiz justificavam-se pela faixa ser composta por senhores de engenho e agricultores de mandioca, algodão e cana. Já o capital empregado em dívidas ativas se explica pelo fato dessa faixa ser a que mais agregava comerciantes, representavam 17, 24% do grupo, mas os agricultores e os vigários não deixaram de conceder créditos.

Pouco mais de 40% dos inventariados dessa faixa de riqueza eram agricultores e criadores<sup>543</sup>. Dona Maria Francisca do Nascimento<sup>544</sup>, proprietária do sítio Gameleiro,

<sup>541</sup> AGJES - Inventariada: Ritta Maria do Nascimento. Inventariante: Lourenço Curvello de Mendonça. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 19/10/1881, caixa 40.

<sup>542</sup> AGJES-Inventariado: Francisco José da Fonseca. Inventariante: D. Anna Francisca de Araújo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/07/1871, caixa 32.

<sup>543</sup> Classifico dessa forma os moradores que criavam acima de 10 cabeças de gado e que se dedicavam ainda a cultivos agrícolas.

termo de Lagarto, é um exemplo dessa categoria. Possuía esse sítio e terras no mesmo lugar, uma roda de ralar mandioca entre os móveis, criava 63 cabeças de gado vacum, 4 cavalar, 1 lanígero, e 6 cabrum. Além desses bens era proprietária de uma casa na Vila de Lagarto e de seis escravos que trabalhavam na agricultura e na criação de animais. Todos os seus bens foram avaliados em 5:026\$560.

Existiam ainda outros inventariados que praticavam ambas as atividades agrícola e criatória, mas se concentravam em apenas uma delas. Esse era o caso de D. Marianna Quiteria de Menezes<sup>545</sup>, moradora do Assu, termo de Lagarto. Em seu inventário estava a maior quantidade de cabeças de gado das médias fortunas, tinha um rebanho com 116 unidades de gado vacum, 20 cavalar, 26 lanígero e 8 cabrum. Já o inventariado Manoel Correa de Souza<sup>546</sup>, habitante do povoado Olhos d' Água em Lagarto, apesar de ser criador de mais de 20 cabeças de gado vacum e cavalar, tinha seu rendimento proveniente da agricultura, sobretudo, do cultivo do algodão. Constava entre os seus bens 250 arrobas do produto em carroço, avaliado em 400\$000 réis, e um depósito para guardar sua safra,

O segundo segmento socioeconômico que mais aparecia nessa quinta faixa de riqueza eram os proprietários de engenho. Aqui estavam presentes os pequenos senhores, assim como possuidores de quinhões em engenho das vilas estudadas, e em alguns casos, de outras vilas da Província de Sergipe. A maior unidade açucareira inventariado nessa faixa foi o Engenho Cachoeira, termo de Lagarto, pertencente a D. Roza Ludivina da Silveira<sup>547</sup>, avó de Sílvia Romero, avaliado em 3:600\$000 réis. Contava com o trabalho de 7 escravos, além de possuir 20 cabeças de gado vacum e 5 cavalar. Entre os bens arrolados havia ainda, algumas propriedades agrícolas e uma casa na Vila de Lagarto. Como antes mencionado, alguns senhores de engenho eram proprietários de quinhões em engenho, obtidos a partir de heranças, nesse caso incluía-se o Capitão José de Seixas Carvalho Fraga<sup>548</sup>, possuidor de duas partes do Engenho

---

<sup>544</sup> AGJES - Inventariada: Dona Maria Francisca do Nascimento. Inventariante: José da Costa Silva Dória. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 29/02/1864, caixa 27.

<sup>545</sup> AGJES - Inventariada: Dona Marianna Quiteria de Menezes. Inventariante: Tenente José de Fraga Pimentel. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 27/07/1854, caixa 18.

<sup>546</sup> AGJES- Inventariado: Manoel Correa de Souza. Inventariante: D. Anna Joaquina Correa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/08/1873, caixa 34.

<sup>547</sup> AGJES - Inventariada: Dona Roza Ludivina da Silveira. Inventariante: Capitão André Ramos Romero. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 27/05/1886, caixa 44.

<sup>548</sup> AGJES- Inventariado: Capitão José de Seixas Carvalho Fraga. Inventariante: D. Josefa da Fraga Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 17/02/1886, caixa 03.

Lagoa Vermelha, termo de Boquim, e também Francisco da Silva Dantas<sup>549</sup>, proprietário de um quinhão no Engenho Motta, Vila de Itaporanga, e um quinhão no Engenho Palma, Vila de Boquim. Havia, ainda, proprietários de pequenas unidades açucareiras, como por exemplo, o Capitão Francisco José do Espírito Santo<sup>550</sup>, proprietário do Engenho Retiro, avaliado em um conto de réis, onde se fazia rapadura, contando com a força de trabalho de 12 escravos, e ainda cultivava mandioca, milho e feijão.

Os cinco comerciantes desse grupo atingiam 17,23% dos inventariados. Desses, quatro estavam entre os dez maiores credores de capital da região estudada, e dois entre os seis credores com maior número de tomadores de empréstimo. As dívidas ativas desses cinco comerciantes chegavam a 60%, ou mais, de toda sua riqueza. Esses ativos procediam tanto do empréstimo a juros, quanto da venda de produtos a todos os grupos sociais das vilas estudadas, bem como de vilas da província e até mesmo de moradores de vilas do interior baiano. Nenhum deles possuía dinheiro em moeda ou de contado, pois tudo estava investido no empréstimo a juros, e em mercadorias para suas lojas.

Apesar de se dedicarem ao comércio, alguns desses negociantes votavam-se à criação de animais como fonte complementar de suas rendas e riquezas. O Capitão Manoel Felipe de Carvalho<sup>551</sup> e João Cruz da Silveira<sup>552</sup> criavam gado. O primeiro tinha um rebanho composto por 24 bovinos, 3 cavalares, 34 ovinos e 7 caprinos. O segundo possuía 4 cabeças de gado vacum e 26 cavalares. Apenas um desses cinco comerciantes não possuía escravos entre os seus bens, três inventariados tinham dois escravos, possivelmente, utilizados como ajudantes em seus estabelecimentos e também nos serviços domésticos, pois 83,33% desses deles eram do sexo feminino. O maior proprietário de escravos era o já citado, Capitão Manoel Felipe de Carvalho, com 10 cativos, usados nos trabalhos do comércio, na criação de gado, nos afazeres domésticos, e, certamente, também como escravo de ganho, pois pela quantidade de cativos, não deveria existir trabalho para todos nos serviços mencionados, bem como o Capitão não

---

<sup>549</sup> AGJES- Inventariado: Francisco da Silva Dantas. Inventariante: D. Jesuina Freire de Seabra. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 17/02/1861, caixa 25.

<sup>550</sup> AGJES- Inventariado: Capitão Francisco José do Espírito Santo. Inventariante: Tenente José Francisco do Espírito Santo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/12/1878, caixa 38.

<sup>551</sup> AGJES- Inventariado: Capitão Manoel Felipe de Carvalho. Inventariante: D. Josefa Maria dos Anjos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 13/02/1854, caixa 18.

<sup>552</sup> AGJES- Inventariado: João Cruz da Silveira e D. Maria dos Anjos. Inventariante: Joana Maria das Virgens. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/09/1856, caixa 21. Doc. 18.

possuía terras para ocupação de todos. As dívidas passivas desses comerciantes comprometeram pequenas porcentagens de seus capitais.

Nessa faixa de riqueza, encontramos os dois únicos inventários de vigários. Um pertence ao padre José Dias Vieira Andrade<sup>553</sup>, vigário da então freguesia de Santa Ana, posterior Vila de Boquim. Seu montante mor somou 7:739\$280. A posse de nove escravos equivalia a 41,34% desse valor. Os cativos trabalhavam em suas plantações de cana e de mandioca. O dito padre era proprietário de três casas na povoação de Lagoa Vermelha, e mais dois sítios na mesma povoação, onde praticava os cultivos anteriormente mencionados. O outro vigário era José Saraiva Salomão<sup>554</sup>, pároco da Vila de Lagarto, ele possuía 1:428\$000 réis em prata, ouro e em espécie. O item dinheiro foi o mais valioso entre seus bens, que contava ainda com dois escravos, utilizados no trabalho da criação de animais e no cultivo de mandioca e um rebanho com 40 cabeças de gado bovino e 7 equino. O padre José Dias Vieira Andrade tinha a sua riqueza provinda da agricultura e o vigário José Saraiva Salomão da agropecuária, mas ambos contavam ainda, como fonte de riqueza, com empréstimos de capitais a juros a habitantes das respectivas vilas onde trabalhavam, e com as rendas advindas do pagamento feito pelos fiéis para sua participação em funerais e missas que celebravam. As remunerações por esses serviços facilitaram o controle de dinheiro nas mãos desses párocos.

A função de vigário proporcionava grandes rendimentos, pois de acordo com a lista de qualificação de votantes de Lagarto de 1868, o Vigário João Pacheco da Silveira Neto<sup>555</sup> tinha uma renda anual de três contos de réis. Mesmo rendimento declarado em na lista de 1878<sup>556</sup>, pelo então pároco da Vila de Lagarto, José Baptista de Carvalho Daltro. Em ambos os períodos, poucos foram os eleitores que declaram rendimentos superiores ou iguais aos seus, a exceção de uns poucos grandes senhores de engenhos, grandes comerciantes e o juiz de direito da vila.

---

<sup>553</sup> AGJES- Inventariado: Padre José Dias Vieira Andrade. Inventariante: Joaquim Vieira de Andrade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/05/1854, caixa 18.

<sup>554</sup> AGJES- Inventariado: Vigário José Saraiva Salomão. Inventariante: Josefa Maria do Espírito santo. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/07/1864, caixa 27.

<sup>555</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 33, p.1.

<sup>556</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1878. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 53, p. 1.



Ser padre numa sociedade com intensa religiosidade era garantia de prestígio, pois tratava-se de quem pregava a sagrada escritura. Os párocos eram ainda um dos poucos que detinham o domínio da leitura em um período de altíssimos índices de analfabetismo. Ostentavam riquezas a partir de seus bens como: mobílias, joias e objetos em ouro e prata, livros, da posse de dinheiro etc.

Por fim, a faixa ainda era composta por um vaqueiro, Torquato José de Araújo<sup>557</sup>. A maior parte de seus bens era seus três escravos. Criava 40 cabeças de gado vacum e 3 cavaleares, e era proprietário de sítios e terras utilizados no cultivo de mandioca.

### 3.7 – Médias altas.

A sexta faixa de riqueza era constituída por 21 indivíduos de Boquim e de Lagarto e se caracterizava por fortunas que variavam entre 10:001\$000 e 20:000\$000 réis, correspondia a 6,56% de todos os inventariados, e concentrava a segunda maior porcentagem de riqueza entre as demais faixas, detendo 16,09% do total. Essa é a última faixa de riqueza que contém criadores de gado, comerciantes e agricultores que se dedicavam ao cultivo de algodão, mandioca e gêneros alimentícios. As restantes são compostas, quase que exclusivamente, pelos maiores senhores de engenhos locais, que foram inventariados.

Os senhores de engenho era a categoria socioeconômica mais representativa nessa faixa. Dez inventariados possuíam engenho ou detinham partes de unidades açucareiras. Esse grupo abrangia 47,61% dos inventariados desta sexta faixa de riqueza. Apenas dois senhores de engenho eram de Lagarto, os demais tinham suas propriedades assentadas em terras da Vila de Boquim. Esses senhores de engenho contavam com uma propriedade escrava que variava entre 5 e 16 cativos.

Os bens de raiz eram de maior valor entre os bens desses senhores de engenhos, que a partir deles edificaram suas fortunas. Abrangiam, principalmente, unidades açucareiras, além de terras, sítios e fazendas. Tais proprietários de engenho contavam ainda com residências urbanas.

---

<sup>557</sup> AGJES- Inventariado: Torquato José de Araújo. Inventariante: Tenente José de Fraga Pimentel. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 11/06/1859, caixa 24.

Os senhores de engenho além da atividade lucrativa da produção do açúcar dedicavam-se também à criação de gado. Alguns criavam somente o necessário para servir de força motriz em suas unidades açucareiras e para o transporte das canas das roças até o engenho. Outros possuíam fazenda de gado como era o caso de Alexandre da Fonseca Dorea<sup>558</sup>, proprietário de uma fazenda de gado em Itabaianinha. Outra característica desses senhores de engenho era a pequena quantidade de móveis, joias ou objetos de luxo. Toda opulência era demonstrada pela posse de escravos, de engenho, e também por suas moradias. Alguns eram proprietários de sobrados na vila onde residiam, e de preferencia em locais bem valorizados, como o Major Manoel de Seabra Lemos Junior<sup>559</sup>, proprietário de uma casa na praça matriz em Boquim, avaliada em 1:250\$000 réis.

Em relação às dívidas ativas, poucos desses senhores de engenho tiveram esse tipo de bem, uma das exceções era o já citado inventário de D. Maria de Souza Freire de Seabra, que tinha 13,15% de sua riqueza na concessão de crédito a duas pessoas. As dívidas passivas não comprometeram mais de 15% de suas fortunas.

O uso do inventário como fonte, nos possibilita, às vezes, fazermos um acompanhamento da trajetória de algumas pessoas e a evolução de suas fortunas com o passar do tempo. Tentamos traçar parte da vida e trajetória do Major Manoel de Seabra Lemos Junior, com informações de 4 inventários, 3 como inventariante e 1 como inventariado. O primeiro inventário data de 1843<sup>560</sup>. Nesse período, ele era morador e proprietário do Sítio Passo Cumprido, localizado na Freguesia de Lagoa Vermelha, atual Boquim, onde criava gado. Tinha um rebanho composto por 66 cabeças de gado vacum, 14 cavalar, 22 lanígero e 8 cabrum. Além da criação, também plantava mandioca, sendo que, em ambas as atividades contava com o trabalho de 11 cativos, que equivaliam a 53,61% do valor de sua fortuna, avaliada em 7:087\$040 réis.

Quando foi feito o segundo inventário, em 1855<sup>561</sup>, o Major continuava morando no mesmo sítio, só que o havia transformado no recém-montado, na época,

---

<sup>558</sup> AGJES- Inventariado: Alexandre da Fonseca Dorea. Inventariante: D. Maria de Sant'Anna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 17/11/1882, caixa 02.

<sup>559</sup> AGJES- Inventariado: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventariante: Cap. Clínio de Seabra Lemos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 29/08/1884, caixa 02.

<sup>560</sup> AGJES- Inventariada: D. Anna Josefa do Sacramento Montes Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 19/08/1843, caixa 10.

<sup>561</sup> AGJES- Inventariada: D. Anna Josefa Lina de Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 29/09/1855, caixa 19.

Engenho São Benedicto do Migrete. Essa ascensão de lavrador/criador a senhor de engenho foi proporcionada pelo crédito obtido junto a Francisco Basílio dos Santos Hora, comerciante e credor de Lagarto, e um menor valor a comerciantes baianos e de Estância. Os rendimentos do cultivo de mandioca e da criação de gado não deveriam ser tão pequenos. Essas atividades podem ter gerado capital, que somados aos créditos ajudou a torná-lo senhor de engenho. Passando a cultivar cana, acreditamos que aumentaram suas rendas, e apesar de ter comprometido 28% de sua riqueza com dívidas passivas, sua fortuna havia aumentado em relação ao período anterior, e no momento do inventário todos seus bens foram avaliados em 13:840\$000, sendo 72,25% de sua riqueza, composta pelo seu engenho que custava dez contos de réis.

No terceiro inventário em que aparece o Major Manoel de Seabra Lemos Junior, ele já estava em seu terceiro casamento, tendo como esposa D. Maria de Sousa Freire de Seabra<sup>562</sup>. O inventário foi elaborado em 1879. Esse foi o maior intervalo da confecção entre dois de seus quatro inventários, o que deve ter favorecido em tornar-se o documento com a maior quantidade de riqueza. Sua fortuna foi avaliada em 17:632\$800. Nesse inventário constava maior número de escravos, e de outros bens do que nos anteriores. Talvez tudo se explique pelo fato de estar casado com a filha de José de Sousa Freire, dono do Engenho Piauhy, que era muito rico e deve ter dado um bom dote a sua filha ao contrair matrimônio, e após sua morte, em 1860, lhe deixado uma boa herança. No inventário de 1879 constava a posse de terras no Piauhy, herdadas pela inventariada, e uma casa na Vila de Lagarto, avaliada em 500\$000, que talvez a mulher tenha recebido como dote ou herança.

Cinco anos após o falecimento de sua terceira esposa, o Major Manoel de Seabra Lemos Junior<sup>563</sup>, morreu e foi inventariado em 29 de agosto de 1884. Ele, que por ser cabeça do casal, ficou com bens avaliados em 8:816\$400, morreu com uma fortuna avaliada em 12:145\$000, aumentando em 37,75% sua riqueza no período. Isso comprova o quanto era rentável o cultivo de cana-de-açúcar e ser senhor de engenho. Entre seus bens constavam: o Engenho São Benedicto (3:000\$000), com 20 tarefas de cana ( 200\$000), uma casa na praça da matriz de Boquim ( 1:250\$000), algumas moedas em ouro e prata (45\$500), móveis (164\$500), 26 cabeças de gado bovino

---

<sup>562</sup> AGJES- Inventariada: D. Maria de Souza Freire de Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 18/07/1879, caixa 34. Doc. 08.

<sup>563</sup> AGJES- Inventariado: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventariante: Cap. Clínio de Seabra Lemos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 29/08/1884, caixa 02.

( 1:100\$000), 31 equino (1:190\$000),13 escravos ( 4:845\$000), e um empréstimo de 200\$000.

Ao acompanhar a trajetória da vida e riqueza desse major percebemos as mudanças e permanências, as subidas e descidas de suas riquezas, a ascensão a senhor de engenho, e a divisão de sua riqueza através da partilha dos bens a cada esposa falecida. Percebe-se também que mesmo a cada partilha em que ele fica com apenas metade de antes, reconstrói sua riqueza a patamares semelhantes ao anterior. Isso acontecia por estar envolvido na atividade canavieira, que proporcionava uma rápida construção de fortuna. Sua riqueza deu um enorme avanço quando se tornou senhor de engenho, e conseguiu recuperar em apenas cinco anos, boa parte da fortuna possuída anterior à terceira partilha. É inegável que os laços matrimoniais entre pessoas afortunadas contribuíam, a partir do dote e, posteriormente, da herança, para a construção ou reconstrução da riqueza, como também foi o caso do Major Manoel de Seabra Lemos Junior.

Nessa faixa encontravam-se os mais ricos agricultores de mandioca da região e eram os que possuíam maior quantidade de escravos. Eram quatro os inventariados pertencentes à categoria de grandes cultivadores de mandioca, feijão e milho, dos quais, três eram de Lagarto e um morava em Boquim. Manoel da Silva Vieira<sup>564</sup>, proprietário do Sítio do Pombo, termo de Lagarto, apresentava a maior fortuna, avaliada em 14:896\$172. Entre seus bens constavam o sítio Pombo, com casa de morar, casa de farinha e pasto no valor total de 700\$000. Ali criava 38 cabeças de gado cavalariço, havia uma plantação de oito tarefas de mandioca novas e maduras e mais oito tarefas de milho e feijão. O cultivo desses gêneros alimentícios lhe possibilitou a compra de 16 escravos, que correspondiam a 52,36% de seu montante-mor. Esses cultivos geraram rendimentos, que o tornaram credor de empréstimos a juros, concedido a 17 pessoas. Ele era o terceiro maior credor da região estudada, tendo 6:590\$000 réis investido em dívidas ativas, valor equivalente a 47,42% de sua fortuna.

O lavrador Francisco José de Amorim<sup>565</sup>, natural de Portugal, morador da Vila Boquim, e que também fazia parte desse grupo de grandes cultivadores de gêneros

---

<sup>564</sup> AGJES- Inventariado: Manoel da Silva Vieira. Inventariante: Maria Saturnino de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 25/01/1878, caixa 38.

<sup>565</sup> AGJES- Inventariado: Francisco José de Amorim. Inventariante: Themistocles Coriolono de Amorim. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 19/07/1886, caixa 03.

alimentícios, tinha uma plantação de dez tarefas de mandioca e duas de cana. O valor de cada tarefa correspondia a 10\$000 mil réis. O que demonstra que o cultivo de mandioca era valorizado e lucrativo.

A grande quantidade de escravos apropriada por esses cultivadores, sendo a média superior a dos senhores de engenho dessa faixa, e a riqueza obtida por esses plantadores, que superava as fortunas da maioria dos proprietários de engenho, comprova quanto o cultivo de gêneros que abasteciam o comércio local e interno da província, era capaz de gerar riqueza aos seus cultivadores. Apesar de não ter todo o prestígio que contavam os senhores de engenho, os lavradores de gêneros alimentícios conseguiram aproximar-se dessa categoria social através de suas fortunas e da quantidade de escravos possuídos.

Os três comerciantes de maior fortunas pertenciam a essa faixa de riqueza. Além do comércio, eles praticavam outras atividades econômicas. Dona Josepha Bellarmina d' Oliveira<sup>566</sup> era a comerciante de maior riqueza inventariada, sua fortuna foi avaliada em 15:986\$180 réis. Residia na Vila de Lagarto, local onde possuía um estabelecimento comercial, era proprietária de terras no Saquinho (termo de Lagarto). Na Vila de Capela possuía outra loja e mais duas casas. Ainda na mesma vila tinha alguns empreendimentos agrícolas, entre eles: o Engenho Botequim avaliado em 8:000\$000 réis, plantações de 10 tarefas de cana nos Engenhos Cotias e 5 no Engenho Palmeiras e cultivava ainda mandioca nas terras do Engenho Botequim, possuindo casa de farinha. Os valores dos bens de raiz equivaliam a 58,01% de sua riqueza, e o estoque de fazendas e molhados compreendiam a 14,44%. Possuía alguns móveis luxuosos, dois pianos, além de várias joias em ouro, prata e um anel de brilhante.

O negociante Luciano Martins Fontes<sup>567</sup>, morador de Barro Vermelho, termo de Boquim, além de se dedicar ao comércio, tinha no cultivo de mandioca outra fonte de renda. Possuía 35% de sua riqueza empregada em empréstimos a juros ativos. Já o comerciante Capitão José Francisco Monteiro<sup>568</sup>, morador da Vila de Lagarto, diversificou suas atividades atuando no comércio, no cultivo de algodão e na criação de

---

<sup>566</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha Bellarmina d' Oliveira Sousa. Inventariante: Joaquim Pedro de Sousa. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 03/02/1884, caixa 43.

<sup>567</sup> AGJES- Inventariado: Luciano Martins Fontes. Inventariante: Domingos Espiridião Fontes. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 19/10/1869, caixa 30.

<sup>568</sup> AGJES- Inventariado: Capitão José Francisco Monteiro. Inventariante: D. Josepha Maria do Nascimento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 29/01/1874, caixa 35.

animais. As duas últimas praticadas em seu sítio, avaliado em 3:000\$000 réis. Consta em seu inventário uma safra de 14 sacas de algodão, cada um pesando cinco arrobas, um rebanho com 39 cabeças de gado vacum, 4 cavalar, e 40 lanígero. A maior parte de sua riqueza consistia em dívidas ativas, ou seja, 34,34% do montante mor, somando total de 4:279\$431 réis. Estas dividiam-se da seguinte forma: 63,63% em contas do livro comercial, onde constava dívidas de 141 pessoas que compraram a prazo em seu estabelecimento. O restante das dívidas ativas, 36,37%, eram empréstimos a juros, feito a 18 pessoas. De acordo com Fragoso “*os juros cobrados nas operações com letras em geral eram de 1% ao mês, portanto, 12% ao ano. Isso dava ao capital mercantil, apenas por meio da usura, uma rentabilidade superior ao retorno líquido das plantations açucareiras, que dificilmente ultrapassaria o teto de 10% ao ano*”<sup>569</sup>. Nas vilas analisadas, a taxa de juros cobrada era de 2% ao mês, ou seja, 24% ao ano.

Os comerciantes ao investirem seus capitais em atividades relacionadas à agropecuária – criação de animais, posse de engenhos, sítios ou fazendas – e à aquisição de escravos, buscando visibilidade em uma sociedade agrário-escravista<sup>570</sup>. O investimento nessas unidades de produção era mais uma forma de obtenção de lucro, além do comércio e da concessão de empréstimos.

Por fim, essa faixa ainda contemplava grandes criadores de gado. A maior fortuna dessa faixa pertencia a Martinho José de Oliveira<sup>571</sup>, avaliada em 20:000\$000 réis. Metade dessa riqueza era formada por três sítios, todos em povoações de Lagarto, e com casa, malhadas, pastos, benfeitorias, e em terras própria para lavrar e criar. Outros 25% de seu montante constituíam em 100 cabeças de gado vacum e 50 de gado cavalar. O restante de seus bens, 25%, constituía em dinheiro, talvez oriundo da venda de escravos por temer o fim da escravidão, visto que em um de seus sítios existia uma senzala vazia.

O maior criador de cabeças de gado era o Tenente José de Fraga Pimentel<sup>572</sup>, proprietário do Sítio Assu, Termo de Lagarto. Seu rebanho composto por 189 cabeças de gado bovinos, 23 equinos, 148 ovinos e 40 caprinos, equivalia a 28,71% de sua

<sup>569</sup> FRAGOSO, João L.R. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 247.

<sup>570</sup> Idem, p.352.

<sup>571</sup> AGJES- Inventariado: Martinho José de Oliveira. Inventariante: D. Jesuína Maria das Virgens. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 04/12/1886, caixa 44.

<sup>572</sup> AGJES- Inventariado: Tenente José de Fraga Pimentel. Inventariante: D. Anna Joaquina de Jesus. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 07/01/1882, caixa 41.

fortuna, avaliada em 15:672\$800 réis, metade da qual era formada por um plantel de 17 escravos e mais 5 ingênuos, que trabalhavam em seus cinco sítios, onde se cultivava mandioca, fumo e fruteiras, criava gado.

### 3.8 – Grandes baixas.

A sétima faixa, classificada como grande baixa, é formada somente por 7 inventariados da décadas de 1870 e 1880, nas demais décadas não havia indivíduo com fortunas que se encaixassem entre os entes de riqueza desse grupo. Essa faixa contempla, quase que exclusivamente, senhores de Engenhos de Lagarto e Boquim, a única exceção era presença de um magistrado. Os valores de suas fortunas variavam de 20:001\$000 a 30:000\$000 réis.

De acordo com a Lista de Votantes de Lagarto de 1868<sup>573</sup> o Dr. Luis Felipe de Sampaio Vianna<sup>574</sup> desempenhava unicamente a função de magistrado municipal. Certamente, ocupava o mais alto e importante cargo do judiciário local, juiz de direito da vila, pois dos três magistrados que aparecem na lista, era quem recebia o maior rendimento anual, sendo quatro vezes maior que a de seus outros dois colegas, seu valor alcançava 4:000\$000 (quatro contos de réis). Seus rendimentos eram apenas inferiores aos de três maiores senhores de engenho, aos de André Ramos Romero, um dos maiores comerciantes de Lagarto no período, e aos de Francisco Basílio dos Santos Hora que era comerciante, credor e senhor de engenho.

Dr. Luis Felipe teve sua fortuna avaliada em 22:243\$500 réis. Como mencionamos anteriormente ele não se dedicava a atividades agropecuárias, não tinha sítios, fazendas, nem engenho, possuía apenas uma mula avaliada em 120\$000 mil réis, que deveria ser seu meio de locomoção. Embora o valor da sua fortuna fosse alto, ela se resumia em dois grandes e luxuosos sobrados na Vila de Lagarto, cada um deles valia dez contos de réis. É muito provável que fossem uma das melhores moradias da vila, pois foram as que tiveram os maiores valores entre as casas inventariadas.

---

<sup>573</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 33, p.1.

<sup>574</sup> AGJES- Inventariado: Dr. Luís Felipe de Sampaio Vianna. Inventariante: D. Marianna Umblelina Figuredo de Sampaio Vianna. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/12/1871, caixa 32, doc. 22.

O valor desses dois sobrados correspondia a 89,91% de toda sua riqueza. Acreditamos que seu valor deva-se à sua boa localização e pela qualidade e suntuosidade. Enquanto a grande maioria das casas era construída de taipa e telha – não apenas a dos pobres, pois muitas casas de ricos e senhores de engenho também foram construídas utilizando esses materiais – os dois sobrados foram feitos de pedra e cal, possuíam em sua frente uma porta e três janelas, todas de madeira, sala de jantar, secretaria, local onde guardava seus livros, eram murados e forrados e assoalhados. Todos esses detalhes e requintes de luxo contrastavam com a pobreza material da maioria das casas da Vila de Lagarto.

O restante de seus bens também demonstravam riqueza e vida de luxo. Entre seus bens havia apenas adereço de brilhante, avaliado em 500\$000 mil réis. Somente dois inventariados tinham entre seus bens, joias com brilhantes, e nesse valor unicamente o mencionado magistrado. A mobília que ornamentava o interior de suas grandiosas residências<sup>575</sup> era de quantidade e elevados valores. Enquanto a maior parte das residências contava com poucos móveis, e de pequenos valores, os seus atingiram o valor de 923\$500 mil réis, em sua maioria, formados por peças de luxo: mesa de mármore, tocador de mármore, guarda-roupa de homem, guarda-vestidos, peças de porcelanas, cama francesa, secretaria etc. Além do luxo das joias e mobílias, possuía a maior e mais valiosa livraria inventariada, contendo 290 livros, avaliados em 500\$000 mil réis.

Como vimos, o Dr. Luis Felipe de Sampaio Vianna não era proprietário de terras, nem escravos, muito menos senhor de engenho, principais meios geradores de riqueza e prestígio numa sociedade agrária e escravista, mas o cargo por ele ocupado, conseguido a partir das letras, o alto rendimento econômico desse cargo, superior ao de muitos senhores de engenhos, conferiram a ele o acúmulo de riqueza.

Os proprietários de unidades açucareiras tinham 60% de seus bens compostos por engenhos, terras e escravaria. Os valores de seus engenhos variavam entre seis e quinze contos de réis. Duas unidades açucareiras foram avaliadas em seis contos, o Engenho Gavião<sup>576</sup> e o Engenho Boa Sorte<sup>577</sup>. Seus proprietários eram,

---

<sup>575</sup> Já descrevi os seu mobiliário quando tratamos da análise dos bens móveis. Olhar na página 133.

<sup>576</sup> AGJES- Inventariada: Marianna Felismina da Trindade Rocha. Inventariante: José Jorge da Trindade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/02/1883, caixa 42.



respectivamente, José Jorge da Trindade e Capitão Antonio Martins de Araújo. O engenho de maior valor inventariado nessa faixa foi o Engenho São Benedicto do Migrete, avaliado em 15 contos de réis. Pertencia ao Capitão Clínio de Seabra Lemos<sup>578</sup>, e foi montado por seu pai, o Major Manoel de Seabra Lemos Junior, possivelmente, no início dos anos de 1850. O engenho passou por uma série de partilhas, ocasionadas pelo falecimento de duas esposas do Major e, por último, em 1884, com a morte do progenitor. O Cap. Clínio de Seabra Lemos a partir da herança recebida, da compra de partes de outros herdeiros, e da aquisição de terras de outros engenhos vizinhos, tornou esse engenho mais valioso, alcançando o maior valor que foi inventariado.

A maior propriedade escrava nos engenhos dessa faixa se encontrava no Engenho Mangues<sup>579</sup>, com 20 escravos. Seguido do Engenho São Joaquim do Pastor<sup>580</sup> com 16 cativos e mais sete ingênuos. Já o maior percentual alcançado pelo bem escravo entre as riquezas dos senhores de engenho, foi encontrado no inventário do proprietário do Engenho Gavião<sup>581</sup>. Os escravos correspondiam a aproximadamente metade de suas fortunas, 50,24%. Seus 15 escravos valiam doze contos de réis, o dobro do valor do engenho, avaliado em seis contos, como vimos anteriormente. Mesmo o inventário sendo da década de oitenta, época em que os preços não eram tão elevados como nas décadas de 60 e meados da de 70, seus escravos tinham preços bastante elevados. Sete deles foram avaliados em um conto de réis. Seus altos valores alavancou sua participação percentual nessa fortuna.

Apesar da alta participação dos bens escravos nos valores das fortunas, foram os bens de raiz, composto por terras, engenhos, sítios, fazendas e casas urbanas e rurais, que tiveram a maior percentagem dos valores das fortunas inventariadas, perfazendo 51,02% do total das fortunas.

---

<sup>577</sup> AGJES- Inventariado: Capitão Antonio Martins de Araújo. Inventariante: D. Rofina da Sacra Família Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Boquim, 11/06/1887, caixa 03.

<sup>578</sup> AGJES- Inventariado: Cap. Clínio de Seabra Lemos. Inventariante: Maria de Seabra Lemos. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 28/08/1886, caixa 03.

<sup>579</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha de Sousa Freire Dantas. Inventariante: Cap. Joaquim da Silveira Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/08/1873, caixa 34.

<sup>580</sup> AGJES- Inventariado: Cap. José Alves de Freitas. Inventariante: José Alves de Freitas Oliveira. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 01/05/1880, caixa 02.

<sup>581</sup> AGJES- Inventariada: Marianna Felismina da Trindade Rocha. Inventariante: José Jorge da Trindade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/02/1883, caixa 42.

Entre os senhores de engenho dessa faixa, os semoventes ocupavam a terceira posição quanto ao valor das fortunas. A criação de gado vacum e cavalari se dava pela necessidade de força motriz para movimentar os engenhos, já que todos os engenhos eram movidos à tração animal, bem como para o transporte da cana, fato comprovado pelo número de carros e pela posse de alguns bois mansos de carro. Deviam-se criar mais animais do que o necessário para os serviços nessas unidades açucareiras, o excedente era, certamente, vendido para o abastecimento do mercado local e interno da província.

Alguns desses senhores de engenho criavam animais em fazendas que possuíam no município onde habitavam ou em outros municípios sergipanos. O Capitão José Alves de Freitas<sup>582</sup> possuía duas fazendas na vila de Campos do Rio Real (atual Tobias Barreto). Nelas tinha um rebanho composto por 220 cabeças de gado bovinos, 23 equinos, 409 ovinos, e 124 caprinos. Os proprietários do Engenho Gavião<sup>583</sup> possuíam duas fazendas na Vila de Simão Dias com uma criação de 97 cabeças de gado vacum, 18 cavalari, 8 lanígero, 7 cabrum e 7 porcos.

O algodão, principalmente entre meados de 1860 e início de 1870, se encontrava bastante valorizado, seus altos preços atraíam senhores de engenho ao seu cultivo. Por exemplo, o Major Antonio Correa Dantas<sup>584</sup>, proprietário do Engenho São José do Campestre, que possuía um crédito a receber pela venda de 30 arrobas de algodão. Portanto, sua renda provinha tanto da produção de açúcar quanto da venda do algodão.

O grau de endividamento dos inventariados que compunham essa faixa de riqueza foi um dos menores, abrangendo apenas 9,88% de todo o capital de seus membros. Dois deles não tinham dívidas passivas a serem saldadas após suas mortes. Os demais eram devedores de empréstimos, compra de animais para o engenho, de despesas com alimentação, vestimentas e ferramentas, além dos custos com o funeral e confecção dos inventários. No geral, as dívidas não comprometeram mais de 10% da

---

<sup>582</sup> AGJES- Inventariado: Cap. José Alves de Freitas. Inventariante: José Alves de Freitas Oliveira. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 01/05/1880, caixa 02.

<sup>583</sup> AGJES- Inventariada: Marianna Felismina da Trindade Rocha. Inventariante: José Jorge da Trindade. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 20/02/1883, caixa 42.

<sup>584</sup> AGJES- Inventariado: Major Antonio Correa Dantas. Inventariante: D. Constança Isabel da França Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 10/08/1870, caixa 01.

riqueza, a exceção do casal proprietário do Engenho Mangues<sup>585</sup>, que devia dez contos de réis, correspondente a 35,49% de sua fortuna. Infelizmente, o motivo dessa elevada dívida, uma das maiores entre as fortunas inventariadas estudadas, não pode ser esclarecido, pois o inventário apenas relata que são devedores de dez contos a diversas pessoas, não mencionando a quem devia, e nem o motivo.

Nessa faixa existe uma grande diferença na busca por notoriedade. Enquanto o magistrado procurava a distinção social e opulência através de suntuosos sobrados, e de sua mobília luxuosa, os senhores de engenhos buscaram incrementar as atividades agropecuárias trabalhadas por escravos, que lhes proporcionara uma vida, talvez não tão luxuosa quanto à do magistrado, mas com poder, riqueza e prestígio por fazerem parte do seletto grupo de senhores e engenho.

### 3.9 – Grandes.

A oitava e penúltima faixa era formada por grandes e ricos senhores de engenhos, cujas fortunas variavam entre 30:001\$000 e 65:000\$000 réis. Eram doze os abastados que compunham esse grupo. Uma importante constatação sobre as fortunas é que à medida que aumenta a faixa de riqueza, maior é a diversificação de atividades econômicas ou a quantidade de investimentos em certas atividades por parte dos componentes da faixa<sup>586</sup>. Esses homens mais ricos tinham a maior parcela de sua riqueza na atividade canavieira trabalhada por cativos, na criação de gado, nos cultivos de algodão e mandioca, sendo que alguns também tinham capital emprestado a juros.

O Major Manoel José da Hora<sup>587</sup> foi o único inventariado dessa faixa que não era um grande senhor de engenho. Morava em seu Sítio Fazenda Grande, termo de Lagarto, e possuía apenas um quinhão no Engenho Palma, parte herdada por sua esposa, filha de Domingos Correa de Seabra, no valor de 1:800\$000 réis. Era criador de gado e cultivador de mandioca. No sítio em que morava, avaliado em um conto de réis, tinha uma casa de farinha com seus acessórios, uma plantação de mandioca, e criava algumas poucas cabeças de gado vacum, cavalariço e lanígero. A maior parte de seu gado era criada

---

<sup>585</sup> AGJES- Inventariada: D. Josepha de Sousa Freire Dantas. Inventariante: Cap. Joaquim da Silveira Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 12/08/1873, caixa 34.

<sup>586</sup> MASCARENHAS, op. cit. p.250.

<sup>587</sup> AGJES- Inventariado: Major Manoel José da Hora. Inventariante: D. Josefa Luisa de San José. Inventário *post-mortem*. Cartório de e 2º Ofício de Lagarto, 22/09/1865, caixa 28.

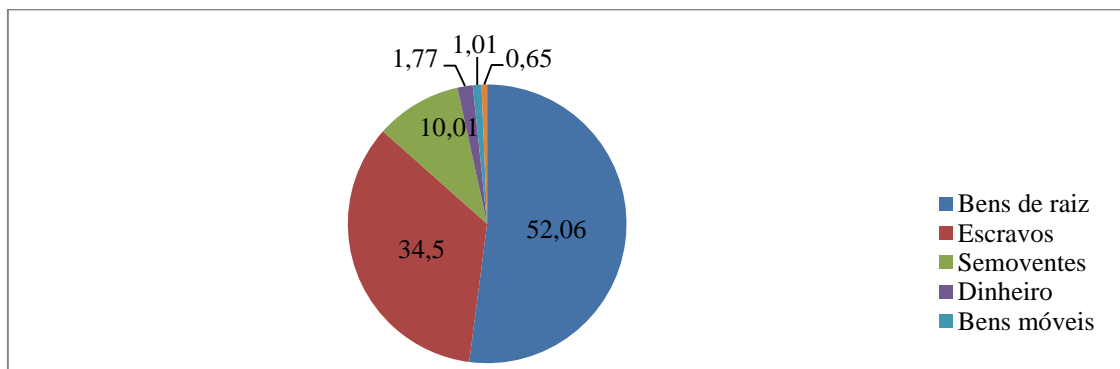
na Fazenda Lagoa das Cabras. Ali havia 75 cabeças de gado vacum e 35 de lanígero. Pelos dados dos inventários, podemos afirmar que ele era o lavrador com maior fortuna e número de escravos. O fato de está numa faixa que contempla os grandes senhores de engenho, prova o quanto era lucrativo e gerador de riqueza o cultivo de mandioca. Sua grande fortuna e escravos foram obtidos a partir de seus rendimentos na pecuária e na plantação de mandioca.

A propriedade escrava representava o maior valor do seu montante mor, alcançando 58,18%. O dinheiro líquido equivalia a 8,71% de sua riqueza, e estava distribuído da seguinte forma: 1:751\$000 réis em moedas de ouro, 716\$00 réis em moedas de prata, e 300\$000 réis em papel moeda. Poucos foram os que tinham dinheiro entre seus bens, e quantias elevadas como as suas menos ainda.

Como possuía grandes somas de capitais aplicados em escravos, referentes a 35 cativos, número relativamente alto para quem se dedicava, principalmente, ao cultivo de mandioca, não podemos descartar a hipótese de que ele também era um comerciante de escravos, que comprava cativos em outras regiões da província e revendia-os a moradores das vilas em estudo.

A maior parte da riqueza dos 11 senhores de engenho desta faixa, consistia em engenho, fazendas, sítios e escravos. Portanto, o controle e a concentração por parte dessa elite agrária se fazia sentir, sobretudo na propriedade dos bens de raiz e de escravos. Vejamos no Gráfico 3.1, como estava aplicada a riqueza dos senhores de engenhos com maiores fortunas inventariadas.

**Gráfico 3.1 - Composição das fortunas da oitava faixa de riqueza – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**



Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888.

Enquanto muitos moradores das vilas analisadas não tinham terras para trabalharem ou possuíam pequenos quinhões, moravam em casas pequenas e humildes, os onze senhores de engenho mais ricos concentravam 43,79% de todos os capitais aplicados em bens de raiz e inventariados no período, demonstrando a imensa desigualdade socioeconômica dessa sociedade baseada, sobretudo, na riqueza advinda da terra e sua exploração.

Os valores dos bens de raiz desses senhores ultrapassavam mais da metade de suas fortunas. Suas unidades açucareiras eram de elevados valores, variando entre cinco e quarenta contos de réis. Dos treze<sup>588</sup> engenhos inventariados apenas dois não chegavam a dez contos de réis, o Engenho Senhor do Bonfim da Cajaseira<sup>589</sup> (5:000\$000) e o Engenho Palma<sup>590</sup> (8:000\$000), ambos localizados nos termos de Boquim. Os engenhos com maiores valores eram o Pedras<sup>591</sup> (40:000\$000), o Boa Esperança<sup>592</sup> (35:000\$000) e o Engenho Boi<sup>593</sup> (30:000\$000). Também situados em Boquim. Por possuírem altos valores, alguns ultrapassavam 70% do capital do inventariado, como no caso do Engenho boa Esperança que equivalia a 72,95% do montante mor de seu proprietário. Já a menor participação percentual de um engenho nas fortunas foi a do Engenho Palma, com 16,75% da riqueza de seu senhor.

Em alguns casos, o valor alto no item engenho dava-se pela posse de mais de uma unidade açucareira por um mesmo senhor. O major Manoel Evaristo de Carvalho<sup>594</sup> era proprietário de dois engenhos, o São Joaquim e o Miguel dos Anjos, o primeiro avaliado em dezesseis e o segundo em dez contos de réis. Além desses possuía mais um quinhão no Engenho Calumbi e outro no Engenho Mandioca Brava, ambos na Cotinguiba, e avaliados em 2:947\$168 réis. O valor dos 4 engenhos somavam, praticamente, vinte e nove contos de réis, o que correspondia a 59% de seus bens. O

---

<sup>588</sup> Havia dois senhores de engenho que eram proprietários de duas unidades açucareiras.

<sup>589</sup> AGJES- Inventariado: Major Venancio da Fonseca Dorea. Inventariante: D. Josepha da Fonseca Pimentel. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 05/05/1882, caixa 02.

<sup>590</sup> AGJES-Inventariado: Rosa Maria do Sacramento. Inventariante: Antonio de Correa Seabra. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 13/02/1859. Caixa 24.

<sup>591</sup> AGJES- Inventariado: Antonio Correa de Seabra. Inventariante: Jesuína Freire de Seabra. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/07/1876, caixa 36.

<sup>592</sup> AGJES- Inventariada: Capitão Felix Antonio da Rosa. Inventariante: D. Leonildes de Souza Carvalho. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º 2º Ofício de Boquim, 06/09/1887, caixa 03.

<sup>593</sup> AGJES- Inventariada: D. Maria Prima de Mattos. Inventariante: Tenente Francisco Chavier de Sousa Cunha. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º 2º Ofício de Boquim, 10/03/1879, caixa 01.

<sup>594</sup> AGJES- Inventariada: Joanna Baptista. Inventariante: Major Manoel Evaristo de Carvalho. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 13/12/1860, caixa 24.

major Venancio da Fonseca Dorea<sup>595</sup> era proprietário de dois engenhos, o Engenho Senhor do Bonfim da Jaboticaba e o Senhor do Bonfim da Cajaseira, nos valores de dez e cinco contos de réis, respectivamente, equivalendo a 36,39% da sua fortuna.

Além dos engenhos esses inventariados tinham outros bens de raiz como: fazendas, terras, roças de cana, sítios e casas urbanas. Todos os senhores de engenho criavam gado em pastos agregados aos terrenos das unidades açucareiras. Domingos Correa Pimentel<sup>596</sup>, dono de um rebanho com 66 cabeças de gado vacum e 25 cavalariças, criados no Engenho Caborge, era proprietário de quatro fazendas, sendo duas na Vila de Campos do Rio Real (atual Tobias Barreto), e mais duas na Vila de Itabaianinha. Nelas criava 178 cabeças de gados bovinos e 32 equinos.

Esses senhores eram proprietários ainda de sítios. Uns ficavam próximos aos engenhos e por isso comprados e incorporados aos seus limites territoriais, para ampliar os terrenos destinados ao cultivo da cana. Outros eram mais afastados, mas também, foram adquiridos para o cultivo, principalmente, de cana, e em alguns casos de mandioca. Parte desses terrenos tinha preços elevados, principalmente, por serem apropriados para o cultivo da cana, ou por se localizarem próximos a rios.

No inventário de Dona Maria Prima de Mattos<sup>597</sup> consta um terreno no Mato Grosso, termo de Estância, com casa de morar e de fazer farinha, avaliado em dez contos de réis. O valor desse terreno era superior ou igual a alguns engenhos locais. Seu alto preço deu-se por estar localizado entre quatro engenhos, o que significa dizer que suas terras eram propícias para a cultura canavieira.

Os escravos ocupavam o segundo lugar, representando 34,50% do valor total das fortunas dos senhores de engenho. Esse grupo socioeconômico detinha 32,50% de todo valor do bem escravo. Isso demonstra a grande concentração de mão de obra escrava nas mãos, sobretudo, dos grandes senhores de engenho.

Assim como todas as demais classes socioeconômicas, esses grandes senhores de engenhos também tinham dívidas passivas a serem saldadas. Segundo Fragozo: “A

---

<sup>595</sup> AGJES- Inventariado: Major Venancio da Fonseca Dorea. Inventariante: D. Josepha da Fonseca Pimentel. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 05/05/1882, caixa 02.

<sup>596</sup> AGJES-Inventariado: Domingos Correa Pimentel. Inventariante: Maria Magdalena de São José. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 15/03/1869. Caixa 30, doc. 13.

<sup>597</sup> AGJES- Inventariada: D. Maria Prima de Mattos. Inventariante: Tenente Francisco Chavier de Sousa Cunha. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 10/03/1879, caixa 01.

*precária liquidez, fato persistente na segunda metade do século XIX, associado à falta de um sistema de crédito rural, levava o fazendeiro a solicitar constantes adiantamentos em mercadorias, a serem pagas quando da colheita*<sup>598</sup>. No geral, as dívidas contraídas por esses senhores de engenho não comprometiam grandes percentagens de suas riquezas, alguns nem as possuíam, e dos que as tinham, apenas dois ultrapassaram 12% de suas fortunas. Destarte, podemos afirmar que, apesar de dependerem do crédito para a manutenção de suas unidades produtivas, o lucro gerado pela produção de açúcar era suficiente para quitar os empréstimos e não comprometer suas riquezas.

A única exceção entre esses senhores de engenho, foi Antonio Correa de Seabra, que comprometeu a maior parte de suas fortunas. Vejamos um pouco da trajetória de sua vida e sua riqueza, e dívidas analisando três inventários os deixados por duas esposas e o seu próprio. Em 1853<sup>599</sup>, em seu primeiro inventário, ele tinha uma fortuna avaliada em 14:162\$527 réis, já era proprietário de dois terços do Engenho Palma, a outra parte pertencia a sua mãe, o engenho era de seu pai, Domingos Correa de Seabra. Tinha uma posse cativa composta por 16 cativos. Nesse período ele não era devedor de nenhuma dívida passiva.

Com a morte de sua segunda esposa, em 1859<sup>600</sup> foi feito o segundo inventário. Ele continua possuindo o mesmo quinhão no Engenho Palma, parte avaliada em 5:099\$627 réis. Ocorreu uma grande mudança em sua riqueza nesse período. Ele ficou com pouco mais de sete contos de réis com a divisão dos bens, e em apenas seis anos ele quadruplica sua fortuna, avaliada em 30:285\$727, aumenta o número de cativos para 23 unidades. Sabemos que a elevação dos preços dos seus cativos ajudou a alavancar o valor de sua fortuna, por exemplo, o escravo Caetano custava em 1853 550\$000 mil réis e em 1859 foi avaliado em 1:100\$000 réis. Mesmo com preços mais elevados ele aumentou sua propriedade cativa, assim como sua riqueza. A elevação do preço do açúcar nesse período possivelmente foi fator determinante para o grande aumento de sua fortuna. Em 1853 o preço médio por tonelada de açúcar era de 116\$36, seu valor eleva-

---

<sup>598</sup> FRAGOSO, op. cit. p. 256.

<sup>599</sup> AGJES- Inventariada: D. Maria Freire de Seabra. Inventariante: Antonio Correa de Seabra. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 14/11/1853, caixa 17.

<sup>600</sup> AGJES-Inventariado: Rosa Maria do Sacramento. Inventariante: Antonio de Correa Seabra. Inventários *Post-mortem*. Cartório de 2º ofício de Lagarto, 13/02/1859. Caixa 24.

se para 225\$73, em 1857, e depois tem uma queda para 172\$79, em 1859<sup>601</sup>. Percebe-se um grande aumento do preço do açúcar, que mesmo com a retração atinge um aumento de 67,34% em relação ao primeiro período. As únicas dívidas que possuía nessa época eram oriundas de heranças dadas a duas filhas do primeiro casamento, e somavam 2:089\$242 réis, o que correspondia a 6,89% da fortuna inventariada.

Em 1876, Antonio Correa de Seabra<sup>602</sup> faleceu e seus herdeiros elaboram seu inventário. Sua riqueza somava 55:121\$245 réis, alcançando um aumento considerável. Entretanto, suas dívidas passivas corroeram a maior parte de sua fortuna. Essas dívidas chegavam a quase quarenta e quatro contos de reis, o que correspondia a 79,82% do montante mor. Provavelmente, empolgado com a riqueza gerada pela produção açucareira, esse senhor de engenho decidiu aumentar a produção de açúcar o que lhe conferiria maiores rendimentos. Para tanto se viu obrigado a construir um novo engenho, pois o Palma era de pequeno porte. Despossuído de capital para tal empreendimento contraiu um empréstimo em 22/04/1869, no valor de 15:407\$000 com o Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora a juros de 2% ao mês.

Com esse empréstimo conseguiu capital para a montagem do Engenho Pedras, maior unidade açucareira em valor avaliado em quarenta contos de réis, e montado em terras do antigo engenho Palmas. Um ano após o primeiro empréstimo ele contraiu um novo empréstimo dessa vez com o comerciante de Lagarto André Ramos Romero no valor de 1:130\$000 réis, provavelmente para o custeio da safra de seu novo em engenho.

Em 1872 ele se deslocou para Salvador onde obteve dois novos empréstimos na casa comercial de Manoel José Lopes da Silva Sobrinho. Um no valor de 6:300\$000 réis recebido em dinheiro, talvez para aquisição de escravos ou gado para os trabalhos no engenho. E outro no valor de 6:562\$900 réis, que recebeu em suprimentos para o seu engenho. Esses empréstimos a juros ajudaram a montar e manter o Engenho Pedras, mas com sua morte um pouco rápida em relação ao início da tomada de crédito, não foi possível saldar esses empréstimos, que com suas taxas de juros fixadas em 2% ao mês tiveram um grande aumento, e no ano de sua morte já haviam dobrado. Sua dívida com

---

<sup>601</sup> Todos esses dados dos preços do açúcar foram retirados de, PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho:** Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000, p.417.

<sup>602</sup> AGJES- Inventariado: Antonio Correa de Seabra. Inventariante: Jesuína Freire de Seabra. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 06/07/1876, caixa 36.



Francisco Basílio Hora chegou a superar trinta e seis contos de réis. A com André Romero mais que dobrou de valor. Além dessas dívidas também devia quase quatro contos aos órfãos por ele deixados. Retirando todas suas dívidas restaram apenas um montante líquido de 4: 891\$020 réis, ou seja, sua fortuna foi quase toda utilizada para pagamentos das diversas e enormes dívidas passivas que havia contraído. Em 1875<sup>603</sup> ele possuía uma propriedade escrava com 20 cativos, um ano após, no inventário, continha apenas 10 escravos, parte das dívidas foram sendo quitadas antes do término da confecção do inventário. Possivelmente venderam parte dos escravos para saldar alguns créditos.

Todo o seu esforço para aumentar sua fortuna a partir da construção de um novo engenho de maior porte, fez desaparecer a fortuna construída ao longo de sua vida. Os empréstimos a juros poderiam ajudar a realização de sonhos, mas às vezes suas altas taxas poderiam levar a falência. Enquanto isso, seus credores tinham lucros que nenhuma outra atividade econômica era capaz de garantir.

Em 1881<sup>604</sup> Pimenta Bueno faz um relatório descrevendo vários aspectos sobre a Província de Sergipe, em uma parte ele menciona todos os engenhos, e na lista de Lagarto<sup>605</sup> aparece o Engenho Pedras, como fogo morto, tudo leva a crer que às elevadas dívidas levaram a ruína do engenho mais valioso das vilas de Boquim e Lagarto.

### 3.10 – Grandes altas.

A última faixa de riqueza é caracterizada por valores acima de 65:001\$000 de réis, era formada por um único inventariado. Com uma fortuna avaliada em 173:387\$758 réis, o Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora<sup>606</sup> era o homem mais rico entre todos os inventariados. Sua fortuna somava mais de cem contos de réis,

---

<sup>603</sup> APES. Fundo de emancipação de escravos de Lagarto de 1875. Ag<sup>1</sup>, 03/ Doc. 08. **Os classificados da escravidão.** PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. ( org.). Aracaju: IBHS, 2008, pp.205-233.

<sup>604</sup> PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881, p. 82.

<sup>605</sup> Nessa lista se encontram os engenhos de Lagarto e de Boquim.

<sup>606</sup> AGJES- Inventariado: Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Inventariante: Maria Perpetua de Vasconcelos Hora. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 15/05/1888, caixa 46.

superior a dos demais que compunham a faixa anterior. Essa elevada fortuna em mãos de uma única pessoa demonstra a concentração da riqueza inventariada. O Tenente Coronel Francisco Basílio dos Santos Hora detinha 10,07% de toda a fortuna contida nos 320 inventários analisados. Ele concentrava em suas mãos 48,20% do dinheiro, 33,84% das dívidas ativas e 27,87% dos semoventes, dados referentes a todos os inventariados. Esses números revelam a grande desigualdade socioeconômica nas sociedades estudadas, enquanto apenas uma pessoa era dona de tamanha fortuna e concentrava parte significativa de alguns bens, a grande maioria vivia lutando para conseguir itens necessários para sobrevivência da família.

A maior de sua riqueza era composta pelos semoventes, esses equivalem a 40,33% de toda sua fortuna, com valor de 69:277\$600 réis. Ele era o maior criador de gado entre os inventariados. Dono de grande parte do gado bovino e equino inventariado. Seus rebanhos eram compostos por 2591 cabeças de gado vacum, 516 cavalar. Os investimentos em gado bovino chegavam a 55:354\$000 réis e equivalia a 31,92% de seu capital. Também estava em suas mãos o maior rebanho de gado equino entre os inventariados, ele detinha 21,83% das cabeças desses animais.

As dívidas ativas representavam 33,84% dos valores de seus bens e ocupava a segunda posição. Era o credor com o maior volume de capital emprestado, avaliado em 41:806\$798 réis. Contava com 64 devedores, suas dívidas variavam entre 56\$000 mil réis e 10:000\$000 contos de réis. No geral suas dívidas eram superiores a 200 mil réis, e todas originadas da concessão de empréstimos a juros.

Seus devedores eram principalmente moradores de Lagarto, mas havia devedores de outras vilas vizinhas e até mesmo da zona da mata sergipana. Empréstava dinheiro em sua maioria para agricultores de cana ou de gêneros alimentícios. Em segundo apareciam comerciantes da Vila de Lagarto. A partir do exemplo de Francisco Hora, grande credor e maior financiador das atividades econômicas locais, podemos afirmar, de acordo com Sheila de Castro Farias que *“a liquidez no mercado regional estava nas mãos de um grupo restrito de usurários e comerciantes, e eram eles que bancavam a manutenção e reprodução da lavoura e indústria açucareira e atividades criadoras, através de empréstimos<sup>607</sup>”*. Esses empréstimos a juros de 2% ao mês foi um dos pilares para a construção de sua grande fortuna, *“a usura representava o principal*

---

<sup>607</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.189.

*meio de acumulação de capital*<sup>608</sup>”, nenhuma outra atividade econômica gerava tamanhos dividendos e fortuna, tudo isso comprovado com o próprio inventariado.

Em terceiro lugar vinham os bens de raiz com valor de 33:490\$000 réis, que correspondia a 19,89% de sua fortuna. Seus bens de raiz eram compostos por seus dois engenhos: o Nobre na Vila de Riachão avaliado em 2:000\$000 réis, e o Engenho Proveito, na Vila de Capela avaliado em 9:000\$000 réis. A aquisição desse engenho em Capela pode ter sido feita a partir da compra, já que possuía fortuna para tal empreendimento. Como também pode ter ocorrido através de empréstimo concedido ao antigo proprietário<sup>609</sup>, que talvez não conseguiu pagar o capital e quitou sua dívida com o próprio engenho. Lembremos que Francisco Basílio dos Santos Hora possuía uma residência na Vila de Capela situada na Praça do Mercado, local onde praticava a concessão de empréstimos a juros a esses moradores, pois entre os seus devedores encontrava-se moradores da dita vila. Não dá para se pensar em outra função para, a posse de uma residência em uma importante praça comercial, pois ele não possuía lojas de comércio.

Além desses engenhos ele tinha 20 fazendas criadoras de animais (terras, tanques, currais, pastos, casas e benfeitorias) - cinco fazendas não possuíam terras ou benfeitorias e talvez fossem arrendada, todas avaliadas em 10:140\$000 réis. Tinha ainda 7:780\$000 investidos em posse de alguns sítios, inclusive o que morava Sítio Monte Alegre avaliado em 4:000\$000 réis, e em alguns desses terrenos cultivava mandioca, para alimentar seus escravos e comercializar seu excedente. Não foi somente em estabelecimentos agrícolas que ele havia investido seu capital em bens de raiz, pois possuía uma residência na Vila de Estância (300\$000), outra em Capela (400\$000) e uma na Vila de Lagarto, no Largo da Piedade, avaliada em 4:000\$000 de réis, a terceira casa mais valiosa que foi inventariada em Lagarto.

Possuía ainda 27:030\$000 réis investido em ações de bancos e Sociedade Comercial baiana. Diante desse fato podemos dizer que ele fazia investimentos tanto em bens tradicionais (terras, escravos, engenhos), mas buscava investir seus bens em atividades econômicas mais recentes como a aquisição de ações, em estabelecimentos bancários e comerciais.

---

<sup>608</sup> Idem, p.188-89.

<sup>609</sup> De acordo com Orlando Dantas, em 1859, esse engenho pertencia a João Teixeira de Guimarães. DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 129.

Pelo fato de ter seu inventário aberto dois dias após a Lei Áurea não foram encontrados escravos entre seus bens. Para encontrar sua propriedade escrava recorreremos ao Fundo de Emancipação de Escravos de 1880<sup>610</sup> onde consta uma propriedade composta de 47 cativos. Em seu trabalho referente à escravidão em Lagarto, Joceneide Santos<sup>611</sup> utiliza uma ação de liberdade de uma escrava pertencente a Francisco Basílio e no interior desse documento, cita que ele era possuidor de mais de 40 cativos. Esse total de escravos o permitia estar entre os três maiores proprietários inventariados.

O número elevado de cativos, somado a posse de uma residência na praça do mercado, na Vila de Capela, leva a supor que o inventariado poderia ser um comerciante de escravos, comprados em Capela e revendidos nas vilas de Boquim, Lagarto e região. Ou o inverso, o que é mais provável, pois, com a falta de escravos após a proibição efetiva do tráfico internacional, em 1850, a região da Zona da Mata Sergipana passou a adquirir cativos em outras regiões da Província de Sergipe a partir do tráfico interprovincial de escravos, e a região Agreste – Sul foi uma das exportadoras de cativos<sup>612</sup>.

A grande fortuna de Francisco Basílio dos Santos Hora foi obtida através da diversificação de atividades econômicas por ele praticada. Por isso fica difícil classificá-lo com uma profissão ou atividade principal. Nas décadas de 50 e início da de 60 ele era comerciante, vendia produtos alimentícios e tecidos, acreditamos que não fosse um grande comerciante, já que residia no Povoado Limoeiro, Termo de Lagarto, e os grandes comerciantes tinham suas lojas situadas na vila. Provavelmente não possuía uma grande loja, mas sua maior fonte de renda no comércio não advinha da venda de produtos, mas sim, da concessão de créditos a juros a várias pessoas inclusive a senhores de engenhos, comerciantes, agricultores de alimentos e criadores de gado.

“A inexistência de fortes instituições financeiras públicas ou privadas, que garantissem linhas de créditos; transformava o capital comercial e usurário no grande

<sup>610</sup> AGJES - Fundo de emancipação de escravos de Lagarto. (1872-1886) Cx. 1. Em todas as listas do fundo de emancipação de Lagarto, também estavam inseridos os escravos de proprietários de Boquim.

<sup>611</sup> Ação de liberdade citada por SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinha, procissões e famílias:** a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Universidade Federal da Bahia: Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado em História, Salvador, 2004, p.135.

<sup>612</sup> PASSOS SUBRINHO, 2000, op. cit. p.144.

fornecedor de empréstimos ao mercado. Tal hegemonia permitia que o negociante de porte pudesse ampliar a sua margem de lucros, seja vendendo fiado (com pagamento de juros) ou através de financiamentos”<sup>613</sup>.

Em meados de 1860 ele adquiriu o Engenho Proveito em Capela, tornando-se senhor de engenho. Fato confirmado na lista de votantes de Lagarto de 1868<sup>614</sup>, onde ele afirma ser negociante e senhor de engenho, nesse período já era um homem de bastante riqueza, sua renda era de oito contos de réis, sendo a segunda maior renda de Lagarto. A busca por maior visibilidade social o levou a utilizar o capital oriundo do comércio e da usura para investir em engenho, e proprietário de terras e escravos, mesmo essas atividades sendo menos rentáveis que as primeiras. De acordo com Sheila de Castro Faria<sup>615</sup> “*comerciantes e usurários eram menos prestigiados, no meio social e político, do que os donos de terras, lavouras e escravos, independentemente do tipo de produção rural escolhida*”.

Hebe de Castro discutindo também a respeito da transformação de comerciantes e usurários em senhores de terras e de escravos afirma que “*tornar-se grande proprietário de terras e de homens representava também adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada. Talvez isso ajude a explicar porque alguns comerciantes de grosso trato transformaram a sua acumulação mercantil em grande fazendas escravistas*”<sup>616</sup>. Sobre o mesmo tema, João Fragoso em seu livro afirma que:

“Os investimentos dos comerciantes em bens de prestígio não apenas revelam as suas preocupações com a ascensão social, com pertencer ao grupo dirigente (no caso, a aristocracia fundiária e escravista e os altos cargos da burocracia), mas são também uma decorrência da própria necessidade de reprodução de uma dada ordem econômica e social.”<sup>617</sup>

O caso de Francisco Basílio dos Santos Hora foi um pouco diferente dos comerciantes tratados por Sheila Farias, Hebe de Castro e por João Fragoso, que analisaram a sociedade fluminense. Ele também largou as atividades comerciais, pois a partir da década de 1870 não, mas, apareceram habitantes lhes devendo produtos comprados. Mas continuou sendo um grande capitalista fornecedor de crédito a todos os

<sup>613</sup> FRAGOSO, op. cit. p. 246.

<sup>614</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 33.

<sup>615</sup> FARIA, op. cit. p.193.

<sup>616</sup> CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Ao Sul da História**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2. ed. Rev. e Ampl. . Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p.35.

<sup>617</sup> FRAGOSO, op. cit. p.352.

segmentos socioeconômico, atividade que deveria gerar rendimentos mais elevados que o comércio de mercadorias.

Apesar de ser um capitalista que buscava lucros a partir de créditos cedidos a juros, o que deveria tornar as dívidas ativas seus maiores investimentos, esse fato não ocorreu, pois a maior parte de sua riqueza estava aplicada na criação de animais. Além de possuir um sítio avaliado e em quatro contos de réis, pelo valor deveria ser um sítio bem extenso, e nele havia casa de farinha, o que indica que deveria cultivar mandioca, e pela grande propriedade escrava possuída, essa produção ia além do sustento familiar e escrava, o excedente seria vendido e geraria riqueza para esse inventariado. Dessa forma *“todo e qualquer bom negócio que surja ao seu alcance é de sua competência”*<sup>618</sup>.

Na lista de votantes de Lagarto de 1878<sup>619</sup> e 1879<sup>620</sup>, ele já não menciona ser negociante nem senhor de engenho, ele declara se capitão. Ele iniciou o período em estudo sendo capitão da guarda nacional, e posteriormente conseguiu alcançar a patente de tenente coronel. Além desse ofício da guarda nacional, ele recebeu em 1860, o título de cavaleiro da Ordem da Rosa<sup>621</sup>. Sua busca por poder continuou, e em 1866 foi nomeado Delegado de Lagarto, perante a Câmara dessa vila<sup>622</sup>, órgão incumbido de receber o juramento de servidores públicos quando empossados. Ocupou ainda o cargo de juiz de órfãos de Lagarto em 1878, e de vereador de Lagarto na década de 1870. Demonstrando riqueza, investe na educação de seu primogênito, Philomeno de Vasconcelos Hora, que se forma em direito na Faculdade de Recife. Tornou-se juiz de direito de Lagarto, sendo assassinado em 1902.

Com o término da análise das nove faixas de riquezas, ficou evidente a grande desigualdade socioeconômica. A grande maioria dos inventariados possuíam pequenas fortunas, e esses detinha uma parcela pequena de toda a riqueza inventariada, em contrapartida, a maior parte da riqueza inventariada se concentrava em mãos de um reduzido número de afortunados o que nos revela a grande desigualdade econômica

<sup>618</sup> BRAUDEL, apud. FRAGOSO, op. cit. p. 325.

<sup>619</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1878. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 53.

<sup>620</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1879. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 54.

<sup>621</sup> ALMANAK LAEMMERT. **Administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**, 1861, ano 18, suplemento p.107. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=>. Pesquisado em 16/01/2014, às 17:02H.

<sup>622</sup> APES- **Fundo: Câmaras Municipais**. CM<sup>1</sup> 54, Câmara de Lagarto 1866, doc. 108.

entre esses moradores. Apenas um inventariado afortunado detinha mais de 10% da riqueza. Havia uma concentração de terras, escravos e gado, principais itens geradores de fortunas nas sociedades analisadas.

### **3.11 - A busca por poder e status pela elite socioeconômica de Boquim e Lagarto.**

As pessoas com maiores fortunas inventariadas pertenciam, sobretudo ao grupo de senhores de engenhos, seguidos de comerciantes, grandes criadores de gado e cultivadores de mandioca. Além de suas grandes fortunas por eles construídas buscavam prestígio e poder por meio de obtenções de patentes militares - seja da guarda nacional ou de ordens militares - ocupação de cargos públicos e políticos e investindo ainda na educação de seus filhos.

O comércio era uma atividade que gerava grandes rendimentos, não só pela através da venda de produtos, mas também pela concessão de empréstimos a juros. Não era a toa que a segunda maior renda entre os eleitores de Lagarto em 1878 pertencia ao comerciante Geraldo José da Rocha<sup>623</sup>, com rendimento de cinco contos de réis, sua renda era superior a de todos senhores de engenho de Lagarto. Para alcançar destaque dentro de sua categoria socioeconômica tinha que ser um negociante matriculado no Tribunal do Comércio da cidade da Bahia, era de Salvador a origem da maior parte dos produtos que abasteciam os estabelecimentos comerciais de Boquim e Lagarto, no período estudado.

Os comerciantes sem matrícula, não possuíam crédito nessa praça comercial, a não ser aqueles que adquiriam seus produtos a dinheiro. Quando não possuíam o capital em mãos, ficavam dependentes de comerciantes que possuíam matrícula. Esses utilizavam seu crédito para fazer um abono em compras para o comerciante sem matrícula.

Os comerciantes, apesar de alguns possuírem grandes fortunas, não tinham muito prestígio, pois nessa sociedade agrária e escravista, para se obter tinha que ser proprietário de grandes extensões de terras, ter escravos, ou possuir muitas cabeças de gado, ou ser senhor de engenho. Poucos foram os comerciantes inventariados de

---

<sup>623</sup> APES. Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1878. Fundo Tribunal Eleitoral, TE<sup>3</sup> - 53. Não encontramos o inventário de Geraldo José da Rocha, mas ele aparece ao longo do período concedendo créditos a vários moradores de Lagarto e Boquim, devia ser um dos homens mais ricos e um dos maiores comerciantes de Lagarto nesse tempo.

Boquim e Lagarto que só dedicavam ao comércio, quase todos tinham capitais investidos em terras, criação de gado e propriedade escrava. Um dos mais bem sucedidos e afortunados comerciantes de Lagarto, André Ramos Romero, tinha uma propriedade escrava em 1873, composta por 35 cativos<sup>624</sup>, e a maioria tinha como profissão o trabalho na lavoura, o que indica que ele também praticava a agricultura. De acordo com Adalberto Fonseca<sup>625</sup> ele ainda era senhor de engenho.

Os negociantes além das fortunas mercantis almejavam em se tornar senhores de engenho, pois esse era um título a que conferia grande prestígio. Alguns comerciantes alcançaram o título de senhor de engenho através do casamento. Existiam comerciantes que contraíam matrimônio com filhas de proprietários de engenho, alcançando o almejado título. Foram os casos dos comerciantes: André Ramos Romero, Francisco Basílio dos Santos Hora, José de Paula Meneses Lima, Martinho de Paula Meneses, Manoel Pedro de Mello, entre outros. Outro meio recorrente pelos comerciantes para tornar-se senhor de engenho era a compra de engenho principalmente de pessoas que estavam em dificuldades financeiras. É importante lembrar que a aquisição de engenho pelos comerciantes não era unicamente pela obtenção de prestígio social. Segundo Fragoso: *“Os investimentos em unidades agroexportadoras representavam uma opção na busca por lucros, pois os produtos de exportação têm melhores preços que aqueles destinados ao mercado interno”*<sup>626</sup>.

O título de senhor de engenho não era somente um desejo de consumo dos comerciantes. Criadores de gado e lavradores de mandioca e de cana almejavam também tornar-se proprietário de engenho. Como vimos no primeiro capítulo<sup>627</sup>, alguns agricultores de mandioca e lavradores de cana, bem como criadores de gado se esforçaram ao máximo para se transformarem em senhores de engenho. Os rendimentos oriundos dessas atividades favoreceu uma acumulação de capital que somada a empréstimos a juros deram condições para montarem suas unidades açucareiras. O pequeno tamanho de alguns engenhos montados facilitou a construção desses, pois eram de pequeno porte, por isso não necessitavam do trabalho de muitos escravos, e tinham preços não muito elevados. Talvez não importasse o tamanho do engenho, o que eles buscavam era serem reconhecidos como proprietário de engenhos.

---

<sup>624</sup> AGJES - Fundo de emancipação de escravos de Lagarto. (1872-1886) Cx. 1

<sup>625</sup> FONSECA, op. cit.

<sup>626</sup> FRAGOSO, op. cit. p.368.

<sup>627</sup> Ver páginas 47-50.



Os membros da elite açucareira local utilizavam o casamento como forma de preservar, reforçar e ampliar o seu poder e sua riqueza. Vários senhores de engenhos eram casados com filhas de outros proprietários de engenhos de Boquim e Lagarto ou de outras vilas da província. O Capitão Venancio da Fonseca Dorea, proprietário do Engenho Senhor do Bonfim casou-se duas vezes, em ambas, com filhas de Domingos Correa Pimentel, senhor do engenho Caborge. Na tentativa de preservar a riqueza familiar alguns membros dessa elite açucareira casavam-se entre família, esse era o caso de Amélia Romero Dantas, filha de André Romero, casada com seu primo Joaquim da Silveira Dantas, senhor do Engenho Mangues, e sua irmã, Lídia Romero Vasconcelos, casou-se com seu tio Luiz Antônio de Vasconcelos Júnior <sup>628</sup>, um dos herdeiros do Engenho Cachoeira.

Em uma sociedade onde predominava o analfabetismo, segundo o censo de 1872<sup>629</sup> somente 18% da população nacional era alfabetizada, alguns filhos de afortunados preferiam cultivar as lavouras de exportação, possuir escravos, terras e gado, a se dedicar aos estudos, os poucos que dominavam o saber alcançavam cargos públicos.

As pessoas que não contavam com grandes posses, por mais que quisessem e tivessem vontade de dar instrução aos seus filhos, não conseguiam realizar seus intentos. Ladislao Soares de Carvalho<sup>630</sup>, morador do Bate Água, termo de Boquim, durante a confecção do inventário de sua esposa, alegou não poder dar uma educação melhor às suas três filhas, porque era pobre. Ele pertencia a terceira faixa de riqueza, classificada por nós como fortunas pequenas altas. Sua fortuna foi avaliada em 2:200\$000 réis, valor insuficiente para de boa instrução aos filhos. Realmente os gastos com os estudos dos filhos eram elevados para a grande maioria dos habitantes de Lagarto e Boquim. No máximo chegavam a frequentar a escola de primeiras letras que existiam nas respectivas vilas.

---

<sup>628</sup> FONSECA, op. cit. p.383.

<sup>629</sup> Segundo o censo de 1872, somente 18% da população era alfabetizada. Ver em CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.69-70.

<sup>630</sup> AGJES- Inventariada: Maria Severina de Carvalho. Inventariante: Ladislao Soares de Carvalho. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 09/05/1868, caixa 29.

No inventário do major Antonio de Correa Dantas<sup>631</sup>, conta que seu filho Francisco da França Dantas, estudava em Aracaju no colégio do Dr. Ascendino Ângelo dos Reis, e para pagar os custos dos seus estudos, apenas um ano, teve que vender o escravo João. O fato de ter que vender um escravo para custear os estudos do filho, em um único ano, demonstra o quanto eram altos os gastos com educação no período. Portanto apenas uma reduzida parcela da sociedade tinha condições financeiras para bancar os estudos de seus filhos. Os homens afortunados viam no investimento uma possibilidade de seus filhos alcançarem elevados cargos públicos.

Enquanto que a maioria da população não tinha acesso à educação, por não ter meios para isso, alguns grandes comerciantes e senhores de engenho investiam no ensino superior para seus filhos, o que deveria custar altos valores. A inexistência de faculdades na província de Sergipe, durante o período analisado, fazia os estudantes sergipanos se deslocarem principalmente para Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade de Direito em Recife. Esses caminhos também percorridos pelos filhos de alguns dos afortunados de Boquim e Lagarto, que decidiram investir na educação superior de seus filhos.

O maior exemplo disso foi o do comerciante e senhor de engenho André Ramos Romero que formou os quatro filhos mais velhos: Nilo Romero<sup>632</sup>, Sílvio Romero<sup>633</sup>, Benildes Romero<sup>634</sup>, Joviniano Romero<sup>635</sup>, os três primeiros formaram-se bacharéis em direito pela Faculdade de Recife, e o último se formou em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. O comerciante e empregado público de Lagarto, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, também bancou o curso superior de seus dois filhos: Laudelino de Oliveira Freire<sup>636</sup> diplomou-se em 1895 em ciências sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, e Felisbelo Firmo de Oliveira Freire<sup>637</sup>, mesmo nome do pai, formou-se na Faculdade de Medicina a 11 de janeiro de 1882. Benjamim Fernandes da Fonseca filho do senhor de engenho José Fernandes da

---

<sup>631</sup> AGJES- Inventariado: Major Antônio Correa Dantas. Inventariante: D. Constança Isabel da Franca Dantas. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 04/05/1870, caixa 01, p. 137.

<sup>632</sup> GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925, p.436-37.

<sup>633</sup> Idem, p. 490.

<sup>634</sup> FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.

<sup>635</sup> GUARANÁ, op. cit. p. 358.

<sup>636</sup> Idem, p. 362.

<sup>637</sup> Idem, p. 155.

Fonseca, residente em de Boquim, formou-se em Doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia, sendo graduado em 10 de dezembro de 1887<sup>638</sup>.

Além de todo o prestígio por ter um filho formado em faculdade e obtido títulos de bacharel e doutor, isso representava também poder na sociedade, pois muitos desses conseguiram alcançar altos cargos na magistratura local, da província sergipana<sup>639</sup> e até de outras províncias. Muitos ocuparam o cargo de juiz de direito e municipal de algumas vilas sergipanas. Outros como Laudelino Freire elegeu-se deputado estadual<sup>640</sup> e Joviniano Romero foi eleito deputado geral por duas vezes em 1885 e 1889<sup>641</sup>. Já Felisbello Firmo de Oliveira Freire tornou-se o primeiro governador de Sergipe, após a proclamação da república.

A busca por prestígio e poder, se fazia também pela via militar e obtenção de patentes. Muitos lagartenses e boquinenses entraram para a guarda nacional<sup>642</sup>. Em 1858<sup>643</sup>, havia 1767 oficiais dessa guarda em Lagarto, todos pertencentes à infantaria composta por três batalhões e uma companhia. Só poderia ser oficial da guarda nacional: *os cidadãos brasileiros que tiverem a renda necessária para votar nas eleições primárias e a idade maior de 18 e menor de, 60 anos*<sup>644</sup>. Nesse caso, a participação na guarda era resguardada para as pessoas que possuíssem rendas anuais iguais ou superiores a 200\$000 mil réis rendimentos obrigatórios, no período, para se tornar eleitor. Para José Murilo de Carvalho, *a Guarda era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do país*<sup>645</sup>. Ser oficial e fazer parte do quadro da guarda nacional, seja ativo ou da reserva, era:

---

<sup>638</sup> Idem, p. 89.

<sup>639</sup> **Nilo Romero**. Em Sergipe exerceu os lugares de promotor público das comarcas do Lagarto e S. Cristóvão, juiz municipal do termo de Japarutuba, Fora da província foi também juiz municipal do termo da Abadia, na Bahia. E Juiz de direito de Santa Maria Madalena, Rio de Janeiro. **Sílvio Romero** - promotor público da cidade da Estância, juiz municipal e de órfãos do termo de Parati, província do Rio de Janeiro. **Benildes Romero** – Juiz de direito de Lagarto.

<sup>640</sup> Foi eleito deputado à Assembleia Legislativa de Sergipe para as legislaturas de 1894-1895, 1896-1897 e 1898-1899. GUARANÁ, op. cit. p. 362.

<sup>641</sup> Não pôde exercer o mandato em nenhuma das legislaturas, quer por ter sido dissolvida a Câmara com a ascensão do partido conservador ao poder, quer pela queda da monarquia a 15 de novembro desse último ano. GUARANÁ, op. cit. p. 358.

<sup>642</sup> *Ao mundo da ordem, da boa sociedade, pertencia também a Guarda Nacional criada em 18 de agosto de 1831, em substituição aos antigos corpos de milícias e ordenanças*. Ver em OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terras, homens, economia e poder no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000, p.15.

<sup>643</sup> IGHS-Relatório do Presidente de Província, Dr. João Dabney d'Avellar Brotero, 1858, MAPA 3.

<sup>644</sup> FARIA, Maria Auxiliadora. **A guarda nacional em minas, 1831 – 1873**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1977, p.42

<sup>645</sup> CARVALHO, José Murilo de. **As forças armadas na Primeira República: poder desestabilizador**.

“a maior honra que um homem de posses podia aspirar, para dar provas de sua importância social e política. Seus títulos tornaram-se objeto de disputa pelas famílias mais abastadas de todo o país, principalmente pelos "lordes da violência organizada" da elite latifundiária que comandavam exércitos particulares de jagunços”<sup>646</sup>.

A grande maioria era apenas soldados, pois o comando e as altas patentes eram ocupados pelos senhores de engenhos, grandes comerciantes, e pelos maiores lavradores e criadores locais. Mesmo assim, os menos favorecidos ao participar da guarda nacional destacavam-se socialmente dos mais humildes que não tinham renda mínima exigida para pertencer ao quadro de oficiais da guarda. Dessa forma, apesar de existir um grande número de oficiais, a guarda nacional era controlada pelos homens mais afortunados da sociedade. Vejamos como estavam distribuídas as patentes militares entre as categorias socioeconômicas de Lagarto e Boquim.

**Tabela 3.5 - Distribuição das patentes militares entre as categorias socioeconômicas – Boquim e Lagarto/SE (1850-1888).**

Categorias socioeconômicas	Patentes					Total
	Alferes	Tenente	Capitão	Major	Tenente-coronel	
Senhor de Engenho	-----	2	11	7	5	<b>24</b>
Comerciante	3	-----	4	-----	-----	<b>7</b>
Criador	-----	1	1	-----	-----	<b>2</b>
Agricultor	1	-----	1	2	-----	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>37</b>

Fontes: AGJES - Inventários 1º e 2º Ofício de Lagarto e Boquim, 1850-1888. Libelo Cível de Lagarto, caixas 2 e 3 (1842-1882).

Como podemos observar a categoria socioeconômica com maior número de patentes militares era composta pelos senhores de engenho locais, e usufruíam das patentes mais elevadas. Para muitos dessa categoria não bastava apenas ser senhor de engenho, possuir escravos e grandes fortunas, buscava-se na guarda nacional o poder de mando e o controle das armas. Mais de 90% dos senhores de engenho encontrados nos documentos possuíam ofícios na guarda nacional, ou seja, poucos foram os senhores de engenho que não combinaram suas riquezas com alguma patente da guarda.

*Cadernos do DCP*. Belo Horizonte, UFMG, Departamento de Ciência Política. Março de 1974, p. 127.

<sup>646</sup> NEVES. Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio** (Um Estudo de História Regional e Local) Salvador. UFBA. Feira de Santana UEFS. 1998, p. 228.

A hierarquia da guarda nacional mostrava também o domínio econômico dos senhores de engenho frente às demais categorias socioeconômicas. Eles ocupavam as maiores patentes e o comando da guarda nacional local, pois eram os únicos a possuírem a patente de tenente-coronel, cargo de comandante. Utilizavam esses títulos como forma demonstrar poder perante a sociedade. Sebastião D' Ávila Garcez usou o fardamento de tenente-coronel na solenidade de casamento de uma das suas filhas, fato que causou admiração até de seu sobrinho Ediberto Campos<sup>647</sup>.

A Guarda Nacional serviu durante muitos anos para legitimar a prepotência e a autoridade dos grandes proprietários rurais e possuidores de altas fortunas. Esses, através da troca de favores e da coerção, assegurada pelos integrantes da Guarda Nacional, exerciam o poder sobre o grupo mais pobre e menos favorecidos da sociedade estudada. E também entre os grupos de médias fortunas.

A segunda categoria socioeconômica que mais possuía patentes militares era a dos comerciantes. Mesmo o Código Comercial do Império<sup>648</sup> proibindo a execução de atividades comerciais por oficiais militares de primeira linha, possuíam altas patentes na guarda local. O comerciante Cap. Miguel Arcanjo do Nascimento<sup>649</sup>, não só fazia parte da guarda como era o comandante da primeira companhia do Batalhão da Guarda Nacional de Lagarto.

Poucos foram os plantadores de mandioca e criadores de gado que obtiveram altas patentes da guarda nacional, somente os mais afortunados dessas categorias. Dessa forma, a obtenção de patentes militares por poucos agricultores e criadores ajudou a diferenciar ainda mais dos mais pobres dessas categorias socioeconômicas, e distinguir ainda de outros que possuíam riquezas altas, mas que não tinham poder, pois poderia ser membro da guarda, mas não era possuidor de elevadas patentes.

Enfim, existia uma correlação entre maior riqueza e altas patente, ocupadas na guarda nacional, fato comprovado pela ocupação dos mais elevados títulos militares pelos senhores de engenho, ricos comerciantes e agricultores.

---

<sup>647</sup> CAMPOS, Ediberto. **Crônicas da passagem do século**. V.2. Aracaju: 1967, p. 187.

<sup>648</sup> BRASIL. Código Comercial do Império do Brasil (1886). Capítulo I, artigo 2º. Apud. SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia, p.130.

<sup>649</sup> AGJES- Inventariado: Antonio Manuel de Cerqueira. Inventariante: Cap. Miguel Arcanjo do Nascimento. Inventário *post-mortem*. Cartório de 1º e 2º Ofício de Boquim, 09/07/1883, caixa 02.

Os afortunados buscavam não apenas nas patentes da guarda nacional, vários conseguiram alcançar títulos em ordens militares do Brasil. Determinados membros dessa elite socioeconômica adquiriram títulos das seguintes ordens imperiais: Ordem da Rosa e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Todos que conseguiram essa honraria eram senhores de engenho, ou mesclavam essa atividade com o comércio e o crédito, como André Ramos Romero e Francisco Basílio dos Santos Hora. Dos poucos que conseguiram alcançar esses títulos, a maioria era cavaleiro. Uma pequena minoria obteve uma comenda, tornando-se assim comendador. Era o exemplo de André Ramos Romero, que se tornou comendador da Ordem de Cristo em 1869<sup>650</sup>. E ainda era cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa<sup>651</sup>. Já Antonio Manoel de Fraga, proprietário do Engenho Junco, termo de Boquim, portava os títulos de cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, oficial e comendador da Imperial Ordem da Rosa. E ainda, coronel e comandante superior da Guarda Nacional de Lagarto<sup>652</sup>. Além dos títulos, o uso do hábito<sup>653</sup> dessas ordens militares servia para demonstrar distinção social.

Por fim, além da riqueza e do poder das armas os abastados almejavam o poder de mando, comandar a política local disputando os cargos eletivos de juiz de paz e vereador. Apesar de ser um cargo jurídico, o ofício de juiz de paz<sup>654</sup> era de investidura eletiva e podia ser ocupado por um juiz leigo. Para concorrer no processo eletivo seria necessário ter renda mínima anual de 400\$000 mil réis, restringindo, assim, a disputa eleitoral a pessoas de posses, e também o fato da função não ser remunerada, limitava ainda mais a ocupação de cargo por pessoas de pequenas fortunas.

<sup>650</sup> ALMANAK LAEMMERT. **Administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**, 1869, ano 26, suplemento p.214. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=>. Pesquisado em 21/01/2014, às 12:44H.

<sup>651</sup> APES - Fundo: Câmaras Municipais. CM<sup>1</sup> 53, Câmara de Lagarto 1864.

<sup>652</sup> AGJES- Inventariada: D. Maria de Souza Freire de Seabra. Inventariante: Major Manoel de Seabra Lemos Junior. Inventário *post-mortem*. Cartório de 2º Ofício de Lagarto, 18/07/1879, caixa 34. Doc. 08. P.35.

<sup>653</sup> “*O uniforme de gala dos cavaleiros de Cristo nas cerimônias religiosas constitui-se unicamente do manto da ordem com o crachá do lado esquerdo do peito; essa condecoração compõe-se de uma grande cruz branca, muito estreita, colocada no campo vermelho de outra mais larga de metal. O conjunto é cercado de raios de prata e encimado por um coração envolvido numa coroa de espinhos com uma pequena cruz vermelha. Este acessório pertence somente aos dignitários. O manto, fechado na frente por alamares, desce apenas até o estômago, deixando de fora a metade dos braços. Embora de fazenda extremamente leve, pois é feito de crepe branco, usa-se para maior comodidade toda a parte inferior enrolada sobre o peito com uma cinta de algodão branco (cordão) cujas enormes bordas pendem na frente. Toda essa passamanaria é cuidadosamente trabalhada*”. DEBRET, apud. SILVA, Camila Borges. **As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.10.

<sup>654</sup> Criado pela Lei de 15 de outubro de 1827.

Para a escolha dos juizes de paz realizavam-se eleições a cada quatro anos e “deviam ser eleitos quatro juizes de paz, servindo, cada um deles, por um ano, precedendo os mais votados e sendo suplentes uns dos outros na mesma ordem de votação<sup>655</sup>”. Pela Lei de 1827

“os juizes de paz eram competentes para promover a conciliação das partes, como atividade preliminar de todas as ações cíveis em que fosse admissível a transigência. Em suma, deveriam promover a conciliação das partes antes da demanda “por todos os meios pacíficos que estivessem ao seu alcance”. Competia-lhes ainda o julgamento das demandas que não excedessem a dezesseis mil réis, ouvindo as partes e à vista das provas, sendo tudo reduzido a um termo; deviam informar o juiz de órfãos sobre menores abandonados e desassistidos”<sup>656</sup>.

Os eleitos para a ocupação do cargo de juiz de paz tanto em Lagarto quanto em Boquim eram grandes proprietários de terras, escravos e de elevadas fortunas. Independente politicamente de Lagarto em 1857 a Vila da então Lagoa Vermelha, posteriormente Boquim, organizou eleição para a escolha do juiz de paz, e todos os quatro eleitos eram grandes senhores de engenhos<sup>657</sup>. O mesmo ocorreu em Lagarto em 1858 que teve como eleito: o Tenente Coronel José de Souza Freire, proprietário do Engenho Piauhy, e mais outros três senhores de engenho. Além de ocupar o cargo de juizes de paz, a maioria dos eleitos também possuía elevadas patentes na Guarda Nacional, o que aumentava seu poder.

O cargo de juiz de paz se tornou um ofício cobiçado, pois a ocupação desse ofício provavelmente ampliava o círculo de influências e obtenção de vantagens sobre os vizinhos, que ficavam circunscritos aos muitos favores que, como juiz, poderia fazer-lhes. O mais temível era a perseguição que poderia aplicar a um rival ou inimigo<sup>658</sup>.

No mesmo período em que se realizava eleição para a escolha do juiz de paz, também se elegia vereadores para ocupar a câmara da vila. Assim como o juiz de paz, os vereadores para serem eleitos deveriam possuir rendas iguais ou superiores a 400\$000 mil réis. Eram eleitos os cinco mais votados. De acordo com o Presidente da Província de Sergipe, as câmaras municipais eram:

<sup>655</sup> RODYCZ, Wilson Carlos. **O juiz de paz imperial**: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. Revista justiça e história, v.3, n.5. Rio Grande do Sul: TJRS, 2003, p.21.

<sup>656</sup> Idem.

<sup>657</sup> APES - Fundo: Câmaras Municipais. CM<sup>1</sup> 46, Câmara de Lagoa Vermelha, 1857.

<sup>658</sup> RODYCZ, op. cit. p. 21.

“Geralmente pobres, e sem precisa convicção da importância de suas atribuições, quase que não servem, senão para juramentar algum Empregado Publico, da informação, ou escrever alguma representação”<sup>659</sup>.

Se as câmaras realmente não contavam com recursos, e não tinham grandes funções, a disputa pela ocupação do cargo de vereador através de eleições se fazia pela busca de poder de mando nessas sociedades. A carência de recursos das câmaras e a sua subordinação econômica ao Presidente da Província, não afastavam os homens ricos seus objetivos de se tornar vereador da vila.

As câmaras das Vilas de Boquim e Lagarto, no período, eram controladas pelos grandes proprietários de terras e de escravos, representados principalmente pelos senhores de engenho, além deles encontravam-se os grandes comerciantes, agricultores e criadores afortunados. A recém-criada câmara de Lagoa Vermelha elegeu em 1857<sup>660</sup>, seus primeiros vereadores. O grupo dos eleitos compunha-se de três senhores de engenho, um grande criador e agricultor, e o Vigário Manoel Nogueira Cravo, pároco da vila. A câmara de Lagarto em 1872<sup>661</sup> era formada por três grandes agricultores e dois grandes criadores de gado. Portanto o controle do poder e da política nas vilas estudadas se encontrava nas mãos dos grandes afortunados e proprietários rurais.

A política e o poder na Vila de Lagarto, durante a segunda metade do século XIX eram disputados por dois grupos políticos<sup>662</sup>. O poder estava nas mãos dos Pebas, chefiado pelo comerciante e senhor de engenho André Ramos Romero, esse tinha o domínio sobre os portugueses que aqui habitavam e não eram poucos. O grupo era formado pelas famílias Dantas e Romero, linhagens que possuíam grandes riquezas, eram senhores de engenhos, e comerciantes, sobretudo os Romeros. Exerciam o poder a partir do apoio que recebia do Dr. Benildes Romero, que na qualidade de Juiz de Direito dava poderes aos filiados<sup>663</sup>. Benildes Romero era filho de André Romero, esse quando Benildes se formou, reivindicou o cargo de Juiz de Direito de Lagarto<sup>664</sup>, aumentando assim o poder do grupo dos pebas.

---

<sup>659</sup> IGHS - Fala do Presidente de Província de Sergipe, 1848, p.8-9.

<sup>660</sup> APES - Fundo: Câmaras Municipais. CM<sup>1</sup> 46, Câmara de Lagoa Vermelha, 1857.

<sup>661</sup> APES - Fundo: Câmaras Municipais. CM<sup>1</sup> 60, Câmara de Lagarto, 1872.

<sup>662</sup> FONSECA, op. cit. p.321-25.

<sup>663</sup> Idem, p.322.

<sup>664</sup> Idem, p. 321.



O outro grupo político que fazia oposição aos Pebas chama-se Cabaú, e também era composto por grandes senhores de engenho, por proprietários de terras e de gados. Liderados por Sebastião D'Ávila Garcez, proprietário do engenho Piauí, contava ainda com os seguintes nomes: Hipólito Emílio dos Santos, José Cirilo de Cerqueira, Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, Dr. João Batista de Itajay, Dr. Felinto Fontes, Dr. Filomeno Hora, Padre Possidônio Pinheiro da Rocha, Cel. Felisberto Prata<sup>665</sup>. Com o término do império e a instituição da república os Pebas enfraqueceram e os Cabaús assumiram o poder em Lagarto<sup>666</sup>.

O fato de possuir uma grande fortuna, ser proprietário de escravos, de grandes extensões de terras, de grandes rebanhos de gado, por si só já garantiam a seus proprietários grande destaque na sociedade. Mas os afortunados não se conformavam em apenas possuir grandes riquezas, queriam mais e desejavam ser bem distintos dentro da sociedade. Daí eles buscarem mais visibilidade através dos títulos de senhor de engenho, dos investimentos feitos na educação de seus filhos, para que esses ocupassem cargos de destaque na justiça e na sociedade. Procuravam ainda o poder de mando e das armas, obtidos pela obtenção de cargos eletivos de vereadores, de juiz de paz, bem como possuir elevadas patentes da guarda nacional e ter honrarias de ordens militares do Império.

---

<sup>665</sup> Idem, p. 321-22.

<sup>666</sup> Idem, p. 325.

## **Considerações finais.**

A base econômica das vilas de Boquim e Lagarto vivenciou uma grande mudança a partir, principalmente, da segunda metade do século XIX com a expansão canavieira por suas terras. Essas outrora eram ocupadas por cultivos voltados para o alimento em especial a mandioca, e pela criação de gado. Mesmo com a penetração da cana em seus solos, as antigas atividades econômicas permaneceram sendo praticadas pela maior parte da população, pois a montagem de engenhos demandava grandes custos.

A diversificação econômica das vilas de Boquim e Lagarto com a expansão da cana e do algodão destinados ao mercado externo, a criação de gado e o cultivo gêneros alimentícios para atender a demanda do mercado local e da Província de Sergipe e vizinhas provocou um dinamismo econômico que possibilitou várias alternativas para a aquisição e construção da riqueza dos moradores de Lagarto e Boquim.

Houve um aumento das fortunas individuais na segunda metade do século XIX em relação à primeira metade dessa centúria, quando a economia fundamentava-se na cultura de mandioca e na criação de gado. Este fato se comprova pela elevação do número de escravos e dos montantes das famílias inventariadas, muitos lucraram e cresceram direta e indiretamente com a expansão da produção e comércio do açúcar, desde senhores de engenhos a lavradores de cana, a comerciante que se enriqueceram emprestando capitais a juros aos senhores de engenho e fornecendo produtos para alimentação dos moradores dos engenhos; criadores de animais que abasteciam o mercado local de carne e vendiam gado para os vários serviços nos engenhos, os cultivadores de alimentos, em especial a mandioca, que viram seu mercado consumidor aumentar.

Os bens de raiz, escravos e gado constituíram os itens mais presentes e mais valiosos na composição da riqueza. Esses três itens formavam os pilares da economia local e os principais geradores de fortunas para seus habitantes.

As sociedades das vilas estudadas eram escravistas, haja vista que o uso de escravos se fez presente e de forma importante para a economia, a produção local e para a construção das fortunas até as vésperas da abolição da escravatura.

O crédito teve participação fundamental para a realização e antecipação dos sonhos de muitos moradores das diversas categorias socioeconômicas. Com o crédito obteve-se capital para se investir em todas as atividades econômicas. Os senhores de engenhos recorreram ao crédito para montagem das unidades açucareiras, para a compra de escravos e animais e para o financiamento das safras e dos bens de consumo. Era através dos créditos que os negociantes obtinham as mercadorias que vendiam em suas lojas, ou de porta em porta. Os agricultores de alimentos recorriam ao crédito para a aquisição de ferramentas, escravos, terras, animais e para compra de mantimentos. Os criadores também se utilizaram do crédito, esses para comprarem fazendas, escravos, terras, alimentos e produtos necessários à sobrevivência da sua família. De rico a pobre todos eram devedores, motivados pela busca de crédito para aquisição de diversos bens. Na sociedade daquela época possuir crédito era símbolo de riqueza, pois, em princípio, só conseguia empréstimos quem tinha capacidade de saldar a dívida.

Os principais credores foram os comerciantes locais. O crédito não era concedido apenas por empréstimos de capital, os comerciantes foram credores de muitas pessoas quando vendiam produtos fiado. Além dos comerciantes muitos agricultores, senhores de engenhos e até escravos também eram fornecedores de crédito, ou vendiam produtos como (terras, escravos, gado, casas etc.) para receber o capital com um determinado período após a venda. Enfim, todas as categorias socioeconômicas praticavam a concessão de créditos, isso era um fator que demonstrava liquidez monetária, condição necessária para emprestar a outra pessoa.

Por tudo que foi exposto, podemos concluir que havia uma grande desigualdade socioeconômica em Boquim e Lagarto. Uma pequena parcela da população concentrava o principal meio de produção, a terra, não só possuía a maior parte das terras, como detinham as mais valiosas e ainda contavam com o maior número de escravos. Por outro lado, a maioria era pobre não possuía terras para cultivar sequer o sustento de sua família. Isso levava morar e trabalhar em terras foreiras, ou a serem trabalhadores em terras de grandes proprietários. E quando tinha terras, muitos não possuíam escravos ou tinham ínfimos plantéis.

A desigualdade socioeconômica se fazia nota também pelos números de cabeças de gado, pelas moradias (humildes dos mais pobres, e suntuosas dos mais abastados), pelo interior das residências (os mais pobres quase sem móveis ou tinham

simples e rústicos, enquanto as casas dos ricos, bem ornamentadas com objetos valiosos e de luxo). A desigualdade se acentuava através dos grandes privilégios sociais como: patentes militares, ser eleito vereador e juiz de paz, obter cargos na magistratura que beneficiava principalmente os mais ricos.

Para os mais ricos não bastavam apenas possuir grandes fortunas, era importante obter prestígio na sociedade, a partir da conquista do título de senhor de engenho, da ocupação de cargos eletivos (vereador e juiz de paz), também por meio de honrarias e patentes militares, e ainda com a educação e formação em nível superior, o que garantiria a ocupação de importantes cargos na administração pública ou na magistratura. Dessa forma, podemos afirmar que a elite socioeconômica detinha: riqueza, poder e prestígio. Requisitos essenciais para serem admirados e respeitados dentro da sociedade.

## Fontes

### 1.1- Fontes manuscritas.

#### 1.1.2 - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. (AGJES).

*Cartório de Lagarto 1º e 2º Ofício.*

Inventários *post-mortem* (1840-1890) Cx. 1 e 12 – 52.

Livro de Notas (1842-1916) Cx. 1, 1º ofício Livros 1-2 (1845-1899) 2º Ofício.

Ação de Embargo (1825-1900). Cx. 1 e 2.

Livro de Protesto de Letras (1858-1900) cx. 1.

Fundo de emancipação de escravos de Lagarto (1872-1886) cx. 1.

Libelo cível (1840- 1890) cx. 1-2.

Cartório de Boquim Cartório de 1º e 2º ofício.

Inventários *post-mortem* (1865-1888), cx. 1,2 e 3.

#### 1.1.3 - Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES.

Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagarto de 1868,1878 e 1879.

Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Lagoa Vermelha de 1858 e 1868.

Lista de Qualificação de Votantes da Vila de Boquim de 1871.

Fundo de emancipação de escravos de Lagarto de 1875.

Tesouraria Provincial - Resumo do apontamento do número de engenho de fabricar açúcar de 1871.

Câmara de Lagarto (1850-1888).

Câmara de Lagoa Vermelha (1858-1870).

Câmara de Boquim (1870-1888).

Requerimentos, fundo g<sup>1</sup>.

#### 1.1.4 - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Relatórios de presidentes de províncias de Sergipe (1830-1888) cd room .

#### 1.1.5 - Biblioteca Nacional Digital.

ALMANAK LAEMMERT. **Administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. (1858-1873).**

### 1.2 - Fontes impressas.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil.** 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ Edusp, 1982.

CAMPOS, Ediberto. **Crônicas da passagem do século.** V.2. Aracaju: 1967.

\_\_\_\_\_ .**Crônicas da passagem do século.** V.5. Aracaju: 1970 .

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. (org.). **Os classificados da escravidão**. Aracaju: IGHS, 2008.

PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. **Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe** apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.

SOUZA, Antônio Moniz de. **Viagens e Observações de um brasileiro**. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Memórias sobre a capitania de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2005.

## Referência

- ALCÂNTARA MACHADO, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. “Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, nº 27, 1965/1978.
- \_\_\_\_\_. **Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)**. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976
- \_\_\_\_\_. **Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo Colonial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**, 26(4): 95-123, Rio de Janeiro, FGV, out/dez, 1972.
- CARDOSO, Ciro F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. **Modos de producción en América Latina**. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente (40), 1973.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- \_\_\_\_\_. **As forças armadas na Primeira República: poder desestabilizador**. *Cadernos do DCP*. Belo Horizonte, UFMG, Departamento de Ciência Política. Março de 1974.
- CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2. ed. Rev. e Ampl. . Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. O escravo na grande lavoura. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. T. 2: O Brasil Monárquico, V. 3: Reações e Transações.

- DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FARIA, Maria Auxiliadora. **A guarda nacional em minas, 1831 – 1873**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1977.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazante, caatinga e serras: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. (Tese de Doutorado). Salvador: UFBA, 2008.
- FONSECA, Adalberto. **História de Lagarto**. Governo de Sergipe, 2002.
- FONSECA, Mônica Sepúlveda. **Viúvas na Corte do sertão: família, gênero e riqueza em Juazeiro (1850 -1890)**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2011.
- FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana 1850-1888**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2007.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- MACIEL, Carlos Roberto Santos e SANTOS; Carlos José Andrade. **Uma breve análise sobre o bem escravo na composição das fortunas dos moradores de Lagarto/SE (1800-1840)**. Umbaúba, 2010. Artigo (Especialização em Metodologia do Ensino de História). Faculdade SERIGY.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiros. A opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. 7. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.143-179.
- MELLO, Zélia M. Cardoso de. **Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895**. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo. Hucitec, 1990.



MOTT, Luís R. B. **Sergipe Del Rey**: População, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja**: Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local) Salvador. UFBA. Feira de Santana UEFS. 1998.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do antigo sistema colonial (1777.1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial I**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: terras, homens, economia e poder no século XIX. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e História em Franca século XIX**: Franca: UNESP; FMDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. **História Econômica de Sergipe**. (1850-1930). Programa Editorial da UFS, Aracaju, 1987.

\_\_\_\_\_. **Reordenamento do Trabalho**: Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PINTO, Vírgilio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. IN: MOTTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1968.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. , São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 10. reimp. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RODYCZ, Wilson Carlos. **O juiz de paz imperial**: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. Revista justiça e história, v.3, n.5. Rio Grande do Sul: TJRS, 2003.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. 7. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.95-141.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação de mestrado. Niterói/RJ: UFF, 1994.

SANTANA, Ana Priscilla Meneses de. CRUZ, Cláudia Cristine de Araújo Ramos e SANTOS, Débora Santana. **Códigos de Postura de Sergipe Imperial**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes. Aracaju: UNIT, 2009.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravas em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)**. Universidade Federal da Bahia: Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado em História, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. **De Senhores de engenho à lavradores de mandioca: um estudo sobre a propriedade escrava (Agreste-Sertão de Lagarto 1850-1888)** -. São Cristóvão, 2001.

SANTOS, Maria Nele dos. **A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP: UNICAMP, 1984.

SANTOS, Patrícia Lima Moraes. **Permanência e transformações da riqueza em uma sociedade escravista: Maruim (1850-1888)**. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS NETOS, Amâncio C. **Sob o signo da peste: Sergipe no tempo de Cholera (1855-1856)**. Campinas, 2001. Dissertação ( Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Camila Borges. **As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. ed. rev. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia.

\_\_\_\_\_. **Riqueza em Movimento: A Construção de Fortunas na Estância Escravocrata (1850-1888)**. São Cristóvão, 2002 (Monografia de Licenciatura) DHI-UFS.

SOUZA, Sônia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870 -1920)**. Bauru/SP: EDUSC, 2007.